

ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE
MARCELO MARIO VALLINA
RENAN ALBUQUERQUE
(ORGS.)

OS NÓS

DA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL
EM SERVIÇO SOCIAL

currículo, trabalho e debates contemporâneos
currículo, trabalho e debates contemp
currículo, trabalho e debates contemporâneos
currículo, trabalho e debate
currículo, trabalho e debates contemporâneos
currículo, trabalho e debates contemp
currículo, trabalho e debates contemporâneos
currículo, trabalho e debates contemporâne
currículo, trabalho e debate
currículo, trabalho e debates conten
currículo, trabalho e

Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Marcelo Mario Vallina
Renan Albuquerque
(ORGS.)

Os nós da formação profissional em
SERVIÇO SOCIAL

Currículo, trabalho e debates contemporâneos

Ficha Catalográfica

N897

Os nós da formação do profissional em Serviço Social: currículo, trabalho e debates contemporâneos. / Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Marcelo Mario Vallina, Renan Albuquerque. – Parintins: Leda; Edua, 2017.
398 p.: il.; 23 cm.

ISBN 978-85-526-0029-9

1. Serviço Social. 2. Formação Profissional. 3. Interdisciplinaridade. 4. Amazonas. I. Andrade, Roberta Ferreira Coelho de. II Vallina, Marcelo Mario. III. Albuquerque, Renan. IV. Título

CDU 2007: 36

Catálogo elaborado por Judson Moreira Muniz, CRB 11/603.
Biblioteca Setorial do Instituto de Ciências Sociais, Educação e
Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas

NORMATIZAÇÃO

Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (LEDA) / Núcleo
de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM) /
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) /
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

FOMENTO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
(CNPq) / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior (Capes) / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do
Amazonas (Fapeam)

Este livro digital foi concebido a partir de incentivos técnicos,
institucionais e científicos do Departamento de Serviço Social da
Ufam/Manaus

Direitos reservados ©

Edua – Editora da Universidade Federal do Amazonas
Leda – Laboratório de Editoração Digital do Amazonas

REITOR DA UFAM
Sylvio Puga

EDITOR DA UFAM (EDUA)
Sérgio Freire

COORDENADOR DO LEDA (UFAM)
Renan Albuquerque – editoração geral e revisão

CAPA
Renan Albuquerque

INDEXAÇÃO E CATALOGAÇÃO

O livro *Os nós da formação profissional em serviço social: currículo, trabalho e debates contemporâneos* está publicado em formato digital, na plataforma OJS do portal de periódicos da Ufam. Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Mincampos da Universidade Federal do Amazonas, e também em formato impresso. A composição foi feita no Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (Leda), estrada do Macurany, bairro Jacareacanga, Campus Baixo Amazonas, município de Parintins, Amazonas, Brasil. CEP 69152240.

Esta obra foi concebida a partir de projeto coordenado pela líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas) do Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Profa. Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade.

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA
(Editora da Universidade Federal do Amazonas)

Antônio Marmoz (Université de Versailles)
Conceição Almeida (UFRN)
Antônio Cattani (UFRGS)
Edgar Assis de Carvalho (PUC/SP)
Alfredo Bosi (USP)
Gabriel Cohn (USP)
Arminda Raquel Botelho Mourão (Ufam)
Geresa Ferreira (PUC/SP)
Spártaco Astolfi Filho (Ufam)
José Vicente Tavares (UFRGS)
Boaventura Souza Santos (Univ. de Coimbra)
José Paulo Netto (UFRJ)
Bernard Emery (Univ. Stendhal-Grenoble 3)
Paulo Emílio (FGV/RJ)
César Barreira (UFC)
Élide Rugai Bastos (Unicamp)
Renato Ortiz (Unicamp)
Rosa Ester Rossini (USP)

EDITORES ASSOCIAÇÃO À EDIÇÃO DO LEDA
(Laboratório de Editoração Digital do Amazonas)

Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Marcelo Mario Vallina
Renan Albuquerque
Aldair Oliveira de Andrade

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 11

PREFÁCIO..... 15

PARTE I - FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

**A influência do higienismo na formação
profissional do Amazonas (1941-1946)..... 25**
ISTEICE NOGUEIRA DE LIMA, MARCELO MARIO VALLINA

**Formação profissional em Serviço Social e a relação
teórico-prática: uma leitura dos egressos do
currículo 2009 na Ufam..... 65**
TEREZA RAQUEL N. DO NASCIMENTO COSTA, ROBERTA
FERREIRA C. DE ANDRADE, ETYANNE UHLMANN DE LIMA

**O currículo de Serviço Social sob o olhar dos
docentes: uma análise a partir da formação
profissional na Universidade Federal do Amazonas..... 89**
MAYZA LORENA BARBOSA DA SILVA NORONHA,
EDIELLE SOUZA DA PALMA

**O estágio supervisionado no curso de Serviço
Social da Ufam na perspectiva dos supervisores
de campo..... 117**
VIVIANNE BATISTA RIKER DE SOUSA, CAMILA CECÍLIA
MASCARENHAS GIBBS, LURIANNY ASSUNÇÃO BARÃO

A iniciação científica e a formação em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas: do ingresso aos desafios enfrentados..... 139
THAYNARA REIS DO NASCIMENTO CRUZ,
ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE

O Serviço Social e a equipe multiprofissional de saúde no Estado do Amazonas..... 173
ANA PAULA FERREIRA CARVALHO,
JOSIARA REIS PEREIRA, YOSHIKO SASSAKI

PARTE II – TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Perspectivas para a atuação do assistente social junto aos idosos nas políticas de saúde e assistência social em Manaus..... 203
ALICE ALVES MENEZES PONCE DE LEÃO NONATO

O trabalho do (a) assistente social na equipe psicossocial do Tribunal de Justiça de Roraima: desafios do cotidiano profissional..... 239
MARIA GRACILEIDE ALBERTO LOPES
NATHANNE ANDREANE ROSA COSTA

PARTE III – CENÁRIOS E DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Uma outra face do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus..... 269
SABRINA MORAES FERREIRA, KÁTIA DE ARAÚJO L. VALLINA

A indústria cerâmica no Amazonas: as relações de trabalho, as condições de vida e a questão ambiental..... 295
HAMIDA ASSUNÇÃO PINHEIRO

A construção fenomenológica do projeto migratório.....	329
ALDAIR OLIVEIRA DE ANDRADE, RENAN ALBUQUERQUE	
Levantamento socioambiental: uma proposta de extensão na Comunidade Jardim Tropical.....	363
MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA, LAURISANA MARIA BRANCO CAMARGO	
SOBRE OS(AS) AUTORES(AS).....	391

Apresentação

Apesar de termos avançado significativamente na produção científica no campo do Serviço Social, esta tem se concentrado principalmente no sul e sudeste do país. Ainda são poucas as discussões em torno da profissão, de sua história, dos desafios da formação profissional e do trabalho do assistente social que captem as contradições e as particularidades de nossa região.

Este é um dos desafios que o Grupo de Pesquisa e Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas), de recente criação na Universidade Federal do Amazonas, se propõe a enfrentar. O livro é o primeiro produto coletivo do esforço por pensar e refletir, no contexto atual, a história do Serviço Social, a formação e o trabalho profissional, assim como uma série de temas relevantes da contemporaneidade que estudantes, professores e egressos de diferentes instituições, envolvidos em ensino, pesquisa e extensão, apresentam a partir dos resultados de pesquisas de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado e projetos de extensão,

que se somam para dar corpo e unidade na diversidade a esta obra.

O atual contexto da educação em geral – e da formação profissional em Serviço Social em particular – é pensado à luz das transformações capitaneadas pela internalização das finanças que, a partir do Acordo de Bolonha em 1999, tem tentado formatar a educação à sua imagem e semelhança, o que nas palavras de Marilena Chauí levou a transformar a universidade, de uma instituição social que tinha como tarefa responder às contradições da sociedade, em uma organização social que tem a função de preparar a força de trabalho para o mercado, tendo o conhecimento como principal fator produtivo.

No Brasil, a ditadura civil-militar abriu o caminho para a constituição de um mercado da educação que foi se aperfeiçoando e ampliando nos anos de 1990 e se consolidou nas primeiras décadas do novo século como um dos mais importantes e lucrativos mercados educacionais do mundo, haja vista a chegada de grupos internacionais que tem gerado um processo de concentração das unidades privadas de ensino superior sem igual na história do país e que impacta decisivamente na formação. Quais são as mudanças mais visíveis? Como elas se processam? Como influenciam no projeto ético-político hegemônico da profissão? Como rebatem nas políticas públicas sociais? Que implicações têm em termos de teorias sociais? São algumas das interrogações sobre as quais esta obra tenta refletir.

Para finalizar é preciso dizer que temos clareza que a formação profissional em Serviço Social se encontra numa encruzilhada que nos impõe desafios de interpretação do tempo presente, com o qual não concordamos, e que estabelece laços com um passado, não sempre esclarecido, que perfila um futuro possível diferente da contemporaneidade. É com esse entendimento que o livro também nos apresenta importantes reflexões sobre temas de grande relevância para as ciências sociais e para o Serviço Social, como os contornos do trabalho oleiro, as configurações da política de habitação, a construção do projeto migratório e uma experiência de extensão universitária, por entendermos que o Serviço Social, que postula uma formação ampla, plural, generalista, precisa estabelecer diálogos com as políticas sociais, com as teorias sociais, com as especificidades da realidade amazônica.

Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Marcelo Mario Vallina

Setembro de 2017

Prefácio

O debate sobre a formação profissional em Serviço Social exige-nos conhecimento e um esforço analítico de apanhar, dos traços particulares de seu desenvolvimento no Brasil, aquilo que é expressão das leis tendenciais macroscópicas determinantes de tais particularidades num dado momento histórico. Os caminhos trilhados na obra “Os nós da formação em Serviço Social: currículo, trabalho e debates contemporâneos”, no desvendamento das análises sobre a formação e o exercício profissional, convoca-nos a permanente e crítica atualização, uma vez que a formação profissional é um processo contínuo de desenvolvimento pessoal, profissional e político-social. Tal processo não se constrói em alguns anos de curso, ou mesmo pelo acúmulo de cursos, técnicas e conhecimentos, mas pela reflexão permanente e coletiva do trabalho, de sua direção, de seus meios e fins, e durante a trajetória profissional.

As transformações societárias desencadeadas pelo movimento que as classes sociais realizam para enfrentar a crise contemporânea do capital suscitam novas exigências aos processos de formação e exercício

profissionais, bem como a capacidade de organização política dos assistentes sociais. Nesse contexto em que o capitalismo busca saídas para seus próprios limites, refletir sobre o processo formativo dos assistentes sociais requer cuidadosa avaliação crítica desse estágio do capitalismo, do significado da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, de seus vínculos com o real e da opção política que os assistentes sociais imprimem aos projetos profissional e societário.

A entrada no século XXI, no que se refere ao contexto da política de educação superior (brasileira e mundial) e a seus rebatimentos na formação em Serviço Social, demarcou um cenário de risco para o projeto de formação na área, tendo em vista as alterações de um composto de elementos que configuram o ensino superior. No seu conjunto, expressam contradições e mediações que se traduzem na disputa pela direção a ser dada à política de educação superior e, nela, à concepção de educação como direito social. Fortes regressões na direção contrária a esse conceito vêm sendo cometidas pelo Estado e o mercado, expressas pela presença massiva do setor privado na oferta deste nível de ensino e pela mercantilização desse direito, conformando, assim, a contrarreforma da educação.

Medidas de austeridade são aplicadas nos países do capitalismo central e periférico, ameaçando os avanços no âmbito dos direitos e do Estado Social, trazendo implicações, tanto para os países europeus quanto para os latino-americanos, tais como: aumento expressivo de desemprego, precarização do trabalho, redução salarial, privatizações, inclusive da educação superior, transformando-a em mercadoria, cujas características

estão na sua condição de ser produzida de maneira rápida e a baixo custo. A Declaração de Bolonha (1999) construiu o caminho e a definição sobre qual educação e qual formação seriam necessárias para o mercado comum europeu e, inclusive, internacional, rebatendo na política de educação no Brasil, com forte comprometimento na formação acadêmica e na investigação em Serviço Social nestas últimas décadas. Tais elementos causam-nos inquietações, promovendo a necessidade de refletir no solo da formação e do exercício profissional para problematizá-lo, pois essa questão vem nos desafiando dia a dia, na condição de acadêmicos, docentes, pesquisadores e profissionais de Serviço Social, ou seja, de trabalhadores que se veem diante do desmonte dos seus direitos.

As contrarreformas implementadas pelo Governo Federal, sobretudo na política educacional, através da reforma universitária, demandam compreendê-las e refletir sobre os impactos causados, de forma rigorosa, na formação e nos espaços sócio-ocupacionais de todos os trabalhadores, na medida em que vêm recolocando novas configurações tanto para a formação do assistente social quanto para o exercício da profissão. É importante destacar que a contrarreforma do Ensino Superior promove mudanças profundas na concepção da universidade, da formação e, conseqüentemente, do exercício profissional. A universidade, ao ser concebida como entidade administrativa regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível e estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos

objetivos, ao ser definida por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual, não questionará sua existência e sua função social.

O projeto de formação em Serviço Social pauta-se no documento elaborado pela ABEPSS (1996), e sua legitimação ocorreu por parte do MEC, com aprovação das Diretrizes Curriculares (DCs), em 2002. O referido projeto de formação influenciou, de maneira substantiva, os rumos do ensino em Serviço Social, através da clara direção de oposição à educação mercantilista; da direção no desenvolvimento dos conteúdos pela via das matérias desdobradas em disciplinas, seminários temáticos, oficinas e outros componentes curriculares; do reconhecimento do caráter de formação processual e não terminal, apontando que essa formação deve ser continuada; da apresentação de uma proposta de formação generalista em detrimento da especialista, ou seja, trazendo uma lógica de qualidade pela transversalidade e, por ser longitudinal, reforçando a dimensão política da formação.

O Projeto Profissional do Serviço Social no Brasil expressa transformações e inquietações, tendo em vista o processo de mercantilização que a educação superior vem sofrendo, particularmente a partir da década de 1990. Esse modelo resultou, e ainda prossegue resultando, numa propagação acelerada, intencional e desordenada de cursos presenciais e à distância, com forte expansão do setor privado em detrimento do

ensino público. A contrarreforma do Estado, a entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, a inserção do Brasil no “Fórum Político de Bolonha” em 2009 e a perspectiva empresarial instituída pela Política de Ensino Superior afinada com o entendimento de educação como serviço vêm estimulando pensar o ensino superior na lógica do custo/benefício, da eficácia/inoperância e da produtividade, excluindo a concepção universitária ancorada no tripé ensino-pesquisa-extensão.

Os artigos reunidos neste livro atualizam e alimentam o debate necessário e contínuo coordenado pela ABEPSS, por ser uma obra na qual são tratados os requerimentos que a realidade social e o desenvolvimento teórico-prático e ideopolítico da profissão colocam para a formação profissional em Serviço Social no presente momento da sociedade brasileira. Tais estudos, cujo desenho e produto constituem-se em três eixos, resultam de pesquisas que versam sobre o cenário da formação profissional da Região Norte, em particular no estado do Amazonas. O primeiro desses eixos, denominado “Formação Profissional em Serviço Social”, compõe-se de temas como a história e a influência do higienismo na formação profissional do Amazonas no período de 1941 a 1946; o currículo de Serviço Social de 2009 sob a ótica dos egressos e dos docentes; o estudo sobre a formação dos acadêmicos do curso de Serviço Social da UFAM no estágio supervisionado, a partir da percepção dos supervisores de campo; os desafios da iniciação científica no processo formativo; e o debate da formação em serviço pela via da Residência Multiprofissional em

Saúde vista como processo de educação permanente. O segundo eixo, designado “Trabalho Profissional do Assistente Social”, arquitetado em dois pilares, apresenta as perspectivas do trabalho do assistente social junto aos idosos nas políticas de saúde e assistência social em Manaus e os desafios do trabalho da equipe psicossocial do Tribunal de Justiça de Roraima. O terceiro eixo, “Cenários e Debates Contemporâneos”, enfoca a paisagem nortista nos marcos primordiais para o entendimento da ocupação e expansão da cidade de Manaus, vista sob a ótica dos programas social e ambiental dos igarapés de Manaus, das relações de trabalho, da atividade dos oleiros, principalmente no que diz respeito à informalidade e à precarização, das condições de vida dos trabalhadores e de algumas das consequências disso na indústria cerâmica no Amazonas. Expõe, ainda, o Projeto Migratório, afirmando que as metas desse projeto estão vinculadas diretamente à superação de necessidades concretas dos migrantes, o que implica deixar para trás parte da vida e da própria história na esperança de que um dia possam ser retomadas. Por último, como resultado de um projeto de extensão, o livro apresenta um levantamento socioambiental na Comunidade Jardim Tropical, aproximando-nos das condições de vida e das formas de resistência dos sujeitos com os quais trabalhamos, possibilitando uma aproximação com a realidade brasileira, especialmente com as velhas e novas expressões da chamada “questão social”, elemento medular na formação profissional dos assistentes sociais brasileiros.

Estamos diante, portanto, de uma obra cuja temática e construção coletiva evidenciam demandas e requisições de uma realidade tensa e desafiante, repleta de grandes contradições, mas, ao mesmo tempo, rica em determinações, projetando o futuro que, certamente, já nos impõe uma agenda de renovação das lutas pela formação de qualidade: desafio presente e futuro da profissão e de todos os que se opõem a uma educação mercantilizada e alinhada, exclusivamente, aos interesses do capital.

Boa leitura!

Prof^a Dr.^a Alzira Maria Baptista Lewgoy

*Prof.^a Adjunta da Graduação e Pós-Graduação do Depto.
de Serviço Social. Coorda. do Grupo de Estudos e Pesquisa
sobre Formação e Exercício Profissional (GEFESS).
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*

Porto Alegre, primavera de 2017

PARTE 1

Formação Profissional em Serviço Social

I. A influência do higienismo na formação profissional do Amazonas (1941-1946)

*Isteice Nogueira de Lima
Marcelo Mario Vallina*

1. Introdução

O trabalho aqui apresentado, compõe o sub-projeto “História e Formação Profissional” do projeto de pesquisa guarda-chuva “Formação Profissional do Assistente Social no Estado do Amazonas”¹. O objetivo do sub-projeto é analisar as influências teórico-metodológicas que determinaram a formação profissional dos assistentes sociais no Amazonas, entre sua criação em 1941 e o ano de 1980.

A hipótese geral é que, apesar do Amazonas ter tido, historicamente, um desenvolvimento desigual e combinado com respeito aos eixos centrais de desenvolvimento econômico, político e social do país e

¹ Coordenado pela Professora Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade da Universidade Federal do Amazonas.

do exterior, as tendências modernas quer seja no âmbito da cultura, da política e, principalmente da ciência sempre fizeram parte do horizonte intelectual das discussões das elites locais e regionais, como o tem demonstrado a importante bibliografia existente sobre o período final do século XIX e as primeiras três décadas do século passado², no entanto, as perspectivas teórico-metodológicas desse ambiente cultural se caracterizaram por encampar processos modernizadores que dissociaram os processos referentes à formação do capital, do desenvolvimento das forças produtivas, da produtividade do trabalho, da formação do Estado e das identidades nacionais e da secularização de normas e valores, do contexto histórico, político e cultural, ou seja, processos de “modernização sem modernidade” (HABERMAS, 1990). Nesse sentido, sustentamos que a formação profissional desde seus primórdios, até final dos anos setenta no Amazonas, foi fundamentalmente modernizadora no sentido definido por Netto (1991), ou seja, capaz de adequar a profissão aos requisitos impostos pelos processos de desenvolvimento capitaneados pelo capital e com conteúdos paternalistas e autoritários.

No presente artigo nossa preocupação se situa entre 1940 e 1946, período final do denominado Estado

2 Vejam-se, dentre outros, DIAS, Edinea Mascarenhas. A Ilusão do Fausto. Manaus 1890-1920. 2 ed. Manaus, AM: Valer, 2007; MESQUITA, Otoni. La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos 1890-1900. Manaus. Edua. 2009; SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930). 2009. 425f. Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, RJ, 2005.

Novo, ou seja, se concentra em analisar o período de emergência do Serviço Social no Amazonas, tendo como indagações principais as seguintes perguntas: Quais foram as principais perspectivas teórico-metodológicas que influenciaram a formação profissional dos primeiros Assistentes Sociais no Amazonas? Teria a Doutrina Social Católica determinado hegemonicamente — ou exclusivamente — tal formação na região? É possível perceber a incidência de outras correntes teóricas nesse processo?

Falar de perspectivas teórico-metodológicas, é falar de diferentes modos de interpretar a realidade e estabelecer estratégias e posicionamentos aceitáveis e/ou necessários àquela altura. Em nível de formação profissional, determinadas matrizes podem ganhar uma receptividade maior, ou não, de acordo com as particularidades regionais, a depender das circunstâncias sociais, políticas e econômicas vigentes naquele local e momento histórico. Nosso estudo se utiliza dos Trabalhos de Conclusão de Curso, elaborados de 1941 a 1946.

Os resultados dessas reflexões regionais podem contribuir para a construção de uma história nova do Serviço Social nacional³, mas principalmente para o

3 Com base na reflexão apresentada na coletânea “Serviço Social no Brasil: História de resistências e de rupturas com o conservadorismo” (2016), José Paulo Netto restitui o debate sobre a necessidade de construção de uma história nova do Serviço Social nacional. Isto se daria através da valorização das propostas de estudos históricos localizados e particulares, que por sua vez consubstanciaríamos ensaios de totalização histórica. Netto (2016) esclarece que a história do Serviço Social brasileiro tem seu ponto de partida na obra de Yamamoto & Carvalho (1983). No entanto, mais de 30 anos se passaram e estudos regionais

preenchimento de um hiato na historiografia do Serviço Social em Manaus, sobretudo, em seu período de surgimento e consolidação do status profissional.

2. As principais influências teórico-metodológicas na formação profissional em Serviço Social na década de 1940

Inicialmente, faz-se necessário destacar que o estudo sobre as perspectivas teórico-metodológicas que imprimiram abordagens e ações políticas particulares na formação profissional não pode ser dissociado nem da dinâmica das relações de expansão e acumulação capitalista, fundamentais no processo de maior ou menor receptividade de uma matriz de pensamento; e nem, dos diferentes atores sociais e políticos envolvidos na constituição e desenvolvimento da profissão em cada local e momento em particular.

Uma das mais reconhecidas influências teórico-metodológicas sobre o Serviço Social brasileiro naquela época é, sem dúvida, a Doutrina Social Católica, de origem franco-belga, inspirada, inicialmente, na filosofia de São Tomás de Aquino, e, posteriormente retomada, através dos esforços de Jacques Maritain, na França, e o Cardeal Mercier, na Bélgica, no final do século XIX e perdurando até o século XX, com uma nova roupagem: o neotomismo. Conforme Aguiar (1985), o objetivo dessa retomada era atualizar a Doutrina Social com o pensamento moderno, ou seja, não permitir que as correntes teológicas que

atualmente podem oferecer elementos significativos que Yamamoto & Carvalho, naquele momento, não dispuseram.

fundamentaram os pilares da igreja enquanto instituição hegemônica de dominação ideológica fossem superadas e dadas como ultrapassadas devido ao progresso científico no campo do pensamento moderno. O esforço empregado nessa reconquista, no entanto, não se deu somente no campo do pensamento, mas “essa estratégia desenvolvida pela Igreja se dirigirá para a recuperação de seus privilégios e da legitimação jurídica de suas influências dentro do Estado” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983. p.159).

No Brasil, como esclarecem Iamamoto & Carvalho (1983), uma dessas estratégias consistiu na mobilização de mecanismos de resgate do controle da opinião pública para manutenção do apogeu ideológico e social utilizando-se do movimento católico laico, processo que os referidos autores denominam de recristianização da sociedade civil. Dentro do movimento de ação católica, obedecendo uma dinâmica que já estava se intensificando na Europa, começam a surgir instituições assistenciais, consideradas pelos autores como as protoformas do Serviço Social. Dentre elas se destacará, primordialmente, o Centro de Estudos e Ação Social (Ceas), inaugurado em 1932. O objetivo do Ceas era fortalecer, agregar e organizar os grupos católicos, visando a capacitação da juventude católica na prestação da assistência, a fim de difundir a doutrina e a formação social pregada pela Igreja.

Nesse sentido, como a literatura da profissão destaca, Igreja e Estado estabelecem relações de cooperação e divisão de tarefas, onde à Igreja cabe o tratamento das mazelas sociais e a doutrinação moral, e ao Estado a manutenção da ordem e da paz política. A

assistência era exercida pela ótica da conciliação de classes, sendo considerada um importante meio para se desempenhar no controle sobre os pobres, contribuindo dessa forma, para a manutenção do Estado e perpetuação do sistema capitalista.

Conforme Aguiar (1985), a partir da década de 1940 verifica-se um crescente esforço no sentido de racionalização da ação do Serviço Social através da imposição de uma série de técnicas e de conteúdo metodológico, em busca de atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista e às exigências da reforma do Estado. Essa reorientação se dá no contexto da expansão industrial, do crescimento urbano e do surgimento de inovadoras instituições sociais, produto da ampliação da intervenção Estatal nas relações capital - trabalho. Este cenário demandará uma força de trabalho com determinado arcabouço teórico e técnico, que pretenderá ter uma eficaz intervenção, superando as 'boas intenções'.

Segundo esta interpretação, o Serviço Social brasileiro pautado no conservadorismo católico irá assimilar diretrizes da matriz conservadora da teoria social positivista ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão. Este processo é denominado por Iamamoto (1992, p. 21) como “arranjo teórico doutrinário”, caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico do positivismo norte-americano.

Aguiar (1985) explica que esta reorientação se deu pelo estreitamento das relações políticas e comerciais

entre o Brasil e os Estados Unidos devido à Política de 'Boa Vizinhança' com a América Latina. Em nome desta política, diversos acordos financeiros e culturais foram estabelecidos. No que tange ao Serviço Social, os acordos estabelecidos significaram a importação de técnicas de Serviço Social de Caso, inicialmente, e depois de Grupo e de Comunidade.

Ribeiro (1996) frisa que, conforme o francês Augusto Comte (1798-1857), conhecido como 'pai do positivismo', a sociedade era regida por leis sociais, não modificáveis, independentes de nós, cabendo-nos apenas a função de simples expectadores dos fenômenos externos. Os fatos só poderiam ser conhecidos pela experiência. Segundo esta perspectiva teórica, o Serviço Social terá como reflexos a moralização da vida social, julgando a luta de classes como desordem e a questão social enquanto desvios e anomalias que exigem um tratamento social de educação moral junto às famílias das classes menos favorecidas, tendo como objetivo a mudança de comportamento do usuário pela via de um processo de ajustamento à ordem e o despertar das potencialidades individuais.

No âmbito da América Latina alguns autores destacam que, embora o pensamento católico tenha garantido significativa incidência sobre a gênese da profissão, outras correntes e filosofias engendraram a formulação da profissão desde o começo.

Um grande exemplo dessas outras influências ocorreu no Serviço Social chileno e argentino, nos quais se somava ao pensamento católico, o racionalismo higienista. Esse movimento consistia numa corrente

constituída de médicos higienistas que exigem intervenção intensa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral.

Esta perspectiva é exposta, para o Brasil, na obra de Vasconcelos (2000), na qual o autor problematiza alguns aspectos da historiografia especificamente no período de surgimento do Serviço Social no Brasil. Vasconcelos (2000) advoga que a trajetória da formação profissional do Assistente Social no país e no mundo recebeu uma intensa influência da corrente higienista sob uma relação complementar tanto à doutrina católica de cunho franco-belga como à doutrina positivista norte-americana.

Bastos (1998) ressalta que é necessário levar em consideração que, no início do século XX, durante o período da estruturação capitalista da sociedade americana, houve forte influência da ética protestante, do liberalismo e do positivismo. Da mesma forma, Vasconcelos (2000) apresenta que o movimento de higiene mental tem suas origens na França, mas só foi fomentado pela cultura estadunidense no início do século XX, por esta caracterizar-se como meritocrática, baseada na ética protestante da salvação individual, nas raízes do darwinismo social, da filosofia empírica, pragmática e positiva, e pela continuidade da *Charity Organization Societes*, no Serviço Social.

Dentre as hipóteses levantadas por Vasconcelos (2000) para ratificar esta tese, está a análise dos programas de ensino do currículo de graduação em

Serviço Social das primeiras escolas do Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro), onde se percebe o incentivo a uma leitura higienista através da inclusão de disciplinas de matriz teórica médica, além da própria incidência desse ideário nas bases dos métodos tradicionais, como o Serviço Social de Caso e nas obras de pioneiras como Mary Richmond.

Sob a ótica do ideário de Richmond, a ação profissional inscreve uma metodologia pautada numa análise médica das expressões da questão social, na qual essas expressões eram passíveis de diagnóstico e tratamento como uma “doença”.

Observamos a valorização que Richmond dava à individualização da assistência, com características de autoajuda, tanto no diagnóstico como no tratamento, dando-lhe uma visão “terapêutica”, uma vez que considerava a questão social como uma doença que necessitava de diagnóstico e de tratamento a partir do indivíduo.

Vasconcelos (2000) explica que, a partir do desfecho da primeira Guerra Mundial, as teorias psiquiátricas foram apropriadas pelo Serviço Social mundial, exigindo dos profissionais uma abordagem psicológica em seu trabalho. No Brasil, o autor cita a relação próxima entre o governo de Getúlio Vargas e a Liga Brasileira de Higiene Mental, por meio de um considerável número de ministros simpatizantes desse movimento. Além do mais, a própria campanha Pró-Higiene Mental que acontecera em 1933 contou como presidentes de honra o próprio Getúlio Vargas e sua esposa, Darcy Sarmanho Vargas.

Uma outra hipótese das sete levantadas por Vasconcelos (2000) que podemos citar é a inserção do Serviço Social no campo da saúde mental através dos Centros de Orientação Infantil e Juvenil (COI e COJ), diretamente influenciados pelo modelo proposto pelos higienistas naquele contexto com base em experiências na *Child Guidance Clinics* norte-americanas. Os objetivos desta clínica se dirigiram em torno da prevenção, visando promover os princípios da higiene mental e prevenir distúrbios dessa natureza, na vida adulta, mas principalmente, na infância.

A preocupação relacionada aos temas da saúde, da higiene, do progresso estavam no centro da agenda dos países que buscavam o engrandecimento como nação. Via-se a infância como o elemento de construção da pátria, sendo o mais apto a ser modificado, corrigido e melhorado. Investir nela significava moldar “o homem ideal”, “civilizado, ordeiro e laborioso”. Acreditava-se que o futuro da sociedade passava pelo progresso higiênico, físico, sanitário, biológico, disciplinar e genético.

É dessa forma que Aranda (2003) menciona que uma “ordem psiquiátrica” estava sendo introduzida. Foi integrada toda uma estratégia de regularidade, normalização, apoio, monitoramento e proteção de crianças, criminosos, vagabundos, pobres de qualquer maneira, e em especial dos trabalhadores. A psiquiatria higienista do século XX afirmava que a medicina não era apenas para estudar ou curar doenças, mas tinha relacionamentos íntimos com a organização social.

3. O ‘estado da arte’ na interpretação da emergência do Serviço Social no Amazonas

Em se tratando de literatura especializada na área de história do Serviço Social no Amazonas, apresenta-se como única referência o trabalho da Professora Rita de Cássia Montenegro (1986), que discute a constituição da Escola de Serviço Social na década de 1940. Montenegro (1986) argumenta que a criação da Escola surgiu como resposta às condições históricas e sociais da sociedade amazonense, num período em que a segunda guerra mundial gerara um ressurgimento da produção de borracha na região e atraía significativos contingentes de migrantes internos, especificamente do nordeste.

Segundo a autora, os antecedentes desse processo remontam aos tempos áureos do ciclo da borracha entre os séculos XIX e XX. Destaca que, dos ciclos vivenciados, aquele foi o de maior rentabilidade econômica, sendo a cidade de Manaus daquela época conhecida como “Paris dos Trópicos”. A inserção da região no comércio mundial se realizou nos mesmos moldes de outras regiões do Brasil, ou seja, pelo fornecimento de matéria prima, neste caso a borracha.

A exportação da borracha, no seu apogeu, oferecera ao governo federal quantias de recursos equivalentes às da exportação do café no centro-sul. Dessa forma, os recursos circulantes na cidade contribuíram como desenvolvimento de uma política de embelezamento e de higiene pública nos padrões dos centros hegemônicos.

A retomada da produção da borracha durante o Estado Novo desencadeará em um aumento significativo de doenças como lepra, tuberculose, sífilis, malária, tracoma, leishmaniose, mal de chagas, cegueira e surdez, epilepsia e deficiência mental.

Além disso, acrescenta-se ainda a situação da prostituição, “[...] o analfabetismo, a verminose, o desemprego, a carestia de vida, a habitação insalubre, os pântanos dos arrabaldes, a falta de educação higiênica, o álcool [...]” (ARAÚJO, 1941 apud MONTENEGRO, 1986, p. 41).

Montenegro (1986) assinala ainda que, perante este contexto, o Governador do Amazonas solicita ao juiz de menores André Vidal de Araújo (1898-1975), uma das primeiras personalidades a preocupar-se com essas questões, a elaboração de uma política de assistência para o Estado. Na sua apresentação o juiz de menores, dentre outras medidas, defenderá a necessidade da criação de uma escola de Serviço Social.

A partir de então, André Vidal de Araújo se dedicará à criação da primeira escola de Serviço Social na região norte. É nesse item que Montenegro (1986) argumenta que a formação profissional se fundamentará principalmente na Doutrina Social da Igreja Católica de influência franco-belga devido, por um lado, à forte formação católica do juiz de menores e, por outro, a que a escola será inspirada na Escola de São Paulo, de importante conteúdo católico.

Os questionamentos levantados por Vasconcelos (2000) sobre a influência higienista no surgimento do Serviço Social nos Estados Unidos de América, no

Serviço Social Franco-Belga e conseqüentemente na escola de São Paulo começam a abrir a possibilidade de atenuar que a formação profissional no Amazonas não se restringiu a um conteúdo exclusivamente a um conteúdo doutrinário católico, ou seja, permite indagar novamente, como Montenegro (1986) o fez, sobre as origens da profissão na região.

Partindo da ideia de que os trabalhos de conclusão de curso exprimem características importantes da formação profissional sustentamos neste artigo que os TCC da época buscam se fundamentar não na doutrina social da igreja católica, mas na agenda higienista muito influente à época⁴.

Inicialmente é interessante apresentar, a partir da primeira matriz curricular do curso de Serviço Social apresentada por André Vidal de Araújo, as áreas temáticas relacionadas com a formação, onde se pode observar que mais de noventa por cento das disciplinas pertencem a áreas de conhecimento não relacionadas ao conteúdo Doutrinário Católico.

4 Vasconcelos, S.A. e Vallina, M. M. (2015) no relatório de Iniciação Científica analisam a influência higienista nos escritos de André Vidal de Araújo do período.

ÁREAS	DISCIPLINAS	TOTAL	%
SAÚDE OU BIOLÓGICAS	Higiene; Puericultura; Biologia; Psiquiatria Infantil; Psicologia; Enfermagem e Nutrição.	8	50
SERVIÇO SOCIAL	Estágio ou Prática	1	6,25
OUTRAS CIÊNCIAS	Economia; Sociologia; Direito; Pedagogia; Estatística	5	31, 25
CRISTÃ	Moral	1	6,25
OUTRAS	Psicotécnica	1	6,25
TOTAL	16		100

QUADRO I – Percentual de disciplinas por área temática na proposta de criação do curso de serviço social em Manaus.

Fonte: Elaboração própria, com base no documento apresentado em Montenegro (1986).

Destaca-se também uma grande quantidade de disciplinas referentes à área da saúde e condizentes com questões que giram em torno da agenda do higienismo/sanitarismo. Pelo menos cinco disciplinas têm relação comum com a interpretação e aplicação do Higienismo na Amazônia (Higiene, Puericultura, Psicologia, Psiquiatria e Nutrição). Esse grande número de disciplinas também explica a importância e urgência do domínio de determinados conhecimentos que permitissem compreender os problemas da região.

Esta primeira aproximação à análise das disciplinas da matriz curricular está de acordo com os temas priorizados nos 55 (cinquenta e cinco) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) realizados entre os anos de 1941 e 1946, como mostra o quadro a seguir:

TEMAS	1941	1943	1944	1945	1946	TOTAL	%
SAÚDE	14	3	0			17	30,9
EDUCAÇÃO	2	1	0			3	5,45
FAMÍLIA	4	0	0			4	7,27
GÊNERO	2	0	0			2	3,63
INFÂNCIA	5	3	1	1	5	15	27,27
SERVIÇO SOCIAL	5	1	0		3	9	16,36
RELIGIÃO	0	3	0			3	5,45
NI*	2	0	0			2	3,63
TOTAL	34	11	1	1	8	55	100

QUADRO II – Distribuição dos Trabalhos de Conclusão de Curso por área temática (1941-1946).

Fonte: Elaboração própria com dados do Departamento de Serviço Social da UFAM.

É possível verificar que quase 60% de trabalhos de conclusão de curso se concentraram em áreas relacionadas à agenda higienista/sanitarista, isto é, saúde e infância, com 30,9% e 27,27% respectivamente e 16,36% na área de Serviço Social, sendo que um dos trabalhos indicados nesta última área temática, tem por título “Serviço Social e Enfermagem”. Quando observamos os TCC's na área de saúde, identificamos que 43,75% dos trabalhos estão relacionados a doenças como tifo, malária e lepra; 31,25% com alcoolismo; 18,75% versam sobre Higiene e 6,25% abordam a alimentação, o que reafirma ainda mais a hipótese do caráter modernizador da formação profissional na época relacionado à influência higienista.

4. Visitando os trabalhos de conclusão de curso

Como vimos até aqui, tanto as disciplinas quanto os títulos dos Trabalhos de Conclusão de Curso nos primeiros anos de criação da escola de Serviço Social em Manaus apontam para uma formação profissional vinculada mais estreitamente às características do higienismo do que à tradição doutrinária católica. O próximo passo será, neste item, analisar o discurso das discentes do curso de Serviço Social no seu trabalho final.

Dos 55 (cinquenta e cinco) TCC elaborados no período de 1941 a 1946 e que constam nos registros do Departamento de Serviço Social, foram encontrados 23 (vinte e três) no Museu Amazônico da UFAM. Da sua análise se destacaram quatro temas que, como vimos no item anterior, pertencem às áreas que mais obtiveram trabalhos desenvolvidos, a saber: saúde, infância, alcoolismo e família.

4.1 Alcoolismo: os herdeiros dos genes degenerados

Concebida como inimiga das raças, a eliminação do alcoolismo era assunto eugênico, ligado à defesa nacional e à constituição da nacionalidade. Autores como Costa (1980) e Reis (1994) mencionam que o tema alcoolismo tinha lugar garantido na agenda política do Presidente Getúlio Vargas, notório pelo ideário de modernização do Estado Brasileiro. Desde seu governo provisório, Vargas apoiou a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), uma entidade do movimento psiquiátrico com objetivos de intervenção

médico-social, na realização de sua campanha antialcoólicas, sendo o alcoolismo a principal bandeira de luta da LBHM (REIS, 1994). Na Amazônia, para Montenegro (1986), as condições miseráveis de vida, associadas às condições sanitárias e climáticas da região conformavam as circunstâncias ideais para a proliferação de diversos males no meio social, dentre eles o alcoolismo, uma das principais problemáticas locais, conforme identificado por André Vidal de Araújo nos relatórios da situação social do estado do Amazonas.

Na Escola de Serviço Social amazonense, quatro trabalhos foram elaborados sobre tal tema, optamos por utilizar três deles em nossa análise: 1 – “Alcoolismo e Criminalidade”, de Marisa de Melo Viana (1941); 2 – “O Álcool”, de Nelly de Souza Azevedo (1941); 3 – “Alcoolismo”, de Maria Lourdes Polestinha (1943). Pelo discurso das alunas, o alcoolismo era considerado um vício difundido no meio social, com impactos negativos tanto ao sujeito, quanto à sua família e comunidade, além da interferência direta na produção econômica do país, já que esta dependia de trabalhadores responsáveis e sóbrios.

No desenvolvimento dos trabalhos, as alunas dispensavam tempo à descrição dos efeitos do álcool no organismo humano, alertando a respeito de vários prejuízos, por exemplo:

O álcool penetra em todos os pontos do organismo humano [...] estômago, intestino, fígado, rins e pulmão

são violentamente atacados por essa bebida (VIANA,1941, p. 02).

A sepultura também reclama antes do tempo estas vítimas, não só por causa de desastres e mortes violentas, mas por causa das enfermidades do coração, do sistema nervoso, pela corrupção dos órgãos vitais de nosso corpo (POLESTINHA, 1943, p. 04).

Morel, autor do livro, Tratado de Degenerescências (1857), teoria considerada uma das raízes psiquiátricas do Movimento de Higiene Mental na França (STEPAN, 2005), apontava o abuso alcoólico como importantíssimo fator provocador de uma herança degenerada. É possível verificar uma grande preocupação explícita nos TCC's de 1941/43 a respeito das consequências acarretadas pelo álcool sobre a hereditariedade, atentando para deformações e degenerações da raça saudável. Os prejuízos causados pelo álcool sobre os filhos do alcoólatra, não se limitavam a deformações físicas, mas também psicológicas e morais como é exemplificado nos TCC's:

No desenvolvimento ou multiplicação da espécie humana, também o álcool nos apresenta casos muito impressionantes: Fórel, grande cientista alemão, diz que na observação por ele feita em 57 filhos de alcoólicos encontrou 38 degenerados e 12 mortos e em 61 filhos de pais ébrios verificou 6 degenerados e 5 mortos na infância [...] Estas são palavras sinceras de um velho mestre da ciência médica que dedicou toda a sua vida [...] estudando em favor ~ do salvamento das gerações humanas, degeneradas de hoje em diante (AZEVEDO, 1941, p. 01).

Os efeitos da bebida alcoólica - sendo o que Deus fez e presenteou o homem, é bom, porém o erro surge quando o homem abusa das dádivas de Deus e as mistura com o fermento da corrupção [...] O resultado [dessa] ação, vem acompanhando uma raça inteira [...] (POLESTINHA, 1943, p. 02).

[...] os próprios filhos do alcoólatra sofrem as consequências de seus pais. Nascem deformados, anormais, com tendência a loucura e ao idiotismo e com o físico depauperado [...] epiléticos e histéricos, os neuropatas, imbecis, maníacos, dementes e outras espécies que atravessarão a vida perigosos e inúteis [...] O alcoolismo habitual é o verdadeiro responsável pelas degenerescências transmitida aos descendentes [...] [existe ainda o] bebedor permanente. A diferença nestes dois casos será apenas em relação à gravidade da herança transmitida [...] proteger o ébrio é favorecer a criminalidade, e trabalhar contra a conservação e fortalecimento das raças.” (VIANA, 1941, p. 02-04).

Uma característica identificada nos trabalhos é a frequente culpabilização que se costumava impor aos indivíduos que se tornavam dependentes do álcool. Pela compreensão de que o alcoolismo se difundia nas classes populares, autores como Reis (1994) e Costa (1989) afirmavam que a condição socioeconômica da população mais carente da sociedade era fator principal para o alcoolismo.

Porém, segundo os discursos nos TCC's, o problema estava concentrado eminentemente no indivíduo como a célula “disfuncional” responsável pelo vício e “contaminação” de outros ambientes sociais. Não costumava-se atribuir a fatores socioeconômicos,

agravados àquela época, como razões determinantes do alcoolismo, mas sim, moralizar o uso do álcool, cuja solução estaria na propagação da educação moral e nos esforços de manutenção da ordem (ainda que isso significasse de alguma maneira, uma institucionalização, que poderia ser em hospitais e ou em presídios).

4.2 A infância: o Brasil de amanhã

Dos vinte e três (23) TCCs escritos no período de 1941 a 1946, seis ou 26,08% tinham como tema “A Infância”. Optamos por analisar brevemente quatro (4) deles: 1 – “A criança”, de Ida Lago Pereira da Silva (1941); 2 – “Como cuidar das crianças”, de Consuelo de Souza Carioca (1941); 3 – “O Serviço Social em relação à infância”, de Palmira Vieira Sá Antunes (1941); 4 – “A Criança”, Maria de Nazareth Oliveira Melo (1941).

Verifica-se em todos estes trabalhos a interpretação da criança como futuro cidadão e este sempre como o objetivo fim para justificar o vasto investimento que deveria ser feito à saúde física, moral, e à educação da criança:

Os pais precisam preocupar-se em “conservar-lhe a saúde e educá-la em um ambiente puro, isento de vícios, isto é, em um meio sã, de bons costumes [...] é indispensável grandes cuidados com a saúde seja física ou a mental porque é quando se revelam e se acentuam as fraquezas e taras hereditárias com maior intensidade, enfraquecendo o corpo e o cérebro. Acentuam-se os instintos da criminalidade e as tendências a

loucura” [...] A criança é a miniatura do adulto [...] Um povo sem cultura e sem vontade própria, um aglomerado de líderes ignorantes, nunca merecerá o nome de nação (SILVA, 1941, p. 02-03).

Saúde e Educação! Eis a melhor herança que os pais cuidadosos podem deixar para seus filhos. Num país tão grande e rico como o Brasil, os seus filhos têm imensas probabilidades de progredir, de prosperar e atingir uma boa posição (CARIOCA, 1941, p. 02).

Querer sempre a felicidade das crianças depende por sua vez de dois princípios: saúde perfeita e saúde moral, para bem enfrentar os diversos problemas da atividade humana (MELO, 1941, p. 03).

Segundo Nunes (2011), via-se a infância como o elemento construidor da nação, sendo o mais apto a ser modificado, corrigido, melhorado pela intervenção eugênica. Investir nela significava moldar “o homem ideal”, “civilizado ordeiro e laborioso”. A preocupação relacionada aos temas da saúde, da higiene, do progresso estavam no centro da agenda dos países que buscavam o engrandecimento da nação. Acreditava-se que o futuro da sociedade passava pelo progresso higiênico, físico, sanitário, biológico, disciplinar e genético. Isso exigia a ampliação do campo de atenção à infância e reforma das alternativas assistenciais que estavam em voga como a filantropia, a caridade e a benemerência, pois reivindicava-se políticas de assistência específicas, contínuas e com uma maior participação estatal (em parceria com o setor privado) na condução, financiamento e coordenação das medidas junto a infância.

Em todas as teses, identifica-se a delegação de grande responsabilidade à mãe quanto ao desenvolvimento saudável de seus filhos, seja moral, físico, social ou educacional. Stepan (2005) explica que a o termo “puericultura”, uma das subáreas do higienismo, concentrava a atenção dos médicos na importância para o futuro da nação dos cuidados com as mães e as crianças, atribuindo o papel da mulher na família e na reprodução, criando seus filhos de maneira saudável para o futuro da nação.

[...] os primeiros bancos da escola são os joelhos maternos [...] É árduo e difícil o papel da mãe de família na educação dos filhos, papel esse que ela deve exercer com todo critério (SILVA, 1941, p. 02-03).

É indispensável que [a mãe] esteja à par das regras da boa alimentação, dos cuidados a ter com uma criança, de tratamento caseiro, o que muitas vezes impede o aumento ou a evolução de pequenos males em grande parte dos cuidados e dos conhecimentos maternos (CARIOCA, 1941, p. 02).

[...] a mulher-mãe, não deveria procurar colocação que impusesse passar o dia fora de seu lar, abandonando assim, o seu trono de realeza. Com a ausência materna no lar, nunca se poderá melhorar o capital humano, tão necessário à grandeza da pátria (ANTUNES, 1941).

Reis (1994) menciona que a orientação do movimento higienista quanto aos cuidados às crianças, era que se iniciasse a “profilaxia mental” na mais tenra infância, e todos os agentes da sociedade, sejam os pais, professores, médicos e profissionais da área social,

deveriam ser instruídos na área de higiene mental para identificarem as crianças fortes candidatas a desenvolverem as tendências malignas.

Por fim, família, ciência, Estado e a sociedade em geral deveriam realizar e colaborar para a disseminação dos serviços profiláticos – ou políticos – da formação de cidadãos.

4.3 Saúde: uma população pobre, doente e anti-higiênica

Na área de saúde foram analisados 50% dos TCC encontrados, a saber: 1 – “Impaludismo”, de Valdívnia Alves de Oliveira; 2 – “Malária”, de Maria de Lourdes Sá Peixoto do Passo; 3 – “A Luta Social Contra a Tuberculose”, de Edna Azevedo dos Santos, todos datados de 1941.

Como afirma Montenegro (1986, p. 95), a temática de saúde desenvolvida pelas alunas em suas teses coincide com os problemas existentes e preocupantes na Amazônia na década de 1940, pois uma vez que “as inadequadas condições de habitação da população amazonense e a falta de instalações sanitárias favoreciam [a] disseminação, que merecia o interesse dos estudantes de Serviço Social [...]

”¹, o que demonstra que a escola estava voltada para os problemas imediatos da região, buscando estudá-los e conhecê-los, e preparando seus alunos no sentido de tentar solucioná-los.

Segundo Schweickardt (2009), a Amazônia possuía as condições favoráveis à reprodução de determinadas endemias e epidemias, isto é, o clima, a temperatura e as

condições de vida da população contribuíam para a proliferação das doenças tropicais; bem como conformava, pelos mesmos motivos, um ambiente receptivo às doenças como a tuberculose, considerada uma doença “cosmopolita”, ou seja, comum em qualquer parte do globo.

A tuberculose, citando o trabalho “A Luta Social Contra a Tuberculose” de Edna Azevedo dos Santos (1941), tratava-se de uma das mais temíveis e mortais doenças, onde a maior parte dos óbitos estava relacionada com indivíduos em idade produtiva e pertencentes às classes baixas. O interesse em exterminar a tuberculose, segundo a autora, era tanto científico quanto econômico:

As estatísticas que sustentam que a sexta parte dos óbitos nos países civilizados são devido a tuberculose. Quase todos os indivíduos, pertencem à força de trabalho e pertencentes às classes populares [...] O conhecimento destes diferentes casos fez nascer, por interesse econômico e científico [da] humanidade, a ideia de lutar contra um [mal] que sendo terrível, é curável (SANTOS, 1941, p. 1).

A tuberculose ocupava o segundo lugar nas estatísticas (SCHWEICKARDT, 2009). Tanto a tuberculose como a lepra eram chamadas de “doenças dos pobres”, devido a sua grande incidência nessa classe social, o que as tornava ainda mais estigmatizantes e alimentava o discurso da educação higiênica, tendo em vista que a população de baixa renda vivia em condições consideradas anti-higiênicas. Um outro agravante, de

cunho econômico, era que a tuberculose incidia sobre a força de trabalho em atividade e, dado o grande potencial de contágio, era necessário o completo afastamento do trabalhador do meio social.

Ainda segundo Santos (1941), o combate à tuberculose poderia se dar, a exemplo de países da Europa, por meio de linhas de defesa que privilegiassem tanto o modelo de internação asilar, a chamada “profilaxia defensiva”, como por meio da “profilaxia preservadora” (REIS, 1994), isto é, ações primárias, que se adiantassem para fins de prevenção:

[Esta] linha tem por fim o melhoramento dos terrenos débeis, sobretudo o descobrimento das crianças predispostas. Os seus meios de ação são para as crianças, a puericultura por meio das colônias de férias, a residência no campo, os hospitais marítimos para os adultos, os dispensários [...] [Esta linha] é a mais forte [...] e também a mais importante; mais vale prevenir do que curar (SANTOS, 1941, p. 3).

Interessante observar que essa “profilaxia preventiva” deveria ser aplicada na tentativa de descobrir “crianças predispostas”, “crianças geneticamente inclinadas a desenvolver a tuberculose. Além disso, observa-se uma dada atribuição de importância e êxito à educação higiênica e a aplicações de medidas de higiene ao “tuberculoso”:

A tuberculose, nunca teve uma aplicação de educação popular: o escarrador cospe e escarra por toda a parte e

sem o menor cuidado de decência e asseio, as moscas que pousam sobre os escarros incumbem-se de propagar os bacilos tuberculosos. A Inglaterra tem visto baixar progressivamente o seu dízimo mortuário por tuberculose graças às medidas gerais da higiene (SANTOS, 1941, p. 4).

Havia uma grande valorização das medidas de prevenção fundamentadas na promoção da educação e na intervenção higiênica. Segundo discursos de Miranda Leão, o problema eugênico brasileiro estava na educação da família, por isso, propôs que se criassem “postos de profilaxia social e casas de saúde apropriadas para serem ali ministrados os meios terapêuticos e morais, a fim de evitar a difusão das enfermidades [...]” (AMAZONAS MÉDICO, nº 8, 1919 apud SCHWEICKARDT, 2009, p. 268).

Em nível de preocupação social, científica e política, a tuberculose só perdia para a malária e a febre amarela. Essas duas doenças tiveram maior conjunto de pesquisas no país e na região amazônica (SCHWEICKARDT, 2009). As alunas autoras das ‘teses’ sobre o tema da Malária, igualmente, dispensavam tempo descrevendo, com uma linguagem médica, o ciclo de transmissão da Malária, os grupos vulneráveis, cuidados em geral, detalhando o tratamento com o uso da quinina e explicando a tese do mosquito como vetor, descoberta científica importante, “tanto para as pesquisas na área da entomologia como para as medidas de profilaxia das doenças transmitidas por insetos, pois “modificou as formas de prevenção e

controle da malária e da febre amarela [...] (SCHWEICKARDT, 2009, p. 63).

Segundo Schweickardt (2009), a malária foi o modelo da doença tropical no século XX, sendo uma das principais causas de mortes nos trópicos. Esta endemia era responsável por quase metade do total de óbitos da capital, atingindo as áreas mais suburbanas da capital, principalmente as regiões mais pobres e regiões do interior do Amazonas:

[A malária] alastra-se, principalmente, nos campos e no interior do Brasil [...] principalmente as zonas de pouca higienização e rudimentares conhecimentos de profilaxia (OLIVEIRA, 1941, p. 01). Sargent afirma ser a malária a doença essencialmente das populações paupérrimas. Com efeito, se melhora o estado econômico das populações, aumenta a resistência individual pois, se asseguram melhor alimentação e também facilidades para aquisição de medicamentos (PASSO, 1941, p. 01).

Além disso, um dos maiores problemas da malária eram seus impactos no desenvolvimento econômico e industrial, atrapalhando a expansão do progresso e tornando-se um impedimento para o comércio e a colonização dos países tropicais. Os relatórios de Oswaldo Cruz (1910) e de Chagas (1913) sobre as condições sanitárias e epidemiológicas da região apontavam a doença como o principal entrave para o desenvolvimento da região (SCHWEICKARDT, 2009, p.71). Como Scherer (1989, p. 67) explica, as práticas assistenciais que amparavam as pessoas nesse período,

justificam-se na medida em que estas pessoas passam a incomodar o centro urbano:

Em outros termos, as políticas adotadas estavam estreitamente vinculadas à necessidade de conservar e higienizar a cidade. Não se tratava de melhorar a vida dos setores mais empobrecidos da sociedade regional, mas de criar formas para responder às exigências do processo de acumulação.

4.4 Família: uma instituição saudável e moral

Quatro (4) ou 17,39% dos trabalhos encontrados foram identificados com a temática da família, e nossa análise girou em torno de três deles, a saber: 1 – “A Família e a Educação”, de Francisca Elzira de Souza; 2 – “Família, habitação, alimentação”, de Elias dos Santos Ferreira; 3 – “A mulher moderna e o trabalho: a atividade da mulher fora do lar e os seus grandes inconvenientes para a família”, de Djanira Magalhães Cordeiro.

Sobre o tema de família, todos os autores concordam em linhas gerais que a família é uma instituição social essencial, uma “célula social, laboratório sagrado onde se prepara, se forma e se conserva, a cada instante, a sociedade inteira [...]” (CORDEIRO, 1941, p. 01). Souza (1941), especificadamente, desenvolve o importante papel da educação no progresso social, cultural, intelectual, físico e moral do homem. Para a autora, existem dois fatores influentes e fundamentais para a construção do homem: o meio ambiente e a hereditariedade. Assim, o

conceito total de educação se baseia para a autora no aspecto psicológico e sociológico, ou seja, um aspecto hereditário e outro adquirido na vida social, em contato com o meio:

A herança é um fator interno, formado pelas tendências hereditárias. O meio é considerado fator externo, exercido pelo ambiente em que vive o indivíduo (ações gerais). A herança faz a transmissão de tendências, de aptidões intelectuais. Herdam-se não só estas tendências, como também outras adquiridas pelos pais e antepassados (SOUZA, 1941, p. 2).

Reis (1994) explica que, segundo os higienistas, as degenerescências poderiam ser transmitidas tanto hereditariamente, isto é, por “acúmulo do capital patológico” que poderia se estender por gerações, até o fim da linhagem; quanto por influências do meio social, adquiridos paulatinamente no curso de uma vida em contato com um ambiente nocivo, o que demonstra quanto os TCC estavam articulados com as concepções higienistas.

Ferreira (1941), por sua vez, em seu trabalho, ocupa-se em abordar a estrutura material e moral da família, baseada nas influências do meio social, neste caso a manutenção de uma higiênica habitação e no consumo de uma adequada alimentação:

A habitação também cria em grande parte a atmosfera de toda a vida social, pois é em casa que mora a mulher e os filhos. As habitações anti-higiênicas ou com um

número grande de pessoas, tem para a sociedade consequências que não se podem medir que repercutem de geração em geração. As moradias onde a luz do sol não penetra, são lugares fáceis para a propagação das doenças e ainda os garotos que as habitam, repudiam-nas, preferindo passar as horas de distrações na rua onde arranjam toda a qualidade de vícios [...] Para que a família possa viver com saúde não é só necessário ter moradia higiênica, mas também ser bem alimentada [...] A família que se alimenta mal cria filhos débeis, trabalha pouco, adoce mais e quase sempre morrem cedo (FERREIRA, 1941, p. 1).

Ainda ao falar de família, Ferreira (1941) e Cordeiro (1941) trazem a crítica ao trabalho feminino, que a partir do surto de industrialização significou a saída das mulheres do âmbito privado para o âmbito público, causando desintegração familiar. Segundo Cordeiro (1941), a saída da mulher da atuação indireta para a direta (denominada pela autora de “masculinização da mulher”) proporcionou a esta uma maior igualdade de direitos, ocupando cargos antes nunca imaginados a uma mulher, porém, gerou consequências sociais que contribuíram para o aumento das doenças entre os trabalhadores e para a desintegração completa da família:

A adaptação social de seus novos direitos criou em relação ao lar grandes desequilíbrios [...] as consequências sociais dessa mudança não deixam de ser desastrosas. A mulher guarda do lar, a quem cabe a educação dos filhos e encargos de velar pela integridade e pela pureza da sagrada instituição familiar,

procurando atividade fora desse mesmo lar, onde passa todas as horas úteis, quem a irá substituir no papel que lhe está reservado e no qual não pode ser substituída? (CORDEIRO, 1941, p. 1).

Masanera & Silva (2000, p. 128) afirmam que o movimento de higiene mental entendia a mulher como uma grande colaboradora na luta por uma sociedade melhor. Dela era cobrada uma atuação patriótica:

A “mulher-mãe”, com seu carinho e afetividade, iria educar os filhos contra as degenerações sociais; a “mulher-professora” complementar a educação recebida em casa sobre os perigos dos vícios; a “mulher-noiva”, pela sua paixão, conseguiria estancar o mau comportamento do noivo causado pelas más companhias; a “mulher-esposa”, pelo seu amor e carinho, conseguiria muito do seu marido, evitando que o mesmo caísse no vício do álcool. A mulher, enfim, deveria ser uma aliada dos progressos higienistas e eugenistas.

Os alunos reconhecem a importância do papel que a família desempenha na sociedade, porém concentrando a maior – senão total – responsabilidade de formação do caráter, da adoção de hábitos saudáveis, do estado de saúde física e mental, da capacidade intelectual/aprendizagem à mulher. A mulher era a figura central do seio familiar e responderia pelo desempenho que cada membro desta família teria, sejam os filhos ou marido. Dessa forma, observamos como saúde, família, mulher e infância se apresentam como

público alvo das assistentes sociais em formação numa confluência com a agenda higienista.

5. Considerações finais

Como apresentado neste trabalho, a recuperação de determinados estudos sobre a região permitem reconstituir as indagações que se fizera Montenegro (1986) em relação às origens da profissão, sob novas bases.

Naquele período, resgatando as influências historiográficas da época, a referida autora nos apresentava de forma competente e clara a emergência do Serviço Social sob o prisma da doutrina social da igreja católica, não obstante, e se antecipando às novas indagações surgidas na segunda metade dos anos de 1990 destacava elementos identificados com a vertente higienista/sanitarista, mas sem conseguir nomeá-la devido ao estado da arte da pesquisa.

Na trilha iniciada por Montenegro (1986) tentamos demonstrar como algumas das principais vertentes modernas da época influenciaram a formação profissional no Amazonas, ao contrário do que sustentam algumas concepções vigentes sobre a relação entre Serviço Social e tendências anti-modernas.

Nesse sentido, a presença do higienismo/sanitarismo se manifestou não só na temática adotada nos trabalhos de conclusão de curso, mas também nas concepções que expressavam nesses trabalhos as próprias discentes. No entanto, a análise dos TCCs demonstrou também que a perspectiva doutrinária católica se apresentou de maneira

relativamente tímida. Apesar das referências à religião serem sempre positivas, a sua pertinência nunca questionada e concebida como item indispensável por parte das alunas não era considerada ferramenta única, nem principal para a solução dos problemas sociais.

Ao observarmos a problemática sanitária e epidêmica amazônica enquanto o primeiro ou segundo maior problema da região, conforme explicitado certamente por Montenegro (1986), é visível, na distribuição temática dos trabalhos de conclusão de curso e nas disciplinas ofertadas nos primeiros anos de formação acadêmica, o tema médico e higiênico superando o conteúdo doutrinário-católico, o que nos permite inferir o quanto esse assunto de pesquisa tinha relevância social, assim como, a relação entre a profissão e seu contexto de emergência.

Vimos que a atuação do movimento higienista, principalmente a partir da sua interpretação pela América Latina e, logo, pelo Brasil, é capaz de abranger vários subtemas, como: sanitarismo, profilaxia, horticultura, educação higiênica, puericultura, eugenia, raça e nacionalismo. Dificilmente o higienismo não encontraria espaço de fomento de seu ideário em qualquer região que estivesse sofrendo com problemas que girassem em torno desses temas, principalmente se levarmos em consideração a função econômica que o higienismo exercia em uma sociedade industrial que se iniciava.

Conforme foi verificado, o alto número de ‘teses’ sobre a problemática da infância indica uma dedicação característica das preocupações do movimento

higienista sob o argumento de esse público ‘ser o portador do futuro do estado e da nação’. A infância é dada como etapa da vida carente de cuidados excepcionais e apropriada para a difusão de hábitos saudáveis, em consonância com os princípios da puericultura. O tema da infância também é um dos momentos mais claros para se identificar a bandeira do nacionalismo presente no discurso higienista; responsabilidade sobretudo da mãe, que “religiosamente” deveria dedicar-se integralmente à sua família, tanto para garantir a boa moral de seus filhos, quanto buscando eliminar as chances de desenvolvimento das “taras”, deficiências físicas, mentais, e tendência à delinquência. Afinal, no discurso das primeiras assistentes sociais ficava claro, em consonância com o higienismo, que ‘não seria possível progredir e desenvolver uma nação com indivíduos inferiores’.

Ainda, ao analisar o desenvolvimento dos temas de todos os trabalhos e não somente daqueles que tratavam especificadamente sobre a área da saúde, observamos que o discurso e a abordagem dos autores, de uma maneira ou de outra, terminava por ilustrar preocupação e conhecimento com temáticas recorrentes na agenda higienista que se dava tanto em nível regional quanto nacional, demonstrando não estarem alheios às discussões da agenda pública.

Além disso, uma vez que as temáticas dos TCC abordavam assuntos que remetiam à influência doutrinária-católica e à higienista, as discussões não estavam distanciadas das necessidades e interesses sociais e políticos da época. A Doutrina Social Católica

contribuía para o controle sobre as classes populares, atendimento às exigências do capital, amenização da pobreza via caridade e reforma social. Enquanto a teoria higienista atuava na difusão da educação higiênica, no fomento ao discurso nacionalista, nas aplicações de medidas sanitárias e profiláticas prevenindo o adoecimento da mão de obra e promovendo o debate sobre a puericultura, que elegia a infância como portadora do futuro da nação. Logo, a criação da Escola de Serviço Social em Manaus se deu enquanto uma resposta às condições históricas, sociais e políticas da sociedade amazonense, onde podemos afirmar que aliado à matriz doutrinária católica existiu um claro viés higienista manifestado nos trabalhos finais dos primeiros assistentes sociais do Estado do Amazonas.

Referências

AGUIAR, Antônio Geraldo de. Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

ANTUNES, Palmira Vieira Sá. O Serviço Social em relação à infância, 1941. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Escola de Serviço Social de Manaus, Amazonas.

ARANDA, Miguel Miranda. Pragmatismo, Interaccionismo simbólico y Trabajo Social: de cómolacalidad y la filantropía se hicieron científicas, 2003, 438 p. Tesis (Doctorado em Antropología Social y Cultural). Universitat Rovira i Virgili de Tarragona, Terragona.

AZEVEDO, Nely de Souza. O Álcool, 1941. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Escola de Serviço Social de Manaus, Amazonas.

BASTOS, M. D. F. Divergências Políticas-ideológicas no processo de profissionalização do Serviço Social nos Estados Unidos. Serviço Social e Sociedade, Ano IX, n. 27. São Paulo: Cortez. Outubro, 1998. p. 5-21.

CARIOCA, Consuelo de Souza. Como cuidar das crianças, 1941. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Escola de Serviço Social de Manaus, Amazonas.

CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CORDEIRO, Djanira Magalhães. A mulher moderna e o trabalho: a atividade da mulher fora do lar e os seus grandes inconvenientes para a família, 1941. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Escola de Serviço Social de Manaus, Amazonas.

COSTA, Jurandir Freire. História da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DIAS, Edinea Mascarenhas. A Ilusão do Fausto. Manaus-1890-1920. 2 ed. Manaus, AM: Valer, 2007.

FERREIRA, Elias dos Santos. Família, habitação, alimentação, 1941. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Escola de Serviço Social de Manaus, Amazonas.

HABERMAS, Jürgen. O Discurso Filosófico da Modernidade. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

IAMAMOTO & CARVALHO, Marilda Villela; Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

MANSANERA, Adriano Rodrigues & SILVA, Lúcia Cecília da. A Influência das ideias Higienistas no desenvolvimento da Psicologia no Brasil. Psicologia em Estudo DPI/CCH/UEM. V. 5, n. 1, p. 115-137, 2000.

MELO, M^a de Nazareth Oliveira. A Criança, 1941. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Escola de Serviço Social de Manaus, Amazonas.

MESQUITA, Otoni. La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos 1890-1900. Manaus. Edua. 2009.

MONTENEGRO, Rita de Cássia. A Criação da Escola de Serviço Social de Manaus, 1986, 153 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica – PUC, Rio de Janeiro.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Linduina de Oliveira (org). Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. A infância como portadora do futuro: América Latina, 1916-1948, 2011, 314 p. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. A vida infantil e sua intimidade pública: o trabalho social como novidade na atenção à infância na América Latina, 1928-1948. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.19, n.2, abr.-jun. 2012, p.451-473.

OLIVEIRA, Valdivia Alves de. Impaludismo, 1941. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Escola de Serviço Social de Manaus, Amazonas.

PASSO, M^a de Lourdes Sá Peixoto do. Malária, 1941. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Escola de Serviço Social de Manaus, Amazonas.

POLESTINHA, M^a de Lourdes. Alcoolismo, 1943. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Escola de Serviço Social de Manaus, Amazonas.

REIS, José Roberto Franco. Higiene Mental e Eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30), 1994, 373 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas-SP, Campinas.

RIBEIRO, Júnior. O que é positivismo. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

SANTOS, Edna Azevedo dos. A luta Social contra a tuberculose, 1941. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharel em Serviço Social). Escola de Serviço Social de Manaus, Amazonas.

SCHERER, Elenise Faria. Assistência aos Desassistidos Manauaras: história da gestão Estatal dos segmentos mais pobres da cidade de Manaus, 1989, 160 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930), 2009, 425 p. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro.

SILVA, Ida Lago Pereira da. A criança, 1941. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Escola de Serviço Social de Manaus, Amazonas.

SOUZA, Francisca Elzira de. A família e a educação, 1941. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Escola de Serviço Social de Manaus, Amazonas.

SOUZA, Márcio. A Expressão Amazonense: do Colonialismo ao Neocolonialismo, São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

STEPAN, Nancy Leys. A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. O movimento de higiene mental e a emergência do Serviço Social no Brasil e no Rio de Janeiro. Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo, Cortez. Parte II. 2000.

VASCONCELOS, Silvana Aurila da Silva, VALLINA, Marcelo Mario. O pensamento de André Vidal de Araújo no período 1935 a 1951. Relatório Final de Iniciação Científica. UFAM. 2015.

VIANA, Marisa de Melo. Alcoolismo e Criminalidade, 1941. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Escola de Serviço Social de Manaus, Amazonas.

II. Formação profissional em Serviço Social e a relação teórico-prática: uma leitura dos egressos do currículo 2009 na Ufam

*Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Etyanne Uhlmann de Lima*

1. Introdução

Ainda é muito presente a concepção de separação entre teoria e prática nos cursos de formação profissional do ensino superior brasileiro, inclusive na graduação em Serviço Social. Porém, as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) orientam que a formação seja organizada de modo a proporcionar a relação entre teoria e prática, pois é necessário que o Assistente Social compreenda a importância de que a teoria direcione a prática e de que a prática traga novas reflexões à teoria, permitindo que tal relação permeie toda a atuação.

A relação do ensino com a prática é resultado de um processo de amadurecimento da categoria profissional que altera, substancialmente, os currículos dos cursos de serviço social, a partir de um novo projeto ético-político que norteia a formação profissional dos assistentes sociais desde 1996.

Entretanto, mesmo após essa grande conquista representada na aprovação de um projeto de formação mais definido e comprometido com a plena efetivação da cidadania, ainda existem muitos equívocos que se manifestam na incompreensão de uma possível cisão entre as disciplinas teóricas que sejam relacionadas à intervenção profissional.

No caso da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o curso de serviço social passou por várias mudanças em seu projeto de formação. A partir do momento em que incorporou as diretrizes curriculares da ABEPSS, passaram a ser feitas revisões curriculares para ser verificado se os conteúdos atendem às exigências postas para a construção de um perfil profissional com ponto de vista crítico e apto para lidar com as demandas sociais, considerando que a formação e a prática profissionais devam se desenvolver de acordo com as transformações que ocorrem na sociedade.

Porém, o currículo atual – o de 2009 – foi elaborado para atender as demandas do Plano de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni) e não é fruto de uma revisão curricular. Então, para que fosse possível verificar os aspectos frágeis e positivos presentes na formação, foi realizada uma pesquisa que

buscou avaliar tais aspectos a partir das falas dos egressos do currículo vigente.

Assim, este trabalho busca avaliar as falas dos egressos sobre a relação entre teoria e prática na formação do curso de serviço social da Universidade Federal do Amazonas, primeira e mais relevante instituição formadora do estado do Amazonas.

O lócus da pesquisa foi o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, sendo os egressos do currículo de 2009 os sujeitos pesquisados. Foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo – nesta última foram entrevistados 41 egressos a partir de formulários, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foi possível visualizar que ainda há um descompasso existente entre a formação profissional direcionada pelo Projeto Ético-Político e a realidade do curso oferecido pela Universidade Federal do Amazonas.

2. Formação profissional em Serviço Social

Iamamoto (2006) afirma que o projeto de formação profissional dos assistentes sociais é norteado pelo Código de Ética de 1993, a Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social e as Diretrizes Gerais de formação profissional.

A ABEPSS (1996), com base no novo currículo mínimo de 1996 e após vários debates sobre a formação em Serviço Social, passa a propor diretrizes gerais para o projeto de formação, definindo, então, que o que

orienta o projeto de formação profissional é a relação que o Serviço Social possui com a questão social, relação esta originada no decorrer do desenvolvimento social e econômico da sociedade e no processo de estudo e enfrentamento que a profissão faz sobre ela.

Os princípios que baseiam a profissão propõem que o currículo seja dinâmico, apresentando abordagem teórica, histórica e metodológica sobre o Serviço Social e a realidade social, possibilitando o conhecimento sobre os desafios e problemas relacionados à profissão. Que seja adotada e repassada uma teoria social crítica, que os conteúdos não sejam subdivididos, que sejam definidos os campos investigativos e interventivos da profissão.

É definido, também, que o padrão de qualidade seja o mesmo para cursos diurnos e noturnos e que a duração das aulas seja de quatro horas diárias. Devem ser preservados a interdisciplinaridade em todo o processo de formação, o pluralismo como parte constituinte da formação, a relação entre ensino, pesquisa e extensão, a relação entre estágio e supervisão acadêmica e profissional e a abordagem da ética profissional como parte essencial da formação.

De acordo com a ABEPSS (1996), as diretrizes curriculares da formação em Serviço Social são definidas pelo conjunto de princípios citado acima e resulta em um amplo conhecimento crítico de todo o processo histórico da sociedade; capacita o profissional para uma investigação sobre a construção da história e dos processos sociais atuais que formam a sociedade brasileira, procurando entender a formação e

desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; propõe o entendimento do significado social da profissão, incitando a procura por novas possibilidades de ação; permite uma compreensão sobre as demandas existentes e futuras que são postas para a profissão com objetivo de fazer com que o profissional se empenhe em achar propostas que fortaleçam o enfrentamento da questão social, considerando a atual relação entre setores público e privado; e, por fim, capacita o profissional a atuar de acordo com as competências e atribuições definidas na legislação da profissão.

De acordo com Iamamoto (2006), o currículo de Serviço Social é estruturado a partir de três núcleos temáticos indissociáveis, que se complementam e relacionam os conhecimentos e habilidades necessários para uma formação de qualidade dos assistentes sociais.

O primeiro núcleo é o de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, e aponta que o Assistente Social precisa dominar um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para compreender o ser social e a vida em sociedade, analisando o desenvolvimento da vida social na sociedade burguesa.

O segundo núcleo é o de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da sociedade brasileira e se refere ao conhecimento da formação e desenvolvimento da área econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, a relação entre Estado e sociedade, o tratamento das políticas públicas, o desenvolvimento do processo capitalista, a análise da questão social e suas origens, entre outros.

O terceiro núcleo é o de Fundamentos do Trabalho Profissional e é composto pela abordagem da trajetória histórica, teórica, metodológica e profissional do Serviço Social, a abordagem da ética da profissão, etc., para que situe e capacite o profissional em formação.

A construção da matriz curricular, de acordo com a ABEPSS, se dá através de disciplinas; seminários temáticos (aprofundamento em temas, buscando desenvolver a problematização e o estímulo da criatividade); oficinas e laboratórios; atividades complementares (participação em pesquisa e extensão, congressos, encontros, etc.).

As orientações postas à formação profissional são para que seja proporcionada a construção de perfis profissionais comprometidos com os objetivos da profissão, para que, a partir de todo o arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que deve ser trabalhado na formação, o Assistente Social proponha intervenções condizentes com a realidade social.

Faleiros (2006) apresenta que o objeto de intervenção do Serviço Social é a realidade social, composta pelas várias expressões da questão social originada pelo sistema capitalista. Junto a isto, o autor afirma que a atuação do Assistente Social tem a ver com as relações sociais existentes na sociedade, relações estas que podem ser familiares, de trabalho, de ensino/aprendizagem, etc. Deste modo, o referido autor nos permite compreender que o papel deste profissional, dentre tantos, é idealizar e propor

intervenções diante das diversas trajetórias individuais e coletivas que se desenvolvem a partir da dinâmica das relações sociais.

O autor supracitado também assinala que a questão social não é objeto de estudo apenas do Serviço Social, visto que é originada pelo sistema econômico capitalista, então, se apresenta de forma muito ampla e suas faces também recebem intervenções de outras profissões. Porém, na particularidade do Serviço Social estão as análises e intervenções sobre as condições de vida e de trabalho que dizem respeito ao “reproduzir-se” do homem, relacionadas à formação de identidade individual e coletiva que caracterizam o “representar-se”. Assim, o objeto de estudo da profissão permeia a teoria e a prática profissionais.

Silva (2010) aponta que a parte teórica do Serviço Social envolve ‘o que fazer’ e ‘como fazer’. Direciona o profissional em formação no processo de atualização profissional, permitindo-lhe adquirir visão ampla sobre o desenvolvimento da sociedade contemporânea, identificando as causas das interferências causadas na vida dos indivíduos. A teoria constrói possibilidades e direcionamentos para a prática, e deve ser ressaltado que a teoria não é um guia para a prática, um receituário, elas estão relacionadas e não subordinadas. Não se pode, portanto, dissociá-las.

No entanto, Montaño (2011) nos apresenta que existe uma predisposição entre os Assistentes Sociais a considerar apenas a parte técnica/prática da profissão, levando em conta as experiências provenientes dela e esquecendo-se de articulá-la com a teoria profissional.

E, segundo o autor, isto acontece por conta de confundirem a prática profissional com a prática social. A primeira é realizada por demandas institucionais, com embasamento técnico-operativo e teórico-metodológico. A segunda é oriunda do senso comum, relacionada à alienação, à cultura dominante. Então, a confusão entre as duas, geralmente, torna a teoria reduzida à prática.

Vemos que é necessário quebrar a dicotomização teoria/prática que ainda se apresenta na postura de alguns profissionais do Serviço Social e relacioná-las cada vez mais para que sejam alcançados crescimentos profissionais, evitando o praticismo: prática sem teoria, pois, como o referido autor afirma, o profissional que se limita ao praticismo não consegue embasar sua atuação além daquilo que é aparente, superficial.

Pode ser considerado, então, que a teoria influencia a prática e vice-versa. Assim,

a construção teórica se verifica na [prática], não como uma proposição isolada, mas como um todo em transformação, onde a prática questiona a teoria e a transforma, bem como a teoria contribui para interpretar a realidade, norteando a prática. Constatase, portanto, que a construção metodológica não está desvinculada da teoria, mas é vista como mediação da teoria e da prática, sendo condicionada aos objetivos propostos (SILVA E SILVA, 2009, p. 192).

3. Teoria e prática na formação profissional em Serviço Social

Ao pensarmos a existência humana, com todas as relações que ela engendra, é necessário que voltemos aos conceitos de teoria e de prática, tendo em vista que ao longo da história humana são estas duas dimensões da realidade que dão sentido a tudo o que o homem realiza. No entanto, é na modernidade, com consolidação do paradigma científico positivista, que os interesses da classe dominante impulsionaram a forma dicotômica de se relacionar teoria e prática, o que fez com que essa dicotomia viesse a se proliferar nas diversas esferas do fazer humano, inclusive nos currículos e práticas de formação de um modo geral.

Forti e Guerra (2013) explicam que a prática utilitarista, desprovida de fundamentação teórica é perfeitamente aceitável e justificável à racionalidade capitalista. Assim sendo, as autoras, com base em Marx, apontam a importância de visualização dos processos como sendo totalidades a partir de múltiplos aspectos e diferenciações. Isto somente é possível com uma ampla visão da sociedade em seus elementos estruturais e conjunturais e da relação desses elementos com todas as suas peculiaridades e diversidades. É dessa maneira que podemos afirmar que os estudos teóricos são a base de sustentação para uma prática emancipatória.

Foi de Marx e Engels o entendimento de que a vida social é um produto de indivíduos ativos e criadores que transformam o mundo, ao mesmo tempo em que também constituem-se como um produto social.

Tal concepção nos indica que a categoria central e essencial do ser humano é o trabalho.

A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são, o que são coincide portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como o produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção. Esta produção só aparece com o aumento da população e pressupõe a existência de relações entre os indivíduos. A forma dessas relações é por sua vez condicionada pela produção (MARX E ENGELS, 1999, p. 12).

Sendo esta realidade objetiva e materializada na essência de um sujeito social, Marx (2008) enaltece sua concepção de sociedade como resultado da ação direta dos homens, destacando a atividade prática da produção em igual modo à sua existência. Santos (2013) analisa, em Marx, que esta relação do homem com a natureza é de ordem prática material e não uma atividade do espírito. A produção e inferência sobre o meio em que vive acontece de modo indissolúvel num determinado momento histórico da sociedade. Concordamos com a autora que em Marx e Engels encontramos evidências da relação intrínseca entre teoria e prática, sintetizando uma visão de mundo embasada no materialismo histórico-dialético, sendo:

Materialismo porque parte do pressuposto de que a realidade é anterior ao pensamento, a matéria precede o conceito, ela existe antes de existir um pensamento

sobre ela. Dialético porque parte de uma explicação do Ser em todas as suas modalidades, como uma totalidade em permanente movimento. Histórico, num duplo sentido: primeiro porque essa explicação é específica à sociedade, à história e à cultura, ou seja, ao ser social; segundo porque toma o objeto como um componente do processo histórico, isto é, os indivíduos são um produto social, a sociedade muda, a ideias mudam (SANTOS, 2013, p. 17).

E pensando a respeito do conhecimento dessa realidade, Marx (2008) busca conhecê-la por meio da dinâmica desse objeto que é a sociedade. Cabe ao sujeito refletir na constituição de uma sociedade concreta, que já é existente, e, como sendo parte dela, desvelá-la por meio de uma atividade de intencionalidade a ser investigada. É exatamente nesse movimento de pensamento que se constitui o que chamamos de teoria, para que na prática haja a possibilidade de apreensão da realidade a ser conhecida.

Santos (2013) define que teoria é a forma de atingir, pelo pensamento ou abstração, a totalidade de uma realidade posta e concreta, proporcionando um conhecimento fundamental para a transformação desta. A autora defende a ideia de que prática é o processo de constituição desse concreto.

É nesse ponto que a autora infere a distinção existente entre teoria e prática, afirmando que ao apropriar-se do concreto pelo pensamento temos, então, um ato teórico e que atividades de ordens práticas são situações concretas existentes fora do pensamento (p. 18). E continua: a teoria almeja o conhecimento da

constituição do concreto que tem sua origem na prática. É na prática que se expressam as determinações do objeto (p. 27).

Na dinâmica existente na vida em sociedade, tudo aquilo que é produzido pelo homem é passível de novas análises e explicações, sendo que à medida em que o sujeito se aproxima do objeto a ser conhecido, novas nuances podem ser atingidas e apreendidas nessa relação entre abstrato e concreto, teoria e prática, reflexão e ação. É o que Marx compreende ao postular que:

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (MARX, 2008, p. 258).

Como o conhecimento é alcançado por meio de aproximações sucessivas ao objeto, Santos (2013) acredita que a teoria não é algo que já se encontra pronto para ser aplicado na realidade, mas pode antecipar as determinações de uma prática através de seu caráter prospectivo sobre o concreto. Com isso, a autora elucida a distinção sobre o conhecimento adquirido do concreto que não representa o próprio concreto como um todo.

São essas as considerações que necessitam ser pensadas na formação profissional dos assistentes

sociais que rompem com o conservadorismo, uma vez que seu trabalho atua de modo incisivo nas relações de trabalho entre as classes sociais subalternas com as forças atualmente dominantes, fazendo-nos refletir sobre a importância de uma atuação qualificada e reflexiva sobre o campo prático dos espaços que este profissional desenvolve no dinamismo histórico-social de sua realidade.

Com o acompanhamento da ABEPSS, tanto na graduação quanto na pós-graduação, as universidades de todo o país adequaram-se aos princípios gerais de formação profissional dos assistentes sociais, situando uma estreita relação entre as dimensões necessárias para a prática de intervenção do assistente social, sendo elas a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Nessa direção, Yamamoto (2013) ressalta o valor de um firme fundamento teórico-metodológico para alicerçar sua investigação no campo prático de sua atuação, apontando a importância desse arcabouço teórico-metodológico na formação de assistentes sociais, sem menosprezar a relevância da composição curricular dos cursos, no processo de qualificação teórico e prático destes profissionais, considerando que:

A formação profissional supõe um sólido suporte teórico-metodológico, necessário à reconstrução da prática e ao estabelecimento de estratégias de ação; supõe, ainda a preparação no campo da investigação como um eixo privilegiado para aprimoramento da qualificação científica do Assistente Social e da produção teórica sobre questões pertinentes a seu

campo de atuação e à realidade social mais ampla (2013, p. 193).

A forma como está pensado o ensino teórico-prático nas Diretrizes Curriculares (1996), certamente, representa grande avanço alcançado pela categoria profissional. Mas, estabelecer as mediações necessárias e satisfatórias para o ensino da prática, em todas as disciplinas, deve ser algo a ser observado constantemente nas instituições e campos de estágio.

Guerra (2005) admoesta a respeito das responsabilidades dos docentes, discentes e supervisores, coletivamente ou individualmente, para transpor limites na busca articulada entre um saber teórico que se converta a uma prática qualificada, por meio da adoção de metodologias e estratégias que extrapolem o pensamento fragmentado e reducionista.

Ao refletir sobre a realidade da formação amazonense, Oliveira (2009) concorda com esse pensamento e infere sobre a necessidade de uma mudança de mentalidade face ao projeto pedagógico, em que os valores, as ideias, as diferenças culturais e sociais precisam ser respeitadas num debate sério, sem medos ou imposições (p. 94), revestindo-se do compromisso com a teoria social de Marx na totalidade de suas propostas, de modo a compreender o movimento dialético, que orienta e aponta para a possibilidade de transformação e de superação dessa sociedade.

O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) segue as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço

Social (ABEPSS), portanto, busca permitir que seja construído um perfil profissional que atenda aos objetivos da profissão. Em toda sua trajetória, a formação profissional em Serviço Social realizada pela Ufam passou por várias alterações em sua matriz curricular, tendo como propósito fazer com que a formação acompanhe o desenvolvimento da realidade social, conseqüentemente, permitindo que os profissionais em formação conheçam e analisem as transformações sociais, como pede a profissão.

O atual currículo, que foi formulado em 2009 para substituir o anterior – o de 2001, foi criado com intuito de atender às propostas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que visava a ampliação de vagas nas universidades federais, criação de turmas noturnas para alguns cursos – permitindo para aqueles que trabalham durante o dia o acesso ao ensino superior, dentre outras metas.

Como é destacado por Iamamoto (2006), a formação profissional em Serviço Social deve passar constantemente por avaliações para que seja verificado se ela está de acordo com a dinamicidade social, a fim de proporcionar aos acadêmicos o entendimento sobre a realidade da sociedade e a idealização de propostas de intervenção na questão social. E, como o currículo 2009 foi elaborado sem ser fruto de uma revisão curricular, nos propomos a averiguar como tem sido a formação realizada a partir deste currículo vigente.

No momento das entrevistas, foi pedido aos egressos que avaliassem seus domínios sobre o

estabelecimento da relação entre teoria e prática a partir do que lhes foi proporcionado pela formação. Então, 26,82% consideraram suas habilidades como regulares e 73,18% como muito boas ou ótimas. Os que deram as melhores avaliações afirmaram que os conteúdos da formação proporcionam uma relação teórico-prática que é necessária e satisfatória à atuação profissional.

Porém os que avaliaram de forma razoável disseram que a formação não tem proporcionado todo o subsídio necessário para a intervenção profissional, pois faltam mais abordagens sobre os instrumentais e técnicas e o aprofundamento sobre as diversas políticas públicas setoriais, já que o contato com estes aspectos da profissão tem sido mais permitido a partir do momento em que os discentes estão nos espaços sócio-ocupacionais, exercendo o estágio.

A partir disto, identificamos certa fragilidade, mesmo que na fala da minoria, porque, apesar de os instrumentais não deverem ser ensinados passo a passo, detalhados na formação, é necessário discutir suas elaborações e possibilidades de utilização deles para identificar as demandas sociais, como também é importante abordar as legislações pertinentes às políticas públicas e a dinâmica dos campos sócio-ocupacionais que disponibilizam os serviços originados por elas para que, assim, seja evitado o risco de o profissional em formação aprender a parte técnico-operativa com os vícios que ainda permeiam a profissão.

No entanto, a importância de rever estas fragilidades não caracteriza a possibilidade de uma

prática ensinada “na teoria”, considerando que a relação teórico-prática é e/ou deve ser trabalhada transversalmente na graduação, refletindo na atuação profissional. Para o curso de Serviço Social da Ufam, a partir de seu projeto pedagógico, esta articulação é proposta por meio das discussões históricas, filosóficas, sociológicas e antropológicas à luz das expressões da questão social. Para este fomento, é intencionada a explanação de cada política social setorial a partir das disciplinas optativas, direcionamentos ao estágio supervisionado, participação de atividades de pesquisa e extensão, além de oficinas, seminários temáticos, dentre outros.

Deste modo, objetivamente e subjetivamente a relação entre teoria e prática é fomentada de vários modos para alcançar os vários perfis de acadêmicos. Contudo, observamos a expectativa de alguns dos respondentes da pesquisa em ter todos os âmbitos pertinentes à formação abordados e aprofundados, o que consideramos ser impossível devido à complexidade com a qual a profissão se compromete. Para isto, é priorizada uma formação que permita a obtenção de um olhar ampliado sobre a realidade social para propostas de intervenções, na tentativa de poupar o entendimento de que é necessário “ensinar” a prática em cada momento que possa surgir à atuação.

Guerra (2005) sustenta que a indissociabilidade entre o ensino teórico e o ensino prático, decorrente das diretrizes curriculares do atual projeto de formação profissional, representa uma nova lógica em que há uma autoimplicação da diversidade desses dois elementos por relacionarem-se diretamente, isto é, o trabalho

profissional associa-se direta e objetivamente ao projeto de formação. Tal argumentação nos remete para a possibilidade de que todas as disciplinas precisam colocar o trabalho profissional no centro de suas discussões.

Santos (2013) aponta para uma relação de unidade entre as dimensões formativas do assistente social, enfatizando as diferentes funções dessas dimensões e dos elementos que as compõem para a efetivação da ação profissional.

Para tanto, é prioridade uma capacitação teórico-metodológica em perfeito compasso com uma postura ético-política firme e comprometida com os ideais da categoria, bem como a busca e escolha da utilização de instrumentos e técnicas que possibilitem a intervenção na realidade. Iamamoto (2013) trata do discurso competente como sendo aquele crítico que encontra a essência dos dados e dos conhecimentos, explicando estratégias de ação. Esse tipo de crítica demonstra grande nível de abstração ao desvelar as ligações sócio-históricas em suas localizações, construções, pensando e interpretando a vida social das classes que apresentam esse discurso como dotado de universalidade, identificando novas lacunas e omissões (p. 216).

A autora continua que a competência, que é produto da formação e do exercício profissional, implica:

- a) um diálogo crítico com a herança intelectual incorporada no discurso do Serviço Social e nas autorrepresentações do profissional [...] Supõe uma

abordagem para além do Serviço Social, construindo um diálogo fértil e rigoroso entre a teoria e a história;

b) um redimensionamento dos critérios de objetividade do conhecimento para além daqueles promulgados pela racionalidade da organização e da burocracia, privilegiando sua conformidade com o movimento da história, da sociedade e da cultura. [...] A teoria como concreto pensado. [...] Exigindo um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico [...];

c) uma competência estratégica e técnica que não reifica o saber fazer, subordinando-o à direção do fazer. [...] Que estabelece os rumos e estratégias da ação a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a intervenção profissional [...] (IAMAMOTO, 2013, p. 216-217).

O profissional que assim atua tem a capacidade para entender sua formação e seu trabalho profissional em todo o processo da dinâmica da vida social, pois apresenta competência crítica em sua qualificação acadêmico-profissional sintonizada com a realidade do mercado de trabalho em que este será inserido.

4. Considerações finais

A pesquisa colocou em evidência vários desafios que rebatem qualitativamente na formação profissional do currículo de 2009 dos bacharéis em serviço social na Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Verificamos a necessidade de superação das pequenas barreiras impostas para a plena articulação

entre o ensino teórico e prático, em busca da efetivação dos ideais propostos pelo Projeto Ético-Político da categoria profissional.

A pesquisa identificou que os aspectos considerados como fragilidades na articulação entre teoria e prática a partir da formação profissional da Ufam são pertinentes à necessidade de aprofundamento de temáticas consideradas por alguns dos entrevistados como mais relacionadas à “prática”. No entanto, como discutimos no decorrer deste trabalho, a relação teórico-prática, mesmo que ainda não compreendida por muitos, é continuamente fomentada, pois a discussão “teórica” é feita sob reflexos da realidade social para resultar em novas alternativas, bem como a atuação é reflexo de discussões sobre a realidade. Desta forma, é inevitável falar de teoria sem falar de prática e vice-versa.

É aceitável considerarmos a possibilidade de abranger e aprofundar maiores discussões possíveis sobre cada aspecto da profissão, já que a intenção da pesquisa é justamente identificar e tentar superar as fragilidades. No entanto, é impossível alcançar todas as reflexões para proporcionar total direcionamento aos futuros profissionais. Por isto, a formação é proposta a dar os subsídios mais complexos para que o profissional, a partir de suas reflexões embasadas pelo arcabouço acadêmico-científico, tenha autonomia a propor intervenções profissionais com o projeto ético-político da profissão.

Ademais, pode ser considerada a importância da maior explanação do que seria a relação entre teoria e

prática e como ela pode ser identificada e usufruída no decorrer da graduação. Deste modo, além de contribuir para maior compreensão dos graduandos, será continuado o embate às visões tecnicista e teoricista que insistem em estar presentes entre a categoria profissional.

5. Referências

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. 1996. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em: 12 mai. 2015.

CISLAGHI, J. F. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: os impactos das mais recentes propostas do governo Lula. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 105, p. 241- 266, abr./jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000200004. Acesso em: 22 abr. 2015.

FALEIROS, V. P. Estratégias em Serviço Social. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. _____. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. Ed.- São Paulo: Atlas, 1994.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. 2000. Disponível em: www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf. Acesso em: 09 jun. 2015.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-

metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, E. et al. (org). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília (DF): OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009, p. 161-196.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 10. Ed. São Paulo. Cortez, 2006.

_____. Renovação e Conservadorismo no serviço social. 6. Ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18. Ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

MARTINS, L. M. Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. Universidade Estadual Paulista. 2014. Disponível em: http://www.umcpos.com.br/centraldoaluno/arquivos/07_03_2014_218/2_ensino_pesquisa_extensao.pdf. Acesso em: 05 jun. 2015

MENEZES, V. B. Formação e atuação profissional: uma relação indissociável. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2006.

MONTANÕ, C. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a 'especificidade' e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. IN: MOTA, E. [et al.], (org). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo:

Cortez; Brasília (DF): OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. P. 141- 160.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, I. B; SUSSEKIND, M. L. *Currículos e democracia*. In: SANTOS, E. (Org.) *Currículos – Teorias e Prática*. Rio de Janeiro: LTC. 2012. P. 105-119.

OLIVEIRA, S. E. B. de. *Conhecimento e prática profissional: o saber dos assistentes sociais em Manaus*. Manaus: Edua, 2009.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, C. M.; NORONHA, K. O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social- uma Perspectiva Crítica. In: FORTI, V; GUERRA, Y. (Org.) *Serviço Social: Temas, Textos e Contextos*. 4. ed. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2013, p. 47-63.

SANTOS, C. M. Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. 2006. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006

SANTOS, C. M. dos; PINI, F. A. Transversalidade do ensino da prática. *Temporalis*. Brasília (DF). P. 133- 153. No 25. Jan/jun 2013.

SANTOS, E. ; WEBER, A. A. N. R. *Articulação de saberes no currículo escolar*. In: SANTOS, E. (Org.) *Currículos - Teorias*

e Práticas. Rio de Janeiro: LTC. 2012. P. 63-82.

SÁ, J. L. M. de. Conhecimento e Currículo em serviço social: análise das contradições (1936- 1975). São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, O. S. e. Formação profissional do assistente social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. P. M. Da formação acadêmica ao exercício profissional: A construção discursiva do Assistente Social. 1995. 343 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1995.

SILVA, M. P. M; VALLINA, K. A. L. O assistente social e as mudanças no mundo do trabalho. Manaus: Edua, 2005.

SILVA, T. T. da. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. 1. ed. 4 reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SWENSON, G. X. REUNI e qualidade do ensino: do encanto da proposta à realidade de sua implantação no instituto de ciências humanas e letras da ufam. 2012. 87 f. Relatório final de iniciação científica (Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus- Amazonas, 2012.

UFAM. Projeto Pedagógico e Regulamentação: Serviço Social. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009.

III. O currículo de Serviço Social sob o olhar dos docentes: uma análise a partir da formação profissional na Ufam

*Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha
Edielle Souza da Palma*

1. Introdução

O currículo é um componente indispensável para a definição do projeto de formação profissional do Assistente Social, que abrange uma estrutura de organização disciplinar e de atividades acadêmicas, mas também uma perspectiva crítica que resguarda o projeto profissional comprometido com direitos básicos inerentes à pessoa humana e com as lutas da classe trabalhadora. Neste sentido, é preciso refletir sobre suas características gerais e suas peculiaridades, tendo como base sua operacionalização no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a fim de identificar a correspondência com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a partir da fala dos professores.

Iniciamos as reflexões com a pesquisa bibliográfica, primeiramente analisando o currículo em seu contexto geral no processo de ensino-aprendizagem, como elemento necessário à formação crítica do discente. Também é importante enfatizar o currículo no âmbito da Universidade, os diversos elementos que devem ser a ele incorporados para a formação plena, não apenas para o ingresso no mercado de trabalho, mas também para a formação do pensamento crítico e reflexivo e da capacidade de criação, inovação e desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas à concretização de mudanças que beneficiem a sociedade.

Nessa direção, refletimos sobre o currículo e a construção de Diretrizes Curriculares Nacionais que direcionam a formação profissional em Serviço Social, como resultado da organização da categoria, que, neste processo, construiu um projeto profissional constituído de elementos norteadores da formação e do exercício profissional. Neste sentido, as universidades e outras Instituições de Ensino Superior que coadunam com este projeto devem ter por referência as diretrizes sistematizadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPPS) para potencializar uma formação qualificada e crítica.

É nesta direção que buscamos refletir sobre os direcionamentos dados pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, buscando identificar as formas de operacionalização das referidas diretrizes, a partir do olhar dos professores, para percebê-las articuladas em um projeto pedagógico que contenha os elementos condicionantes para tal

formação e qualificação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

2. Aspectos gerais do currículo e suas especificidades no âmbito universitário

Para Berticelli (1999), a palavra currículo é derivada do verbo em latim *currere*, que significa correr. O termo *cursus* (carreira) passa a ser usado com diferença na semântica, a partir dos séculos XIV e XV, como linguagem universitária em português, francês, inglês e outras línguas.

O currículo, antes visto simplesmente como uma área técnica, de procedimentos, técnicas e métodos, hoje tem uma tradição crítica guiada por questões sociológicas, políticas, epistemológicas. As inquietações relacionadas à forma como se organizará o conhecimento são persistentes, porém, só ganham sentido quando se relacionam ao por que dessa organização (MOREIRA & SILVA, 2006).

À medida que evoluíram as elaborações de estruturas curriculares, foram se intensificando as reflexões acerca de seu impacto não apenas no ensino de técnicas e fórmulas no desenvolvimento escolar dos alunos, mas no seu comportamento dentro da sociedade. Abriam-se possibilidades para o aparecimento de críticas mais aprofundadas, como o foi o surgimento da abordagem sociológica e crítica do currículo, originada e desenvolvida nos Estados Unidos, e a Sociologia da Educação na Inglaterra, conforme discutido por Moreira & Silva (2006).

Essas tendências que, posteriormente se expandiram pelo mundo, mostraram que o conhecimento organizado como currículo não pode ser analisado fora de sua constituição histórica e social, que o conhecimento transmitido nas instituições de educação não é neutro, mas está implicado na produção de relações de poder na escola e na sociedade, é uma arena política, que pode ser pensada a partir de três eixos principais: ideologia, cultura e poder.

A ideologia é vista, não como uma forma de conhecimento verdadeiro ou falso, mas como ideias interessadas que transmitem a visão de mundo da classe dominante na organização social, relacionadas às divisões de classes e às relações de poder que sustentam essas divisões. É um instrumento de manutenção das vantagens dos grupos mais privilegiados, e tem na linguagem um dispositivo ativo na constituição e definição da realidade, portanto, é imprescindível para oferecer base ao conhecimento externalizado no currículo, que vai produzir identidades individuais e coletivas dentro das instituições de ensino. Portanto, currículo e ideologia não podem ser vistos separadamente na teorização educacional (MOREIRA & SILVA, 2006).

Também se leva em consideração a relação entre currículo e cultura, pois a teoria crítica defende que não existe uma única expressão cultural na sociedade que seja universalmente aceita e praticada, devendo ser impressa na organização curricular. Ao contrário, a cultura é o espaço onde se encontram e se confrontam diferentes concepções de vida social, representando aquilo pelo que se luta e não pelo que recebemos.

Portanto, o currículo não reproduz uma cultura incontestada, mas um campo em que se tentará impor a cultura das classes dominantes, mas que se poderá contestar, produzir e reproduzir outras culturas, tornando o currículo um terreno de produção e de política cultural.

Moreira & Silva (2006) também incluem como parte da teoria crítica e da sociologia da Educação a noção central de poder, segundo a qual a educação e o currículo estão imbricados em relações de poder, pois, enquanto definição daquilo que conta como conhecimento válido e importante, o currículo expressa interesses dos grupos e classes que detêm vantagem nas relações de poder, nem sempre claramente identificáveis, e que, por isso, deve ser questionado, debatido, analisado, para compreender o que é o currículo e o que ele produz, para transformar as relações de poder também expressas no âmbito da educação do sujeito.

A essas discussões, somem-se também as reflexões de Silva (2010) que, ao unir os três aspectos acima discutidos, entende a elaboração curricular como uma “prática de significação”. Para ele, o currículo está diretamente ligado com quem somos, quem nos tornamos, quem nos tornaremos. “O currículo produz, o currículo nos produz” (SILVA, 2010, p. 27).

Assim, o currículo encontra-se como um elemento norteador imprescindível para a educação, tendo em vista que sua estrutura não incorpora apenas a composição de horas, disciplinas, atividades, devendo também proporcionar a dinamicidade e olhar para os

aspectos socioculturais, posto que o currículo é aquilo que se propõe no nível formal, mas também o vivido cotidianamente (LOPES e MACEDO, 2011).

A universidade relaciona o conhecimento como um “[...] conjunto de concepções, ideias, teorias, fatos e conceitos submetidos às regras e aos métodos consensuais de comunidades intelectuais específicas” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 71). Da mesma forma, o currículo no âmbito acadêmico perpassa divergentes perspectivas teóricas e práticas que são instituídas conforme as particularidades de determinados conhecimentos científicos.

Atualmente, a universidade deve estar preocupada principalmente com a produção de conhecimentos e com a investigação científica e tecnológica, além da formação humanística. Nesse sentido, Lampert (2009) afirma que a universidade tem como papel propiciar a dinâmica ao fazer-pedagógico cotidiano, por meio do qual docentes e discentes, em um processo dialético, buscam caminhos para construção e/ou reconstrução do conhecimento.

O contexto atual exige um nível cada vez maior para a educação e, ao mesmo tempo, uma educação contínua, ou seja, é colocada uma força de trabalho mais preparada e qualificada, tendo em vista os avanços tecnológicos que se tornaram indispensáveis para um melhor manejo das formas de atuação do trabalho profissional. A universidade, além de subsidiar o contato com as inovações tecnológicas e humanas para as ciências, não deve se esquecer da sua formação

humanística, e a estrutura curricular influencia diretamente nesses processos.

Neste sentido, não apenas é importante uma formação para o mercado e para o desenvolvimento científico e tecnológico, o aspecto humanístico também requer que se leve em conta fundamentos éticos, comprometimento com o desenvolvimento da sociedade de forma justa e igualitária, e a proposta curricular também é responsável por abarcar, igualmente, elementos nesta direção que vão fundamentar a formação profissional.

3. Formação profissional e currículo no Serviço Social.

No caso do Serviço Social, o currículo requer fundamentações teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas que dão ao futuro assistente social as condições necessárias para uma atuação crítica e propositiva, para além das obrigações burocráticas. Constitui-se como um compromisso da categoria profissional, a fim de buscar formas de enfrentamento das expressões da questão social e da construção de uma sociedade com direitos iguais a todos.

O órgão que articula a formação profissional em Serviço Social no Brasil é a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), responsável em dar direcionamento à profissão por meio das diretrizes curriculares nacionais.

O currículo de Serviço Social das universidades deve, portanto, levar em consideração que a proposta para a formação resulta de um conjunto de debates

sistematizados pela categoria e direcionados pela ABEPSS, que se propõem a potencializar uma formação qualificada e crítica. Para tanto, é necessário estar munido do embasamento teórico, articulado em um projeto pedagógico que contenha os elementos condicionantes para tal formação e qualificação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Somente por meio deste caminho de formação, transversalmente pautado pela reflexão ética, o futuro assistente social pode compreender e planejar ações para a sua área de intervenção, conhecendo e tendo por base seus princípios fundamentais de prática legalmente estabelecidos, entre os quais a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 1993, p. 23).

Visto isso, é importante salientar que a formação profissional também deve estabelecer noções acerca da ética profissional corroborando para um dos aspectos importantes da profissão que é o ético-político, tendo como elemento marcante o código de ética que, conforme CFESS (1993), representa uma das suas formas de materialização, juntamente com a Lei nº 8.663/1993, que regulamenta a profissão de assistente social, além de outros dispositivos legais, princípios e valores estabelecidos, a fim de dar sustentação ao exercício profissional, mas que, claro, não é restrito somente a essa dimensão.

Iamamoto (2008) entende que, ao longo de sua organização, a categoria profissional dos assistentes

sociais, construiu um projeto profissional, que, notadamente entre as décadas de 1980 e 1990, viveu uma ruptura teórica e política com o pensamento conservador, até então norteador da prática profissional. Esse projeto é constituído por instrumentos legais, entidades de representação coletiva de profissionais e estudantes, que trazem publicamente suas posições políticas frente ao Estado, à sociedade, às políticas públicas e às outras profissões, além da inserção na docência e no desenvolvimento de pesquisas, bem como outras articulações e reflexões que buscam adequar a profissão de forma crítica às exigências do tempo presente.

São elementos que buscam fortalecer e respaldar as ações dos assistentes sociais com um projeto que esteja orientado para a defesa dos interesses da classe trabalhadora, e segundo uma normatização que estabelece direitos e deveres do profissional, de acordo com princípios e valores humanistas, como guias para o trabalho cotidiano, indo muitas vezes de encontro com o clima cultural e de valores prevalecentes nos tempos atuais.

Percebe-se, então, que não basta a fundamentação teórica e técnico-operativa, é necessária a reflexão ético-política que fará mediação entre os saberes, apreendendo limites e possibilidades para a prática profissional. No âmbito acadêmico, é indispensável o entendimento acerca dessa dimensão ética, buscando o compromisso frente ao enfrentamento das expressões da questão social.

Porém, o código de ética não tem como garantir de maneira absoluta que o assistente social atue sempre de acordo com os valores e intenções instituídos por ele, tendo em vista que este comprometimento com o projeto ético-político nos remete a um patamar de consciência política, ou seja, diz respeito ao seu envolvimento com a categoria e, inclusive, de que forma isso foi estruturado em sua vida mediante a formação profissional.

Dessa forma, o futuro assistente social deve apreender a importância da ética, bem como a sua relação com a profissão. Essa apreensão requer um olhar diferenciado acerca da concepção de sociedade e seus desdobramentos históricos e atuais, visto que a ética está imbricada também nas relações sociais.

Tomar partido implica comprometer-se, para se comprometer é necessário inferir valores sobre o “objeto” de nosso comprometimento, daí o caráter ético-político do comprometimento. Dessa forma, se ética é uma reflexão crítica sobre determinados valores presentes na ação humana, e se toda ação dos homens sobre a sociedade é uma ação política, há uma intrínseca relação entre ética e política (SANTOS, 2006, p. 188, grifo do autor).

A partir da posição de Santos (2006), podemos ter melhor clareza acerca da relação da ética com a política, tendo em vista que o Serviço Social está imbricado com as relações de classe que envolvem em sua totalidade e singularidade questões importantes como estas, o que requer estudos mais aprofundados. Dessa forma,

também é necessário o seu conhecimento durante a formação profissional do assistente social.

Por fim, trata-se de questões que permeiam o currículo e direcionam a formação profissional, no sentido de proporcionar o conhecimento necessário em conjunto com as perspectivas teóricas e técnicas que tornarão o assistente social apto a intervir, considerando as relações sociais, relações de produção e o que realmente se passa no profundo de cada uma delas, chegando assim a cada usuário atendido, em cada política e/ou programa social que é viabilizado por meio dos direitos. Portanto, a formação requer essa visão ética do mundo em todas as suas relações. Neste âmbito, o assistente social já está sendo formado, moldado, digamos, e sua intervenção certamente dependerá do seu conhecimento, do seu agir e do seu compromisso com a categoria profissional.

4. Diretrizes curriculares e formação profissional na Ufam

A partir das Diretrizes Curriculares, os cursos de Serviço Social devem mostrar-se dispostos a encaminhar seu projeto pedagógico com vistas às exigências do mundo atual, mediante as particularidades de cada região, com o intuito de atender às demandas sociais e, para tanto, promover aos discentes, futuros assistentes sociais, uma visão de mundo ampla que perceba as relações sociais não como simples relações, mas como conflitos de mundos em seus diversos contextos e subcontextos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social se constituem como referências fundamentais de nossa análise. Precisamos dar destaque a esse importante documento da formação profissional, cuja sistematização se concluiu em 1996, mas que resulta de discussões iniciadas ainda nos anos 1980, década que representou um rompimento da categoria profissional com a forma dominante e conservadora de enfrentamento da questão social, de percepção das condições da classe trabalhadora, público-alvo das intervenções do assistente social, resultante principalmente da aproximação à produção teórica marxista.

Diretrizes estas que estabeleçam um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados (ABEPSS, 1996, p. 4).

Assim, as diretrizes curriculares têm papel importante para a direção sociocrítica e estrutural para os cursos de Serviço Social, na medida em que este promove as linhas básicas para a formulação do currículo, trazendo os pressupostos necessários que

devem ser assumidos para qualificar a formação profissional, bem como visão crítica e propositiva pautada na dialética e outras reflexões presentes na teoria social de Marx.

As diretrizes de 1996 foram elaboradas e aprovadas pelas unidades de ensino, num processo coordenado pela ABESS, incorporando a compreensão crítica dos processos sociais e delineando matérias que atuam na viabilização dessa compreensão. Porém, ao serem aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC), pelo disposto na resolução nº 15, de 13 de março de 2002, sofreram drásticas reduções, causando profundas modificações na proposta formulada pela categoria profissional.

Levando em consideração este contexto contraditório, buscamos analisar a organização curricular do curso oferecido pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), na cidade de Manaus/AM, que dispõe de um departamento de Serviço Social, composto por 20 docentes de carreira em regime de dedicação exclusiva, responsáveis pela oferta das disciplinas específicas do curso nos horários vespertino e noturno. Em razão do afastamento de alguns docentes para a administração superior e para qualificação profissional (doutorado), o departamento conta com professores substitutos, que também foram incluídos nessa pesquisa.

Quanto ao perfil profissional do futuro assistente social, o currículo da Ufam deixa clara a importância dos núcleos de fundamentação para a compreensão do processo do trabalho do assistente social e que os

mesmos são eixos que vão mediar e articular essa formação, concordando com o tripé de conhecimento constituído pelos núcleos de fundamentação dispostos pela ABEPSS (1996).

Temos o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, abrangendo as características históricas da formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais; e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, com os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais núcleos:

englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional. Essas atividades, a serem definidas pelos colegiados, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares (ABEPSS, 2002, s/p).

Na Universidade Federal do Amazonas, as atividades estão organizadas conforme o estabelecido nacionalmente, e a carga horária do curso está distribuída como o disposto no quadro a seguir:

Quadro 01 – Núcleos de fundamentação e sua disposição no Curso de Serviço Social/UFAM

NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO	DISCIPLINAS	TOTAL DE CARGA HORÁRIA
I) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social	16	960h
II) Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	3	180h
III) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional	20	1590h

FONTE: Pesquisa documental, 2015.

A maior carga horária, de acordo com o quadro, está relacionada ao núcleo de fundamentos do trabalho profissional, e com o mínimo de carga horária vemos o núcleo de formação sócio-histórica brasileira. Contudo, é importante dizer que apesar do núcleo sócio-histórico demonstrar pouca carga horária, é claro na análise da ementa de algumas disciplinas, como Política Social, por exemplo, que a historicidade perpassa a maioria das disciplinas, tendo em vista que o Serviço Social é pautado pelo materialismo histórico, onde é fundamental ter o conhecimento do contexto histórico para entender o momento presente.

Iamamoto (2014) entende que dedicar-se à compreensão da história da sociedade é uma condição para que a formação esteja adequada aos tempos atuais. Segundo ela, é necessário buscar

(...) implodir uma visão endógena do Serviço Social e da vida universitária, prisioneira em seus ‘muros internos’. Alargar os horizontes, voltados para a história da sociedade brasileira nos quadros do novo reordenamento mundial para aí melhor apreender as particularidades profissionais em suas múltiplas relações e determinações, densas de conteúdos históricos (IAMAMOTO, 2014, p. 170).

É importante compreender que essa dinâmica histórica e social fornece elementos determinantes e enriquecedores para a prática profissional necessariamente sintonizada com a realidade social de seu tempo, tendo a história como fonte de questionamentos e de respostas acadêmicas, éticas e profissionais cheias de possibilidades, oferecendo inteligibilidade para a profissão na realidade social contemporânea.

Além disso, as diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996, p. 6) dispõem como um dos seus princípios norteadores o “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social”. Ou seja, os núcleos formadores das diretrizes curriculares estão constituídos de forma articulada, não para fragmentar, ao contrário, busca-se a flexibilização desse currículo.

Ressaltamos o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social e do trabalho profissional que se refere, respectivamente, ao entendimento do ser social e à apreensão teórico-metodológica, ético-política

e técnico operativa do Serviço Social, constituído de análises críticas, propositivas, questionamentos, investigação, debates, enfim, uma série de quesitos fundamentais para a apreensão do trabalho profissional.

Conforme Yamamoto (2014), esses três núcleos não dizem respeito a um tipo hierárquico ou matérias diferenciadas em relação à profissão, na verdade são níveis distintos e complementares para o exercício profissional. Por exemplo, elementos de uma determinada demanda envolvem, ao mesmo tempo, conhecimentos sobre os fundamentos da vida social, a trajetória histórica da sociedade e as possibilidades de intervenção e meios para efetivá-la.

Não se pode trazer destaque a uma ou outra disciplina, posto que todas, trabalhadas de maneira articulada, conformam para o processo formativo dos discentes do curso. Como observado na pesquisa bibliográfica, o projeto pedagógico traz as exigências ditadas pela ABEPSS como os três núcleos, em que se tem a presença das matérias exigidas pelas diretrizes e seus desdobramentos. Além disso, também há a possibilidade de desenvolver o conhecimento desses núcleos por meio das atividades complementares, disciplinas optativas, pesquisa e extensão.

Em seguida, foi interessante verificar que o currículo da Ufam sofreu alterações no ano de 2009, por isso, nos preocupamos em perceber as modificações que este possa ter trazido à formação profissional em Serviço Social da Ufam em relação aos currículos anteriores. Pensando nisso, durante a pesquisa de campo foram apontadas algumas diferenças do

currículo vigente (2009) em relação aos currículos anteriores pelos docentes de carreira (DC).

O histórico dos currículos no curso de Serviço Social que foi falado pelos professores destacou os três grandes marcos no currículo do curso. O primeiro é datado a partir dos anos 1980, mais precisamente em 1982, com a resolução n.º 06 de 23/09/82, com uma revisão que mudou completamente a direção social do curso. A Ufam também foi partícipe nesse movimento, inaugurando um novo currículo em 1985.

Iamamoto (2014), ao problematizar as mudanças que se sucederam e que ocorrem a cada tempo na formação profissional, considera importante questionar sempre os desafios que a realidade social em dinâmica constante representa à formação do assistente social, discutir as conquistas e limites identificados e que mudanças de qualidade são requeridas para o redimensionamento da formação.

Assim, é preciso que o novo projeto de formação esteja atento para os vazios do debate no Serviço Social para antecipar problemas e propostas, preenchendo lacunas e somando forças para enfrentar a onda conservadora e os preceitos neoliberais que sobrepõem os interesses econômicos em relação às necessidades sociais. Por isso, diversas mudanças na formação em Serviço Social se fizeram e fazem presentes no Brasil, resultando principalmente do desenvolvimento de pesquisa e enriquecimento teórico que vem se fortalecendo na categoria profissional, principalmente desde os anos 1990.

Foi nessa direção que, em 1996, estabeleceu-se um novo currículo, com o qual surgiu a implementação dos três núcleos de fundamentação da ABEPSS, que passou a revigorar também no curso de Serviço Social da Ufam posteriormente. E, por fim, o currículo 2009 que está em vigência no curso. Segue abaixo as principais diferenças relatadas pelos docentes percebidas no currículo 2009 em relação aos anteriores.

Quadros 2 e 3 – Principais diferenças do currículo 2009 em relação aos anteriores notadas pelos docentes de Carreira e Substitutos

PRINCIPAIS DIFERENÇAS DO CURRÍCULO 2009 EM RELAÇÃO AOS ANTERIORES (DC)	
Avanço em Pesquisa	12,5%
Discussão do Processo de trabalho	12,5%
Preocupação com o perfil do aluno	12,5%
Serviço Social na área da família como obrigatória	25%
Mudança na disciplina Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social	37,5%
Quatro anos e meio por quatro anos de formação	12,5%
Sem mudança de conteúdos	12,5%
Mudança na carga horária da disciplina Estágio	19%

PRINCIPAIS DIFERENÇAS DO CURRÍCULO 2009 EM RELAÇÃO AOS ANTERIORES (DS)	
Bibliografia	14,2%
Conversão de disciplinas obrigatórias em optativas e vice-versa	14,2%
Sobrecarga de trabalho	14,2%
Horas complementares	14,2%
Mudança de carga horária em Fundamentos <u>Teórico-Metodológicos</u> do Serviço Social	14,2%
Contratação de professores substitutos	14,2%
Desconhecem	42,8%

FONTE: Pesquisa de campo, 2015.

Vale ressaltar que algo marcante na maioria das falas diz respeito ao momento histórico da construção de cada currículo, em que os docentes destacam o movimento da realidade, ao apontar que o que valia há um tempo atrás pode não condizer com as demandas que se constituem na sociedade atualmente. Neste sentido, o processo de formação não é algo estático, sabemos que a profissão de Serviço Social está em constantes mudanças.

Assim, o movimento da realidade requer necessárias modificações na formação profissional, para que haja a atualização do profissional frente às relações sociais e ao processo de manifestação da questão social, que vai se expressando por meio de novas formas, ou

seja, “requer a radical conciliação do projeto formativo com a história: com as tendências contraditórias, de curto e longo prazo, que dela emanam” (IAMAMOTO, 2014, p. 195).

Tanto docentes de carreira quanto substitutos destacaram a mudança de carga horária em Fundamentos Teórico-Methodológicos do Serviço Social, o que, em nível geral, nos remete ao fato de que essas mudanças resultam de momentos intensos de reflexão na categoria profissional, reconhecendo sua importância como bloco direcionador da compreensão da posição que a profissão ocupa na estrutura social e nas relações sociais.

Entendemos que não houve mudanças significativas constituídas nesse currículo 2009, até porque sua construção não é resultante de uma revisão curricular. Vale ressaltar que sua formulação foi pensada mediante a proposta do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ao qual a Ufam aderiu no ano de 2008, ou seja, durante a primeira chamada.

Contudo, é interessante destacar o avanço do Serviço Social quanto ao perfil profissional que se busca formar, posto que, com as diretrizes curriculares de 1996, deu-se ênfase a esse aspecto com a definição de um perfil “profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento” (ABEPSS, 2002, s/p), mesmo que nestas diretrizes publicadas pelo MEC tenham sido suprimido o trecho que trata do compromisso com o código de ética profissional, daí a

importância do direcionamento estabelecido pela categoria profissional.

Em sintonia, o perfil profissional definido pelo projeto pedagógico do curso de Serviço Social da Ufam também destaca que “operacionalizar procedimentos próprios da prestação de serviços condizentes com as demandas postas, atentando às peculiaridades da realidade social concreta” (UFAM, 2009, p. 17).

Portanto, o Serviço Social deve buscar um perfil profissional que atente às transformações e às novas demandas postas socialmente, diante das expressões da questão social, que atualmente tem sofrido mudanças devido às grandes transformações econômicas, políticas e sociais vigentes.

[...] o currículo mínimo, em vigor nos cursos de graduação do Serviço Social no país, precisa ser repensado em face das mudanças sociais e científicas ocorridas nas últimas décadas, no âmbito da crise do socialismo real, da crise da universidade, da crise do Welfare State, da crise de paradigmas e, sobretudo, em face da globalização e flexibilização da economia mundial, orientada pela ofensiva neoliberal (SILVA, 2011, p. 272).

É imprescindível a compreensão desses aspectos em nível mais amplo para o Serviço Social, a fim de que sua atuação possa ser subsidiada pelo entendimento de variáveis que fazem toda a diferença no momento de intervenção, principalmente no que diz respeito ao contexto geral e local de determinada situação.

Enfim, a formação profissional está definida a partir de elementos que conformam para a identidade e para a intervenção criativa do futuro assistente social, por isso, é necessário que se tenha em pauta a conexão do arcabouço teórico-metodológico apreendido para qualificar o momento do exercício desse profissional, visto que fará toda diferença para a resposta aos objetivos da categoria e à realidade social a intervenção de assistentes sociais que sejam habilitados para uma atuação crítica, investigativa e comprometida com o exercício da cidadania.

5. Considerações finais

O currículo, que direciona os processos formativos, está estruturado muito além de ementas e matrizes curriculares postas de forma neutra. Ele representa propostas que envolvem também formação humanística e elementos éticos para a intervenção na realidade social, e isso é possível perceber no currículo de Serviço Social, o qual construiu um projeto profissional que inclui também um projeto de formação pautado em princípios e valores.

Neste sentido, é possível notar que o Serviço Social, desde os anos 1980, tem avançado profundamente no que tange ao conhecimento teórico e crítico, bem como suas dimensões ético-políticas e técnico-operativas, que evidenciam um novo rumo para a categoria profissional, conferindo também um novo rumo para o seu processo formativo.

O Serviço Social brasileiro dispõe de um conjunto de diretrizes curriculares, resultante dos debates na

categoria profissional, as quais são direcionadas pela entidade que representam as instituições formadoras, a ABEPSS, compostas por núcleos temáticos que se sintonizam para a garantia de uma formação crítica diante da realidade social e das expressões da questão social, numa perspectiva que destaca a importância de que as instituições de ensino superior tenham em seu projeto pedagógico do curso perspectivas que compreendem o Projeto ético-político da profissão, logo condizentes com estas diretrizes, o qual toma por base também a lei de regulamentação profissional e o código de ética do assistente social. Perspectiva que se torna uma bandeira de luta diante das severas mudanças aplicadas pelo MEC na proposta original das diretrizes, dando abertura para a criação de propostas de formação em Serviço Social que burlam as diretrizes originalmente formuladas pela categoria de assistentes sociais.

No caso da Universidade Federal do Amazonas, percebemos que seu projeto pedagógico está em sintonia com as diretrizes curriculares de 1996, comandadas pela então ABESS, tendo em vista a formulação deste por meio dos núcleos temáticos, a distribuição da carga horária, a oferta de disciplinas optativas e horas complementares em consonância com a proposta da categoria profissional, sendo a Ufam também vinculada à atual ABEPSS, o que possibilitam ao alunado a oportunidade de ter um conhecimento consoante ao projeto de formação crítica, nas suas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

A dinamicidade para a operacionalização desse currículo é apontada pelos docentes, assim como sua implementação de acordo com as mudanças que se processam na realidade, o que é essencial, pois, ao mesmo tempo em que se deve buscar dar concreticidade às ementas definidas, também é preciso atenção para acompanhar as mudanças nas relações de classe atuais que, como sabemos, são passíveis de mudança a todo momento.

Portanto, o Serviço Social deve se colocar em contínuo processo de busca de uma qualificação profissional capaz de apreender os novos processos sociopolíticos e econômicos que fazem parte do nosso cotidiano, e se transformam conforme o avanço ou retrocesso nas relações de poder. Dessa maneira, o âmbito acadêmico como espaço de formação e identidade profissional possui papel fundamental para desenvolver nos alunos as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social para que possam estar aptos para apreender sua prática profissional subsidiada pela teoria. Nesse processo, docentes e discentes são responsáveis pela qualidade da formação.

6. Referências

ABEPSS. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social, 1996. Disponível em: http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf. Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Resolução nº 15 de março de 2002. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf. Acesso em: 22 jun. 2015.

BERTICELLI, Ireno Antonio. Currículo: Tendências e Filosofia. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). O currículo nos limiães do contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 159-175.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

CFESS. Código de ética profissional do Assistente Social. Brasília. CFESS, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 25. Ed. São Paulo, Cortez, 2014.

_____. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LAMPERT, Ernâni. A universidade e o currículo: possibilidades de redimensionar o fazer-pedagógico. Florianópolis, v. 10, n. 02, p. 144 – 155, jul. / dez. 2009.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu. Sociologia e teoria Crítica do Currículo: uma introdução. In:

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu(orgs). Currículo, Cultura e Sociedade. Tradução de Maria Aparecida Baptista. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. 1.ed. 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

UFAM. Projeto pedagógico do Curso de Serviço Social, 2009.

IV. O estágio supervisionado no curso de Serviço Social da Ufam na perspectiva dos supervisores de campo

*Vivianne Batista Riker de Sousa
Camila Cecília Mascarenhas Gibbs
Lurianny Assunção Barão*

1. Introdução

A Supervisão de estágio, ao articular formação e trabalho profissional, agrega a compreensão, a análise, a proposição e a intervenção em processos sociais, compondo a dinâmica da relação entre teoria e realidade.

Na ótica de Ribeiro (2009, p. 84), o estágio é elemento fundamental à formação, “mas não o único, em termos de aprendizagem da dinâmica da realidade profissional e social pelos estudantes, isto é, a articulação entre os conhecimentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão”.

Logo, é indispensável exercitar a conexão entre teoria e prática não apenas no campo de estágio, bem como nas disciplinas que o antecipam, tendo em vista capacitar o discente para sua inserção no espaço sócio ocupacional.

Nas Diretrizes Curriculares, elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Estágio Supervisionado é entendido como uma atividade curricular eminentemente obrigatória, onde o aluno tem a oportunidade de se inserir num lócus socioinstitucional, tendo o acompanhamento contínuo do supervisor (a), o qual tem por missão auxiliá-lo no processo de apreensão daquela determinada realidade, além de instigá-lo a investigar o que as demandas institucionais trazem de limites e possibilidades.

Considerando o Serviço Social uma profissão que trabalha com a concepção de práxis, o andamento da formação profissional não pode estar dissociado da prática e vice-versa. Essa unidade possibilita o papel transformador, criativo, propositivo do profissional e desenvoltura na compreensão da realidade, apresentando um leque de possibilidades diante de um dado contexto histórico e social.

É nesse sentido que este artigo traz como proposta refletir a formação profissional em Serviço Social na Ufam, tendo como referência o Estágio Supervisionado, a partir da percepção dos supervisores de campo sobre a formação dos acadêmicos que chegam aos diferentes espaços sócio-ocupacionais durante o estágio.

Assim, é nesta perspectiva de discussão que abordamos os reflexos da formação teórico-metodológica no estágio supervisionado do Curso de Serviço Social da Ufam, colocando em voga a formação profissional e trazendo à luz as potencialidades e fragilidades da formação oferecida pelo curso na universidade supracitada entendendo-se que a formação profissional se reflete na atuação dos discentes no campo de estágio. Acreditamos que o olhar dos supervisores de campo sobre a formação ofertada pode contribuir para o aprimoramento de sua qualidade.

Portanto, este artigo trata, prioritariamente, do estágio supervisionado como processo de ensino-aprendizagem na formação profissional, tomando como principal referência a pesquisa de iniciação científica intitulada “Reflexos da formação teórica-metodológica no Serviço Social da Ufam”, desenvolvida no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas.

2. Os desafios à formação profissional e a unidade teoria-prática

Ao iniciarmos a discussão acerca dos desafios impostos à formação profissional, devemos considerar todos os aspectos que contribuem para tal, desde a capacidade didática e nível de conhecimento teórico do docente que ministra aulas, passando pelo campo de estágio em que o discente está inserido até o projeto pedagógico dos cursos. Tudo se faz extremamente importante na qualidade da formação que se oferta aos futuros profissionais.

A Resolução nº 15 de 13/03/2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, ao tratar das competências e habilidades do alunato, dá-nos uma ideia do que esta formação, quando realmente qualificada, deve viabilizar: uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, ou seja, deve preparar o profissional para atuar nas expressões da questão social, num contexto de grandes transformações, enfrentando tais expressões a fim de promover o exercício pleno da cidadania dos sujeitos sociais.

Vemos que as Diretrizes Curriculares citam três aspectos fundamentais à formação profissional dos discentes: capacitação teórico-metodológica, ético-política e conhecimento técnico-operativo. De acordo com Lewgoy (2010), a dimensão teórico-metodológica se refere à interlocução entre história, teoria e método. A autora explicita que a teoria se configura como o conjunto de conhecimentos que geram um quadro global de leis, de conexões e de relações substanciais num determinado domínio da realidade; é um processo contínuo e constante de crítica e busca de fundamentos, de superação de conceitos e de formas de pensar e agir.

O método é o meio de ligação como se relaciona a teoria com o objeto, isto é, a relação que se dá entre o sujeito que investiga e o objeto investigado. Porém, nada disso faz sentido se não estiver dentro de uma realidade histórica sobre a qual essa teoria se debruce, haja vista que:

O método só tem sentido como parte de um corpo teórico, não como conjunto de regras preestabelecidas para conhecer alguma coisa, porque a verdade dos fenômenos não está dada; mas se constrói na história dos fenômenos (LEWGOY, 2010, p. 161).

Compreendemos, então, que o aporte teórico serve como parâmetro de análise da realidade, como óculos que nos permitam enxergar melhor o mundo e tudo o que ocorre ao nosso redor.

Quanto à capacitação ético-político, ainda de acordo com a autora supracitada, diz respeito aos princípios e diretrizes contidos no projeto profissional, que têm como referências legais o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares. Neles se encontram todo o direcionamento sob o qual a postura e a prática do profissional devem se pautar. Já a capacitação técnico-operativa refere-se à forma como o profissional irá operacionalizar o conhecimento e a ética em seu espaço de atuação; abrange a instrumentalidade do profissional, sua capacidade de responder às demandas que lhe são impostas, as requisições sociais e institucionais e as finalidades profissionais.

Conjugar estas três dimensões se impõe hoje como um imperativo à formação profissional, pois elas por si só não conseguem fazer ou transformar nada, mas dependem da apropriação por parte dos sujeitos sociais (alunos, professores, supervisores acadêmicos e de campo) para produzir seus frutos, e não só deles, mas também das instituições de ensino. Assim, apesar de sermos completamente redundantes, afirmamos que

não há teoria sem prática, prática sem teoria, ética sem política, política sem ética, técnica sem operacionalização e operacionalização sem técnica. Uma não existe sem a outra, muito embora encontremos aqueles que pensam de forma maniqueísta, considerando apenas uma destas dimensões.

Para ressaltarmos um pouco mais os principais desafios à formação profissional dentro do Serviço Social, recorreremos a Faleiros (2011), o qual traz outros itens que enriquecem nossa discussão. Ele destaca três, que são: o pragmatismo, a acomodação e a insuficiência de formação.

O pragmatismo despreza a teoria e considera apenas a prática, pois crê que ela nada tem a contribuir com aquela; volta-se a resolução de problemas imediatos, sem pensar e refletir as consequências teóricas e históricas de sua ação imediata. A acomodação é a passividade diante de uma sociedade em constante transformação, o profissional ou aluno (a) acomodado (a) acredita que não precisa melhorar, pois as coisas são boas do jeito em que estão; assim, mexer, questionar, perguntar, criticar é cansativo demais, então, segue a lógica do deixe fazer, deixe passar.

A insuficiência de formação está diretamente relacionada à acomodação, pois é justamente o acomodado que não lê, não questiona, não critica, não investiga, enfim, não se atreve a ir além dos seus muros de segurança, ficando dentro de uma redoma e se tornando um profissional imediatista, pragmático, acrítico e reproduzidor do sistema.

A partir deste panorama, evidenciamos quão necessária se faz a coesão entre a teoria e a prática, sobretudo no que se refere à compreensão coerente e crítica da realidade, pois, concordamos inteiramente com a assertiva de Guerra (2011, p. 173) ao explicitar que “a prática torna-se repetitiva, dada a ausência da teoria, ao simples acúmulo de informações, sem transformar os dados em conceitos, inexoravelmente caminhando para o empirismo mecanicista sem criatividade”.

Segundo Forti e Guerra (2013), os profissionais de Serviço Social precisam estar sempre em busca do conhecimento para lidar com as diversidades e os desafios que surgem ao longo da vida profissional, tanto em sua formação quanto na intervenção. São, portanto, os desafios que os movem a buscar cada vez mais conhecimentos com o intuito de desenvolver um trabalho de qualidade.

Além disso, o profissional precisa estar atento às diversas mudanças dentro de um contexto social, desde os aspectos econômicos, da cultura, da política, dos movimentos sociais, das instituições jurídicas-políticas, das organizações sociais até a dinâmica das relações grupais e interpessoais, sendo imprescindível o exercício de uma leitura crítica sobre a sociedade e a necessidade da compreensão da totalidade da realidade social, na qual estamos inseridos e na qual pretendemos atuar profissionalmente.

Mais ainda, faz-se necessária uma teoria que nos permita perceber como os principais dilemas

contemporâneos se traduzem nas peculiaridades do serviço social e se expressam nas requisições e competências socioprofissionais e na cultura profissional. Aqui subjaz a premissa de que a complexidade da realidade exige profissionais do serviço social que não pretendam apenas responder de modo tradicional e imediatista às demandas que lhes são dirigidas (FORTI; GUERRA, 2013, p. 3).

Dessa maneira, o desafio incide em formar profissionais aptos a atuar na realidade através da identificação e da assimilação crítica de suas demandas, atuando de maneira eficaz e eficiente. Entendendo desse modo que, somente assim, será possível construir estratégias sociopolíticas que atendam às reais demandas impostas aos profissionais desta área.

É nesse contexto que vale destacar a base da formação teórica (ético-política) em termos de conhecimento teórico e metodológico para a iniciativa interventiva, ressaltando desse modo também que, além da importância teórica, destaca-se a prática. Pois, por melhor que seja estabelecida, a teoria não é suficiente, por si só, de acionar qualquer modificação na realidade concreta. Contudo, é sobre essa relação da prática com a teoria que o senso comum nos questiona “na prática a teoria é outra”?

Forti e Guerra (2013) nos levam a refletir sobre essa indagação, partindo da pressuposição de que se trata de um dos principais falsos dilemas da formação e do exercício profissional do assistente social. As autoras destacam que, sendo o assistente social o profissional que está sempre em busca de responder às reais

demandas sociais, precisa estar fundamentado para não “cair” no senso comum e se deixar influenciar por esse falso dilema.

Diante disto, consideramos que um dos campos mais profícuos para a mediação da teoria-prática dá-se no campo de estágio, onde há uma relação dialógica entre o supervisor de campo, supervisor acadêmico e o discente, desejoso por novos aprendizados referentes à construção da sua identidade profissional.

3. O estágio supervisionado como lócus privilegiado de ensino-aprendizagem

O estágio supervisionado deve ser compreendido como lócus privilegiado de ensino-aprendizagem, pois apresenta grande importância no processo de formação do futuro profissional de Serviço Social, uma vez que será possível ao acadêmico o contato direto com a realidade profissional a fim de que ele possa, à luz do conhecimento teórico adquirido na academia, construir estratégias profissionais de respostas às demandas sociais.

Com o desenvolvimento acelerado do capitalismo, vemos de forma proporcional, crescer também a desigualdade social que se apresenta enquanto uma das muitas faces da questão social. Suas expressões vêm aumentando consideravelmente, deixando seu rastro perverso por onde passa, atingindo uma grande parcela da população, parcela essa que é caracterizada por pessoas de baixa renda ou nenhuma renda, as quais sofrem severamente os reflexos dessa conjuntura, sendo que o Serviço Social se configura como profissão

devidamente habilitada teórica, técnica e politicamente para atuar no enfrentamento de tais questões.

Contudo, faz-se necessário termos profissionais comprometidos e bem preparados, que, em seu processo de formação não se limitem apenas à sala de aula, mas busquem uma formação profissional contínua e qualificada.

Segundo as Diretrizes Curriculares elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, o Estágio Supervisionado é entendido como: “(...) atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática.” (ABEPSS, 1996, p. 15-16). Sabemos que o Estágio Supervisionado é um elemento de suma importância no processo de formação profissional, pois possibilita ao aluno uma maior compreensão acerca da realidade, bem como um olhar mais crítico e reflexivo sobre esta, contribuindo, assim, numa maior aproximação com a prática profissional. É também um espaço em que o acadêmico tem a oportunidade de realizar a mediação entre teoria e prática.

De acordo com o artigo 1º da Lei N° 11.788, de 25 de setembro de 2008, estágio é definido como:

(...) ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino

médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental (BRASIL, 2008).

Deste modo, é um elemento mais do que necessário no processo de formação dos futuros profissionais, pois contribui fortemente na aproximação da teoria com a prática. Vale aqui destacar também que a articulação entre teoria e prática é de extrema importância para um bom desempenho profissional, visto que o acadêmico consegue, ainda na academia, relacionar teoria e prática, desenvolvendo, assim, uma postura crítica, propositiva e, conseqüentemente, mais questionadora.

Buriolla (1994) qualifica o estágio como o lócus onde se processa o ensino-aprendizado, tanto do supervisor quanto do supervisionado, pois ambos têm a oportunidade de aprender um com o outro, compartilhando experiências e saberes.

Logo, concordamos com a assertiva de Lewgoy (2010) ao dizer que a principal finalidade do estágio é possibilitar ao estagiário a sua posição frente às demandas que emergem na realidade de ensino-aprendizagem. Desta forma, vemos como de extrema importância que as partes envolvidas nesse processo, a saber: o supervisor acadêmico, o aluno e o supervisor de campo estejam mutuamente interligados, para que juntos possam enriquecer ainda mais este processo, a partir dos princípios e valores contidos nos projetos profissionais do curso.

4. Algumas considerações acerca do estágio supervisionado sob a ótica dos supervisores de campo da Universidade Federal do Amazonas

Para enriquecermos a discussão teórica empreendida até aqui acerca da formação profissional e da relevância do estágio, apresentamos alguns dados referentes à temática em questão, oriundos de uma detalhada e cuidadosa pesquisa de campo, a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), que trata sobre a formação profissional oferecida pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, a partir da leitura dos supervisores de campo de estágio, realizada no ano de 2014-2015, bem como de reflexões conduzidas no grupo de pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas).

Sabemos que o estágio é um dos espaços privilegiados que concede ao acadêmico elaborar a mediação entre o conhecimento e a prática profissional. E isto é tão relevante que, como nos aponta Buriolla (1994), justamente neste espaço ocorre a aprendizagem para a vivência profissional, num processo de formação da identidade profissional.

De acordo com esta perspectiva, coloca-se como oportuno apreender como o processo de ensino-aprendizagem é percebido por um dos sujeitos fundamentais nesta realidade: os supervisores de campo, haja vista que estes trazem sobre si imensa responsabilidade e precisam ter clareza quanto a isso, pois são os responsáveis diretos pela supervisão dos

futuros profissionais que, veem neles um referencial (positivo ou negativo) de profissional.

Com o intuito de imergir nesta realidade processual e dinâmica, tomamos como sujeitos da pesquisa 30 supervisoras de campo, ressaltando que todas eram mulheres. Sendo assim, as discussões que ora apresentamos resultam diretamente de entrevistas, onde tivemos como indagação inicial o que as supervisoras compreendem a respeito do estágio supervisionado na formação profissional e, como questões suplementares, ainda sob a ótica destas, como é visto o estagiário na instituição em que atua, se gosta de supervisionar estagiários e como acontece o processo de supervisão dos estagiários que estão sob sua responsabilidade.

Podemos observar no gráfico 1 que, diante das respostas, as mais destacadas equivalem à consideração que o estágio é um momento para relacionar a teoria e a prática, sendo considerado como um momento imprescindível para a formação, contribuindo significativamente no processo de ensino-aprendizado. Tal concepção corrobora com o que preconiza a Política Nacional de Estágio (PNE) e com as autoras que estudam esta temática, dentre as quais destacamos Lewgoy (2010) e Buriolla (2011).

Gráfico 1 – Entendimento dos supervisores sobre estágio na formação profissional.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Contudo, Santos (2006) nos diz que teoria e prática são relacionadas constantemente e que estes dois eixos da formação são, ou pelo menos, devem ser trabalhados em todos os momentos, sendo o estágio não um momento para a aplicação da teoria, pois esta não é um passo a passo para a prática, mas, sim, momento em que os conhecimentos adquiridos em sala de aula direcionarão as propostas de intervenção durante a atuação profissional e permitirá que sejam identificadas novas questões a serem investigadas.

Junto a isto, nos cabe afirmar que o estágio não é o momento em que o discente pode ter contato com as expressões da questão social, pois elas são abordadas no decorrer das demais disciplinas da formação, como propõem as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996). Assim, consideramos o estágio como espaço que

também permite a maior visualização de propostas para a atuação, mas não campo exclusivo para isto.

A segunda resposta mais obtida foi a de que o estágio é percebido como um lugar para que o aluno em formação entenda melhor a profissão e possa se identificar enquanto profissional, conhecer as rotinas e demandas dos espaços sócio-ocupacionais, sendo este um momento de experiência tanto para o assistente social supervisor quanto para o estagiário. Acrescentamos que é neste momento que o discente pode conhecer as implicações e os desafios institucionais impostos à profissão, visualizando meios para superá-las.

Das entrevistas realizadas, verificamos que 38% dos sujeitos revelaram que os estagiários, tanto na esfera pública quanto na privada, são vistos na instituição em que atuam como alguém que vem somente para somar/contribuir com a instituição, 35% informaram que os acadêmicos são como profissionais em processo de formação, já na ótica de 13% dos supervisores de campo, os estagiários são como uma mão de obra auxiliar importante, enquanto 11% disseram que estes acadêmicos são como aprendizes da prática profissional e, por fim, cerca de 3% afirmaram que a postura profissional desenvolvida pelo estagiário determina o modo como ele será visto dentro da instituição em que atua.

Diante dos dados, percebemos que em boa parte das instituições, os estagiários, são percebidos como alguém que vem para somar/contribuir com a instituição. De um modo ou de outro, os estagiários

acabam cooperando para a instituição em que atuam. Vale ressaltar que não somam apenas como meros contribuidores/auxiliares, mas como pessoas que estão em processo de formação, somando com seus conhecimentos teóricos adquiridos na academia com as experiências que trazem para o espaço de estágio, pois é o momento em que pretendem relacionar a teoria e a prática, ressaltando que ambas não são um privilégio do campo de estágio, mas devem ocorrer nas disciplinas que antecedem este.

Torna-se um momento único na vida do estudante, uma vez que dá a ele a oportunidade de ter contato com a prática profissional, como foi apontado por alguns sujeitos como espaço de constante aprendizado da prática, a fim de aprender como se desenvolve a prática profissional e captar informações importantes para o futuro e utilizá-las enquanto profissional e, ao mesmo tempo, exige dele o aprendizado de algumas das características muito importantes do bom profissional: a responsabilidade e a ética profissional.

Como mencionado anteriormente, 13% das supervisoras de campo relataram que os acadêmicos são tratados, dentro da instituição, como mão de obra auxiliar, revelando-nos assim uma visão deturpada desses estagiários, pois os mesmos não são compreendidos como profissionais em processo de formação, mas sim como apenas uma mão de obra auxiliar.

Isso nos levou a uma reflexão sobre o seguinte questionamento: O que tem levado estes estagiários a serem vistos de forma deturpada pelas instituições?

Esta pergunta veio a ser respondida, com a fala de uma das supervisoras de campo, que mencionou que a postura desses acadêmicos dentro da instituição definirá como eles serão vistos pela mesma, precisando estar dotados de uma postura profissional ética, a fim de cumprir com seu papel, colaborando, assim, para o crescimento de sua formação profissional e de sua categoria.

De acordo com os dados, todas as entrevistadas afirmaram gostar de supervisionar, justificando em sua maioria (44%) pelo fato da troca de conhecimentos e experiências que este momento propicia ao supervisor de campo. Outros 22% ressaltaram a contribuição para formação, 14% enfatizaram a possibilidade de poderem conhecer melhor a área de trabalho, 12% pela oportunidade de atualização, 6% porque acreditam que os estagiários ajudam na instituição, por ser necessário, enquanto 2% destacaram que o estágio aproxima a teoria da prática.

Como mencionado acima, as supervisoras de campo apreciam supervisionar estagiários, embora não deixem de salientar o desafio que é exercer esse papel. Antes mesmo de fazermos formalmente a pergunta sobre como se sentem enquanto supervisoras, a expressão corporal, o olhar, o sorriso, o carinho demonstrado pelas entrevistadas, já nos deram pistas de que se sentem felizes em poderem contribuir para a formação de futuros profissionais.

Buriolla (1994, p. 159) confirma: “a maneira de executar os papéis está determinada pela concepção que se tem de homem, de mundo, da profissão, dos

profissionais, da educação etc.” Desta forma, dependendo do olhar pelo qual se faz leituras dessas realidades e das experiências vividas no seu processo de ensino-aprendizado, sendo positiva ou negativa, é que vai se direcionar a ação do supervisor. Uma das supervisoras contou um pouco de como tinha sido sua experiência como estagiária:

Eu tive uma chefe de um setor e ela não era muito receptiva a fazer supervisão de estágio. Hoje eu entendo o porquê, é uma coisa que dá trabalho [...]. Então é assim, supervisionar, se você for fazer uma coisa séria mesmo é uma coisa que dá trabalho, mas, apesar de tudo, eu gosto, desde que a pessoa queira ser supervisionada (Entrevistada nº 15, pesquisa de campo, 2015).

Aqui, nitidamente percebemos a importância de uma formação bem conduzida tanto pela universidade quanto pelas instituições que são campos de estágio. Por isso, a postura do supervisor de campo enquanto profissional de Serviço Social influencia o estagiário, mas o acadêmico também tem que possuir um posicionamento ético-profissional diante de situações que lhe são impostas.

Para as entrevistadas, a supervisão permite contribuir para a formação profissional dos futuros assistentes sociais que buscam conseguir um espaço no mercado de trabalho, fazendo com que conheçam melhor sua área de trabalho. É a possibilidade de fazê-los também se encantar ainda mais pela profissão e ainda manter-se atualizada.

Ao questionarmos sobre a metodologia adotada para a realização da supervisão aos acadêmicos, as profissionais mencionaram observação, leitura e prática (25%), acompanhamento diário (22%), acompanhamento individual (19%), reforço à dimensão ético-política, com destaque à postura profissional (17%), definição de atribuições (11%) e reuniões semanais (6%). Os relatos nos indicam um esforço de estabelecer a relação entre teoria e empiria, mas também uma preocupação com o cumprimento das obrigações institucionais.

A referência a acompanhamento diário, acompanhamento individual e reuniões semanais não deixa de também explicitar uma preocupação com as tarefas próprias dos setores aos quais os estagiários estão vinculados, como preenchimento correto de fichas, elaboração de encaminhamentos e pareceres, registros das atividades etc.

Por compreenderem que os acadêmicos estão em processo formativo, as supervisoras indicaram um cuidado quanto à discussão sobre a conduta profissional diante dos usuários e dos demais profissionais da instituição, por compreenderem que o estágio também é o momento de construção do perfil profissional, o qual deve ser permeado por respeito às diferenças, condução ética dos processos, bom trato aos usuários etc.

5. À guisa de conclusão

As reflexões realizadas acerca do estágio supervisionado na formação do Curso de Serviço Social da Ufam aproximam-nos da realidade acadêmica, como

também do âmbito do estágio, sob uma nova perspectiva: a dos supervisores de campo. Tal aproximação nos fez perceber que muito mais que traçar críticas ou elogios ao currículo 2009 do curso de Serviço Social da Ufam é necessário, antes de tudo, que o compreendamos em sua totalidade.

Diante disso, promover uma formação de qualidade consiste em garantir ao formando, um preparo para que o mesmo exerça sua cidadania enquanto profissional. Para tanto, é de suma importância que a instituição de ensino promova maiores espaços, com a finalidade de aproximar o campo de ensino e o campo de estágio na elaboração de um Projeto Político Pedagógico em relação ao ensino proposto pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

Buriolla (1994) afirma que, na sociedade atual, existem diversos desafios que demandam a atuação e a intervenção de profissionais em Serviço Social, de maneira que sejam dadas respostas que venham a atender as prioridades sociais.

A autora também nos afirma que a relação entre o pensar o Serviço Social e o fazer o Serviço Social está envaidecida e desconectada, pois há um corte não apenas entre a teoria e a prática, mas também entre os teóricos e os práticos assistentes sociais.

Portanto, é importante aqui destacarmos que a teoria é indissociável da prática e, que, por isso, promover maior aproximação entre campo de ensino e campo de estágio é imprescindível no desenvolvimento da aprendizagem profissional, promovendo seu amadurecimento ainda na graduação.

6. Referências

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2008.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papeis. São Paulo: Cortez 1994.

COLETÂNEA DE LEIS. Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Conselho Regional de Serviço Social: 15º Região Amazonas/Roraima. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FORTI, Valeria, GUERRA, Yolanda (Orgs.). Serviço Social: temas, textos e contextos. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 3 - 22.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais. *Temporalis /Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ano IX, n. 17(jan./jul. 2009)*. Semestral. Estágio, Ética e Pesquisa: Desafios para a Formação Profissional.

SANTOS, C. M. - Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. 2006. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006

SOUSA, Vivianne Batista Riker de; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. Reflexos da Formação Teórico-Metodológica no estágio supervisionado do curso de Serviço Social da UFAM. 2015. Relatório Final de Iniciação Científica (Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus-Amazonas, 2015.

V. A iniciação científica e a formação em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas: do ingresso aos desafios enfrentados

*Thaynara Reis do Nascimento Cruz
Roberta Ferreira Coelho de Andrade*

1. Introdução

A pesquisa o ensino, e extensão constituem os pilares que sustentam a universidade. Mesmo que o tripé seja assegurado na carta magna, a nova Lei de Diretrizes de Bases da educação (nº 9394/96) possibilita a ruptura desse princípio na prática, tendo em vista a diversificação das formas de organização das instituições de ensino superior e as “exceções” de sua operacionalização na realidade.

Para Mazzilli (2011), esse contraste de universidade significa a existência de dois modelos de

ensino superior no Brasil (uma universidade não voltada para a formação de pesquisadores e a outra que busca a produção científica por meio da pesquisa).

Sendo a Universidade (de modo geral) embasada em três fundamentos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Base (LDB) de 1996 – os quais são: ensino, pesquisa e extensão, a iniciação científica vem como produção de conhecimento para contribuir e firmar o compromisso que a Universidade tem para com a sociedade, dando-lhe um retorno com profissionais mais bem capacitados ao exercício de suas funções.

Segundo Moita e Andrade (2009), para que a universidade seja um espaço de aprendizado e de divulgação do saber, é necessário que as instituições de ensino superior cumpram com o princípio orientador da qualidade de produção universitária voltado para a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; esse tripé proporciona ao universitário autonomia, competência e ética. Dessa forma, a universidade é uma instituição social que visa formar profissionais intelectuais que a sociedade precisa.

Para Jezine (2002), o fundamento da universidade como instituição social é a produção e a socialização do saber e da cultura. Se reduzida somente a três funções: ensino, pesquisa e extensão estão condicionados pela “dimensão da técnica pela técnica, em razão de serem atividades desenvolvidas separadamente sem a relação com seu alvo, que é a sociedade” (p.76). Segundo a autora, a universidade deve ter como função principal a produção e socialização do saber, e não ser apenas um

espaço de produção e reprodução, mas de “criação, de criatividade, onde se possa ter acesso e ser feliz” (p. 73).

A atividade de iniciação científica foi implantada na Ufam em 1988, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 2003, foi criado o Programa de Apoio a Iniciação Científica (Paic) com a parceria da Fundação de Apoio a pesquisa no Estado do Amazonas (Fapeam). Os referidos programas de financiamento à pesquisa têm como um dos objetivos, contribuir para a formação de recursos humanos na pesquisa e reduzir o tempo médio do ingresso de em cursos de pós-graduação mestrado e doutorado (Ufam, 2016).

Na Universidade Federal do Amazonas, a pesquisa é bastante incentivada. Todos os anos são publicados editais de iniciação científica por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq) e do Programa de Apoio à Iniciação Científica (Paic/Fapeam), ambos os programas oferecem vagas para os acadêmicos participarem de projetos de investigação por meio das modalidades de voluntários e bolsistas.

Ao olharmos para o projeto pedagógico do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) de 2009, identificamos que ele está direcionado pelas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), vigentes em todo o Brasil, tendo a pesquisa como atividade formativa do assistente social. Na Ufam, especificamente no curso de Serviço Social, a pesquisa

está presente nos objetivos específicos do curso, sendo esta um caminho primordial para a formação do futuro assistente social, pois é por meio da pesquisa que o discente irá obter um olhar mais crítico da realidade e, a partir dela, criar estratégias de intervenção profissional.

No curso de Serviço Social, a iniciação científica é incentivada também pelos professores do curso. Nos anos de 2010 a 2014, foram desenvolvidos 75 projetos. Para mapearmos os temas dos projetos de iniciação científica, dividimos todos eles por blocos temáticos, a fim de categorizarmos de acordo com os títulos dos projetos. Os blocos temáticos categorizados foram: direitos sociais, formação profissional, sustentabilidade, políticas sociais, comunidades rurais, dentre elas ribeirinhas.

Ao entrevistarmos os acadêmicos que desenvolveram projetos de pesquisa por meio dos programas Pibic e Paic no ano de 2014, identificamos o perfil, as formas de ingresso, a contribuição da atividade de pesquisa para a formação e os principais desafios enfrentados pelos discentes durante as investigações.

Assim, o presente artigo objetiva apresentar dados referentes aos relatórios finais de iniciação científica do curso de Serviço Social da Ufam e a experiência dos acadêmicos nesta atividade de pesquisa. Estudar as atividades de pesquisa desenvolvidas na universidade nos permite descobrir os impactos seus na formação profissional dos acadêmicos. A presente pesquisa nasceu da constatação de que, apesar da iniciação científica ser um espaço importante na formação acadêmica, pouco

tem sido pesquisado a esse respeito, inclusive no âmbito do Serviço Social.

2. A formação profissional em Serviço Social na Ufam a partir dos projetos de iniciação científica

A pesquisa parte de uma atitude investigativa que é impulsionada pelo questionamento do pesquisador sobre os fenômenos sociais, teorias etc., buscando novas investigações sobre o tema em estudo (BOURGUIGNON, 2008). Conforme Bourguignon (2008) e Setubal (1995) faz parte da natureza do indivíduo o ato de questionar-se pelo desconhecido. Essa ação é estimulada no âmbito acadêmico por meio dos projetos de iniciação científica, os quais desenvolvem uma atitude de inquietação do alunado buscando a compreensão do mesmo sobre os fenômenos sociais.

A pesquisa tem se mostrado como instrumento de fundamental relevância para o Serviço Social. Assim, quando há necessidade de se discutir a profissão independente de qual âmbito ela seja analisada, torna-se importante pensar a pesquisa na formação e no trabalho profissional. Podemos levar em consideração que a pesquisa é um processo que foi se aperfeiçoando como parte da formação do Serviço Social, assim como as discussões em torno da cientificidade da pesquisa, dirigindo assim o olhar investigativo da profissão.

A prática da pesquisa no Serviço Social se põe como construção histórica que se processa na medida em que a profissão enfrenta as demandas sociais decorrentes do

agravamento da questão social em suas múltiplas manifestações, tendo como referência perspectiva teórico-metodológica crítica que sustenta a produção de conhecimento e a intervenção na profissão. Consolidase no processo de construção e afirmação do projeto ético-político profissional comprometido com a democracia e justiça social materializado no código de ética de 1993 [...] (BOURGUIGNON, 2008, p. 109).

A produção/construção de conhecimento no Serviço Social tem como direção teórico-metodológica crítica o materialismo histórico dialético de Karl Marx. Tal método busca compreender as múltiplas manifestações da questão social dentro de uma perspectiva de totalidade.

Essa atitude investigativa e indagadora que o Serviço Social tem como particularidade histórica da profissão deve ser estimulada desde a graduação para que a investigação das expressões da questão social seja um dos pilares do trabalho profissional do assistente social. A atitude investigativa é uma via para a produção de conhecimento (BOURGUIGNON, 2008).

A iniciação científica (IC) nasce do anseio pelo conhecimento científico, é um processo de construção desse conhecimento, tendo como ponto de partida a investigação sobre determinado tema ou assunto. Segundo Massi e Queiroz (2010), a iniciação científica é um processo que permite um conjunto de conhecimentos e habilidades indispensáveis para o jovem iniciante produzir e fazer parte do jogo científico.

A busca pelo desenvolvimento científico no Brasil impulsionou a criação de órgãos e programas de

fomento para a produção de conhecimento científico nas universidades. A prática científica no país vem desde os anos 40-50, baseada em atividades similares nos Estados Unidos e na França que possuem um modelo universitário de pesquisa.

Em 1997, o Brasil entra na lista dos 20 países que produzem ciência e tecnologia, com a institucionalização de ações e incentivos de pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo o primeiro país latino-americano nesse âmbito (MASSI; QUEIROZ, 2010).

Até 1988, as bolsas de IC só podiam ser distribuídas mediante solicitação direta do pesquisador, essas eram denominadas “bolsas por demanda espontânea” ou “balcão”. Os pedidos eram julgados por Comitês Assessores e concedidos por cotas aos pesquisadores que escolhiam os bolsistas (MASSI; QUEIROZ, 2015).

Em 1988, o CNPq criou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), um instrumento adicional de fomento de iniciação científica que concede bolsas aos pesquisadores. As Instituições de Ensino Superior junto com os Institutos de Pesquisa (IPq) têm o papel de administrar a concessão das bolsas e apresentações de cada projeto de pesquisa no final do tempo de cada projeto de pesquisa. Hoje, em cada Estado do país existem fundações de amparo à pesquisa (MASSI; QUEIROZ, 2010).

Além de proporcionar um melhor contato do aluno com a ciência, a iniciação científica permite que o

discente desenvolva estratégias de aprendizagem; saindo da rotina curricular do curso e recebendo informações de diversas áreas do conhecimento, assim ele compreenderá seu papel como cientista; obterá autoconfiança em produzir e descobrir; capacitará de forma crítica a leitura, a escrita e a oralidade do estudante, além de uma rápida aprovação para o ingresso em pós-graduação (mestrado e doutorado) (FAVA DE MORAES; FAVA, 2000).

As atividades de IC também estimulam os alunos a serem pesquisadores, ensinando-os como são gerados novos conhecimentos, dão ao estudante senso crítico para avaliar a qualidade das publicações e buscar a partir das mesmas novas descobertas (TENÓRIO; BERALDI, 2010). Assim, a pesquisa concede múltiplas formas de aprendizado ao discente pesquisador. Ao buscar informações sobre a temática, o aluno interage com outras áreas do conhecimento através de livros, artigos, anais de eventos e com especialista na área pesquisada.

No decorrer da pesquisa, verificamos que vários acadêmicos de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) têm vivenciado a experiência da iniciação científica, a qual, como afirma Demo (2014), depende fundamentalmente do incentivo e atuação de um docente.

Segundo os dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesp), relativos aos anos entre 2010 e 2014, dos 20 (vinte) professores efetivos do Departamento de Serviço Social (DSS), 75% desenvolveram em algum momento,

durante o período assinalado, projetos de iniciação científica.

A área dos projetos de pesquisa científica do curso de Serviço Social é a de Ciências Sociais Aplicadas. Nela, os pesquisadores dividiram suas pesquisas em subáreas, as quais foram indicadas por cada um no momento da submissão dos projetos junto ao Comitê Científico. Vejamos o quadro 1, que aponta as subáreas das Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 1 – Subáreas das Ciências Sociais Aplicadas informadas durante a submissão dos projetos de iniciação científica.

Anos	Subáreas indicadas pelos pesquisadores no processo de submissão dos projetos de pesquisa	Percentual
2010	(8) Serviço Social (3) Serviço Social Aplicado	15%
2011	(9) Serviço Social (4) Serviço Social Aplicado (1) Ciências Sociais Aplicadas	18%
2012	(8) Serviço Social (4) Serviço Social Aplicado (2) Ciências Sociais Aplicadas (3) Serviço Social da Saúde	23%
2013	(9) Serviço Social (2) Serviço Social Aplicado	15%
2014	(17) Serviço Social (3) Serviço Social da Habitação (2) Fundamentos do Serviço Social	29%
	TOTAL: 75	100%

Fonte: Pesquisa documental, 2015/2016.

A partir de 1980, o Serviço Social foi reconhecido pelo CNPq como área de pesquisa.

[...] sendo-lhe atribuídas as seguintes linhas de investigação: Fundamentos do Serviço Social, Serviço Social Aplicado, Serviço Social do Trabalho, Serviço Social da Educação, Serviço Social do Menor, Serviço Social da Saúde e Serviço Social da Habitação. Atualmente, o Serviço Social integra, juntamente com as áreas de Direito, Comunicação, Economia, Administração, Arquitetura, Demografia e Economia Doméstica, a grande área de Ciências Sociais Aplicadas (KAMEYAMA, 1988 apud LARA, 2007, p. 76).

Para mapearmos os temas dos projetos de IC, dividimos por blocos temáticos, a fim de categorizarmos segundo os títulos dos projetos.

Quadro 2- Blocos temáticos e temáticas dos projetos de iniciação científica.

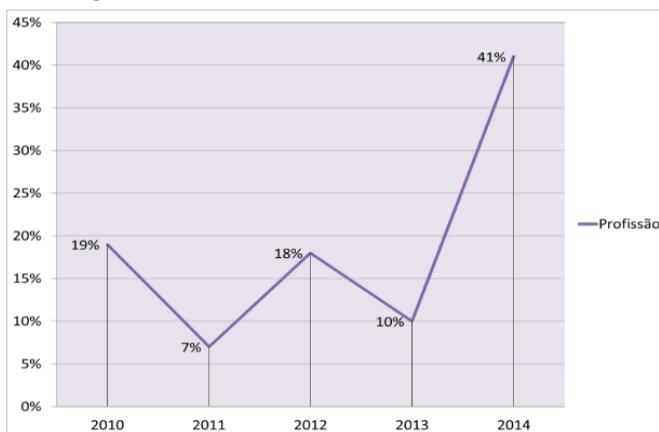
Blocos temáticos	Temáticas
Profissão	Formação profissional
	Trabalho interdisciplinar
	Atuação profissional
	Fundamentos históricos do Serviço Social
Direitos Sociais	Controle Social
	Seguro desemprego
	Aspectos socioambientais no contexto escolar
	Habitação
	Saúde do trabalho
	União homoafetiva
Saúde e Habitação	
Políticas Sociais	Programas de transferência de renda
	Políticas para a juventude
	Serviços públicos de atenção à violência
	Programa de educação
	Políticas para Famílias (Sociojurídico)
	Educação ambiental
	Serviços de Saúde ao idoso
	Fundo Público
	Violência contra crianças e adolescente e a rede de proteção
Medidas socioeducativas	
Comunidades	Modos de vida e trabalho
	Organização Sociopolítica e ambiental
	Legislação ambiental
	Condições socioeconômicas
	Organização sociopolítica e sustentabilidade
	Homicídios cometidos contra a População LGBT
	Trabalho, gênero e organização Sociopolítica
População LGBT	
Sustentabilidade	Tecnologia Social
	Tecnologia Social e gênero

Fonte: Pesquisa documental, 2015/2016.

É possível perceber que até o ano de 2013 poucos projetos estudam temáticas relacionadas aos fundamentos teóricos do Serviço Social e à formação

profissional, mas a partir de 2014 existe um aumento significativo. Vejamos no Gráfico 1.

Gráfico 1- Projetos relacionados a temáticas voltadas para formação profissional, fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social e trabalho profissional.



Fonte: Pesquisa documental, 2015/2016.

O ano que mais apresenta estudos relacionados aos fundamentos da profissão é o ano de 2014, com um percentual de 41%, e em segundo lugar temos o ano de 2010, com 19% dos projetos relacionados às temáticas de formação profissional, fundamentos do Serviço Social e trabalho profissional.

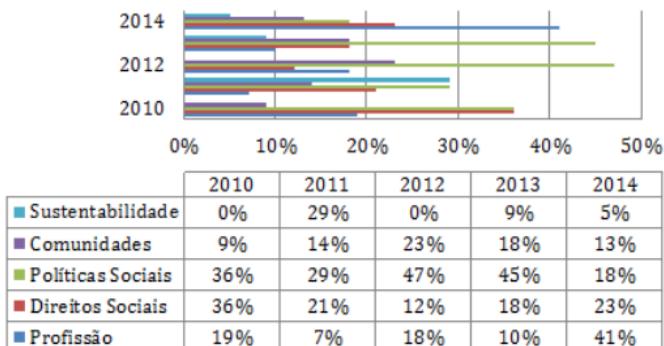
Vale ressaltar que não estamos aqui desconsiderando a relevância em estudar temáticas relacionadas aos direitos sociais, políticas sociais e grupos/comunidades, haja vista que estes compõem âmbitos da formação e do trabalho do assistente social.

Os direitos sociais são de suma importância para o conhecimento acadêmico, pois são os pilares da cidadania, tendo em vista que compõem o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à habitação etc. Estudar e ter domínio dos direitos sociais é fundamental na medida em que estes se materializam em políticas sociais que se desdobram em planos, programas e projetos.

Neste leque de direitos também fazem parte as políticas em defesa de direitos de grupos específicos tais como: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, gênero, etnias, etc. As políticas setoriais fazem parte da cotidianidade do assistente social, profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e regulamentada pela Lei 8.662/93, que segundo o art. 5º tem como uma de suas atribuições privativas o planejamento, a organização, a execução e a avaliação de programas e projetos sociais em unidade de Serviço Social.

Em cada ano, há uma oscilação entre os blocos temáticos de maior interesse dos pesquisadores. Visualizemos o gráfico 2.

Gráfico 2- Percentual dos blocos temáticos investigados nos anos de 2010 a 2014.



Fonte: Pesquisa documental, 2015/2016.

Em 2011, os blocos temáticos sustentabilidade e políticas sociais foram os mais estudados durante esse ano. A busca em investigar temáticas relacionadas à sustentabilidade pode estar relacionada ao mestrado na área de Serviço Social oferecido pela universidade.

Segundo o edital 030/2016, o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), dispõe de áreas de concentração, a saber: Serviço Social, Políticas Sociais e Sustentabilidade na Amazônia. Essas áreas se desdobram em linhas de pesquisas relacionadas à questão social, políticas públicas, trabalho e direitos sociais na Amazônia e Serviço Social, diversidade socioambiental e sustentabilidade na Amazônia (UFAM, 2016). O bloco temático comunidades possui projetos de pesquisa interligados às linhas de pesquisa

do referido programa, tais como organização sociopolítica e ambiental, organização sociopolítica e sustentabilidade, modos de vida e trabalho e condições socioeconômicas.

De acordo com o gráfico acima, concluímos que os blocos temáticos políticas sociais e direitos sociais são os mais estudados durante os cinco anos e o bloco profissão fica em terceiro lugar dos blocos mais investigados.

3. Experiência da iniciação científica: contribuições e desafios para a realização da atividade de pesquisa

A universidade é um espaço importante de pesquisa e produção científica. Segundo Dias (2014), as universidades têm o papel primordial de realizar pesquisas voltadas para a resolução de problemas e necessidades que afetam a sociedade.

A iniciação científica faz parte do tripé indissociável da universidade. De acordo com o edital 004/2016/2017 – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesp) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a iniciação científica é uma modalidade de pesquisa acadêmica desenvolvida por estudantes de graduação em todas as áreas do conhecimento. Nesta atividade o aluno dá um primeiro passo na carreira científica com orientação de um professor pesquisador.

Nos anos de 2010 a 2014 dezenas de discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas desenvolveram pesquisas e produziram

relatórios finais de iniciação científica no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq) e do Programa de Apoio a Iniciação Científica (Paic/Fapeam) nas modalidades de bolsista e voluntário.

O projeto de formação da universidade prevê a atividade de iniciação científica como uma das etapas da formação do aluno no âmbito da pesquisa. Atualmente, a participação em programas de iniciação científica faz parte das atividades complementares, sendo amparadas pela Resolução 018/2007, a qual menciona que estas atividades são aquelas que relacionam ensino, pesquisa e extensão.

Ao entrevistarmos os acadêmicos que desenvolveram projetos de pesquisa por meio dos programas Pibic e Paic no ano de 2014, identificamos o perfil, as formas de ingresso e os principais desafios enfrentados pelos discentes durante as investigações.

Quanto ao perfil dos discentes, entrevistamos vinte egressos de iniciação científica e observamos que 90% eram do sexo feminino e 10% do masculino. Esses dados demonstram a prevalência do sexo feminino no curso de Serviço Social da referida universidade.

Historicamente, a profissão foi exercida por mulheres e ao longo do tempo houve uma significativa inserção masculina, mas com um quantitativo ainda inferior em relação à figura feminina. A figura feminina foi e ainda continua marcando a identidade profissional do assistente social, sem desconsiderar a existência masculina na profissão (IAMAMOTO, 1999 apud SILVA; VALLINA, 2005).

No que se refere à faixa etária dos acadêmicos pesquisadores, observamos que mais da metade (55%) possuía idade entre 20 e 22 anos, e menos da metade (30%) encontrava-se na faixa etária de 23 a 25 anos de idade, 10% com idades entre 26 a 31 e 5% com 41 a 43 anos.

De acordo com as idades expostas, podemos inferir que a maioria dos jovens discentes cursou Serviço Social como primeira graduação. A maioria dos entrevistados, o que equivale a 70%, ainda estava cursando a graduação e apenas 30% já haviam concluído o curso. Dos que ainda continuavam na universidade, 45% estavam cursando o 8º período e 25% o 6º período, ou seja, nas etapas finais da graduação.

Quando indagados sobre o interesse em ingressar em uma especialização ou pós-graduação, (100%) manifestaram interesse em continuar a trajetória acadêmica por meio do ingresso em cursos de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu na área de Serviço Social. Vale destacar que 10% dos entrevistados ingressaram no mestrado, após a conclusão do curso de Serviço Social.

Isso demonstra que, um dos objetivos da iniciação científica, citados no Edital 004/2016/2017/Propesp, o qual é a inserção mais rápida dos discentes em cursos de mestrado e doutorado está sendo realizado, pois a iniciação científica incentiva o aluno pela busca da formação continuada. Para Massi e Queiroz (2010), a contribuição proporcionada pela iniciação científica na formação profissional se materializa através do ingresso dos acadêmicos em cursos de pós-graduação.

Quanto a como tiveram acesso à informação sobre os programas de iniciação científica, 55% deles indicaram os próprios professores. O círculo de amigos dos alunos da universidade também é um grande multiplicador de informações, pois 40% dos pesquisadores informaram ter conhecimento dos programas de iniciação científica através de colegas e 5% disseram que a participação em grupos de pesquisa possibilitou conhecimento acerca dos programas de iniciação científica oferecidos pela universidade. Isso indica o incentivo e a importância dos grupos de pesquisa na produção intelectual científica do aluno de graduação.

No que se refere à quantidade de projetos de iniciação científica desenvolvidos nos anos de 2010 a 2014, 50% dos acadêmicos disseram ter participado de dois projetos de iniciação científica; 45% informaram ter produzido apenas um projeto durante a graduação e por fim, 5% indicaram ter desenvolvido três ou mais projetos de iniciação científica. Isso nos revela um dado muito importante, pois o acadêmico que desenvolve mais de dois projetos de iniciação científica durante o curso, vivenciou e praticou a pesquisa aproximadamente em 6 períodos da graduação.

Quando questionados acerca de como conseguiram ter acesso aos programas de iniciação científica, 40% dos discentes informaram que foram convidados pelos professores. Podemos destacar que essa abordagem do professor é comum, pois um dos requisitos para o aluno ingressar em programas de iniciação científica é ele apresentar desempenhos acadêmicos compatíveis com as atividades do programa. Tal avaliação e julgamento

ocorrem conforme análise do professor orientador (UFAM, 2016).

A procura pelo professor orientador demonstra o interesse dos acadêmicos em participar dos programas de iniciação científica. De acordo com o edital 004/2016/2017/Propesp, para que o aluno possa participar da submissão de projetos no âmbito dos programas de iniciação científica (Pibic ou Paic), e obter recomendação para o desenvolvimento da investigação, é necessário primeiramente que o professor orientador indique o acadêmico no momento da submissão do projeto à Propesp (UFAM, 2016).

Segundo o referido edital, a seleção de projetos é feita pelos Comitês Científicos de cada grande área. Na ocasião são analisados o cumprimento das exigências do edital, o mérito e a viabilidade de execução da pesquisa e o Currículo Lattes do professor (UFAM, 2016).

Outro caminho indicado por 25% dos discentes refere-se à linha de pesquisa estudada pelo docente. Ao conhecer as temáticas de estudos, os alunos chegam até os professores e demonstram interesse em participar de atividades de pesquisa no âmbito da iniciação científica. Isso é também uma das prioridades indicadas para fazer parte do programa de iniciação científica: “ser preferencialmente vinculado ao projeto de pesquisa do orientador” (UFAM, 2016, s/p).

Quando questionados sobre os motivos que impulsionaram os pesquisadores a se inserir em projetos de iniciação científica, os acadêmicos indicaram vários motivos. Mais da metade dos entrevistados

(55%) respondeu que uma das razões para o ingresso na IC foi o enriquecimento que a atividade poderia proporcionar ao Currículo Lattes. Esse currículo contém informações sobre a carreira profissional do aluno, as atividades e experiências, entre outros. O currículo tornou-se padrão em nível nacional. Nele, os(as) estudantes e pesquisadores(as) registram informações de suas vidas acadêmicas (PLATAFORMA LATTES, 2016).

Metade dos pesquisadores indica que buscou a iniciação científica como uma atividade complementar do ensino de graduação. Segundo Fava de Moraes e Fava (2000), a primeira contribuição que a iniciação científica proporciona ao acadêmico é a fuga da rotina em sala de aula e a segunda é a possibilidade de estudar temáticas de sua afinidade. Segundo os autores, a iniciação também estimula no discente a capacidade de oralidade e escrita, além do olhar mais crítico frente aos assuntos.

O interesse de continuar a formação profissional por meio do ingresso em cursos de pós-graduação foi o motivo destacado por 30% dos entrevistados. Para Lara (2007), os acadêmicos enxergam na pesquisa o caminho para a obtenção de títulos como mestrado e doutorado. Nogueira e Canaan (2009) afirmam que o Pibic, além de proporcionar a primeira experiência do acadêmico na pesquisa, incentiva o aluno a seguir a formação profissional rumo à pós-graduação. [...] Trata-se, assim, de um Programa que estimula a pesquisa institucional, ao mesmo tempo em que qualifica alunos para a pós-graduação (p. 47).

Quando questionados acerca dos motivos que impulsionaram os acadêmicos de iniciação científica do ano de 2014, a estudar as temáticas dos projetos, 45% dos entrevistados responderam que as temáticas dos projetos de pesquisa foram propostas pelos professores orientadores e após isso os acadêmicos se propuseram desenvolver a pesquisa e relacionar com o aprendizado em sala de aula.

A falta de discussão das temáticas na universidade foi o motivo para 15% dos acadêmicos as estudarem na iniciação científica. Alguns discentes demonstraram indignação em não ouvir temáticas como as dos projetos, sendo discutidas em sala de aula. As expressões da questão social vivenciadas nos campos de estágio foram objetos de estudos para 15% dos discentes. Na fala do pesquisador nº06, nota-se a identificação do aluno diante da área em que a temática do projeto se relacionava e isso motivou a escolha do objeto de estudo: “a temática era a problemática do meu campo de estágio e isso me motivou porque eu me identifico na área da saúde” (Pesquisa de campo, 2016).

Para Bourguignon (2008), quanto mais as temáticas de pesquisa estiverem relacionadas ao campo de estágio maiores são as contribuições efetivas para o amadurecimento do discente e da sua formação profissional.

No decorrer da investigação identificamos também na fala dos acadêmicos diferentes contribuições da iniciação científica na formação profissional. Para 35% dos discentes, a pesquisa proporcionou desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional.

Snyders (1995) apud Bridi (2010, p. 350) destaca esse desenvolvimento como uma das experiências que a universidade desenvolve por meio da pesquisa.

Segundo Marcondes (2014, p. 11), “[...] a iniciação científica [...] permite o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas que o estudante é obrigado a mobilizar durante a realização das tarefas próprias de sua pesquisa”. Isso diz respeito à dedicação, compromisso e ao aprendizado que o aluno adquire ao longo do processo investigativo, além da habilidade de conciliação que o discente exercita para realizar as atividades de pesquisa e estudar as disciplinas do curso.

Para 25% dos discentes pesquisadores, a iniciação científica (IC) representou um aparato de conhecimentos que possibilitam a construção de trabalhos científicos, como por exemplo, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Segundo Dias (2014), o desenvolvimento da pesquisa também proporciona aos estudantes de IC maior maturidade intelectual que contribui para uma melhor compreensão da realidade, pois o conhecimento científico exige um estudo baseado em fatos reais e concretos que são obtidos por meio dos métodos científicos.

O Pibic representou para mim um enriquecimento acadêmico muito importante. Ele abriu a minha mente, ele me capacitou a fazer uma boa leitura sobre a realidade. Hoje o Pibic tem me representado algo tão grande em nível acadêmico, que eu tenho orientado amigos e até mesmo desconhecidos a fazerem trabalhos científicos (Pesquisa nº 14, Pesquisa de Campo, 2016).

Segundo Santos e Leal (2014), ao participar de projetos de iniciação científica, os alunos têm contato com a produção científica e desenvolvem habilidades e competências e conhecimentos científicos que os permitem engajar em atividades de investigação.

Além do desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional, a atividade de iniciação científica (IC) oportunizou para 15% dos acadêmicos conhecimentos fora da graduação, ou seja, saberes de outras áreas do conhecimento. De acordo com Tenório e Beraldi (2010), a iniciação científica coloca o acadêmico em contato com diferentes áreas do conhecimento e permite que o aluno se relacione com diferentes profissionais, dentre eles o professor orientador.

Participar de projetos de pesquisa representou para 15% dos pesquisadores, além de desenvolvimento acadêmico, uma nova visão sobre a profissão. De acordo com os acadêmicos, a iniciação científica abre as portas para a excelência profissional, pois permite por meio da pesquisa, que o aluno tenha mais argumentação.

Nessa ótica, o pesquisador nº 01, pesquisa de Campo, 2016, destaca a experiência da pesquisa como:

Uma grande oportunidade para termos uma visão melhor da profissão. Representou desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal. Ao ingressar no Pibic o aluno tem mais argumentação. O Pibic é a porta de entrada para a excelência profissional. O Pibic mudou totalmente a minha visão acadêmica sobre a profissão.

Por fim, 10% dos discentes responderam que a pesquisa possibilitou novos conhecimentos, principalmente no âmbito da pesquisa científica e estimou a dimensão investigativa, a qual é constituinte da formação profissional. Segundo Moraes (2015), a dimensão investigativa deve ser aguçada pela universidade, sobretudo pelos docentes desde a graduação. Mesmo que a categoria docente vivencie diariamente a precarização de suas condições de trabalho, devem manter seu

[...] compromisso, teórico, metodológico, ético, político, técnico e operativo na formação de assistentes sociais, seja através de disciplinas ministradas em sala de aula, seja por meio da organização de eventos de cunho científico, bem como de espaços de debates e reflexões críticas (Idem, p. 306).

Diante disso, podemos afirmar que a iniciação científica é um espaço de formação profissional na medida em que permite ao aluno desenvolver o espírito investigativo, crítico e inquiridor diante da realidade.

Quando questionados sobre a relação dos assuntos abordados nos projetos e a sua articulação com as disciplinas, 55% dos acadêmicos responderam que os assuntos estudados durante o processo de investigação tiveram uma estreita relação com as disciplinas. Para 40%, os assuntos estudados nos projetos tiveram relação parcial com as disciplinas e 5% responderam que não tinham relação alguma.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, os conhecimentos necessários para a formação profissional se “[...] desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares” (p. 15). As disciplinas possuem conteúdos que priorizam um conjunto de conhecimento sobre determinada temática, sendo desenvolvida em um período e com carga horária pré-fixada. E as atividades complementares são constituídas por atividades de monitoria, pesquisa, extensão e participação em encontros.

[...] As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e prática (ABEPSS, 1996, p. 15).

Diante do exposto, é possível afirmar que as temáticas dos projetos se relacionavam com as das disciplinas do curso. A parcialidade e a negação dessa relação, relatada pelos acadêmicos, podem estar associadas à não discussão de algumas temáticas em sala de aula como já foi mencionado pelos acadêmicos anteriormente.

Além das contribuições da atividade de iniciação científica na formação acadêmica dos alunos de Serviço Social, essa atividade trouxe alguns desafios para a sua realização, 95% dos discentes indicaram que o momento

da coleta de dados foi a fase mais desafiadora da pesquisa. Para 40% dos discentes, conciliar as atividades de pesquisa com os estudos das disciplinas durante o curso se tornou o maior desafio. Já 15% responderam que o acesso às referências bibliográficas relacionadas aos assuntos dos projetos de iniciação científica se tornou uma grande dificuldade devido ao escasso acervo.

A análise dos dados alcançados durante o processo investigativo também foi sinalizada pelos acadêmicos como um desafio, pois muitos relataram que essa etapa era nova durante a academia. Podemos dizer que tal resposta deve-se ao fato de alguns acadêmicos ingressarem na iniciação científica antes do sexto período da graduação, momento em que os discentes do curso começam a estudar os fundamentos da pesquisa científica, a epistemologia, as técnicas e instrumentais de pesquisa.

Para 35%, os desafios enfrentados durante o desenvolvimento das pesquisas foram: contatar com os entrevistados (egressos) e o não recebimento da bolsa por conta do estágio; a indisposição das instituições (lócus da pesquisa) em fornecer os dados; falta de disciplina acadêmica; falta de incentivo por falta da faculdade e das instituições de estágio em liberar o aluno para desenvolver a pesquisa de campo e a não autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para a realização da investigação com seres humanos.

Quanto à socialização dos resultados finais do projeto de iniciação científica, 55% dos acadêmicos responderam que os resultados foram apresentados em

eventos científicos, a saber: Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) no Maranhão, II Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia (SIQSSAM), Encontro de Estudos sobre as Mulheres da Floresta (EMFLOR), Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (SICASA), Seminário Internacional da Pan-Amazônica, Rede de Estudos Feministas (REDOR), IX Seminário de Saúde do Trabalhador em Franca-SP, Seminário Internacional de Sociologia em Roraima, Encontro de Políticas Públicas para Pan-Amazônia e Caribe (EPPPAC) e Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). É possível perceber que os discentes escolheram os principais eventos do Serviço Social para publicar as pesquisas, tanto regional quanto nacionalmente.

Menos da metade, o que equivale a 45% dos alunos, não divulgou os resultados da pesquisa por diferentes motivos especificados por eles, tais como: por falta de interesse e esforço; não aceitação do artigo para a publicação; a temática não se encaixava nos eixos temáticos dos eventos; artigo aceito, mas o discente e o orientador não podiam comparecer ao local do evento que era em outro Estado. Porém, 5% dos discentes deram continuidade ao projeto de iniciação científica e expuseram para a comunidade acadêmica no TCC.

De acordo com Dias (2014), todo resultado de pesquisa precisa ser divulgado para a sociedade e a publicação deve ser estimulada desde a graduação.

[...] O estudante, juntamente com o seu orientador, devem procurar aquela que é mais adequada para o tipo de pesquisa que foi realizada. A iniciação científica sem publicação dos trabalhos é trabalho clandestino, não é ciência. Não se justifica o não envio para revista, pois existem de todos os níveis e assim são discriminadas pelo sistema webqualis, e há muitas que recebem trabalhos somente de iniciação científica (DIAS, 2014, s/p).

A crítica do autor diante da não divulgação das pesquisas de iniciação científica, em veículos de publicação científica, refere-se ao conhecimento produzido que pode ser esquecido por não se tornar público, sem ter a chance de ser avaliado por outros pesquisadores que possuem domínio sobre as temáticas das investigações.

Contudo, várias foram as contribuições da atividade de iniciação científica (IC) para a formação profissional dos discentes do curso de Serviço Social da Ufam. A maior contribuição destacada pelos alunos se refere ao conhecimento dos fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa social.

Ao se inserir na IC, o aluno aprende a desenvolver pesquisa bibliográfica, documental e campo, além de construir relatórios de pesquisa. Tais conhecimentos e aprendizados os possibilitam um olhar crítico da realidade, de modo a planejar possíveis intervenções em determinadas situações, contribuindo assim, futuramente para a atuação profissional.

4. Considerações Finais

O presente artigo nos permitiu analisar a iniciação científica como atividade de pesquisa desenvolvida no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. Vimos que o exercício da pesquisa propicia ao aluno o contato com a ciência e com a produção de conhecimento científico.

A pesquisa é um dos pilares fundamentais da universidade. No âmbito do Serviço Social, a pesquisa é um elemento constitutivo do trabalho do assistente social, que precisa ser incentivada desde a graduação. A pesquisa constitui-se como uma das ferramentas fundamentais para o trabalho profissional do assistente social, tendo em vista que possibilita a compreensão sobre a realidade.

Para Demo (2014), a prática da pesquisa deve ser incentivada desde a infância pelos professores. No curso de Serviço Social da referida universidade, essa atividade é incentivada todos os anos por meio da publicação de editais de iniciação científica que permitem que os alunos e professores do curso submetam projetos para possível aprovação.

Ao lermos os relatórios finais desenvolvidos por alunos e professores do Departamento de Serviço Social (DSS), identificamos que as áreas de maior interesse de pesquisa nos anos em estudo (2010 a 2014), foram relacionadas a políticas sociais (habitação, seguro desemprego, saúde do trabalhador, controle social e outros) e a direitos sociais (programas de transferência de renda, programa de educação, serviços públicos de

atenção à violência e etc.), duas áreas fundamentais para a atuação do assistente social.

No que diz respeito à contribuição da IC para a formação profissional, os acadêmicos disseram que a atividade proporcionou conhecimentos sobre as técnicas de pesquisa social, de modo a facilitar a construção de trabalhos científicos, dentre eles o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), artigos científicos e outros. De acordo com os alunos, a participação em programas de iniciação científica também agregou conhecimentos não abordados em sala de aula e isso fez com que os discentes desenvolvessem um olhar mais investigativo sobre a realidade e sobre a profissão.

As contribuições da atividade de pesquisa mencionadas foram o amadurecimento e a autonomia proporcionada ao longo do processo investigativo na IC. Tal afirmativa corrobora os discursos de Demo (2008) e Dias (2014), quando mencionam que, ao pesquisar, o discente cria maturidade e autonomia intelectual para questionar, não se contentando somente com o que é transmitido em sala de aula.

Além das contribuições para a formação, o processo investigativo no âmbito da iniciação científica trouxe alguns desafios para discentes durante sua realização; um deles foi no momento de coleta de dados junto às instituições públicas e aos próprios sujeitos da pesquisa, que muitas vezes demonstraram desinteresse em contribuir com o trabalho.

5. Referências

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. 1996. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em: 18 jan. 2015.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. São Paulo: Veras, 2008.

BRIDI, Jamile Cristina Ajud. Atividade de pesquisa: contribuições da iniciação científica na formação geral do estudante universitário. Rev. Olhar de professor, Ponta grossa, v. 13 (2), p. 349-360, 2010.

DIAS, Reinaldo. A importância da iniciação científica: problemas e significados. Revista Brasileira de Iniciação Científica, v.1, n° 01, Maio/2014 , sp. Disponível em: <https://itp.ifsp.edu.br/ojs/index.php/IC/article/viewFile/11/422>. Acesso em 16 jan. 2015.

DEMO, Pedro. Educação Científica. Revista Brasileira de Educação Científica –ISSN, v.1, n°01, s/p, maio, 2014.

_____. Pesquisa Social. Rev. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 11-36, 2008.

FAVA DE MORAES, Flávio; FAVA, Marcelo. A iniciação científica muitas vantagens e poucos riscos. São Paulo em perspectiva, v. 14(1), p.73-76, 2000.

MASSI, Luciana; QUEIROZ, Salete Linhares. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: Uma revisão. Rev. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 139, p. 173-197, jan./abr. 2010.

_____. A perspectiva brasileira da iniciação científica: desenvolvimento e abrangência dos programas nacionais e pesquisas acadêmicas sobre a temática. In: Massi, L., and QUEIROZ, SL., orgs. Iniciação científica: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro [online]. São Paulo: UNESP, p. 37-64, 2015. ISBN 978-85-68334-57-7.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. v. 27, n. 2, p. 205-221, maio/ago, 2011.

MARCONCES, Ofélia Maria. Por uma perspectiva deweyana da iniciação científica. *Rev. Brasileira de iniciação científica*, v. 1, n. 01, maio, p. 1-13, 2014.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de educação*, v. 14, n° 41, p.269-393, maio/ago, 2009.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social. *Rev. Serv. Soc.*, São Paulo, n. 122, p. 294-316, abr./jun, 2015.

NOGUEIRA, Alice Maria; CANAAN, Mariana Gadoni. Os “iniciados”: os bolsistas de iniciação científica e suas trajetórias acadêmicas. *Rev. Tomo*, n. 15, São Cristóvão-SE, p. 41-70, 2009. Disponível em:< https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=ptBR&user=99b0Bo0AAAAJ&citation_for_view=99b0Bo0AAAAJ:3fE2CSJlrl8C> Acesso em: 10 jan. 2017.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. Rev.Katál. Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 73-82, 2007.

LATTES, Plataforma. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 23 dez. 2016.

JEZINE, Edineide Mesquita. Universidade e saber popular. O sonho possível. Paraíba, Edições CCHLA/UFPB, 2002.

SETUBAL, Aglair Alencar. Pesquisa no serviço social: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, São Paulo 1995.

SILVA, Marcia Perales Mendes. VALLINA, Kátia de Araújo Lima. O assistente social e as mudanças no mundo do trabalho. Manaus: Edua, 2005.

SANTOS, Cassius Klay Silva; LEAL, Edvalda Araújo. A iniciação científica na formação dos graduandos em ciências contábeis: um estudo em uma instituição pública do triângulo mineiro. Revista Contemporânea de Contabilidade, UFSC, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 25-48, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2014v11n22p25>. Acesso em: 12 jan. 2017.

UFAM. Projeto Pedagógico e Regulamentação: Serviço Social. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009.

_____. Edital n° 030/2016 PROPESP. Disponível em: <<http://www.ppgss.ufam.edu.br/attachments/article/42/Edital%20n.%C2%BA%20030-2016-PROPESP-UFAM-1.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação:
Iniciação Científica (IC) < Disponível em < [http://www.
propesp.ufam.edu.br/pesquisa/pibic](http://www.propesp.ufam.edu.br/pesquisa/pibic)> Acesso em: 04 dez.
2016.

TENÓRIO, Maria do Patrocínio; BERALDI, Gabriel.
Iniciação científica no Brasil e nos cursos de medicina. Rev.
Assoc. Medicina Brasil, v. 56 (4), p. 375-93, 2010.

VI. O Serviço Social e a equipe multiprofissional de saúde no Estado do Amazonas

Ana Paula Ferreira Carvalho

Josiara Reis Pereira

Yoshiko Sasaki

1. Introdução

O presente artigo evidencia as novas possibilidades de atuação do Assistente Social na Residência Multiprofissional em Saúde e, a partir dela, os limites e possibilidades da formação acadêmica. Para tanto, tomaremos como referência o trabalho integral e interdisciplinar na área da saúde por meio do Programa de Residência Multiprofissional na área da Saúde no Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV) em Manaus.

A saúde é um campo que demanda profissionais habilitados e qualificados para atender as necessidades complexas e dinâmicas dos usuários deste serviço, conforme previsto no SUS, principalmente, se consideramos todo seu histórico econômico, social e

político de mudanças para ampliação dos seus serviços a toda população brasileira, bem como estratégias e serviços que atendam as particularidades de cada região.

Dentre as estratégias criadas para o fortalecimento do SUS está a formação de recursos humanos para o sistema de saúde e fortalecimento de um trabalho interdisciplinar por parte dos profissionais, para que, desta forma, alcancem a integralidade na atenção aos indivíduos, percebendo este na sua totalidade no processo de saúde/doença.

E pensando na formação especializada, a Residência Multiprofissional em Saúde está inserida como modalidade de pós-graduação, tendo como foco principal a educação especializada na saúde, direcionada para o ensino em serviço e na saúde ampliada, segundo preconiza o SUS.

Metodologicamente, o estudo está ancorado na abordagem crítica de natureza quantiqualitativa. Como fonte de dados usou-se o estudo bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo. A pesquisa foi submetida a Comitê de Ética e Pesquisa através da Plataforma Brasil tendo parecer favorável à sua realização, tendo o número de registro CAAE 39418214.2.0000.5020.

Foi aplicado junto a sete residentes (um de cada área profissional: assistente social, enfermeiro, farmacêutico, nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo e educador físico), de um universo de 12 finalistas. O lócus da pesquisa foi o hospital universitário (HUGV).

Preliminarmente, podemos verificar que a Residência Multiprofissional configura-se como novo cenário de formação, que abre espaço para novas oportunidades, dentro do campo da saúde, pois possibilita um conhecimento mais profundo acerca das engrenagens do SUS, que vai desde o planejamento até a prática nos serviços em si.

Outra oportunidade que se visualiza é o trabalho multi/interdisciplinar em que os profissionais envolvidos nesta modalidade podem, desta forma, compartilhar saberes que potencializem a prática.

2. Formação profissional em Serviço Social

As reflexões acerca da formação profissional do Serviço Social requerem uma breve discussão sobre as mudanças ocorridas no contexto da realidade brasileira, perpassando o surgimento da profissão, institucionalização, reconceituação e constituição do projeto ético-político, marcos essenciais para compreendê-la na atualidade. Para Oliveira (2004, p. 60), formação é:

[...] compreendida como educação continuada, e não simplesmente como uma qualificação adquirida e acabada, durante o período de determinado curso, necessita ser estudada contextualizando-se a realidade social, expressa pelos aspectos estruturais e conjunturais e pelo sistema educativo, que refletem o movimento histórico da sociedade, e também pela compreensão da própria história da profissão.

Nesse sentido, é essencial perceber os caminhos traçados pelo Serviço Social, inserido num processo longo e dinâmico, para entendê-lo na contemporaneidade, suas técnicas e teorias, em que o antigo se encontra com o novo e possibilitam novas formas de atuação.

Diante disso, o Serviço Social surge na década de 30, num cenário capitalista, inscrito na divisão sociotécnica do trabalho, fundado de acordo com Netto (1996, p. 14) “na organização monopólica”. Neste momento, a profissão tinha um viés educativo em que os trabalhos eram realizados por entidades filantrópicas e suas ações estavam voltadas para sanar superficialmente os problemas da época.

As escolas de Serviço Social no Brasil foram criadas nesta mesma década, sendo a primeira em São Paulo, em 1936 e no Rio de Janeiro em 1937. Em 1945, a partir do reconhecimento da importância da profissão, ocorre a regulamentação do Ensino de Serviço Social sob a influência europeia com base em princípios neotomistas, isto é, que a alma está em um nível superior a do corpo, transcendendo a realidade.

Posteriormente, os Estados Unidos passaram a exercer uma forte influência e controle na América Latina. Para o Serviço Social, isso resultou numa influência metodológica com ênfase na instrumentalização, ou seja, métodos que levassem a uma ação profissional mais efetiva e interventiva, dentre eles: o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

Com o processo de modernização, novas relações entre capital/trabalho foram surgindo. E o Serviço Social nesse contexto percebeu que seu arcabouço teórico era insuficiente para atender a realidade e iniciou-se o processo de Renovação do Serviço Social. Para Netto (2002, p. 131) foi:

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constituições da autocracia burguesa, o serviço social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas às demandas sociais e da sua sistematização, e da validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Em suma, este caminho levou o Serviço Social para reflexões intensas e constantes tendo como cenários para as discussões os Seminários de Araxá (1967); Teresópolis (1970); Sumaré (1978); Alto da Boa Vista (1984). O resultado disso foi, dentre eles, a formulação de propostas para nova identidade profissional, ou seja, o currículo mínimo (1982) e o Código de Ética (1986).

Nesta época, a academia estava insatisfeita com o plano de formação profissional, devido ao currículo de 1970 não atender às novas configurações da sociedade e reflexões acerca da Renovação do Serviço Social, ou seja, este currículo não respondia mais às necessidades dos profissionais, nas questões de relação teoria/prática.

Pensando nisso, em 1975, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) articulou convenções para redefinir o novo currículo de Serviço Social, tendo, na XX Convenção Nacional em Belo Horizonte em 1979, como principal pauta o currículo mínimo necessário para a formação profissional. No entanto, a efetivação deste currículo aconteceu na XXI Convenção em Natal, sendo referendada pelo Conselho Federal de Educação em 1982.

Deste modo, os anos oitenta, do século XX, permitiram o acúmulo de produção científica e o amadurecimento teórico e político da profissão. Este amadurecimento será concretizado por meio do seu Projeto Ético-Político em que tem como eixo central os princípios da liberdade, justiça, igualdade econômica e social, previstos na revisão do Código de Ética de 1986 e 1993.

Esse contexto possibilita a construção em 1996 das Diretrizes Curriculares (ABESS, 1996), que teve como objetivo central a totalidade. Assim, o currículo passa a ser organizado por meio de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que possibilitem uma formação profissional que compreendesse a realidade na sua totalidade.

Em 2002, a diretriz é regulamentada e configura-se como um projeto que busca atender as demandas da sociedade na contemporaneidade e, principalmente, com uma formação comprometida com a classe trabalhadora.

Assim, a formação passa a ter novas configurações advindas da relação capital/trabalho, tendo quatro

aspectos relevantes: a direção social, que parte da relação entre o projeto da sociedade e a categoria profissional; a realidade social que parte da releitura da questão social; a intervenção profissional que está ligada às respostas das demandas e os eixos curriculares por meio do tripé: teoria, metodologia e história que elucida a profissão em determinado contexto.

Por fim, diante do que foi exposto, na atualidade o projeto de formação profissional encontra-se articulado ao contexto sociopolítico e econômico da sociedade, e o Assistente Social se vê inserido nesta dinâmica, tendo como base para sua prática todo este arcabouço teórico/metodológico.

3. Residência multiprofissional e Serviço Social

O SUS, para materializar seus serviços em saúde, instituiu diretrizes para garantir este direito. Dentre estes podemos citar a integralidade que está prevista na Constituição de 1988, que veio com o enfoque de considerar o indivíduo na sua totalidade, ou seja, que os fatores sociais, econômicos, psicológicos dentre outros podem ser fatores condicionantes no processo saúde/doença.

Para Almeida e Westphal (2001, p. 35), a integralidade deve estar atrelada na prevenção e cura, com serviços que compreendam o ser humano na sua integralidade, por um viés psicossocial e biológico. E outro ponto a ser considerado é o atendimento direcionado para erradicar/diminuir riscos e danos da

doença, que poderá ser realizado por meio das ações de promoção, proteção e recuperação.

Na Lei nº 8.080 a integralidade desdobra-se em princípios previsto no artigo 7º inciso II:

As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no artigo 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

Desta, forma a integralidade se realizará por meio de ações articuladas e contínuas nos níveis de complexidade para que o usuário quando buscar os serviços de fato tenha seu problema resolvido. No entanto, para que estas ações da integralidade funcionassem de forma articulada, outro ponto precisou ser pensado, o da intersetorialidade, que pressupõe a mediação entre os diferentes setores para efetivação da política de saúde, e responsabilização dos entes federados numa ação intersetorial para a promoção da saúde.

Para Cecílio (2001, 120), esta relação articulada significa a máxima integralidade no cuidado de cada profissional, de cada equipe e de cada serviço coma

saúde. Assim, serviços e profissionais qualificados que realmente atendem as necessidades do indivíduo.

Nesse aspecto, no campo profissional, o Assistente Social está inserido num processo de transformação, que frente às novas demandas advindas do processo de democratização, possibilitam reflexões para serviços que atendam a realidade local e trabalhos interdisciplinares para compartilhamento de saberes.

É claro que nos últimos tempos, algumas concepções foram incorporadas, dentre elas a formação contínua para aqueles que atuam na saúde, com propósito de qualificar os serviços ofertados para a população. Isto permite um trabalho pautado na real demanda da sociedade e possibilita ações efetivas, bem como profissionais preparados. Desta forma, as universidades e Ministério da Saúde criaram programas para responder a essas necessidades de recursos humanos qualificados.

É nesse cenário contraditório que as propostas em torno da reestruturação da formação em saúde ganham fôlego, principalmente os projetos pedagógicos de formação para o Sistema único de Saúde (SUS) que tenham por base a interdisciplinaridade, uma vez que “[...] busca responder à necessidade de superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento” (THIESEN, 2008, p. 545).

Dentre estes programas, estão as residências multiprofissionais, espaços de conhecimentos que agregam qualidade e especialização para os envolvidos, tendo como princípios o tripé da educação: ensino,

pesquisa e extensão. A Residência em Área Profissional da Saúde foi instituída por meio da Lei 11.129/2005, que dispõe sobre a modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, educação em serviço para profissionais da saúde e a criação da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde.

Portanto, na sua essência, a residência se constitui num programa intersetorial que possibilita a inserção qualificada dos profissionais da saúde, dando ênfase nas áreas prioritárias da saúde. Segundo esta lei, seu desenvolvimento será com dedicação exclusiva por meio de supervisão docente-assistencial, articulados com setores da educação e saúde.

Em 2005 e 2006, também foi instituída a Residência Multiprofissional em Saúde e a oficialização do Grupo de Trabalho da Residência Multiprofissional em Saúde pelas Portarias MEC/MS nº 2.117 e Interministerial nº 2.5318, segundo o Relatório de Atividades da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) do Exercício 2007/2009 (2009, p. 3).

Essas portarias permitiram a realização do I Seminário Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde, que teve como parceira a Comissão Intersetorial de Recursos Humanos do Conselho Nacional de Saúde. O evento teve como proposta “fomentar a reflexão e estimular o debate com as representações sobre a residência multiprofissional em saúde” (CNRMS, 2009, p. 06).

No segundo seminário houve debates profícuos sobre a Residência Multiprofissional; formação

profissional e desenvolvimento dos trabalhadores; influência sobre as mudanças nos cursos de graduação na área da saúde; processo de construção do perfil de competências para a equipe de saúde, assim além dessas reflexões necessárias para definir o caminho a ser seguido pelo programa foi instituído um Grupo de Trabalho com o propósito de criar a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. Esta comissão nacional foi firmada em 2007 pela Portaria Interministerial MECMS nº 698, a qual nomeou os membros e a partir disso realizou sua primeira reunião. De acordo com a CNRMS (2009, p. 05), em 2008 um sistema informatizado foi implantado e com isso realizou-se a convocação para cadastramento dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional de Saúde em âmbito nacional. Na mesma época, um edital foi aberto com o objetivo de selecionar avaliadores de programas da residência multiprofissional, e, além disso, foi realizado o III Seminário Nacional e uma Oficina para a capacitação dos avaliadores selecionados previamente.

Nesse contexto, o Hospital Universitário Getúlio Vargas se insere para participar do cadastramento para executar o programa na instituição, por ser um dos hospitais universitários, tendo a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) como instituição formadora.

Nesse sentido, depois da aprovação do cadastro, uma comissão composta por profissionais da instituição, foi instituída pela Portaria nº 01/2010-GD para implantar a residência na instituição, tendo como objetivo central a formação continuada e qualificada dos profissionais da área da saúde, por meio dos níveis de

complexidade, integralidade, eficiência, linhas de cuidados.

Posteriormente a isso, outra comissão foi instituída, conforme a Portaria nº02/2010-GD, com o objetivo de elaborar um Projeto Pedagógico para o programa no hospital. Segundo o Projeto Pedagógico da Comissão de Residência Multiprofissional (Coremu) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2009, p. 12), sua justificativa parte do:

[...] entendimento de que o Estado do Amazonas apresenta um diferencial geográfico tanto pela sua extensão territorial com áreas de difícil acesso às populações ribeirinha, cabocla e indígena quanto pela distância dos grandes centros de desenvolvimento do Brasil, o que resulta em uma região muito carente quanto a Atenção Básica, em muitas localidades.

Portanto, um programa voltado para a realidade local, que atenda sua especificidade, em que os serviços e profissionais de fato respondam as demandas com atendimento qualificado, tendo como base os princípios e diretrizes do SUS.

Deste modo, o programa de Residência Multiprofissional em Saúde do HUGV constitui-se como proposta inovadora do MEC/MS, com o apoio técnico-financeiro do Ministério da Educação (MEC) e parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

Essas articulações são fatores importantes para atender as expectativas do SUS, bem como, possibilitar sua operacionalização e fortalecimento dos serviços de

saúde da região, como também, contribuir na implantação e implementação de modelos assistenciais: Núcleo de Apoio a Saúde da Família (Nasf) e Centro de Atenção Psicossocial (Caps) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2009, p. 14).

A abertura do edital ocorreu com base na Portaria nº 01/2010-GD, compreendendo quatro fases: deferimento das inscrições; prova objetiva; análise de currículo e prova oral, na qual possibilitou a seleção de profissionais para a primeira turma de Residência, em 2010, nas vagas de: Farmácia (02) vagas; Nutrição (02) vagas; Psicologia (01) vaga; Serviço Social (01) vaga. Divididas em 04 áreas de concentração, dentre elas: Saúde Funcional, Intensivismo, Enfermagem Obstétrica e Patologia Bucal.

Posteriormente, aprovados os residentes iniciaram suas atividades/disciplinas seguindo o projeto pedagógico, com cenários de aprendizagem, linhas de cuidado e redes de atenção à saúde. Quanto às disciplinas, estas foram subdivididas em três eixos: sendo o primeiro, o Eixo Transversal do Programa, em que todas as áreas de concentração e profissões do programa participam das disciplinas que contemplam conteúdo teórico-prático relativo ao SUS, Epidemiologia, Ética e Bioética; Metodologia da pesquisa, etc.

O segundo Eixo é o Transversal da Área de Concentração, na qual cada área da Saúde Funcional, Intensivismo, Enfermagem Obstétrica e Patologia Bucal, possuem conteúdos específicos, relacionados às Doenças Neurológicas, Anatomia, Assistência de

Enfermagem a Trauma Crânio encefálico, entre outros e o terceiro eixo que é o Eixo Específico das Profissões, no qual são trabalhadas as especificidades de cada área profissional inserida na saúde. O Serviço Social está inserido na área de concentração da Saúde Funcional, na qual tem propósito de acordo com Coremu (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS 2013, p. 01):

Formar um profissional comprometido com o projeto ético-político do Serviço Social, que compreenda o significado da profissão no enfrentamento das expressões da questão social no âmbito das políticas públicas sociais e, especificamente, de saúde, nos três níveis de atendimento do SUS.

Assim, a residência permite ao Assistente Social a continuidade no processo de formação profissional, bem como, especializar seus conhecimentos em área específica, neste caso, a saúde. Em números, na atualidade quatro profissionais em Serviço Social concluíram a residência e quatro estão em processo de formação desde sua vigência. Isto insere profissionais capacitados no campo da saúde, bem como, possibilita experiências profícuas, e articulação com outros profissionais nos diferentes cenários de prática.

Em toda sua trajetória na residência, o Assistente Social tem a oportunidade de prática/teoria de múltiplos cenários, que possibilitam além de conhecimentos, intervenções e produções científicas, dentre elas podemos citar a Unidade Básica de Saúde

(UBS), Ambulatórios e Hospitais. Na UBS acontece a aproximação com os serviços de saúde da atenção básica, que são oferecidos por meio dos programas.

No ambulatório, por meio da média complexidade, enfoca-se o trabalho na neuroclínica e neurorreabilitação. Nos hospitais, na alta complexidade, atua-se na clínica médica, dividida em neuroclínica e neurocirurgia. Assim, o Assistente Social tem a dimensão ampliada do funcionamento da saúde, ao passo que vivencia diretamente isso por meio dos serviços e as aulas teóricas servem de base fundamental para uma atuação refletida, embasada, técnica e especializada na saúde.

A residência, além de configurar-se como campo para relacionar teoria/serviço, também possibilita o trabalho interdisciplinar, em que os envolvidos têm a oportunidade de compartilhar saberes, o que pressupõe conceber os usuários da saúde na sua totalidade. Diante disso, o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na residência mostrou sua relevância e foi reconhecido pelo Ministério da Saúde, que autorizou a ampliação de mais uma vaga, considerando a especificidade e a competência da profissão, ou seja, no ano de 2017 a concorrência para esta área será de duas vagas.

Diante do que foi explanado anteriormente, percebemos que, apesar da residência estar em vigor há poucos anos, seu valor e espaço merecem destaque na formação de mão de obra qualificada para o campo da saúde. Portanto, constitui-se como uma ferramenta inovadora no processo de formação continuada dos

profissionais da área da saúde, bem como, para o Assistente Social.

4. O trabalho em equipe na residência multiprofissional do HUGV

As lutas e estratégias para avançar no cuidado em saúde, de uma perspectiva compartimentalizada e curativa fundamentada na perspectiva flexneriana, advinda do Relatório Flexner de 1910, documento que normatizou as bases do ensino médico no método científico se estendendo também a outras áreas da saúde, e a partir dessa tradição caminhar para uma visão sanitaria universal como requer o SUS, são desafiadoras, tanto para os profissionais, quanto para gestores e usuários. Destacando ainda, o cenário contemporâneo de reformas que atingem as bases de acesso universal a direitos fundamentais a vida humana¹.

Nessa perspectiva, as residências multiprofissionais são estratégias dentro do processo de educação permanente em saúde, na busca da integralidade das ações numa dimensão sanitaria. Assim, o HUGV buscou implantar a Residência Multiprofissional em Saúde, na perspectiva da formação em serviço dentro de um hospital universitário. A este respeito, os residentes pesquisados avaliam sua

¹ Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016 - Teto dos Gastos Públicos. Portaria nº 1.482 - instituiu um grupo de trabalho para discutir e elaborar projeto de criação de Planos de Saúde Populares. Proposta de Emenda à Constituição 287/2016 (PEC da Reforma da Previdência). Projeto de Lei 6787/2016 (Reforma Trabalhista).

profissão na equipe multiprofissional, bem como junto aos usuários de saúde.

A grande maioria dos residentes aponta a importância da sua profissão e o reconhecimento dos demais profissionais que integram a equipe no cuidado de saúde de pessoas com doenças neurológicas. Como relatado nas falas:

A enfermagem é de extrema importância para direcionar o cuidado ao paciente neurológico, proporcionando educação e saúde ao usuário e familiar, de temas relacionados ao agravo e acometimentos. Enfermagem e as outras profissões se completam e necessita da outra para prestar o melhor atendimento ao usuário (Residente de Enfermagem).

O usuário é um ser completo, físico, mental, social e possui especificidades e particularidades únicas, por isso necessita de profissionais de áreas diversas do conhecimento com objetivo de atender a esse usuário em todas as suas demandas (Residente de Serviço Social).

Diante das falas observa-se que o entendimento da troca de conhecimentos entre os residentes faz alusão ao trabalho em equipe, na dimensão de integralidade que a residência busca efetivar, redimensionando práticas particularizadas, saberes e fazeres específicos em uma prática coletivizada, sem hierarquizar ou priorizar um conhecimento em detrimento do outro.

Sobre esta questão, Gomes et al. (2010, p. 35) explicitam que

O trabalho em equipe passa a ser pautado em relações de legitimação do outro, fazendo com que os modos de ser, fazer e saber dos diversos trabalhadores da equipe e dos usuários do serviço emergjam como co-produtores das práticas de saúde. Aceitar o outro como legítimo é perceber suas qualidades, potenciais e desejos, mas também seus defeitos, limites e angústias. É perceber até aonde a ação de cada um pode e deve ir, o quanto os diferentes saberes podem contribuir para a realização de uma ação de saúde e a importância de todos eles para eficácia dos serviços.

E este desafio do trabalho em equipe fica bem visível quando os residentes são questionados sobre as atividades de rotina e do cotidiano. Perguntamos em qual momento estes sujeitos se reuniam com sua equipe para encaminhar, analisar ou solucionar as demandas dos usuários.

Não haveria um momento determinado ou disponível para tal atividade. Sempre eram feitas no horário de almoço ou no intervalo de alguma aula ou atendimento, ou quando o preceptor cedia o seu horário. (Residente de Serviço Social)

Hoje como R2 [Residente no segundo ano] percebo que a atuação com os residentes da multiprofissional está mais limitada, não há tanta comunicação. Já a relação com os demais profissionais do hospital melhorou. (Residente de Fisioterapia)

Trabalhei em conjunto em alguns casos especiais, quando solicitei auxílio aos colegas ou vice-versa. Atualmente não há reunião dos residentes e preceptores

para planejamento de atuação nas demandas apresentadas. (Residente de Psicologia)

As falas acima apontam que a interação com a equipe existiu ou pode existir, contudo o que se salienta é uma perspectiva mais individualizada do trabalho, mesmo que reconheçam a importância do trabalho um do outro como apontado anteriormente.

Diante disso, Peduzzi e Palma (2006) assinalam que há uma complexidade no trabalho multiprofissional e ela encontra-se na articulação dos diferentes processos de trabalho. Estes processos, de forma geral, encontram-se em justaposição alienada de trabalho, numa reprodução da fragmentação que repercute na interação com a equipe e com os usuários.

Barros e Barros (2010) nos remetem à concepção de que a experiência de trabalhar está numa dupla face, entre o singular e o coletivo e que são inseparáveis; nesse sentido só é possível criar novas regras no trabalho quando se está numa experiência com outro.

A experiência das residências multiprofissionais vem se concretizando e se fortalecendo, a começar pelo reconhecimento legislativo e financiamento pelos ministérios da educação e saúde, contudo os desafios também são presentes, sobretudo pelo contexto vivenciado dentro do cenário do SUS e da própria construção do trabalho em equipe e as transformações que o mesmo vem passando de acordo com a realidade sócio-histórica.

A experiência da formação em serviço vem se destacando como uma estratégia para “a distância

existente entre a formação dos profissionais e as exigências do trabalho em saúde, transforma os serviços em espaços privilegiados de formação de profissionais que atuem em direção a mudança de modelo, cujas práticas sejam pautadas na integralidade” (BONALDI et al., 2010, p. 69). Diante disso, buscamos avaliar a percepção dos residentes quanto aos avanços e limites que reconhecem na execução de um trabalho multiprofissional:

Quadro 1. Percepção dos residentes sobre o trabalho multiprofissional.

AVANÇOS	LIMITES
Residente de Enfermagem	
Atendimento multiprofissional e individualizado ao paciente neurológico.	Estrutura física, falta de recursos humanos.
Residente de Educação Física	
Presença do profissional (educador físico) no hospital.	O serviço de educação física ainda não ser implantado.
Residente de Fisioterapia	
A atuação multi me proporcionou aprender mais sobre a atuação de outros profissionais e sua importância diante o paciente.	O que limitou esta atuação é a própria concepção que alguns profissionais têm não aceitando esta nova proposta de intervenção.
Residente de Farmácia	
Capacidade de atuar em conjunto com outros profissionais de saúde, discutindo caso, auxiliando no tratamento e quando necessário fornecendo informações.	Infraestrutura e falta de profissionais adequados para orientação.
Residente de Serviço Social	
Pode ser considerado um avanço o trabalho interdisciplinar desenvolvido por toda a equipe em benefício de um paciente.	Pouco reconhecimento e valorização da instituição aos residentes multiprofissionais.
Residente de Psicologia	
Tem um bom reconhecimento pela equipe multiprofissional	Às vezes entaves, ter que depender do serviço para algumas decisões.
Residente de Nutrição	
Preceptoría presente e abertura da equipe envolvida no tratamento para que haja autonomia do residente.	Falta de recursos necessários para realizar avaliações mais precisas e de formulas especializadas, indisponibilidade de materiais.

Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

Os limites apontados pelos residentes são elementos importantes para a reflexão, que vão desde a

disponibilidade de recursos materiais para execução de serviços quanto ao campo das relações, apontam dificuldades de orientação qualificada, respeito à autonomia profissional do residente e valorização deste pela intuição.

Consideramos oportuno identificar também as possibilidades neste contexto, levando em consideração os avanços presentes no SUS e na formação profissionais de saúde. Para Ceccim (2004), as mudanças ocorridas na graduação dos cursos de saúde passam a ser preconizadas pela política do SUS, a partir das normativas do Ministério da Saúde, da influência do controle social, novas formas de compreender o processo de cuidar são diretrizes a tomar espaço nas instituições formadoras, com o propósito de ultrapassar um modelo focado na doença na perspectiva de uma mudança nas relações profissionais que caminhem efetivamente no campo multidisciplinar e interdisciplinar, além do envolvimento com o principal sujeito o usuário do serviço de saúde.

Para Silva e Capaz (2013, p. 202),

A presença do residente nas equipes de saúde pode promover alterações nas formas de pensar a atenção em saúde, bem como dar movimento as estruturas formais e solidificadas. É possível que o residente seja um aliado nas transformações na política de saúde em direção aos princípios do SUS.

Louzada, Bonaldi e Barros (2010, p. 39) afirmam que “não existem práticas mais ou menos

integralizadas, existem condições para o seu exercício”. O que é possível identificar é que o planejamento de metodologias que proporcionassem uma rotina para a interação da equipe na resolutividade das ações não conseguiu se efetivar de forma plena durante todo o processo de formação dos residentes.

5. Conclusão

Mesmo diante dos desafios, a Residência Multiprofissional em Saúde conquista seu espaço e se revela como novo espaço para a formação do Assistente Social e de outros profissionais da área da saúde. Esse novo espaço permite reflexões que ampliam o conhecimento no campo saúde, bem como práticas de serviço que se articulam com outros setores sociais, sendo um diferencial por potencializar o aprendizado do residente dentro de uma realidade que se modifica a cada momento.

Identificou-se que há reconhecimento dos saberes profissionais na equipe de residentes estudada, contudo existem lacunas na produção do cuidado, apontando a necessidade de identificar estes limites para auxiliar a partir de dados concretos a construção de práticas que possam atender efetivamente as necessidades de quem busca os serviços de saúde.

Por fim, diante do que foi exposto percebemos que este conhecimento vivenciado na Residência multiprofissional possibilita inserir no mercado de trabalho um profissional que atenda as expectativas do SUS, sob a ótica da qualificação, especialização, efetividade e amplitude dos serviços.

6. Referências

ABEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.abeps.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2014.

ABESS/CEDEPSS. Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996.

ALMEIDA, E. S.; WESTPHAL, M. (org). Gestão de Serviços de Saúde: descentralização/ municipalização do SUS. 1. Ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

BARROS, Maria Elizabeth B; BARROS, Maria Benevides. A potência formativa do trabalho em equipe no campo da saúde. In: PINHEIRO, Roseni; BARROS, Maria Elizabeth B. MATTOS; Rubem Araújo. (orgs.). Trabalho em equipe o eixo da integralidade: valores, saberes e práticas. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2010.

BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. Resolução n.15 de 13 de março de 2002. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. Lei n. 2494, que estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional, publicada no D.O.U. em 23 de dezembro de 1996. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. Legislação do SUS. Brasília: CONASS, 2003. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/progestores/leg_sus.pdf. Acesso em: 16 maio 2016.

BRAVO. Maria Inês Souza. A Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete Mota et al. (orgs.). Serviço Social e

Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

BONALDI, Cristina et al. O trabalho em equipe como dispositivo de integralidade: experiências cotidianas em quatro localidades brasileiras. In: PINHEIRO, Roseni; BARROS, Maria Elizabeth B. MATTOS; Rubem Araújo. (orgs.). Trabalho em equipe o eixo da integralidade: valores, saberes e práticas. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2010.

CECCIM, R.B.; FEUERWERKER, L.C.M. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(5): 1400-1410, set-out, 2004.

CNRMS. Relatório de Atividades da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) – Exercício 2007/2009. Brasília: CNRMS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Rafael et al. Integralidade como princípio ético e formativo: um ensaio sobre os valores éticos para estudos sobre o trabalho em equipe na saúde. In: PINHEIRO, Roseni; BARROS, Maria Elizabeth B. MATTOS; Rubem Araújo. (orgs.). Trabalho em equipe o eixo da integralidade: valores, saberes e práticas. RJ: IMS/UERJ: Cepesc: Abrasco, 2010.

IAMAMOTO, Marilda. O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5ª ed. SP, Cortez, 2001.

LOUZADA, Ana Paula Figueiredo; BONALDI, Cristina; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Integralidade e trabalho em equipe no campo da saúde entre normas antecedentes e recentradas. In: PINHEIRO, Roseni; BARROS, Maria Elizabeth B. MATTOS; Rubem Araújo. (orgs.). Trabalho em equipe o eixo da integralidade: valores, saberes e práticas. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2010.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. n. 50.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 6ª edição São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XXV, n. 80, p. 59-81, nov. 2004.

PEDUZZI, Marina. Trabalho em equipe no horizonte normativo da integralidade, do cuidado e da democratização das relações de trabalho. In: PINHEIRO, Roseni; BARROS, Maria Elizabeth B. MATTOS; Rubem Araújo. (orgs.). Trabalho em equipe o eixo da integralidade: valores, saberes e práticas. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2010.

PEDUZZI, Mariana; PALMA, José J. Lanceiro. A Equipe de Saúde. In: SCHRAIBER, Lilia Bima; MENDES-GONÇALVES, Ricardo Bruno; NEMES, Maria Inês (orgs.). Necessidades de Saúde e Atenção Básica. Saúde do Adulto:

Programas e Ações na Unidade Básica. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

SILVA, Letícia Batista; CAPAZ, Raphael. Preceptoria: uma interface entre educação e saúde no SUS. In: SILVA, Letícia Batista, RAMOS, Adriana. Serviço Social e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional. Campinas. SP: Papel Social, 2013.

SILVA, Maria Ozanira Silva e Silva. Formação Profissional do Assistente Social: Inserção na Realidade Social e na Dinâmica da Profissão. São Paulo: Cortez, 1984.

THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. Rev. Bras. Educ. [online]. 2008, vol.13, n.39, p.545-554.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde. Projeto Político Pedagógico da Residência Multiprofissional e Área Profissional em Saúde do Hospital Universitário Getúlio Vargas. Amazonas, 2009.

_____. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde. Regimento Geral do Programa de Residência Multiprofissional em saúde e em área profissional da saúde do Hospital Universitário Getúlio Vargas. Amazonas, 2013.

PARTE 2

Trabalho Profissional do Assistente Social

I. Perspectivas para a atuação do assistente social junto aos idosos nas políticas de saúde e assistência social em Manaus

Alice Alves Menezes Ponce de Leão Nonato

1. Introdução

Envelhecer é uma conquista da humanidade, mas também um novo desafio que se desenha no mundo contemporâneo e que impõe o reconhecimento das demandas dos idosos pelo Estado, pela sociedade e pelos profissionais que lidam com esse segmento social. Os velhos trabalhadores tem envelhecido na sociedade capitalista em um contexto de exclusão social e pobreza mistificado sob um discurso midiático da “terceira idade” como “a melhor fase da vida”.

Esse discurso eufemístico tem respaldado a atuação de muitos profissionais que lidam com os idosos e direcionado as ações em uma perspectiva biologicista, que entende o idoso como um corpo doente, e de tutela, no sentido de se decidir o caráter e o

direcionamento das ações mais adequadas aos idosos, sem envolvê-los diretamente nos processos de participação nas decisões institucionais.

A qualidade de vida na velhice como meta a ser alcançada, partindo dos serviços de saúde, tem se limitado à ausência ou ao controle de doenças e à prática de exercícios físicos e de convivência sem muitas vezes tocar nas estruturas sociais que provocam os determinantes que envolvem o processo saúde-doença. O assistente social dispõe de um arcabouço teórico-metodológico e ético-político que o capacita para trabalhar sobre as diferentes nuances da questão social, imbuídas na família e na correlação de forças do sistema capitalista, sendo capaz de oferecer o enfoque de totalidade na atenção prestada.

A velhice é um desafio para todas as profissões, uma vez que as necessidades dos idosos perpassam uma complexidade biopsicossocial que demanda intervenção interdisciplinar e intersetorial. Intersetorial porque implica a articulação das formas de gestão nas políticas públicas, como pressupõe, por exemplo, a política de saúde que, segundo a Lei 8.080/90, é transversal às demais políticas públicas, uma vez que a legislação reconhece a saúde como um conceito holístico em que uma política pública, por si só, não pode dar conta da sua complexidade, e a intervenção interdisciplinar, que pressupõe a conjugação de esforços de todas as profissões na perspectiva de um atendimento integralizado às demandas dos idosos.

Para o Serviço Social, a velhice é um desafio que implica tanto viabilizar o acesso dos idosos às políticas

públicas de qualidade em processos de gestão e planejamento orientados por uma dimensão ético-política transformadora quanto contribuir para desmistificar uma cultura socialmente construída de desvalorização do idoso (ou valorização fetichizada) em um direcionamento que promova o protagonismo social e político, o empoderamento na busca pela autonomia e independência e a garantia dos direitos sociais.

Nesse entendimento, este trabalho é um recorte da dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) em 2012 e que foi publicada em formato de livro no ano de 2015. O objetivo da pesquisa buscou analisar o trabalho do assistente social junto aos idosos na articulação entre as políticas públicas de saúde e assistência social em Manaus. Os dados foram coletados através de relatos de seis assistentes sociais que trabalham ou trabalhavam (no caso das profissionais com vínculo temporário nos Centros de Convivência), em Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Atenção Integral à Melhor Idade (Caimi) e Centro de Convivência da Família e Centro de Convivência do Idoso, situados nas zonas norte e sul de Manaus, escolhidos pela contrarreferência entre as instituições em um mesmo território de abrangência.

2. A velhice como desafio à atuação do assistente social

O envelhecimento é um fenômeno recente nos países de capitalismo tardio e periférico, como o Brasil.

Na década de 1960, as políticas públicas tinham como prioridade a infância e a juventude, como forma de investimento no desenvolvimento futuro do país. A assistência à velhice era relegada a segundo plano ficando a cargo de instituições de caridade, asilos ou sob responsabilidade da família (PEIXOTO, 1998).

As últimas décadas do século XX foram marcadas por transformações sociais que repercutiram sobre a configuração da pirâmide etária. A inserção da mulher no mercado de trabalho, os métodos contraceptivos e o progresso da medicina no que concerne ao controle de doenças resultaram no declínio da natalidade e no aumento da expectativa de vida. Desde então, segundo Veras (2003), a identidade de país jovem atribuída ao Brasil se viu ameaçada pelos “novos cabelos brancos”.

A população idosa representa um grupo em crescimento. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 revela o número de 23,5 milhões de idosos, o que corresponde a 12% da população brasileira. A expectativa média de vida deve aumentar dos atuais 75 anos para 81 anos de idade. Até 2025, as projeções acusam que o Brasil será o sexto país do mundo em número de velhos e a proporção de pessoas de 75 anos ou mais representará um grupo em crescimento.

Envelhecer é condição humana, natural e inevitável. É um processo que ocorre de forma contínua ao longo da vida. Segundo Neri (2001), o envelhecimento é marcado por mudanças biológicas, fisiológicas, psicológicas, sociais, econômicas e políticas que acompanham a trajetória de vida dos indivíduos.

Entretanto, as pessoas envelhecem de maneiras diferentes. Beauvoir (1990) afirma que existem vários fatores que diferenciam as diversas vivências do envelhecimento pelos indivíduos, como a saúde física e mental, a família, o gênero e a classe social. Por isso, o envelhecimento deve ser analisado em sua polissemia.

Já a velhice, é uma das fases do desenvolvimento humano marcada por mudanças biopsicossociais. É natural, pelos sinais que o corpo emite, como o aparecimento de rugas, a perda de elasticidade e viço da pele, os cabelos brancos, o aparecimento de algumas doenças e agravamento de outras (NERI, 2001). E também é sociocultural, porque as ações dos sujeitos representam os conteúdos socialmente construídos (MERCADANTE, 2003).

Os termos classificatórios, como Velho, Idoso e Terceira Idade, são categorias que mostram o lugar de pertencimento do indivíduo envelhecido na sociedade. A palavra “velho” designa o que é descartável e inútil, qualifica os indivíduos envelhecidos cujos traços da pobreza e do declínio se fazem mais aparentes. “Idoso” marca um tratamento mais respeitoso, como *personne âgée* na França na década de 1960 (PEIXOTO, 1998), e representa o sujeito de direito das políticas públicas e também aqueles que desempenham funções de prestígio na sociedade, como o presidente da república, artistas, intelectuais etc. Já “terceira idade” é uma invenção social, segundo Debert (1999), que pressupõe um estilo de vida dinâmico, jovem e saudável como imperativo a ser seguido por todos os idosos após a aposentadoria como um dever ser e que muitas vezes não considera que esse modelo de velhice que corre, brinca e viaja é

distante da realidade da maioria dos idosos que vivem inseridos em um contexto de pobreza e exclusão social.

O envelhecimento da população brasileira é um desafio para o qual o Brasil não estava preparado. Esse desafio recai sobre as políticas públicas em razão do aumento das demandas dos idosos pelos serviços de saúde, previdência e assistência social (TEIXEIRA, 2008). Mas, segundo Leão (2015), a velhice é também um desafio a sociedade, no sentido de reconhecimento e respeito às necessidades dos idosos e um desafio aos profissionais que lidam com as demandas desse estrato populacional no seu cotidiano de intervenção, como os assistentes sociais, cujo metiê se desdobra frente às problemáticas decorrentes da questão social e o compromisso na garantia dos direitos no horizonte da construção de uma sociedade justa. Os assistentes sociais são responsáveis pela escuta qualificada e o atendimento aos idosos desde a proteção básica na perspectiva de seu empoderamento pessoal e sociopolítico em atenção à melhora da qualidade de vida até a alta complexidade, como nos casos de violação dos direitos dos idosos e rompimentos de vínculos familiares.

A Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003) são instrumentos legais que asseguram aos idosos um conjunto de medidas protetivas e, com isso, instauram uma cultura de prioridade às suas necessidades, cuidados com a sua saúde e com a integridade física, moral, psicológica, patrimonial e social. Para isso, atribui primeiramente a responsabilidade à família, depois à sociedade, à comunidade e ao Estado. Apesar dos avanços obtidos,

os idosos ainda sofrem situações de violação de seus direitos porque a sociedade ainda caminha a passos lentos no que concerne à sua valorização sociocultural e o respeito às suas escolhas individuais.

No cotidiano de trabalho do assistente social há várias demandas provenientes do processo de envelhecimento e da velhice. Os idosos recorrem ao assistente social para o atendimento de suas necessidades de caráter imediato, mas também pela inserção em atividades de socialização. Segundo Torres e Sá (2008), as demandas dos idosos perpassam desde a gratuidade no transporte público ao atendimento na rede socioassistencial, dentre outras voltadas à garantia dos direitos sociais e à organização dos grupos com o objetivo de participar das decisões políticas relativas à área do envelhecimento.

É por meio dos programas sociais voltados aos idosos que os assistentes sociais podem trabalhar questões relacionadas ao controle social nas políticas públicas, de forma a possibilitar estratégias de participação social (LOBATO, 2007). Os profissionais devem aproveitar estes espaços, considerados como potencializadores e instrumentalizadores, para viabilizar ações que garantam o exercício da cidadania e contribuam para a construção de uma imagem positiva da velhice.

Para Lobato (2007), é comum encontrar idosos que chegam aos programas com baixa autoestima, relatando problemas de relacionamento com seus familiares e falta de respeito da sociedade com eles. Mas, após um tempo de permanência nos programas,

mediante contato com outros idosos e profissionais que respeitam suas opiniões, eles passam a demonstrar interesse em novas habilidades e desenvolvem novos conhecimentos, dando outro significado à velhice.

Vários autores têm afirmado que os programas de idosos operam mudanças em seus participantes quanto ao resgate da autoestima, superação de doenças, recuperação da memória, além de propiciar novos conhecimentos e o desenvolvimento de novas habilidades. Todos esses ganhos também favorecem o desenvolvimento da sociabilidade (p. 143).

O assistente social, ao trabalhar com ferramentas de gestão e planejamento, pode conduzir a instrumentalidade em seu processo de trabalho a partir de ações teleologicamente orientadas por um compromisso ético-político transformador que tenham como causalidade tanto a resposta imediata das demandas apresentadas, mas, sobretudo, a superação de uma cultura socialmente construída que segrega e discrimina os idosos. Questões como sexualidade, violência, família, memória, trabalho e participação social precisam ser desocultadas para fomentar ações socioeducativas que contribuam para a ressignificação do ser idoso na sociedade e, com isso, de uma nova imagem da velhice.

Iamamoto (2007) refere que o assistente social tem como instrumento privilegiado de trabalho a linguagem. Através da linguagem, o profissional estabelece uma ação educativa, que tanto pode converter-se em forma de persuasão ou controle sobre a

vida dos sujeitos quanto pode orientar-se por uma dimensão ético-política transformadora, segundo os princípios do projeto profissional, como liberdade, democracia e justiça social.

Ao endossar o discurso da “terceira idade” como “a melhor fase da vida”, esse eufemismo esvazia os conteúdos políticos da contradição que revelam o desprezo pelas condições de vida e de saúde fragilizadas da maioria dos idosos e, segundo Fensterseifer (2009), empobrecem nossa percepção desta etapa da vida, pois não nos permite enxergar diferentes “possibilidades de viver”, mas enfatiza “deficiências a corrigir”. “Esta é a base do discurso eugenista que promove a intolerância e a coisificação, tornando-nos incapazes de suportar a diferença e a individualidade, uma vez que esta promove aquela” (p. 86).

É por isso que muitas vezes a ação dos assistentes sociais junto aos idosos é confundida com as de outros profissionais, pois traveste-se de cariz reiterativo de práticas clínicas e/ou de lazer, esvaziando uma intencionalidade ético-política que poderia estar revestida de mecanismos de empoderamento.

As palestras sobre saúde, doenças sexualmente transmissíveis, processos de envelhecimento e construção de novos projetos de vida, dentre outros conteúdos explicitados na Política Nacional do Idoso (1994) e no Estatuto do Idoso (2003), por mais importantes que sejam, se não forem ressignificadas em um processo de mediação crítica, continuarão a reproduzir discursos descolados da realidade e posturas conformadoras apregoadas pela sociedade burguesa.

Para Derntl e Watanabe (2004), as técnicas participativas devem ser baseadas nos princípios da escola de Paulo Freire, que consiste na tomada de consciência dos sujeitos sobre as questões que lhes dizem respeito. Os profissionais devem atuar como coparticipantes deste processo, possibilitando formas de análise dos comportamentos e atitudes, em vez de serem agentes persuasivos que impõem formas de encarar a velhice destoantes da realidade dos idosos. Este processo educativo se relaciona com a autonomia e pertence à corrente pós-moderna do empoderamento, que faculta aos sujeitos sociais condições para o desenvolvimento de habilidades de forma que lhes permitam conduzir sua vida.

O empoderamento, se não for abordado em uma perspectiva crítico-dialética, corre o risco de confundir-se com a autorresponsabilidade do sujeito pelo autocuidado e, assim, esvaziar os conflitos de classe porque atenua o dever do Estado em assegurar as condições necessárias para que os velhos trabalhadores possam viver suas velhices de forma digna após dedicarem anos de suas vidas para produzir riqueza e contribuir para alavancar o desenvolvimento econômico de um país. Empoderar, nesse caso, é no sentido de fortalecer os sujeitos sociais, conforme explicitado em um dos princípios do projeto ético-político.

Essa perspectiva pressupõe considerar a correlação de forças existentes e garantir a viabilização dos direitos legalmente assegurados, mas também ir além dos marcos da cidadania burguesa, ou seja, construir mecanismos de superação dessa ordem societária, sem desigualdades, nem preconceito e sem discriminação. O

empoderamento também tem sentido existencialista, uma vez que o indivíduo tem capacidade de escolha, por isso a ideia da autonomia e da independência. Apesar de algumas limitações que a velhice impõe, os idosos que dispõem de uma boa capacidade funcional e cognitiva podem influir diretamente sobre as questões que lhes dizem respeito.

Esse viés evita que o assistente social perpetue práticas de tutela, que se traduzem em decidir o que é melhor para os usuários, principalmente os idosos, que ainda se pensa em alguns casos que eles não têm mais capacidade para decidir, aceitando passivamente o que lhes é imposto, e que por isso, resultam em ações conformistas e reiterativas da ordem dominante.

Além disso, permite mediações teórico-metodológicas que fortalecem a interdisciplinaridade e o pluralismo. O pluralismo, como um dos princípios do projeto profissional, permite o diálogo de ideias e de posições que partilhem da defesa da luta dos interesses das classes subalternas. Se reduzirmos a perspectiva crítica apenas a uma corrente epistemológica, corre-se o risco de se cair em um dogma. A abertura ao diálogo interdisciplinar é necessária e fundamental, já que as necessidades dos idosos são multifacetadas porque processos biopsicossociais se inscrevem em suas trajetórias de vida.

A dissertação de mestrado de Alves (2014) sobre os fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil constata que “há uma tendência de negação do uso da abordagem estritamente biológica para caracterização

do processo de envelhecimento humano” (p. 120). Ou seja, as produções teóricas do Serviço Social sobre a velhice superam a ideia biologicista de que essa fase da vida seja apenas um ciclo biológico que ocorre uniformemente a todos os indivíduos sem considerar as estruturas sociais. Isso permite reconhecer o fato de que a profissão tem lançado olhar para além dos aspectos meramente fisiológicos, considerando os determinantes socioculturais e econômicos como incidentes nas formas de envelhecer e nas demandas que os idosos apresentam ao cotidiano de trabalho do assistente social.

Entretanto, ao criticar os termos “empoderamento”, “envelhecimento ativo”, “ciclo de vida” e “qualidade de vida” que aparecem nas produções teóricas pesquisadas em nível *stricto sensu* (mestrado e doutorado) que a autora selecionou, é possível identificar um entendimento confuso em sua análise quando ela afirma que “há um ecletismo de tendências flexivelmente combinadas com a teoria crítica, em nome do pluralismo (ALVES, 2014, p. 121). Com isso, Alves (2014) pode ter cometido um equívoco ao pressupor que, se as teses e as dissertações selecionadas em sua pesquisa não se autodeclaram “marxistas” (como muitas não fizeram alusão ao termo, mas que em seu conteúdo é possível observar correspondências com a teoria crítica), não analisam, segundo a autora, o objeto de estudo na perspectiva da totalidade e considerando as contradições, enquanto categorias do método do materialismo histórico-dialético. Sabe-se que a não-declaração explícita do termo em um trabalho de pesquisa não ofende a perspectiva de análise, assim

como a explicitação aberta do método pode incorrer no erro do delineamento do trabalho não corresponder ao que se propunha.

Alves (2014) também critica que esses termos utilizados nas produções teóricas sobre velhice no Brasil reforçam a ideia da autorresponsabilização do idoso em prover condições que atendam suas necessidades e desprezam o papel do Estado nesse processo, o que caracteriza, segundo ela, o reforço às novas formas de gestão que apelam à solidariedade e ao individualismo. Será mesmo essa a tendência defendida na pós-graduação no Brasil? Em um dos trabalhos analisados, fala-se em superação da ordem burguesa e da importância da atuação dos assistentes sociais através do respaldo do projeto ético-político entendendo este como aliado de um novo projeto societário diferente do hegemônico.

A análise depreendida nos faz perceber que, na verdade, há uma tendência disciplinar que permeia o trabalho e que deseja imprimir uma face unilateral, apesar do discurso alusivo à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade. Observa-se também que a autora afirma que as produções teóricas sobre a velhice tem cariz fortemente interventivo, sem olhar para a dimensão investigativa do Serviço Social no planejamento das ações junto aos idosos, equívoco constatado ao tomar como exemplo o trabalho de Leão (2015), que referenda as contribuições de Marx e Lukács para pensar a dimensão teleológica no trabalho do assistente social e o redimensionamento dessa categoria sobre a instrumentalidade.

Com isso, vemos que a formação profissional contemporânea do assistente social demanda qualificação e aprimoramento contínuos para dar respostas qualificadas às manifestações da questão social em tempos de aprofundamento da pobreza e exclusão social. O professor Vicente de Paula Faleiros, em uma fala dita na ocasião de abertura do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 2010, referiu que não basta apenas considerar a macroestrutura como produtora das mazelas sociais, isso seria reduzir a questão social à esfera economicista. Mas, deve-se olhar para o sujeito, para a sua subjetividade e possibilitar processos de empoderamento, já que o Serviço Social defende o protagonismo dos sujeitos e o fortalecimento de vínculos. Nas palavras de Yamamoto e Carvalho (2006), apreender as formas de resistência cotidiana elaboradas pelas classes subalternas frente às violações de seus direitos.

Esse discurso, que parece atualizador, convida os assistentes sociais a repensarem a profissão e suas intervenções em seus cotidianos de trabalho. A velhice, sendo um desafio a todas as profissões, ganha contornos específicos para o Serviço Social porque demanda não só a resolutividade das questões apresentadas pelos idosos, mas o compromisso na superação dessa ordem societária que culturalmente, economicamente e socialmente tolhe os direitos fundamentais dos idosos. Essa tarefa requer que sejam apreendidas as mediações interdisciplinares (objetivas e subjetivas) que envolvem o processo de envelhecimento para consubstanciar novas teleologias que aprofundem

a investigação e a intervenção do Serviço Social junto aos idosos.

3. Possibilidades de atuação do assistente social junto aos idosos na articulação entre as políticas de saúde e assistência social em Manaus

O último censo demográfico do IBGE em 2010 revela 1.081.468 de idosos na região norte do Brasil. Manaus, segundo essa fonte, registrou 108.081 idosos. A rede de serviços voltada a esse segmento social na cidade abrange Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Integral à Melhor Idade (Caimi), Centros de Convivência da Família (CCF) e do Idoso (CCI), Fundação Doutor Thomas (FDT), que é uma instituição de longa permanência e também conta com um Parque do Idoso em suas dependências, Universidade Aberta da Terceira Idade em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas (UNATI/UEA), Programa Idoso Feliz desenvolvido pela Universidade Federal do Amazonas, dentre outras ações e programas concentrados, sobretudo, no âmbito das políticas de saúde e assistência social.

Essas políticas públicas têm oferecido uma variada gama de serviços aos idosos no intuito de promover o controle das doenças e também propiciar espaços de convivência social. Esses serviços oferecidos estão dentro do escopo da promoção da saúde, entendida, segundo Albuquerque (2008), como um processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação social dos indivíduos nesse processo e têm

como áreas estratégicas as ações do Estado (políticas públicas saudáveis), da comunidade (reforço da ação comunitária), de indivíduos (desenvolvimento de habilidades pessoais), do sistema de saúde (reorientação do sistema de saúde) e parcerias intersetoriais.

A promoção da saúde atua sobre os determinantes que influem diretamente sobre as condições de vida das pessoas e “assume a saúde como produção social, passando a valorizar mais intensamente determinantes socioeconômicos, a instigar o compromisso político e a fomentar as transformações sociais” (SÍCOLI e NASCIMENTO, 2003, p. 104).

Esse entendimento vai ao encontro com a definição ampliada de saúde estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto ao completo estado de bem-estar físico, psicológico e social e contemplada também na Lei Orgânica de Saúde no Brasil (Lei 8.080/1990), que deve ser garantida através de um conjunto articulado de ações e de forma intersectorializada em relação às demais políticas públicas.

Na velhice, a ausência de doença é rara. Deve-se buscar a satisfação com a vida por meio da reestruturação de um paradigma de saúde inovador que vá muito além da ausência de doenças, mas que seja pautado pela busca da qualidade de vida.

Apesar de “qualidade de vida” ser um termo difícil de ser precisado, é possível entendê-lo como reflexo da autonomia – capacidade de decisão e de comando (NETTO e PONTE, 2005, p. 08) /capacidade de determinação e execução dos próprios desígnios

(SCHWANKE et. al., 2009, p. 38) – e independência – capacidade de realizar algo com seus próprios meios (NETTO e PONTE, 2005, p. 10).

No início do século XXI, as proposições em torno da busca pela qualidade de vida na velhice caminham rumo à construção de novos projetos de vida, o que exige primeiramente que as pessoas gozem de um bom estado físico de saúde. Um conceito que vem ganhando expressão é o do “envelhecimento ativo”, que designa o envelhecimento como uma experiência positiva, baseado no reconhecimento dos direitos humanos dos idosos e dos princípios de independência, participação, dignidade, cuidados e autodesempenho (ALBUQUERQUE, 2008).

Outro conceito muito difundido é o do “envelhecimento bem-sucedido”. Embora não haja uma definição única a respeito do termo, Litvoc e Brito (2004) apontam a presença de três fatores essenciais que devem estar correlacionados a este conceito: a baixa probabilidade de doenças e de incapacidade relacionada a elas, boa capacidade funcional, tanto física como cognitiva, e participação ativa na comunidade.

A saúde do idoso passa a ser resultante da interação multidimensional entre saúde física, saúde mental (aspectos cognitivos e emocionais), autonomia, integração social, suporte familiar e independência econômica. O comprometimento de qualquer uma destas dimensões pode afetar a capacidade funcional do idoso (SCHWANKE et. al., 2009, p. 38).

Além disso, as políticas de saúde e assistência social são as que mais absorvem os assistentes sociais em Manaus (SILVA E VALLINA, 2005). Na capital do estado do Amazonas, os serviços de saúde voltados aos idosos estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde (Semsu) em nível de atenção básica através das UBSs e da Secretaria Estadual de Saúde (Susam) que gere os Caimi's, serviço direcionado exclusivamente aos idosos em nível de média complexidade, mas que também oferece atendimento de atenção básica. Os Centros de Convivência da Família e o Centro de Convivência do Idoso pertencem ao escopo da política de assistência social do Estado, junto à Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas). Os assistentes sociais que trabalham nos serviços de saúde da prefeitura e do Estado são concursados, enquanto na assistência social são contratados em regime de carteira de trabalho assinada e frequentemente substituídos por outros novos profissionais, conforme revela pesquisa de mestrado realizada em 20121.

Segundo Litvock e Brito (2004), a UBS deve ser a porta de entrada da rede socioassistencial e oferecer um atendimento que responda a maioria das necessidades apresentadas pela população. Após o primeiro atendimento, a Unidade Básica de Saúde, por meio de uma equipe multiprofissional composta por médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, dentre outros, deve assumir o idoso em todas as suas necessidades de saúde e sociais.

A equipe de saúde de uma UBS deverá trabalhar dentro de um novo conceito de prática gerontológica,

denominado atenção progressiva, que promove a união dos serviços médicos e sociais, baseando-se numa avaliação multidimensional, destinada a determinar os vários graus de intervenção que necessitará cada paciente (BRITO e RAMOS, 2005, p. 398).

As UBSs devem também proporcionar espaços para os idosos se reunirem em grupos de convivência e de lazer. Mas, caso não disponham de estrutura física ou equipamentos adequados, uma alternativa possível é buscar integração com os profissionais dos centros de convivência para encaminhar os idosos. Para Veras e Caldas (2009), os centros de convivência se propõem a operar em sintonia com os mais avançados conceitos de promoção à saúde do idoso, seja no enfoque da prevenção da doença o mais cedo possível e/ou também na manutenção da capacidade funcional.

O centro de convivência funciona como um modelo de atenção à saúde que foge às práticas tradicionais que, embora não tenham serviços médicos, “podem agrupar idosos em atividades culturais, de lazer ou mesmo esportivas, além de possibilitar avanços quanto à percepção dos próprios direitos e deveres, fundamento do exercício da cidadania” (VERAS, 2005, p. 389-390).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) estabelece que os Centros de Convivência situam-se na proteção social básica. Os serviços de proteção social básica de assistência social potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais

que visam à convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Tais serviços deverão se articular às demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos.

Nessa perspectiva, a pesquisa de Leão (2015) parte da UBS, por ser a porta de entrada dos serviços de saúde, depois para o Caimi, por ser um atendimento específico ao idoso, e por prestar atenção básica também e, por fim, para os Centros de Convivência da Família e do Idoso, por oferecer atividades de socialização, geração de renda e atividades esportivas, numa perspectiva de complementaridade dos serviços. Foram selecionados em um mesmo território de abrangência (1) UBS, (1) Caimi e (1) Centro de Convivência na zona norte e de igual forma, na zona sul de Manaus, a partir da contrarreferência entre eles, portanto, foram entrevistadas 6 assistentes sociais, selecionadas pelo maior tempo de serviço na instituição e no desenvolvimento direto do trabalho com idosos.

Inicialmente, procurou-se apreender a “compreensão das assistentes sociais sobre a velhice”. Todas as profissionais concordaram de que se trata de uma conquista da humanidade, mas que demanda o avanço sobrepujante das políticas públicas, pois a realidade de pobreza e marginalização social em que vive a maioria dos idosos no Brasil traz o sentimento de angústia e insegurança em relação ao futuro, já que os direitos dos idosos nem sempre são respeitados, sendo vistos como fardos que a sociedade precisa carregar

porque não é possível esconder sua visibilidade em meio à população.

Segundo os relatos das assistentes sociais entrevistadas na pesquisa de Leão (2015), “a concepção de saúde” aponta para uma dimensão ampliada do conceito, que contempla não só o bem-estar físico, mas agrupa também o acesso aos serviços básicos, como alimentação, trabalho e renda, saneamento, ou seja, os aspectos sociais e bem-estar psicológico (aspectos emocionais). Esse entendimento demonstra a superação da concepção de saúde para além da perspectiva clínica, pois compreende os aspectos biopsicossociais e relaciona com a situação social e econômica do país, como medidores que remetem ao nível de qualidade de vida. Para Nogueira e Miotto (2007), é sobre os determinantes sociais do processo saúde-doença que a atuação dos assistentes sociais se debruça.

Por outro lado, quanto ao conceito de “promoção da saúde”, a maioria das profissionais afirmou que é “ter acesso aos serviços básicos” e uma delas exemplificou esta resposta como uma “alimentação saudável” (UBS - Assistente Social). As falas apontaram respostas restritas e não se percebeu uma conexão entre as necessidades humanas e a responsabilidade do poder público, mediante efetivação de políticas públicas que garantam o acesso ao trabalho, à renda, à saúde de qualidade etc. Depreende-se que o foco manteve-se na satisfação de necessidades biológicas, cuja provisão deve ser de responsabilidade do próprio indivíduo.

Além disso, também foi mencionada a “importância da educação em saúde”, mas referida pelas assistentes

sociais no sentido de “conhecimento dos agravos que podem ocorrer com os idosos” (UBS - Assistente Social) e “é uma coisa que não pode ser só dos profissionais de saúde, [os usuários] tem que ser promotores de saúde” (Caimi - Assistente Social), o que demonstra o foco centrado nas doenças e na responsabilidade do indivíduo pelo autocuidado, portanto, percebe-se nesse discurso a ênfase à dimensão clínica do tratamento.

Pellegrini e Junqueira (2005) afirmam que a prática clínica desvincula-se de um entendimento mais abrangente do ser humano, à medida que se restringe a um conjunto de órgãos que deve estar em pleno funcionamento. Mesmo considerando a importância do cuidado com o corpo, devemos ressaltar que os agravos que acometem os idosos relacionam-se intrinsecamente ao contexto de pobreza e marginalização social gerados pela sociedade capitalista. Por outro lado, a saúde coletiva tenta oferecer um novo olhar sobre as demandas de saúde dos idosos. Busca-se compreender os problemas, as queixas e necessidades e elaborar respostas considerando as condições de vida dos idosos na sociedade capitalista como velhos trabalhadores.

Não são desconsideradas as ações de reabilitação e tratamento de saúde, mas procura-se articular esta política às das outras áreas, como “econômica, agrária, de habitação, abastecimento, educação, transportes e segurança pública, indo muito além da intervenção do setor específico, cuja expressão mais comum é a relação entre profissional e paciente, através de uma consulta” (PELEGRINI e JUNQUEIRA, 2005, p. 380).

Para a maioria das assistentes sociais entrevistadas, a intervenção do Serviço Social na promoção à saúde pode contribuir através da viabilização de informações como “reforço ao tratamento de saúde” do usuário, o que reitera o foco da atuação profissional sobre a dimensão clínica do tratamento. A assistente social que trabalha no Centro de Convivência da Família (CCF), embora defenda uma concepção ampliada de saúde, revela que sempre que pensa no significado do conceito de promoção à saúde, primeiramente surge a ideia de cuidados com a parte física do corpo. Depreende-se a visão biologicista que vincula o homem a um conjunto de órgãos que deve estar em pleno funcionamento.

As profissionais que trabalham nos Caimis não souberam definir de que forma desenvolvem suas ações dentro do conceito de promoção à saúde, expressando assim: “É o nosso carro-chefe” e [o Serviço Social] “pode contribuir com essas escutas mais diferenciadas”, sem, no entanto, detalhar sua fala. A profissional que trabalha no Centro de Convivência do Idoso (CCI) disse que contribui através do “acesso à informação” (também não especificou que informações seriam), “à rede de proteção”. Essas respostas imprecisas nos remetem à análise de Nicolau (2004) quando postula que poucos assistentes sociais conseguem articular uma análise do fazer cotidiano que desenvolvem nas instituições com as frases feitas que enunciam. Assim, não é possível perceber as conexões com os termos que utilizam em seus discursos.

Nas instituições pesquisadas, quando as profissionais realizam palestras na sala de espera ou

promovem reuniões com os usuários, juntamente com os outros profissionais da equipe multiprofissional, discursam sobre temas pertinentes às patologias manifestadas pelos idosos, seu controle e cuidados mediante terapia medicamentosa.

Como exemplo, citaram palestras de prevenção de quedas, como observar a vigilância na ingestão do medicamento receitado pelo médico, explicações clínicas sobre hipertensão e diabetes etc. O Serviço Social, diante das demandas de saúde dos idosos, reforça a prática clínica voltada para o “repasse de informações referentes à doença tratada – diabetes, hipertensão, hanseníase e tuberculose” (VASCONCELOS et. al., 2007, p. 252).

Isso nos mostra que há um deslocamento das funções do assistente social em razão da falta de aprimoramento intelectual em articular os processos de mediação teórico-metodológica e técnico-interventivo (PONTES, 2007) às demandas que se apresentam em seu cotidiano de trabalho.

Para além dessas orientações, realizam atendimentos individuais que estão voltados para orientações previdenciárias e Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) da assistência social, escuta qualificada a respeito de problemas relatados no âmbito da família que resultam em seu isolamento e informações acerca da rede de apoio socioassistencial, quando os idosos são encaminhados pelos médicos para realizar exames em outras instituições ou em relação a outros serviços que podem contribuir para a melhoria de suas saúdes, como os Centros de Convivência.

As profissionais relatam que a dimensão ético-política e pedagógica do trabalho não necessariamente precisa ser desenvolvida junto a grupos, podendo expressar-se também por meio dos atendimentos individuais através de orientações corretas e encaminhamentos bem direcionados.

Além disso, constata-se que a maioria das profissionais não possui plano de ação próprio do Serviço Social, seguindo modelos pré-definidos pelas secretarias de saúde e assistência social. No caso dos profissionais que trabalham nos centros de convivência, geridos pela política de assistência social, a instabilidade do vínculo empregatício é um fator que compromete a qualidade das ações prestadas e recai sobre a descontinuidade dos serviços.

A partir das ações do Serviço Social desenvolvidas, perguntamos às assistentes sociais “de que forma as instituições em que trabalham estão empenhadas na busca do envelhecimento ativo e bem-sucedido”. A assistente social de uma UBS respondeu que pode ser através da promoção de ações que primem pelo respeito da sociedade e da família para com o idoso e a conquista de sua dignidade. Entretanto, não especificou que as ações desenvolvidas pela Unidade de Saúde se empenham nesse foco.

Nos Caimi's, as profissionais disseram que pode ser através do tratamento de saúde, tendo em vista que são os “problemas de saúde que dificultam a vida do idoso na família e fazem com que ele se sinta isolado” (Caimi - Assistente Social), sem atentar para o fato de que é

muito mais do que isso, é uma simbiose entre problemas de saúde e problemas sociais.

Na visão das assistentes sociais dos Centros de Convivência, é possível contribuir para a busca de um envelhecimento ativo e bem-sucedido por meio da oferta de atividades de esporte, lazer e socialização que promovem qualidade de vida e melhores condições de vida, refletindo-se na melhoria da saúde física e mental.

A saúde mental, segundo a assistente social entrevistada do Centro de Convivência do Idoso, é exercitada através do contato de idosos com outros idosos fora do círculo familiar, onde conversam sobre assuntos em comum e relatam suas experiências de vida uns aos outros, identificando interesses e formas de enfrentamento de seus conflitos.

Sobre a “realização de trabalho interdisciplinar”, a maioria das assistentes sociais disse que existe comunicação entre os profissionais que compõem a equipe de trabalho, entretanto as práticas profissionais são fragmentadas, como se observa nos relatos a seguir: “É difícil sentar e cada um fazer sua atividade que vai realizar durante o ano. A Secretaria de Saúde dá uma programação para a gente trabalhar” (UBS - Assistente Social). “Médico é o que menos participa” (Caimi - Assistente Social).

O que se constata é a predominância das ações fragmentadas e desarticuladas e, com isso, a atenção multidimensional às demandas apresentadas pelos idosos ficam compartimentadas em práticas isoladas e disciplinares, ficando difícil atender em sua

integralidade o que dispõe a noção de qualidade de vida na velhice.

Questionou-se às assistentes sociais “como as instituições em que trabalham se relacionam com a promoção em saúde”. Segundo a assistente social de uma UBS, “o Caimi era para atender os pacientes direcionados das Unidades Básicas de Saúde, que já passaram por um clínico geral e precisam de um atendimento especializado”, mas muitas vezes tem servido como porta de entrada dos serviços de saúde para os idosos, pois também conta em seu quadro de profissionais com um clínico geral, o que significa sua inserção na atenção primária.

Na opinião dessa profissional, o Caimi oferece também atenção básica porque “a Unidade Básica de Saúde não está conseguindo atender os idosos”, em razão da diversidade do público usuário das UBS. Mas, ainda que o Caimi funcione como a porta de entrada dos serviços de saúde para alguns idosos, quando eles precisam de medicamentos disponibilizados pelo SUS, são encaminhados às UBS, locus onde se destina a distribuição de medicamentos para o controle da hipertensão e diabetes.

Os Centros de Convivência agregam parcerias com as secretarias de esporte e lazer, instituições de saúde que disponibilizam atividades esportivas, cursos técnicos profissionalizantes e de geração de renda. Segundo Veras (2005), o Centro de Convivência pode proporcionar aos idosos um motivo para sair regularmente e uma oportunidade de contato social,

tornando-se um local para atividades de lazer e educação profissionalizante e cultural.

Ainda que as atividades oferecidas não façam com que o idoso regresse ao mundo do trabalho, Veras (2005) afirma que fazer um curso de informática, por exemplo, é importante para que ele esteja sintonizado com o mundo atual e, através dele, busque novas formas de se relacionar com outras pessoas. “Não se oferecem cursos para ocupar o tempo vago do idoso; procura-se transmitir os conceitos mais atuais, objetivando com isto sua valorização como cidadão” (p. 389).

Se as assistentes sociais entrevistadas concordam, em diferentes pontos de vista, que a UBS, o Caimi e o Centro de Convivência se relacionam com a promoção da saúde, cada um com sua especificidade e também com suas devidas limitações, seja de espaço físico e complementaridade dos serviços, indagamos, então, se “seria possível relacionar o trabalho da UBS, do Caimi e dos Centros de Convivência”, no intuito de oferecer um atendimento integral à saúde do idoso, na perspectiva de contemplar o paradigma da promoção em saúde.

A maioria das profissionais reconheceu a importância de articular os serviços, por meio de “parcerias” (CCF- Assistente Social) para “um atendimento de qualidade” (Caimi - Assistente Social), numa perspectiva de complementaridade das ações. Entretanto, afirmaram que não se consegue ir além dos encaminhamentos e das referências e contrarreferências – “Seria ideal, só falta objetivar” (Caimi - Assistente Social).

Vasconcelos et. al. (2007) destaca que, na maioria das vezes, os encaminhamentos são ações imediatas, isoladas e assistemáticas porque não se faz nenhum tipo de acompanhamento sistemático e contínuo das ações demandadas, o que na realidade se traduz na transferência de resolutividade (e não de enfrentamento) da demanda para outras instituições, fragmentando as ações e o problema do usuário. “Estes encaminhamentos, buscando resolver o “mau funcionamento” da rotina das unidades, jogam o usuário para o próximo serviço e/ou para fora da unidade, empurrando o problema para frente” (p. 250).

Esse breve quadro nos permite inferir que há o reconhecimento da velhice como desafio ao Serviço Social, a todas as profissões, ao Estado e a sociedade e que levanta a preocupação em garantir condições de saúde e de vida dignas a esse estrato populacional que nos revela a condição humana futura dos homens no presente. Apesar da organização dos serviços em Manaus voltados para os idosos, o que se vê é o despreparo da equipe multiprofissional, incluindo os assistentes sociais, em atender as demandas dos idosos para além do “aparente”, o que desarticula as ações dentro do escopo da qualidade de vida.

4. Considerações finais

As observações suscitadas nesse debate nos levam a ponderar algumas questões necessárias para não cairmos em equívocos que ora podem culpabilizar o sujeito profissional em questão, o assistente social, ora podem responsabilizar o idoso pelo autocuidado na

tentativa de que se enquadre no imperativo do “idoso saudável” no tocante ao reforço da categoria de “terceira idade” em uma visão distorcida do que seja a busca pelo envelhecimento ativo e bem-sucedido, desprezando a responsabilidade do Estado na gestão das políticas públicas e nos cuidados aos velhos trabalhadores em suas demandas advindas de suas trajetórias e estilos de vida na sociedade capitalista.

a) Ao referir a categoria “empoderamento”, “autonomia” e “independência” na velhice, a intenção não se desloca em desresponsabilizar o Estado de suas atribuições e responsabilizar unicamente o idoso para que este provenha as condições necessárias para sua qualidade de vida. Até porque a noção desse conceito explicitada nesse trabalho pressupõe a conjugação de formas de gestão social que se empenhem desde a garantia de um bom estado de saúde perpassando a questão da renda socioeconômica até a convivência familiar e comunitária. Mas, o que se deseja explicitar é que o idoso, desde que goze de uma boa capacidade funcional tanto física quanto cognitiva, tem o direito de fazer suas próprias escolhas e executar suas tarefas com seus próprios meios. Para isso, os profissionais devem ser coparticipantes desse processo, instrumentalizando-os no processo político-organizativo;

b) Destaca-se o vínculo de trabalho instável dos assistentes sociais nas instituições vinculadas à política de assistência social, os Centros de Convivência da Família e do Idoso. A insegurança no trabalho dificulta a continuidade das ações e o planejamento estratégico;

c) A ênfase na dimensão clínica apontada na fala das assistentes sociais entrevistadas revela o entendimento do idoso como um corpo doente. Ainda que outras orientações “de cunho social” sejam prestadas, como informações sobre direitos assistenciais e previdenciários, conflitos familiares e encaminhamentos à rede de apoio socioassistencial, o que se percebe é a conformação da perspectiva de cidadania burguesa, aquela que se limita aos marcos jurídico-formais, pouco pretensiosa em corroborar com a superação dessa ordem;

d) O reconhecimento da velhice como desafio ao Serviço Social em virtude da cultura socialmente construída que desrespeita e tolhe os direitos dos idosos, mas sem a articulação de um planejamento estratégico que confronte a reprodução dessa cultura que desvaloriza o idoso na sociedade capitalista. Questiona-se o despreparo dos assistentes sociais em nível de formação profissional desde a graduação à pós-graduação que não os capacitam para a dimensão investigativa e interventiva em uma perspectiva teórico-crítica, sobretudo que fomente os estudos sobre o envelhecimento na Amazônia e não perpetue discursos descolados da realidade local;

e) A necessidade de articulação entre a rede de serviços em um mesmo território de abrangência para além dos encaminhamentos. A intersetorialidade e a interdisciplinaridade se movimentam em processos de discussão entre Estado, sociedade e comunidade através de múltiplas vozes de profissionais e dos idosos engajados nessa militância. Sem essa possibilidade, as

ações continuam a se desdobrar de forma fragmentada e assistemática.

5. Referências

ALBUQUERQUE, Sandra Márcia Lins de. Envelhecimento Ativo: Desafio do século. São Paulo: Andreoli, 2008.

ALVES, Suéllen Bezerra. Serviço Social e envelhecimento: estudo dos fundamentos teórico-políticos na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. A velhice. Editora: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social, 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social.

BRASIL. Lei Orgânica de Saúde, nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994.

BRITO, Francisco Carlos de; RAMOS, Luiz Roberto. Serviços de atenção à saúde do idoso. In: NETTO, Matheus Papaléo (Org.). Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo. Editora Atheneu, 2005.

DEBERT, Guíta Grin. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. Revista Anpocs, v. 1, n. 1, 1999.

DERNTL, Alice Moreira e WATANABE, Helena Akemi Wada. Promoção da Saúde. In: LITVOC, Júlio, BRITO, Francisco Carlos (Orgs.). Envelhecimento: Promoção e Prevenção da Saúde. São Paulo. Editora Atheneu, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. Demandas contemporâneas e polêmicas no trabalho profissional. In: XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília, 2010.

LITVOC, Júlio e BRITO, Francisco Carlos. Conceitos básicos. In: LITVOC, Júlio, BRITO, Francisco Carlos (Orgs.). Envelhecimento: Promoção e Prevenção da Saúde. São Paulo. Editora Atheneu, 2004.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. O imperativo do idoso saudável: dimensões éticas. In: DALLEPIANE, Loiva Beatriz (Org.). Envelhecimento humano: campo de saberes e práticas em saúde coletiva. Ijuí, Editora Unijuí, 2009 (Coleção Saúde Coletiva).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: formação e trabalho profissional. 11ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma

interpretação teórico-metodológica. 19ª edição. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

LEÃO, Alice Alves Menezes Ponce de. Serviço Social e Velhice: perspectivas para o trabalho do assistente social na promoção à saúde do idoso em Manaus. Manaus: EDUA, 2015.

LOBATO, Alzira Tereza Garcia. Serviço Social e envelhecimento: perspectivas do trabalho do assistente social na área da saúde. In: BRAVO, Maria Inês Souza et. al. (org.). Saúde e Serviço Social. 3ª edição. Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

MERCADANTE, Elisabeth F. Velhice: a identidade estigmatizada. Revista Serviço Social & Sociedade. Velhice e Envelhecimento. São Paulo: Cortez, Ano XXIV , nº 75 – setembro 2003.

NERI, Anita Liberalesso (org.). Desenvolvimento e Envelhecimento – Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. 2º ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001 (Coleção Vivacidade).

NETTO, Matheus Papaléo; PONTE, José Ribeiro da. Envelhecimento: desafio na transição do século. In: NETTO, Matheus Papaléo (Org.). Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo. Editora Atheneu, 2005.

NICOLAU, Maria Celia Correia. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. Revista Serviço Social & Sociedade. Formação e projeto ético-político. São Paulo: Cortez, nº 79, Ano 2004.

NOGUEIRA, Vera Maria; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os assistentes sociais. In: MOTA, Ana Elizabete ET. al. (Org.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 2ª edição. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: MORAES, Myriam; BARROS, Lins de (orgs.). Velhice ou Terceira Idade. Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1998;

PELLEGRINI, Virginia Maria Cristina; JUNQUEIRA, Virginia. Trajetória das políticas de saúde. A saúde coletiva e o atendimento ao idoso. In: NETTO, Matheus Papaléo (Org.). Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo. Editora Atheneu, 2005.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHWANKE, Carla Helena Augustin et. al. Contextualizando a geriatria e a gerontologia no século 21. In: DALLEPIANE, Loiva Beatriz (Org.). Envelhecimento humano: campo de saberes e práticas em saúde coletiva. Ijuí, Editora Unijuí, 2009 (Coleção Saúde Coletiva).

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e trabalho no tempo do capital – Implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo, Cortez: 2008.

TORRES, Mabel Mascarenhas; SÁ, Maria Auxiliadora Ávila dos Santos. Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer. Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté (UNITAU) – Brasil. Volume 01, nº 02, 2008.

Disponível em: <http://www.unitau.br/revistahumanas>.
Acesso em: 05 Ago. 2008.

SÍCOLI, Juliana Lordello; NASCIMENTO, Paulo Roberto do. Promoção de saúde: concepções, princípio e operacionalização. Revista Interface: comunicação, saúde e educação. Volume 07, Número 12, p. 101-122, fevereiro de 2003;

SILVA, Márcia Perales Mendes; VALLINA, Kátia de Araújo Lima (orgs.). O Assistente Social e as mudanças no mundo do trabalho. Manaus: EDUA, 2005.

VASCONCELOS, Ana Maria de; MASSON, Fátima de Maria et. al. Profissões de saúde, ética profissional e seguridade social. In: BRAVO, Maria Inês; VASCONCELOS, Ana Maria de et. al. (orgs.) Saúde e Serviço Social. 3ª edição. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

VERAS, Renato; CALDAS, Célia Pereira. A promoção da saúde de uma população que envelhece. In: DALLEPIANE, Loiva Beatriz (Org.). Envelhecimento humano: campo de saberes e práticas em saúde coletiva. Ijuí, Editora Unijuí, 2009 (Coleção Saúde Coletiva).

VERAS, Renato. Atenção preventiva ao idoso – uma abordagem de saúde coletiva. In: NETTO, Matheus Papaléo (Org.). Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo. Editora Atheneu, 2005;

VERAS, Renato P. A longevidade da população: desafios e conquistas. In: Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XXIV, nº 75 – setembro 2003.

II. O trabalho do(a) assistente social na equipe psicossocial do Tribunal de Justiça de Roraima: desafios do cotidiano profissional

*Maria Gracileide Alberto Lopes
Nathanne Andreane Rosa Costa*

1. Introdução

No presente artigo constam os resultados da pesquisa realizada com a equipe psicossocial do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), especificamente na Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas a Privativa de Liberdade (Vepema), em destaque, o trabalho do assistente social. Tem como foco revelar os desafios que este profissional enfrenta ao realizar esse trabalho, haja vista que as penas e medidas cada vez mais têm se tornados relevantes para repensar o sistema prisional a fim de

evitar o cárcere para aqueles que cometem um ato criminal de baixo potencial ofensivo.

Essa punição tem como foco as medidas pedagógicas com o intuito de garantir uma nova configuração à forma de punir sujeitos que praticam crimes de baixo potencial na sociedade. Entretanto, este modelo é um assunto polêmico e intrigante que remete à necessidade de trazer para sociedade reflexões e debates para que os estereótipos e preconceitos que os cidadãos que cometem essas contravenções penais ainda sofrem, e em sua maioria influencia para o não cumprimento dessas penas em sua totalidade. Especialmente, evidenciar como é realizado o trabalho de acompanhamento dessas penas por parte da equipe psicossocial.

Isto, certamente, recai como inúmeros desafios à equipe psicossocial no que se refere ao encaminhamento desses cumpridores de prestação de serviços à comunidade, a instituições receptoras, bem como a articulação entre os órgãos que os recebem. Nessa equipe psicossocial o trabalho do assistente social se faz fundamental, especialmente em sua especificidade e singularidade na execução do acompanhamento dos cumpridores. Ressalta-se que esse trabalho é desenvolvido dentro de uma equipe psicossocial e, para isso, sem dúvida é necessário conceituarmos o significado de trabalho em equipe, os sujeitos profissionais que compõem essa equipe e conhecer como se dá o desenvolvimento deste trabalho. Pois é no desenvolvimento deste trabalho que inúmeros desafios são encontrados cotidianamente pela equipe

psicossocial da Vepema do TJRR no acompanhamento de cumpridores de prestação de serviço à comunidade.

Dentre esses inúmeros desafios, a presente pesquisa mostra a dificuldade de interação da própria equipe e a falta de comunicação entre os profissionais que a compõe, apontando que em sua maioria o trabalho é realizado de forma isolada sem conexão com as demais áreas profissionais que compõem a equipe. Ou seja, cada profissional realiza seu trabalho individualmente, como é o caso da assistente social. Diante dessa realidade, este artigo traz como discussão e reflexão como tem sido conduzido o trabalho do assistente social na equipe psicossocial da vara de execução em que o profissional está inserido no Tribunal de Justiça de Roraima. Por isso, a importância em compartilhar para efeito de multiplicarmos os alcances dessas preocupações comuns.

2. Conceituando o trabalho em equipe, seu desenvolvimento e os sujeitos que o compõem

As mudanças societárias estão em todos os setores do trabalho e da sociedade em geral, o que demanda novas formas de operacionalização dos serviços em instituições, sendo o trabalho em equipe um dos instrumentos utilizados para a celeridade dos serviços públicos e privados. O tópico a ser descrito irá contextualizá-lo a partir de seu conceito, desenvolvimento e sujeitos que o compõem, com enfoque nas demandas das instituições de modo a expressar os principais benefícios da interdisciplinaridade das diversas áreas do

conhecimento. Para Uchoa et al. (2012, p. 387), o trabalho em equipe:

[...] é uma forma de organização de um grupo; uma forma de compartilhar objetivos. Trabalho em equipe é aquele tipo de trabalho no qual se tenta conseguir que se realizem atividades dependentes entre si, que podem sobrepor à soma de trabalho de cada um dos seus membros.

Neste sentido, o trabalho em equipe é a soma de esforços coletivos em prol de um bem comum, que pode ser a prestação de serviços a um determinado público alvo ou a fim de atingir metas institucionais, e se torna eficiente quando há objetivos traçados e coesão no grupo que compõe a equipe.

O trabalho em equipe sofre também com as mudanças e com a expansão societária dos serviços prestados por instituições públicas que demandam novas formas de operacionalização dos serviços. Neste sentido, o trabalho em equipe muitas vezes é a forma que os órgãos públicos encontram para facilitar o acesso aos serviços prestados, e como uma alternativa de unir as atribuições em um só fazer profissional, porém essas mudanças estão enraizadas na prática neoliberal para atender as aspirações do sistema capitalista.

A fim de compreender a dinâmica desse serviço é necessário apresentar os dois principais métodos de trabalho em equipe, onde este pode ser considerado interdisciplinar e/ou multiprofissional dependendo da dinâmica que a instituição adota na condução dos

serviços prestados. Sobre a modalidade interdisciplinar de trabalho é importante ressaltar que: “surgiu no século XIX, ou seja, não é um conceito contemporâneo diante do surgimento do conhecimento da ciência, no entanto, somente no século XX caráter interdisciplinar passou a ser efetivado dentro da ciência” (GONÇALVES et al., 2012, p. 01).

Segundo o exposto acima, esta forma de trabalho não é atual e se originou nos moldes da Revolução Industrial, no advento do Capitalismo Monopolista, quando a divisão de tarefas ocorria por etapas, articuladas em práticas interdisciplinares, pois:

[...] A interdisciplinaridade representa uma tentativa de interpretação global da existência humana; apresenta-se como remédio para a fragmentação das disciplinas deixadas pelas especialidades, porém com uma atitude que impede o estabelecimento da supremacia de certa ciência em detrimento de outras [...] (FOSP, 1997, p. 23).

Diante disso, a interdisciplinaridade surgiu à medida que as transformações foram ocorrendo na sociedade e apresenta-se como uma tentativa do homem se socializar com outras áreas do conhecimento, de modo a preencher as lacunas e promover a efetivação do trabalho em equipe. Quanto à modalidade multiprofissional trata-se de:

[...] um grupo de produção intelectual, material ou de ambos, composta por integrantes que atuam em áreas

diferentes, mas que se completam para o desenvolvimento de um projeto específico. Tal grupo reúne uma quantidade de disciplinas sem que cada uma perca a sua identidade, seus métodos, teorias e pressupostos, assim, fazendo com que um mesmo tema ou objeto possa ser estudado sob o enfoque de diversas disciplinas. [...]”(REZENDE, 2008, p 22).

A multiprofissionalidade surge com uma proposta de estudar determinados objetos de estudo sob a ótica de várias áreas do saber, de modo que não perca a sua essência, porque segundo o Portal da Educação o trabalho em equipe multidisciplinar consiste numa forma especial de organização, que visa, principalmente, a ajuda mútua entre profissionais de uma mesma área.

Nota-se que os métodos de trabalho de cada profissional que compõe a equipe se diferenciam sejam elas denominadas de inter e/ou multiprofissional. As decisões da equipe em sua maioria são tomadas de forma individual sob a percepção do profissional, ao invés de serem decididas em conjunto. Isso faz com que cada área atenda a demanda na sua especificidade, perdendo, portanto, a dimensão da interdisciplinaridade que pressupõe qualquer trabalho em equipe.

Para entender o trabalho em equipe é necessária uma compreensão do papel de cada profissional inserido nas equipes interdisciplinar e multiprofissional que se caracterizam a partir de cada área do saber, neste sentido podemos citar o Serviço Social, a Psicologia e a Pedagogia que compõem a equipe psicossocial da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas a Privativa de Liberdade no Estado de Roraima, a fim de

permitir os conhecimentos acerca do trabalho em equipe no âmbito judiciário, ao qual este estudo está relacionado. Para tal, é preciso explanar a respeito da Resolução de Nº 557/2009 de 15 de Setembro de 2009 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que dispõe sobre a emissão de parecer e laudo social do Assistente Social juntamente com outros profissionais, como visto no citado abaixo:

Considerado que o profissional assistente social vem trabalhando em equipe multiprofissional, onde desenvolve sua atuação, conjuntamente com outros profissionais, buscando compreender o indivíduo na sua dimensão de totalidade e, assim, contribuindo para o enfrentamento das diferentes expressões da questão social, abrangendo os direitos humanos em sua integralidade, não só a partir da ótica meramente orgânica, mas a partir de todas as necessidades que estão relacionadas à sua qualidade de vida. Considerando, a necessidade de regulamentar a matéria em âmbito nacional, para orientar a prática profissional do assistente social, na sua atuação em equipes multiprofissionais; Considerando as normas previstas no Código de Ética do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993. (RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009).

Conforme ao transcrito, o profissional de Serviço Social no desenvolvimento de seu trabalho juntamente com outros profissionais em equipe multiprofissional ao emitir pareceres e laudos tem como principal dar resolutividade as diferentes expressões da questão social apresentadas em seu campo de atuação.

Entretanto, para que a intervenção do assistente social traga resolutividade às problemáticas, é imprescindível que os profissionais levem em consideração a lei de regulamentação da profissão e o Código de Ética do assistente social de 1993, os quais são instrumentos basilares para toda e qualquer atuação em diferentes espaços em que os profissionais atuam, bem como, nas diferentes formas de equipes de trabalho.

De acordo com Menezes (2015), a atuação do profissional de Serviço Social na equipe multiprofissional na área jurídica deverá estar de acordo com a complexidade dos casos demandados, logo o assistente social deverá identificar qual o instrumental técnico a ser utilizado, como parecer social, laudo ou até mesmo relatório. A fim de concluir a resolução da demanda será necessária a contribuição dos demais profissionais da equipe, neste caso falamos dos pedagogos e psicólogos.

Sendo necessário enfatizar que:

Art. 1º. A elaboração, emissão e/ ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de Serviço Social por meio de pareceres, laudos, perícias e manifestações é atribuição privativa do assistente social, devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social de sua área de atuação, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei 8662/93 e pressupõem a devida e necessária competência técnica, teórico-metodológica, autonomia e compromisso ético.

Art 2º. O assistente social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, deve atuar com ampla autonomia

respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão, não sendo obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas competências e atribuições previstas pela Lei 8662/93.

Art. 3º. O assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como incentivar e estimular o trabalho interdisciplinar. Parágrafo único— Ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá respeitar as normas e limites legais, técnicos e normativos das outras profissões, em conformidade com o que estabelece o Código de Ética do Assistente Social, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993.

Art. 4º. Ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá garantir a especificidade de sua área de atuação. (RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009).

Com base na resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que se refere às atribuições do assistente social diante de sua atuação na equipe multiprofissional, é importante ressaltar que este deve manter-se dentro das normas e técnicas exigidas pela profissão, e dentro de suas atribuições privativas. Garantindo a especificidade de sua área de atuação e sempre em consonância com os demais profissionais que também compõem a equipe multiprofissional.

É preciso enfatizar como se dá a prática do profissional de psicologia na equipe multiprofissional, levando em considerações legislações e pontos de vistas de autores. Logo é preciso considerar a resolução de nº 008/2010 do Conselho Federal de Psicologia, a qual

dispõe quanto à atuação do psicólogo no judiciário. Prontamente é preciso expor que:

Considerando que o psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo; Considerando que os psicólogos peritos e assistentes técnicos deverão fundamentar sua intervenção em referencial teórico, técnico e metodológico respaldados na ciência Psicológica, na ética e na legislação profissional, garantindo como princípio fundamental o bem-estar de todos os sujeitos envolvidos; (RESOLUÇÃO N° 008/2010, CFP).

O psicólogo tem um papel primordial nas equipes de trabalho, pois a partir de suas percepções é possível que a intervenção da equipe seja em totalidade, pois o profissional é capaz de intervir nas relações dos sujeitos e conhecer em gênese o usuário atendido para a resolutividade da demanda presente em seu campo de trabalho, garantindo sempre seu sigilo profissional, fornecendo apenas aquilo que necessário for para a intervenção.

O psicólogo que for atuar com este referencial teórico deve ser conhecedor tanto da área psicológica que está investigando quanto do sistema jurídico em que vai operar. Além de conhecer as jurisdições e instâncias com as quais se relaciona; a legislação vigente associada

ao seu objeto de estudo e as normas estabelecidas quanto à sua atividade. Também deve se familiarizar com a terminologia da área jurídica, já que será constantemente interrogado do ponto de vista legal, o que poderá acarretar dificuldades na “tradução” dos questionamentos jurídicos e nos objetivos da perícia (LÖSEL, 1992. p. 21).

Diante disso é necessário um estudo aprofundado neste caso das penas e medidas alternativas e das suas atribuições na Vepema, onde por meio destes referenciais o profissional possa intervir diretamente na demanda, conhecendo e obtendo adaptabilidade com os termos e normas jurídicas de seu campo de atuação.

Para uma melhor relação entre o papel de cada profissional na equipe multiprofissional é necessário elencar também o papel do pedagogo. Acerca dos pedagogos na equipe multiprofissional é preciso considerar alguns aspectos. Boucherville (2007) assinala que este profissional deverá coletar e examinar as demandas juntamente com toda equipe multiprofissional. É importante ressaltar que não devemos pensar que o pedagogo é um profissional exclusivo de âmbitos escolares, uma vez que é um profissional capacitado para elaborar planos de trabalho e resolução de demandas, em áreas distintas à educação. Em síntese, pode-se dizer que:

[...] buscando na rede de suas relações e na construção de sua aprendizagem mecanismos de atuação que possam contribuir para sua inclusão social sob um enfoque educacional que lança mão de estratégias de

aprendizagem que valorizem o saber já internalizado como ponto de partida para a estruturação de novos saberes. Essa valorização do sujeito cognoscente vem dar suporte a um trabalho voltado para o resgate da autoestima e construção de uma ética cidadã. (CORRÊA, PEREIRA, 2012, p. 154).

Neste sentido, na Vepema o pedagogo tem o papel de elaborar planos e estratégias para a resolutividade das demandas. O trabalho desenvolvido por este profissional é pautado num caráter educativo e informativo quanto às orientações para o cumprimento das penas e medidas. Assim, o pedagogo, bem como, os demais profissionais que compõem a equipe tem em sua atuação uma semelhança; todos os profissionais intervêm de forma decisiva para que a aplicabilidade da pena seja de fato alcançada.

Diante disto é necessário ressaltar que o trabalho da equipe, concerne a um conjunto de saberes científicos. Apesar de cada um profissional desenvolver seu trabalho de forma individual, tanto o assistente social, pedagogo e psicólogo possuem o mesmo objetivo ao atender as demandas no cotidiano de seu trabalho. Todos buscam resolver a demanda de forma individual sim, mas, respeitando sempre a especificidade de cada profissão, buscando a interação das áreas para compreender e atender os cumpridores de penas e medidas alternativas em totalidade.

3. Os desafios vivenciados pela equipe psicossocial: o trabalho do assistente social em questão

A pesquisa identificou que cotidianamente a equipe psicossocial enfrenta muitos desafios para o acompanhamento dos cumpridores, em destaque, a falta de clareza no que diz respeito às atribuições da equipe, o demasiado número de demandas e precarização/exploração do trabalho. Esses desafios indubitavelmente dificultam o desenvolvimento do trabalho da equipe, que muitas vezes não executa o trabalho de forma conectada.

Segundo o (a) assistente social que compõe a equipe psicossocial, esta é na verdade multiprofissional, pois apesar de contar com as áreas de conhecimento, cada um realiza seu trabalho de forma isolada. Contrapondo o assistente social, o(a) pedagogo(a) relata que não há definição clara para a equipe, alguns dizem que é multiprofissional, outros que é interdisciplinar. Ou seja, o fato da equipe não ter clareza em sua definição demonstra que, de fato, somente cada profissional faz a sua parte, sem decisão coletiva.

Durante o desenvolvimento do trabalho em equipe, cada profissional das diferentes áreas analisa o processo da pena e/ou medida que o cumpridor foi sentenciado e individualmente encaminha para a instituição em que prestará o serviço de acordo com o perfil e o tipo de crime que o cidadão cometeu. Não há uma análise em conjunto acerca da situação, visto que cada profissional atende e encaminha individualmente cada caso para o cumprimento da pena/medida. Devido à rotina

institucional e a exigência na celeridade dos atendimentos, o assistente social também desenvolve o seu trabalho da mesma forma que os demais profissionais que compõem a equipe.

De acordo com o CFESS (2014), o Poder Judiciário segue resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que estabelecem políticas de produtividade processual, como o estabelecimento de meta pressionando que os/as trabalhadores/as dessas instituições trabalhem em função dessas metas, as quais trazem benefícios aos/às juízes/as. Sem contar que ainda há um conjunto de atribuições referentes ao modo como o serviço social sistematiza o seu conhecimento, organiza e planeja o cotidiano, referindo-se a reuniões de estudo e atividades afeitas à organização do trabalho.

Sobre esse trabalho, o (a) assistente social de fato diz que a dinâmica da vara de execução de penas e medidas alternativas a privativa de liberdade é formada por quatro setores: gabinete, cartório, agentes de acompanhamento e psicossocial, e levanta como um entrave a clareza das atribuições e limites de cada profissional que compõe a equipe para desenvolver este trabalho. Esses aspectos organizacionais vão além da rotina institucional e abrangem a subjetividade de cada trabalhador inserido na equipe psicossocial, como a importância do apoio mútuo entre os profissionais, a dissolução de conflitos organizacionais e o respeito pelos colegas de trabalho. Estes aspectos são primordiais para a construção de ambiente institucional saudável.

De acordo com Fávero (2003), diante de outras dimensões do exercício profissional no Poder Judiciário, a atuação profissional trata-se da qualidade de assistente técnico, denunciando a visão positivista de muitas intervenções profissionais. Vale destacar que essa concepção positivista de intervenção profissional já foi devidamente criticada e superada no universo dos debates contemporâneos do serviço social brasileiro.

Ao analisar as opiniões que os profissionais que compõem a equipe emitiram durante a pesquisa, nota-se uma divergência de opiniões entre eles, que não há uma concordância entre os integrantes da equipe, podendo este ser um fator de precarização dos serviços prestados, pois não é possível haver um trabalho multiprofissional se não houver uma soma de métodos ou visões compartilhadas entre a equipe.

Para Luz (2009) apud Gelbcke (2012, p. 33):

O trabalho multiprofissional consiste no estudo de um objeto por diferentes disciplinas, sem que haja convergência entre os conceitos e métodos. Este entendimento é corroborado o objeto, no modelo multiprofissional é resultante de uma soma de “olhares” e métodos provenientes de diferentes disciplinas ou práticas que remetem normativas ou discursivas, colocadas pelos profissionais.

Conforme o mencionado, é possível verificar a importância do trabalho em equipe, uma vez que por meio destes os profissionais envolvidos tendem a usar os conhecimentos específicos de cada área profissional,

a fim de socializá-los para o desenvolvimento do trabalho. Porém, o trabalho desenvolvido pela equipe da Vepema não acontece dessa forma, pois não há convergência nas decisões finais. Logo pode-se considerar que a resposta dada à demanda pela equipe é fruto de olhares dos profissionais de forma individualizada. Neste sentido, a pesquisa apontou que o trabalho da equipe psicossocial da Vepema não atende aos anseios do trabalho em conjunto, pois o (a) assistente social relata que esta prática não é possível, sob o argumento da grande demanda, nem de condições (tempo especialmente) para atendimento em conjunto ou estudo de caso. O que ocorre são trocas de informações e opiniões de forma eventual, quando julgam necessário, demonstrando mais uma vez que a equipe não desenvolve um trabalho coletivo.

Segundo Gelbcke (2012), no trabalho multiprofissional é preciso que alguns aspectos sejam levados em consideração, tal como a especificidade de cada profissional, suas funções e responsabilidade dentro da equipe. É imprescindível ainda que este profissional tenha consciência que deverá compartilhar e discutir informações dos procedimentos e condutas realizadas, com os demais profissionais de outras áreas. Entretanto, na equipe da Vepema, o trabalho não tem sido realizado como sinaliza o autor.

Outro ponto destacado durante a pesquisa foi acerca da produtividade que cada profissional precisa responder. Essa produtividade é imposta pelo TJRR, cuja resposta deve ser de caráter imediato. Cada área do conhecimento que compõe a equipe da Vepema precisa produzir e atender as demandas de forma célere e

quantificada. Ainda que cada profissional atenda de forma individualizada, a produtividade precisa representar em dados quantitativos o trabalho coletivo da equipe. Ou seja, há uma dissonância entre o trabalho desenvolvido pela equipe e a exigência do TJRR quanto aos resultados desse trabalho. Conforme Gueudeville (2007), o trabalho em equipe é indispensável em quaisquer instituições, pois permite que o trabalho seja desempenhado por mais de um indivíduo, proporcionando maior probabilidade de acerto, logo é preciso que os profissionais estejam comprometidos e que haja comunicação clara na equipe.

É perceptível que em muitos momentos durante a pesquisa houve contradição entre os membros da equipe psicossocial da Vepema, denunciando que não há uma comunicação clara na equipe, pois as opiniões sobre o trabalho, as demandas, a produtividade e a interação divergem.

De acordo com Preisler, Borba e Battirola (2001, p.121), para o atendimento seguir seu fluxo de equipe, é necessário elencar alguns aspectos como:

- a) cooperar: participar voluntariamente, apoiar as decisões da equipe, fazer a sua parte do trabalho;
- b) compartilhar informações: manter as pessoas informadas e atualizadas sobre o processo do grupo;
- c) expressar expectativas positivas: esperar o melhor das capacidades dos outros membros do grupo, falando dos membros da equipe para os outros com aprovação. Apelar para a racionalidade em situações de conflito e não assumir posição polêmica nesses casos;

- d) estar disposto a aprender com os companheiros: valorizar a experiência dos outros, solicitar dados e interagir pedindo e valorizando ideias;
- e) encorajar os outros: dar crédito aos colegas que tiveram bom desempenho tanto dentro como fora da equipe;
- f) construir um espírito de equipe: tomar atitudes especiais para promover um clima amigável, moral alto e cooperação entre os membros da equipe;
- g) resolver conflitos: trazer à tona o conflito dentro da equipe e encorajar ou facilitar uma solução construtiva para a equipe. Não esconder ou evitar o problema, mas tentar resolvê-lo da forma mais rápida possível.

Neste sentido, é importante ressaltar que para de fato realizar um trabalho em conjunto é necessário que a comunicação entre a equipe esteja sempre balizada nestes princípios, pois o conjunto deve estar alinhado em consonância com o objetivo final e para que os atendimentos sigam a dinâmica imposta pela instituição de forma que os usuários destes serviços obtenham respostas a respeito de sua demanda.

Quanto aos entraves e desafios que o/a assistente social encontra no cotidiano do seu trabalho, o mesmo revelou que enfrenta tanto entraves e também desafios na realização dos atendimentos e dos acompanhamentos aos cumpridores, pois partindo do pressuposto da celeridade da jurisprudência do tribunal, é realizado apenas um contato com o cumpridor, para encaminhamentos, não sendo possível trabalhar de forma contínua os aspectos sociais, reduzindo o atendimento a apenas a quantificação das demandas.

Nesse sentido, Borgianni (2013) chama a atenção para o risco que o/a assistente social pode correr nessas situações:

E aqui entramos em mais uma das armadilhas que estão postas no cotidiano de quem trabalha na esfera do chamado sistema de justiça: - nessa área há um risco enorme de o assistente social deixar-se envolver pela “força da autoridade” que emana do poder de resolver as questões jurídicas pela impositividade, que é a marca do campo sociojurídico, e “encurtar” o panorama para onde deveria voltar-se sua visão de realidade, deixando repousar essa mirada na chamada lide, ou no conflito judicializado propriamente dito; passando a agir como se fora o próprio Juiz, ou como um “terceiro imparcial”, mas cuja determinação irá afetar profundamente a vida de cada pessoa envolvida na lide (p. 62).

A autora ainda chama a atenção para outras dificuldades em que o assistente social também cai em armadilhas, por exemplo: quando o assistente social apenas reproduz a fala do/a usuário/a e sem qualquer complexidade transcreve essa fala para o estudo social, sem a devida complexidade que o estudo social requer do profissional. Além de abrir mão de suas prerrogativas técnico-profissionais, que qualificam a intervenção, nesses casos a autora diz que:

a armadilha está em o assistente social ir se tornando prisioneiro do possibilismo mais ordinário: se só é possível fazer isso, então vamos fazer, pois caso contrário o preso ficará sem um laudo e não poderá

progredir de regime. O assistente social passa a considerar que aquilo é uma ‘redução de danos’(BORGIANNI, 2013, p. 62).

No que concerne ao espaço de atendimento, o (a) assistente social assim como os demais profissionais da Vepema que compõem o setor psicossocial realizam atendimentos individuais para que consigam cumprir a demanda que é bastante elevada. Deste modo, evidencia-se que o espaço físico para o atendimento ao cumpridor é bastante reduzido. Segundo os profissionais, as condições em que se realiza esse atendimento são, muitas vezes precárias, sem espaço físico suficiente para acomodá-lo e/ou atendê-lo de forma sigilosa, sendo realizado de modo superficial e de forma rápida conforme exigência do Tribunal de Justiça.

Neste sentido, ressalta-se que a exigência adotada pelo Tribunal de Justiça quanto à produção e ao produtivismo advém do processo de acumulação capitalista impondo que a produção deve atender aos anseios do capital, onde se tem o tempo reduzido e se deve atender o maior número de demandas possíveis. Portanto, percebe-se que as exigências feitas à equipe da Vepema atende a lógica do desenvolvimento capitalista. Fazendo com que os trabalhadores tenham a necessidade de produzir e quantificar seu trabalho em detrimento da qualidade e da prestação de serviço. Neste cenário também estão presente o individualismo e a competitividade que em nome da tecnologia e inovação trazida pela globalização impõe que o

trabalhador deve atender as necessidades de qualificação exigida pelo mercado de trabalho.

Certamente, nesse cenário também está o trabalho do/a assistente social que assim como os demais profissionais tem constantemente sofrido com as transformações do mundo de trabalho. Cada vez mais percebemos campos de trabalhos precarizados e condições salariais discrepantes quanto a não valorização do/a assistente social por parte do mercado de trabalho, sobretudo, por parte do próprio Estado que é o grande impulsionador da profissionalização do assistente social, entretanto, é o responsável pela ampliação de um mercado nacional, cada vez mais amplo, competitivo e diversificado, acompanhado do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira.

Nesse contexto, como assinalou Iamamoto (1992), sem quaisquer ambições messiânicas ou voluntaristas, o serviço social tem a potência, por meio da ação profissional qualificada, de estabelecer trincheiras de resistência ao projeto dominante. A partir da compreensão crítica da realidade, com base na filosofia da práxis, e articulado a outras áreas profissionais, aos movimentos sociais e a instituições de defesa de direitos, os/as assistentes sociais podem se articular em torno de projetos emancipatórios e garantidores de direitos, em meio à estrutura legal e aos diversos mecanismos coercitivos do Estado.

Sem dúvida, que construir um exercício profissional comprometido com os princípios que norteiam o projeto ético-político do Serviço Social requer do profissional romper com a postura fatalista

de assumir práticas disciplinadoras e moralizadoras de comportamentos e criminalizadoras dos sujeitos. Portanto, é preciso assumir outro posicionamento político e profissional. Conforme sinaliza Borgianni (2013), ao trazer para si as práticas institucionais sem questionamentos, os/as assistentes sociais

passam a não se verem, eles mesmos, como trabalhadores, e não participam dos movimentos próprios da classe trabalhadora, de seus sindicatos, de suas entidades representativas, de seus fóruns de debates (p. 63).

Portanto, é preciso que os/as assistentes sociais inseridos nos diferentes espaços do sociojurídico rompam com a lógica da judicialização e da criminalização dos sujeitos. É preciso pautar dentro dessas instituições seu verdadeiro papel e a de seus trabalhadores/as e, sobretudo, suas condições de trabalho. Certamente, para isso é necessário a participação dos/as assistentes sociais nos debates e lutas com outros profissionais e fora do espaço institucional.

3. Considerações

Pode-se concluir com a presente pesquisa que a realidade do trabalho do (a) assistente social, realizado na equipe no Tribunal de Justiça de Roraima, especificamente na Vepema, no que diz respeito ao encaminhamento de cumpridores de prestação de serviço a comunidade, é operacionalizada de forma

precária e sem consonância com as condições técnicas da profissão. Identificou-se que há um sistema de fluxo elevado das demandas postas para a equipe atender e, que estas são consideravelmente maiores do que o número de profissionais que compõem a equipe técnica, tornando impossível o atendimento de forma qualificada, sendo este um dos principais desafios que a equipe enfrenta no cotidiano de trabalho.

Em que pese à análise dos desafios postos ao trabalho do assistente social na Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, pode-se dizer que o/a assistente social desenvolve seu trabalho de forma individual, necessitando de uma melhor articulação com a equipe psicossocial para que de fato o trabalho seja realizado de forma coletiva como pressupõe qualquer trabalho em equipe. Neste cenário, o profissional de Serviço Social está sujeito a atender a produção e o produtivismo imposto pela instituição, o que consequentemente transforma este profissional em mero executor do serviço público.

Em face às modificações do mercado de trabalho na contemporaneidade, ter sua lógica pautada na flexibilização das condições de trabalho e na rotina profissional precarizada com serviços burocratizados que não permitem autonomia para a intervenção profissional, faz-se necessário que o profissional caminhe em uma direção orientada pelo projeto ético-político profissional articulado com os espaços coletivos, como: fóruns de organizações da sociedade civil, organizações sindicais, movimentos da classe trabalhadora, instâncias de controle social de políticas

públicas, entidades e órgãos de defesa de direitos humanos.

Entretanto, sabe-se que o trabalho profissional do/a assistente social também sofre transformações nas estruturas institucionais, sobretudo, pela lógica neoliberal imposta nas políticas sociais que atende a contrarreforma do Estado em curso no país. Esse projeto de Estado tem como proposta o retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas revelando o seu caráter impiedoso, que dissemina a coisificação em massa de funcionários públicos, usuários e instituições.

Para isso é preciso que a atuação profissional nas instituições do sociojurídico esteja pautada em processos de trabalho coletivos, tanto aqueles atinentes aos/às assistentes sociais, quanto aqueles multiprofissionais, com profissionais alinhados/as com o projeto de defesa dos direitos humanos e que almejam uma outra sociedade mais justa e igualitária. Superar essa sociedade capitalista requer projetos contra hegemônicos, requer lutas coletivas e formação política dos sujeitos para que assim façam uma nova história.

Por fim, conclui-se que, os desafios e entraves desse trabalho são permanentes, e exigem do assistente social neste espaço uma constante vigilância com as inúmeras armadilhas que surgem no cotidiano do seu exercício profissional. É preciso, então, superar as práticas alienadas e alienantes que compõem esses espaços e, ser um sujeito fundamental para defender e ampliar os direitos sociais.

4. Referências

ANTUNES, Ricardo. – Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho – 13. ed. rev. amp. – São Paulo: Cortez, 2008.

BORGIANNI, Elizabete. Ética e direitos humanos na sociedade e no Serviço Social. In: CRESS/7ª Região (Org.). Em foco: O Serviço Social e o sistema sociojurídico. Rio de Janeiro: CRESS/7ª Região; PPGSS/UERJ, n. 2, 2013.

_____. O Serviço Social no “Campo Sociojurídico”: primeiras aproximações analíticas a partir de uma perspectiva crítico-ontológica. São Paulo, Mimeo, 2013.

BOUCHERVILLE, Gisele Cristina de. O papel do pedagogo em uma equipe multidisciplinar de equoterapia. 2007. Disponível em: <http://www.psiquiatriainfantil.com.br/congressos/ucl2007/315.htm>. Acesso em: 05 maio 2016.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico. Subsídios para reflexão. Ed. Cortez. Brasília. 2014.

_____. Resolução N° 557/2009. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf. Acesso em: 05 maio 2016.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP N° 008/2010. Dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_008.pdf. Acesso em: 05 maio 2016.

CORRÊA, Davidson de Oliveira. PEREIRA, Sônia Aparecida dos Santos. Desafios, perspectivas e possibilidades de atuação do profissional de pedagogia no ambiente ambulatorial. 2012. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/viewFile/1676/1055>. Acesso em: 08 maio 2016.

FÁVERO, Eunice Terezinha. Serviço Social, práticas judiciárias, poder: implantação e implementação do Serviço Social no Juizado de Menores de São Paulo. São Paulo: Veras, 1999.

_____. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica. In: CFESS (org.) O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. São Paulo: Cortez/CFESS, 2003.

FERREIRA, Angelita Rangel; MOLJO, Carina Berta. Crime, necessidades alienadas e satisfação de necessidades: uma leitura a partir de Agnes Heller. Libertas, Juiz de Fora, v.10, n.1, p. 124 - 142 jan-jun / 2010 – ISSN 1980-8518.

FOSP – Fundação Oncocentro de São Paulo. Serviço Social em Oncologia. Comitê de Serviço Social em Oncologia. São Paulo, 1997.

GELBCKE, Francine Lima. Desafios para a integração multiprofissional e interdisciplinar. 2012. Em: <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/search/search?simpleQuery=Desafios+para+++integra%C3%A7%C3%A3o+++multiprofissional+++interdisciplinar&searchField=query>. Acesso em: 05 maio 2016.

GONÇALVES, Camila Almeida; KOSTULSKI, Camila Almeida; VENDRÚSCOLO, Cláudia Tomasi; TAVARES,

Suyane Oliveira. Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade ou transdisciplinaridade. 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/144652481/Interdisciplinaridade-Multidisciplinaridade-Ou>. Acesso em: 07 jun. 2016.

GUEUDEVILLE, Rosângela Martins. Avaliação da comunicação entre a equipe multidisciplinar e do tempo de permanência na UTI, após a introdução do formulário de objetivos diários. 2010. Disponível em: <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/06/Ros%C3%A2ngela-Gueudeville.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.

IAMAMOTO, Marilda. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

MENEZES, Mariana Lira de. A atuação do assistente social na equipe multidisciplinar de uma comarca do agreste pernambucano: relato de uma experiência no judiciário. 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/a-atuacao-do-assistente-social-na-equipe-multidisciplinar-de-uma-comarca-do-agreste-pernambucano-relato-de-uma-experiencia-no-judiciario.pdf>. Acesso em: 05 maio 2016.

PREISLER, A.M.; BORBA, J.A.; BATTIROLA, J.C. Os tipos de personalidade humana e o trabalho em equipe. Rev. PEC, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 113-126, jul. 2001, jul. 2002. Disponível em: http://www.bomjesus.br/publicacoes/pdf/revista_PEC/os_tipos_de_personalidade.pdf. Acesso em: 23 abr. 2016.

REZENDE, Denis Alcides. Planejamento estratégico para organizações privadas e públicas: guia prático para elaboração do projeto de plano de negócios. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

UCHOA, Alice; et al. Trabalho em equipe no contexto da reabilitação. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n°. 22: p. 385-400, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v22n1/v22n1a21.pdf>. Acesso em: 25 maio 2016.

PARTE 3

Cenários e Debates Contemporâneos

I. Uma outra face do programa social e ambiental dos igarapés de Manaus

*Sabrina Moraes Ferreira
Kátia de Araújo Lima Vallina*

1. Introdução

Pode-se afirmar, com base em Harvey (2005) que o capitalismo se mantém, sobretudo, devido à produção do espaço, sendo que esse espaço produzido é um espaço urbanizado. Nesse sentido, a urbanização é concebida como o nível mais imediato em que as pessoas experimentam, vivenciam e reagem às mudanças que afetam suas vidas.

O processo de urbanização pressupõe a existência de diversos atores, com objetivos e compromissos diversos que, ao interagirem, vão moldando determinadas práticas espaciais que em uma sociedade capitalista adquirem, na maioria das vezes, um conteúdo de classe definido. Dessa forma, os processos de urbanização refletem, além de formas construídas e espaços produzidos, arranjos institucionais, arcabouços

legais, sistemas políticos, hierarquias de poder etc., que vão configurando objetivamente a cidade.

Desse ângulo específico pode-se mencionar sumariamente três marcos primordiais para o entendimento da ocupação e expansão da cidade de Manaus. O primeiro deles, que marca a origem da cidade, foi a criação do Forte de São José da Barra do Rio Negro, em 1856, e impulsionou o seu povoamento inicial. O segundo é o representado pelo período da borracha (1856-1920), em que a cidade foi sendo modernizada por uma elite de senhores da borracha dedicada ao extrativismo. E a terceira iniciativa impulsionou a expansão e o crescimento da cidade com a implantação da Zona Franca de Manaus – ZFM (Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967), que propiciou uma série de transformações na cidade, notadamente a partir dos anos 70, com a instalação de um parque industrial e a consolidação de um setor terciário baseado na comercialização de produtos importados.

Os dois últimos marcos originários indicam um traço em comum: intervenções públicas que privilegiaram interesses contrários aos interesses da população que ocupava o centro da cidade e as áreas do entorno dos igarapés. Conforme o processo de urbanização avançava foram sendo feitos aterros nas áreas dos igarapés para a abertura de novas vias, facilitação da circulação de pessoas e embelezamento da cidade. Os moradores dessas áreas, conseqüentemente, eram expulsos para espaços sem ruas ou pontes e com a destruição de suas residências novas utilizações eram dadas a esses espaços. Chega-se ao século XXI, com

uma grande proposta de intervenção nos igarapés: o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim), que dá sequência a esse tipo de intervenção estatal.

Concebemos como essencial considerar o papel do Estado em suas múltiplas dimensões, enquanto produtor do espaço, atuando como regulador e financiador; bem como identificar as propostas governamentais de ocupação e produção do espaço. Nesse sentido, a partir deste grandioso programa que envolve um montante significativo de recursos (somente para o Prosamim I foi orçado um valor de 260 milhões de dólares) financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é que centramos nossa pesquisa.

É importante aclararmos que a pesquisa ora apresentada se insere na modalidade de pesquisa qualitativa. Utilizamos a técnica da entrevista semiestruturada com os trinta e três (33) moradores entrevistados. Alguns deles residem no Parque Residencial Manaus e outros no Parque Residencial Mestre Chico, loci da pesquisa. As entrevistas foram gravadas com a devida autorização dos entrevistados e posteriormente foram transcritas e analisadas. Antecederam o processo de entrevistas uma pesquisa exploratória nos sete parques residenciais do Prosamim, uma pesquisa documental sobre este programa e uma pesquisa iconográfica.

Este trabalho está estruturado em três tópicos. No primeiro será abordado o processo de urbanização da cidade de Manaus, realçando a concepção de que os

igarapés historicamente foram considerados entraves ao processo de expansão urbana. O segundo trata da questão habitacional, particularmente do caso da cidade de Manaus, onde se explica o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) e já se apresenta a visão dos entrevistados sobre este programa. No terceiro será apresentado o significado da casa própria para os moradores que foram contemplados com unidades habitacionais pelo Prosamim e posteriormente são feitas breves considerações finais e apresentadas as referências utilizadas.

2. Os igarapés de Manaus como “entraves” à urbanização da cidade

O processo de urbanização está estritamente conectado ao desenvolvimento do capitalismo e ocorre de forma simultânea ao processo de consecução das transformações que marcam a trajetória desse sistema, desde a sua fase industrial até a atual fase do capitalismo financeiro. Como ressaltam Silva e Macêdo (2009) houve um intenso crescimento populacional impelido pelo processo migratório e o número de pessoas que passou a viver nas cidades foi sendo cada vez mais expressivo, ocasionando a transformação do espaço citadino.

A urbanização gerou um impacto não apenas na estrutura das cidades, mas também nos costumes e modo de vida da sociedade. Dias (2007) explicita que em 1852 a cidade de Manaus contava com uma população de 8.500 habitantes, em 1890 tem sua

população ampliada para 50.300, sendo o processo migratório o principal responsável por este crescimento. Chegavam pessoas de diversas nacionalidades e os administradores públicos criavam cada vez mais propagandas para atrair a atenção dos imigrantes que ao chegar passavam a expandir cada vez mais as atividades comerciais.

Usufruir da capital do Amazonas com sua nova aparência assemelhada às cidades europeias, não era um privilégio de todos, apenas a classe mais alta desfrutava da cidade moderna. Pode-se dizer que houve uma divisão da cidade e os menos favorecidos foram afastados do centro e excluídos da modernização, uma vez que estes, não tinham acesso nem mesmo aos serviços básicos. Os trabalhadores da cidade e os não inseridos no processo produtivo viviam sob condições precárias e eram paulatinamente apartados dos benefícios da modernização, pois não tinham condições dignas de morar, viver e trabalhar. Nesse contexto começam a surgir os cortiços, construções sem nenhuma estrutura, sem condições de higiene, iluminação precária e alugados a altos preços para quem quisesse permanecer morando na área central.

Segundo Garrido (2011), a ausência de um planejamento urbano sistemático, bem como a falta de controle relacionado ao crescimento da cidade fomentaram sérios problemas ambientais, principalmente nas comunidades localizadas nas áreas de igarapés, onde se instalaram diversas famílias. A ocupação inadequada à margem dos corpos hídricos propiciava a instalação de processos erosivos que colocava em risco a integridade física dos habitantes

locais. O autor afirma que as moradias eram construídas de forma totalmente inadequada e muitas eram multifamiliares, com iluminação precária e feita através de ligações clandestinas; as vias de locomoção eram construídas pelos próprios moradores, com estruturas perigosas e precárias. No mesmo espaço onde se efetuavam os escoamentos de resíduos fecais era jogado o lixo e retirava-se água para o consumo, além de ser um espaço de lazer da população que se encontrava mais vulnerável a doenças.

Para Garrido (2011), a ocupação das áreas dos igarapés/canais e de terrenos públicos e particulares passou a constituir-se na única alternativa que a população em vulnerabilidade social encontrou para a garantia do direito à cidade. O mesmo autor afirma que essas áreas passam a ser espaços de reprodução da pobreza, abrigando uma população que se encontrava à margem do sistema legal de propriedade e da legislação urbana.

Para ter uma moradia decente é necessário pagar um bom preço por ela, o que se torna uma dificuldade para os indivíduos de baixa renda. Sposito (1989, p. 73) concebe que “a troca desigual se apoia no fato de que os trabalhadores de todo o mundo capitalista recebem salários diferentes para produzir riquezas de mesmo valor”.

É diante desse contexto que se percebe o desafio imposto ao poder público no que se refere às correções das desigualdades sociais, pois, como diz Garrido (2011), o crescimento não conduz automaticamente à justiça social, sendo contraditório à cidadania no

momento em que se percebe um número crescente de pessoas habitando áreas urbanas de risco, vivenciando problemas socioambientais cada vez mais próximos, como por exemplo, a falta de saneamento, poluições atmosféricas, sonoras e das águas, o que torna o território a maior causa de desigualdade entre os homens, pois os que moram no entorno de igarapés são discriminados e não considerados como cidadãos. Tendo em vista as condições de moradia e expansão desorganizada das cidades, o Estado começou sua intervenção, como forma de controlar a produção de habitações.

3. Particularidades da moradia precária em Manaus

Os igarapés¹ da cidade de Manaus sempre foram considerados sem valor imobiliário, desde a época da borracha quando os igarapés representavam um obstáculo para o avanço da cidade e deveriam ser aterrados. Conforme Azevedo (2008, p. 01),

O primeiro grande ciclo econômico vivido no Estado do Amazonas - o período da borracha - trouxe para Manaus a concepção de cidade da Belle Époque, onde os igarapés representavam um obstáculo ao avanço da cidade e, portanto, deveriam ser aterrados. No segundo grande ciclo econômico - a Zona Franca de Manaus -

1 A área urbana de Manaus abrange quatro bacias hidrográficas, sendo que a do igarapé do Educandos e de São Raimundo encontram-se integralmente dentro da cidade e as outras duas estão parcialmente inseridas na malha urbana, que são as do igarapé do Tarumã-Açu e do Rio Puraquequara.

mais uma vez os igarapés tornaram-se um obstáculo, não mais por impor limites físicos à cidade, mas porque a sua ocupação destoava da imagem da cidade concebida pelo Poder Público.

É inquestionável que no contexto na cidade de Manaus muitas dessas moradias, as palafitas, sobre os igarapés ou localizadas nas suas margens, apresentavam (e apresentam) infraestrutura inadequada, ou seja,

muitas moradias eram construídas somente com as paredes laterais, ou seja, em forma retangular, com madeiras não adequadas. As divisórias eram feitas por cortinas e geralmente a sala também se constituía como a cozinha. Um segundo cômodo se entendia como quarto. Os banheiros, na sua maioria, despejavam os resíduos fecais a céu aberto, ou seja, direto no igarapé (GARRIDO, 2011, p. 08).

A ocupação das áreas dos igarapés/canais passou a constituir-se a única alternativa² que a população pobre encontrou para a garantia do direito à cidade, ocupando também terrenos públicos e particulares (GARRIDO, 2011), e transformando essas áreas em espaços de reprodução social à margem do sistema legal de propriedade e da legislação urbana. Edificando áreas de visibilidade da pobreza. Indubitavelmente, a ocupação desordenada dos igarapés, segundo Duarte (2001), aliada ao crescimento desordenado da cidade de Manaus nos últimos anos suscitou mudanças na

2 O déficit habitacional do Amazonas é o maior do país. Dados do Ministério das Cidades dão conta de que Manaus possuía um déficit de 68.483, em 2009.

paisagem urbana. Surgiram novos bairros, novas favelas, e as ocupações tornaram-se frequentes, gerando assim uma cidade desigualmente desenvolvida e consequentemente com graves problemas socioeconômicos.

Essa problemática habitacional na cidade de Manaus se exacerbou consideravelmente com implantação da Zona Franca de Manaus, que atraiu a população do interior e de outros Estados para a área urbana do município, gerando um expressivo crescimento populacional, que transformou de forma significativa a capital do estado do Amazonas, agravando a problemática habitacional (AZEVEDO, 2008).

Nos anos 2000, o Governo do Estado do Amazonas, como forma de intervenção nos igarapés, tomou medidas para a retirada das famílias que moravam as margens dos mesmos, construindo habitações que deslocariam esses moradores para áreas localizadas na zona norte da cidade, ou apartamentos construídos próximos à área afetada pela intervenção. O principal programa criado foi o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim).

O Prosamim teve início em 2004, sendo integrado por quatro fases: a primeira referente à construção de obras de macro e micro drenagem visando regular o impacto das chuvas intensas e as enchentes do Rio Negro; a segunda com a efetivação do reassentamento da população que ocupa os igarapés em terrenos aptos para usos residenciais e com serviços básicos; a terceira é concernente à construção de avenidas e parques nas

áreas mais vulneráveis para prevenir as “invasões ilegais”; e a quarta com a proposta de ampliação da oferta de solo equipado para uso residencial barato. Iniciativas essas que visavam o maior controle e vigilância de ocupação e uso da terra (ROSSIN, 2008). O programa pretende assim, intervir nos setores ambiental, urbanístico e social, apresentando como objetivo geral:

Contribuir para resolver os problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade de Manaus, em particular os moradores das microbacias dos igarapés Educandos/Quarenta e São Raimundo, proporcionando melhores condições de qualidade de vida da população residente na área de abrangência do Programa, no entorno urbano e consequentemente na cidade de Manaus (EIA, Prosamim, 2011, p. 24).

Da consecução desse objetivo resultará, conforme a proposta oficial, o seguinte cenário: a) recuperação da função de drenagem e da qualidade ambiental dos igarapés; b) o ordenamento urbano e reassentamento de famílias em situação precária; c) a implementação de parques e equipamentos públicos e serviços de convivência social; d) melhoria da rede viária do centro da cidade; e) a implementação dos serviços de saneamento básico nas áreas de intervenção; f) a melhoria da capacidade operacional e de gestão dos organismos envolvidos no programa; e g) a promoção efetiva da comunidade e a construção e manutenção das obras.

Para a execução do Prosamim, o governo do estado do Amazonas contraiu empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O empréstimo foi aprovado em 2005³, no valor de U\$ 200 milhões, sendo U\$140 milhões do BID⁴ e U\$ 60 milhões de contrapartida do governo do Estado do Amazonas; além do empréstimo efetivado junto à Caixa Econômica Federal (CEF) no valor de U\$ 125 milhões (U\$100 milhões da CEF e U\$ 25 milhões de contrapartida do Governo do Amazonas), também destinado a este programa.

O Prosamim da bacia do Educandos-Quarenta passou a ser chamado Prosamim I, com uma execução prevista para 2004-2007, mas que se estendeu até 2009. Ocasão em que foi feita uma nova proposta que passou a ser chamada de Prosamim II, esta proposta apresentou como objetivos os mesmos que constavam da primeira proposta; ou seja, o aumento da oferta de saneamento; a melhoria de qualidade da água dos igarapés urbanos; a implantação e melhoria dos serviços de esgotamento sanitário e de drenagem fluvial; redução das doenças de veiculação hídrica e melhoria da urbanização e paisagismo da área do projeto.

3 BID 2005. Proposta de Empréstimo BR-L1005. site www.iadb.org.

4 Os U\$ 140 milhões do BID teve as seguintes condições: a) período de amortização de 25 anos; b) período de carência de 6 anos; c) período de desembolso de 6 anos; d) taxa de juros Libor, sem comissão de inspeção e vigilância; f) comissão crédito de 0,25%. O empréstimo incluiu: 1) a melhoria ambiental, urbanística e habitacional, e 2) sustentabilidade social e institucional. A República Federativa do Brasil foi o fiador da operação (ROSSIN, 2008).

Em termos de contextualização, o Prosamim I localiza-se a Bacia do Igarapé de Educandos, possui 4,6 mil ha de área e encontra-se na porção sudoeste da cidade, concentrando grande parte do comércio, monumentos históricos e abrange o centro de Manaus. Abriga cerca de 580 mil habitantes, que corresponde, aproximadamente a 32% da população da cidade. Na sua extensão de 48 km, envolve 33 igarapés, quinze bairros e o Distrito Industrial de Manaus.

Na área – Prosamim I e II – residem cerca de vinte e uma (21) mil famílias e destas o programa prevê o remanejamento de seis mil, seiscentos e oitenta e três (6.683) famílias pelo Prosamim I e quatro mil, quatrocentos e dezessete (4.417) famílias, com o Prosamim II. Número esse que foi acrescido pela necessidade de remoção de mais 1.646 famílias, com o Prosamim Suplementar.

O Prosamim III, por sua vez, contempla a Bacia do São Raimundo, que ocupa uma área de 11.961,80 ha, abrigando atualmente 603.212 habitantes dos quais 111.541 residem em áreas ribeirinhas. Deste total, cerca de 27.827 habitantes, correspondentes a aproximadamente 6.000 famílias, residem abaixo da cota 30,00m, em situação de risco. A Sub-bacia do Igarapé São Raimundo, pertencente à Bacia do São Raimundo, definida como área de intervenção prioritária do Prosamim III, ainda em andamento, situa-se na confluência com o Rio Negro, em uma zona histórica e comercial da cidade de Manaus. Possui extensas margens e áreas de inundação abaixo da cota 30,00m e encontra-se densamente ocupada (92 hab/ha)

por população de baixa renda, com alta vulnerabilidade social (Prosamim III – BR-L1297).

Entende-se que o BID apoia o Prosamim e outros projetos similares por razões ideológicas e práctico-estratégicas, o próprio conceito de desenvolvimento adotado pelo Banco é estritamente direcionado à valorização imobiliária, fortalecendo a especulação e a mais-valia fundiária (GARRIDO, 2010). Reiteradamente o governo afirma que o Prosamim foi idealizado como o promotor da melhoria da qualidade de vida da população que vive às margens dos igarapés da cidade de Manaus, daí a sua remoção das palafitas enunciada como necessária para uma moradia que ofereça condições dignas de vida.

3.1 Perfil dos moradores beneficiários do Prosamim

De acordo com os dados do Rima (AMAZONAS, 2004) em relação à naturalidade, 75% dos moradores de área de igarapé são oriundos do estado do Amazonas, sendo 45,4% da capital, e os outros quase 30% dos demais municípios do interior do Estado. Na área de intervenção direta do programa 48% da população é do sexo masculino e 52% feminino, sendo estas últimas as que ocupam de forma predominante o papel de chefes de família, com um percentual de 68%. Em relação à faixa etária e ao gênero destaca-se:

- i) os grupos em idade produtiva apresentam-se em quantidade acentuada; ii) o índice da faixa considerada de dependência – idosos acima de 65 anos representa

8,39% do total populacional, o que vem a ser um percentual bastante significativo. As mulheres são maioria em quase todas as faixas etárias da pesquisa, exceção das quatro escalas a seguir: 5 aos 9 anos, 10 a 14 anos, 30 a 34 anos e 36 a 39 anos. Nas outras 12 faixas da pesquisa há predominância de mulheres. Nas faixas etárias dos 60 anos e até 80 anos há uma significativa predominância de pessoas do sexo feminino – 7,0% em relação ao universo masculino de 5,2%; o que representa uma diferença de 34,65 pró mulheres (RIMA, AMAZONAS 2004, p. 43).

Em relação à composição familiar dos moradores do Prosamim, cabe mencionar que as transformações no contexto societário afetam os laços familiares, configurando novos tipos de família, a exemplo das chamadas monoparentais. Analisando o número de “famílias” por domicílio, constante do Rima (AMAZONAS, 2004), fica notório que a grande totalidade dos domicílios, mais exatamente 86,4%, abriga uma família constituindo-se de casas unifamiliares, seguidos de 11,8% dos domicílios que abrigam duas famílias e 1,8% de domicílios que têm três ou mais famílias em um mesmo habitat, constituindo assim casas multifamiliares. A respeito da composição familiar é oportuno explicitar que não obstante a proposta do programa ter anunciado que cada família seria contemplada com uma das “soluções” de remoção apresentadas pelos idealizadores do programa, não foi isso que identificamos na pesquisa de campo. Na hora do preenchimento do cadastro foi priorizada uma família, a do proprietário, e as demais famílias que

moravam “cedidas” não receberam casas e/ou apartamentos.

Em relação ao número médio de pessoas por família, consta no documento em tela que a média é de 4,5 pessoas, sendo que um número ínfimo de famílias (4,1%) possuía mais de nove membros. O mesmo pode ser dito em relação a pessoas residindo sozinhas.

O acesso à escolarização formal, considerado como imprescindível para se alcançar melhores condições de vida e para que os indivíduos possam se inserir no mercado formal de trabalho, cada vez mais exigente, também foi pesquisado e abaixo inserimos os dados sobre esse tema:

A propósito dos anos de estudo, a grande maioria das pessoas concentram-se nos grupos de 4 a 7 anos de estudo e no de 11 a 14 anos de estudos, tendo, por conseguinte concluído o ensino fundamental e o ensino médio (...) Cerca de 92% das crianças de 5-9 anos estão frequentando a escola nas séries correspondentes a sua faixa etária. Na faixa de 10 – 14anos temos 100% das crianças frequentando a escola, dessas 61% estão nas séries correspondente a sua faixa etária, sendo que 37,9% estão desperiodizados, estando frequentando séries inferiores as correspondentes a essa faixa etária. Na faixa etária de 15 a 19 anos 99% estão na escola, sendo que 61,7% estão desperiodizados e somente 37,8% estão frequentando ou concluíram a série correspondente (...) Na área, 1,32% dos adultos declararam somente saber ler. Quanto aos analfabetos temos que 2,4% é analfabeta. Quanto ao acesso ao ensino superior temos este grau como privilégio de uma minoria, pois se constata que somente 0,78% da

população da área frequentam o ensino superior (RIMA, AMAZONAS 2004, p. 49-50).

A pesquisa de campo evidenciou em relação ao emprego e renda que 34,4% das famílias da área direta do programa têm uma renda familiar situada entre 1 a 2 salários mínimos; o que obriga os moradores a desenvolver outras atividades visando aumentar a renda familiar. Contudo, a renda complementar obtida com outras atividades é variável, chegando a um máximo de R\$ 300,00. Abaixo seguem outras informações a respeito de emprego e renda dos moradores:

Aproximadamente $\frac{1}{4}$ ou 25,5% dos respondes são trabalhadores autônomos que não recolhem as contribuições previdenciárias. Identifica-se também um expressivo percentual de trabalhadores sem emprego – 18,3% - ocupando a segunda posição, e, em terceiro lugar, os trabalhadores formalmente empregados que representam 15,4% do total de respondentes, número este próximo dos aposentados e pensionistas que atingem 9,1% (RIMA, AMAZONAS 2004, p. 59).

Sampaio et al. (2012, p. 12) atestam que as populações residentes em áreas de risco apresentam condições socioeconômicas relativamente baixas a muito baixas, por isso as dificuldades e impossibilidades de deixar essas localidades.

No que se refere à localização das moradias, o Rima (AMAZONAS, 2004) evidenciou que 28,9% delas encontram-se no nível abaixo da rua; número similar (28,3%) no leito do igarapé; 27,5% localizam-se bem

próximo ao igarapé e somente 15,0%, no nível da rua, ou seja,

[...] na área do Prosamim 64,5% dos imóveis localizam-se no leito ou próximas ao leito do Igarapé e 51,4% são casa térreas - pode-se concluir que esses moradores estão em contato permanente com as águas dos igarapés e, por conseguinte, vulneráveis às contaminações. Situação que se agrava bastante nos períodos de cheia, quando os Igarapés transbordam com as grandes precipitações (RIMA, AMAZONAS 2004, p. 44).

Essas localizações inadequadas demonstram o quanto essas pessoas estão aquém do direito a uma moradia digna a que todos têm direito e vivenciam essa situação há bastante tempo, pois em relação ao tempo de moradia na área, mais da metade dos moradores afirmou que reside naquela localidade há 10 anos e um percentual de 20,7% afirmou estar morando há mais de trinta anos, “indicando que as raízes da população residente em relação a seus espaços de moradia na área são profundas” (RIMA, AMAZONAS 2004, p. 45).

4. Do sonho à realidade da casa própria

Parte-se da premissa de que a habitação é um direito básico que assenta as bases para analisarmos as condições de vida das pessoas inseridas em uma dada sociedade. Nesse sentido, o acesso à habitação consiste na ocupação de um espaço que dê oportunidade para satisfação de outras necessidades. O direito à moradia pode ser definido como o direito a uma habitação digna,

o que pressupõe dimensões adequadas, que garanta a seus moradores privacidade, tranquilidade e salubridade, bem como o acesso ao transporte, aos locais de trabalho e de lazer, aos equipamentos urbanos e comunitários e aos serviços públicos, de acordo com as necessidades e os interesses da população (GARRIDO, 2011).

A habitação como um dos direitos sociais foi estabelecida na Carta Magna, mas só foi regulamentada com a Emenda Constitucional nº 26, de 14/02/2000, que alterou o artigo 6º da Constituição da República de 1988.

A precariedade da habitação é, lamentavelmente, um dos problemas mais graves da sociedade brasileira e amazonense. Os trabalhadores empregados de forma precária ou desempregados buscam soluções habitacionais temerárias, que são muito ruins do ponto de vista da habitabilidade. Na cidade de Manaus grande parte das moradias inadequadas está localizada em áreas próximas a Igarapés, como já dito, e os indivíduos que residem nessas áreas sofrem com vários problemas, tais como a alagação, presença de animais, ausência de saneamento básico, e a falta de acesso de aos serviços públicos, dentre outros. Essas pessoas vivem em ambiente totalmente insalubre e perigoso, e algumas outras que não foram retiradas dessas áreas, ainda vivem. Todas elas têm uma aspiração que é similar: o desejo de propriedade, o desejo de possuir a “casa própria”. O sonho da casa própria sempre representou grande significação no imaginário social da população brasileira (GARRIDO, 2011).

Constatou-se durante a pesquisa de campo o quanto os entrevistados valorizam o fato de terem adquirido o seu apartamento, a sua casa própria, através do Prosamim. Muitos deles expressaram o seu contentamento por terem saído das margens dos igarapés e afirmaram estar feliz “porque estou no que é meu”. Ilustra essa assertiva a fala abaixo:

(...) melhorou em termos de moradia porque na minha casa não tinha condição (...) Então hoje em dia, hoje aqui melhorou muito é um lugar muito bom, tá entendendo? Graças a Deus! Eu não teria condições de ter um lugar desse, tá entendendo? E eu agradeço muito a Deus e ao governo (...) A gente tá aqui numa área privilegiada, aqui... eu te digo mesmo, eu ganhei na loteria e eu só tenho que agradecer (ENTREVISTADA nº 33. PARQUE RESIDENCIAL MESTRE CHICO, 2014).

Embora tenha sido mais comum a concepção dos moradores de que a nova moradia foi dada pelo governo, alguns entrevistados fizeram questão de esclarecer que tinham anteriormente uma casa e já eram proprietários, portanto foi o governo que desapropriou sua casa em função das obras do Prosamim. Um deles disse: “foi trocado casa por casa porque eles não me deram nada” (ENTREVISTADO nº 22. Parque Residencial Mestre Chico, 2014).

Contudo, apesar de estarem descontentes por terem deixado a área de igarapé, os moradores narraram sobre a sua insatisfação com alguns problemas no local de moradia atual, a exemplo do pagamento das contas de água e luz. Um número

majoritário dos entrevistados afirmou que tinha despesas com água e luz na moradia anterior, mas que o valor que pagavam antes não se compara com o valor atual dessas contas. Muitos deles disseram que estão ou sabem de pessoas que estão devendo um valor exorbitante para as empresas fornecedoras de água e energia elétrica do Estado. São dívidas altas e na visão deles impagáveis. Essas despesas chegam a ser unanimemente o maior problema que eles enfrentam. Segue abaixo um dos relatos.

A respeito da água, somos de classe baixa e aqui pagamos 100% de taxa de esgoto, então é um gasto muito alto. As pessoas acumulam o valor, não pagam. Tem gente que faz sete anos que não paga. De vez em quando cortam, mas o povo faz um gato (ENTREVISTADA Nº8. PARQUE RESIDENCIAL MESTRE CHICO. 2014).

Outros entrevistados foram bastante enfáticos ao relatarem esse problema, pois, entendem que os custos com os serviços de água e luz estão bem acima das possibilidades dos moradores de quitá-los e essa impossibilidade é incontestável, uma vez que, como vimos, os moradores dos Parques Residenciais do Prosamim, na sua grande maioria, recebem até dois salários mínimos e essa constatação está expressa no próprio Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do Prosamim.

Identificou-se entre os trinta e três (33) entrevistados que vinte e um (21) deles exercem algum trabalho ou atividade que gera renda. Desses 21, quatro trabalham com carteira assinada e 17 trabalham na

informalidade ou desenvolvem alguma atividade para ajudar na sobrevivência, os chamados “bicos”. Alguns dos entrevistados definem-se como trabalhadores autônomos e desempenham outras atividades extras para garantir o sustento de suas famílias. Identificamos dezenove (19) entrevistados que já trabalharam de carteira assinada, mas devido à idade e/ou ausência das qualificações exigidas pelo mercado formal de trabalho não conseguiram se empregar novamente.

A precarização do trabalho se faz presente na vida dos moradores entrevistados, que têm que desenvolver estratégias de sobrevivência em tempos difíceis. Metade dos entrevistados afirmou que a renda é suficiente, são os que trabalham na formalidade, os aposentados e os autônomos. A renda dos trabalhadores formais varia de 1 a 3 salários mínimos, os aposentados recebem um valor fixo de 1 salário mínimo e os que trabalham na informalmente têm uma renda que pode variar de R\$ 500,00 a R\$ 2.000,00 por mês. A outra metade que revelou que as suas rendas familiares não são suficientes são os que estão desempregados, ou são donas de casa ou desempenham algum tipo de bico como o de faxineira e/ou camelô.

Daí cabe a pergunta: por que os gestores desse programa nada fizeram em relação àqueles moradores que não podem arcar com os valores elevados das contas de água e de luz? Será que desconhecem o programa Tarifa Social? Inferimos que a grande maioria dessas pessoas deveria estar inseridas nesse programa, pois muitos deles são inclusive beneficiários do Programa Bolsa Família, tendo assim o requisito

para ingressar no programa tarifa social (LIMA, 2011, p. 4) diz que é

sabido que os problemas urbanos não terminam na construção da casa, a luta pelo direito à habitação de qualidade, é também a luta pelo acesso aos demais serviços públicos, que possam garantir a plena qualidade de vida da população.

Defende-se aqui que os moradores de uma cidade devem ter direito a um ambiente saudável para viver e com acesso aos serviços básicos e políticas públicas estatais. Assim, como não identificar que os beneficiários do Prosamim têm demandas que ultrapassam a habitacional, pois diz respeito a um processo muito mais amplo de exclusão social?

5. Considerações finais

Entende-se que o Estado intervém no espaço urbano capitalista a fim de assegurar a continuidade da reprodução do capital. E no caso das intervenções estatais no espaço urbano de Manaus, a historiografia demonstra que o discurso da revitalização dos igarapés sempre esteve presente, contudo, revitalizar os igarapés, entre outras coisas, significa retirar as pessoas que moram às margens ou sobre os igarapés, removendo-as para outros lugares, como se a presença das pessoas nesses lugares representasse por si só uma situação de degradação ambiental, assim como o lixo que se acumula nos leitos dos igarapés.

Com a intervenção nas três etapas do Programa Socioambiental dos Igarapés de Manaus não foi

diferente. A implantação do Prosamim tem evidenciado a realização de obras que abrangem a retirada das palafitas e a remoção dos moradores, possibilitando assim o embelezamento (ou seria higienização?) da cidade com grandes obras de infraestrutura e urbanização. No âmbito habitacional é inegável a construção de novas moradias para pessoas de baixa renda, porém, estas em termos quantitativos estão muito aquém da demanda dos milhares de famílias que estão sendo obrigadas a sair das áreas do entorno do programa, mas a urbanização e o desenvolvimento da cidade segue com a criação e alargamento de novas vias, viadutos, parques residenciais etc. e de novas unidades habitacionais na área periférica de Manaus. Reproduz-se também na cidade de Manaus com o Prosamim a gentrificação que está sendo implementada em outras capitais brasileiras, cujo exemplo paradigmático desse primeiro semestre de 2017 é São Paulo, na área central da Cracolândia.

Indubitavelmente, as famílias que foram reassentadas nos Parques Residenciais Manaus e Mestre Chico passaram a usufruir de condições habitacionais e sociais mais dignas que as anteriores quando moravam às margens dos igarapés. E ficaram muito satisfeitos com a localização de seus novos imóveis, bem próximo ao antigo local de moradias. Tal localização na área central da cidade não trouxe prejuízo no tocante ao trabalho, à educação e nem tampouco ao acesso aos demais serviços públicos como à saúde, ao transporte público e ao lazer.

É incontestável que o programa Prosamim favoreceu melhores condições habitacionais, mas será

que todos os objetivos do programa foram cumpridos? Parece que não, pelo menos é esta a visão de Azevedo (2008, p. 17), que afirma que o discurso governamental assegura que o programa é para melhorar a vida das pessoas que moram nos igarapés, contudo, a realidade mostra que tal discurso só serviu como justificativa para receber vultosos investimentos do BID. Por fim, entende-se que cabe aos executores desse programa fazerem uma avaliação *ex-post* do Prosamim I e II a fim de comprovar estes e outros problemas detectados na vida desses moradores e que foram gerados pela remoção. É urgente que os beneficiários desse programa sejam inseridos em outros programas que integram a política de assistência social, como o Programa Bolsa Família (PBF), tarifa social, dentre outros porque se nada for feito, o governo do estado do Amazonas pode estar resolvendo a questão habitacional de parte dos moradores das bacias dos igarapés da cidade, mas simultaneamente está desconsiderando que nas novas áreas habitacionais há um contingente significativo de pessoas em vulnerabilidade social e que demandam por iniciativas públicas.

6. Referências

AMAZONAS. Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM). Aspectos sociais. Tomo II. Plano Específico de Desapropriação, Reassentamento E Locação - Texto 1, s/d (pp.136).

AMAZONAS. Programa Social e Ambiental dos Igarapés De Manaus (PROSAMIM). Estudo de Avaliação Ambiental Estratégica – EIS. Manaus/AM, julho de 2004 (pp.329).

AMAZONAS. Programa Social e Ambiental dos Igarapés De Manaus (PROSAMIM). Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Manaus/AM, julho de 2014 (pp.140).

AZEVEDO, Renildo Viana. Revitalização dos igarapés: para quem? 2008. Disponível em: <<http://www.Publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_humano_adm_pub_renildo_v_azevedo.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2015.

BRASIL, Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

DIAS, Edinea Mascarenhas. Manaus 1890-1920: a ilusão do fausto. Editora valer, 2007.

DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro. Estado e habitação popular: O ideário da casa própria na Era Vargas, 2011. Disponível em: <<<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/EstadoeHabitacaoPopular.OIdeariodaCasaProprianaEraVargas.pdf>>> Acesso em: 14 jan. 2015.

GARRIDO, Ana Lúcia. A cidade de Manaus e o projeto PROSAMIM, 2011. Disponível em: << http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18120/18120_3.PDF>> Acesso em: 03 dez. 2014.

HARVEY, David. Produção Capitalista do Espaço. Annablume, 2005.

LIMA, Bruna Massud de. Direito à moradia e movimento social urbano: o Leningrado e a conquista do território natalense. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 14, 2011. Disponível em << www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/.pdf>> Acesso em: 24 jan. 2015.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL: Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM. Disponível em: <<<http://prosamim.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/05/rima-prosamim3.pdf>>> acesso em: 10 jan. 2015.

ROSSIN, Antônio Carlos. PROSAMIM. Um programa de melhoria ambiental com inclusão social no centro da Amazônia. IGARAPÉS DE MANAUS – AMAZONAS – BRASIL, Maio de 2008. In www.prosamim.am.gov.br. Acesso em: 14 jan. 2013.

SAMPAIO, Shirlei Fontenele; et. al. Características socioeconômicas dos moradores de área de igarapé da bacia do igarapé grande – Porto Velho (RO), 2012. Disponível em: <<<http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/.pdf>>> Acesso em: 12 jan. 2015.

SILVA, Regina Celly Nogueira da; MACÊDO, Celênia de Souto. A urbanização mundial, 2009. Disponível em: <<<http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia.pdf>>> acesso em: 12 jan. 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 1989.

II. A indústria cerâmica no Amazonas: as relações de trabalho, as condições de vida e a questão ambiental

Hamida Assunção Pinheiro

1. Introdução

No Estado do Amazonas, o município de Iranduba se destaca como um dos principais na produção de blocos cerâmicos, sobretudo o tijolo de 8 furos, e de telhas. O referido município, por ser possuidor de grandes jazidas de barro vermelho e se localizar nas proximidades da capital do Estado, tornou-se local propício para instalação de várias indústrias cerâmicas ou olarias como também são chamadas as fábricas de produtos cerâmicos.

O município de Iranduba, desde outubro de 2011, está interligado à cidade de Manaus por intermédio da Ponte Rio Negro. A indústria cerâmica localizada no município emprega um importante quantitativo de

trabalhadores, que são moradores de Iranduba, de municípios vizinhos e também de Manaus. As indústrias cerâmicas marcam a paisagem do local e a vida de muitos moradores irandubenses. Qualquer visitante, assim que chega à localidade, já visualiza uma grande quantidade de chaminés dos fornos das fábricas por toda parte, principalmente nos trechos da Estrada Manoel Urbano (AM - 070) que se localizam próximo da Ponte Rio Negro.

O propósito deste artigo é discutir criticamente alguns aspectos das relações de trabalho dos oleiros, principalmente no que diz respeito à informalidade e à precarização, as condições de vida dos trabalhadores e algumas das consequências da atividade cerâmica para o ambiente.

2. O processo produtivo e as relações de trabalho

A indústria cerâmica se fundamenta no uso de técnicas antigas desenvolvidas pelos homens desde a Antiguidade (aprox. de 4.000 a C. a 476 a C). Em tempos passados, a indústria cerâmica, ainda que de modo artesanal, foi a principal responsável pela fabricação de objetos bastante úteis à vida cotidiana, tais como: potes, pratos, jarros, urnas funerárias etc.

Na atualidade, a indústria cerâmica possui ainda importância social e econômica, na medida em que fabrica produtos amplamente empregados na construção civil, dentre outras áreas, e também gera muitos postos de trabalho. Dados do Ministério de Minas e Energia (2014) explicitam que somente a cerâmica vermelha ou cerâmica estrutural como

também é conhecida, de onde estão excluídas as louças sanitárias e as cerâmicas de revestimento, teve uma produção no ano de 2013 estimada em 71 bilhões de peças e um faturamento de R\$ 21 bilhões de reais.

No Amazonas, de acordo com dados do Sindicato das Indústrias de Olarias do Estado do Amazonas (Sindcer/AM, 2012), publicado no Jornal Amazonas em Tempo, existe um polo cerâmico-oleiro composto pelos municípios de Iranduba e de Manacapuru, com quase 6 mil trabalhadores envolvidos em atividades diretas e indiretas, formais e informais. Todavia, vale registrar que a pesquisa realizada tomou somente o município de Iranduba como referência, uma vez que é onde se encontra a maior parte das fábricas de cerâmica do Amazonas.

O quantitativo apresentado pelo sindicato é apenas uma estimativa, dadas às dificuldades para se conhecer o universo dos trabalhadores oleiros. O setor cerâmico é caracterizado pela grande flutuação no número de trabalhadores, seja em decorrência da fragilidade dos vínculos empregatícios ou devido às características do processo produtivo. Além de todas as inflexões pertinentes ao mundo do trabalho, a indústria cerâmica é um ramo que inclusive sofre redução de produtividade em função das mudanças climáticas, depende também de licenças ambientais para retirada dos recursos naturais, entre outras questões que rebatem nos trabalhadores.

Quando se trata da realidade amazônica, é importante considerar que a indústria cerâmica, em determinados períodos do ano, têm significativa

diminuição de produtividade em função da subida das águas dos rios. Nos períodos de enchente (dezembro a abril) e cheia (de maio a julho), muitos trabalhadores oleiros precisam fazer outra atividade para ganhar a vida e garantir o sustento da família, uma vez que as jazidas de argila ficam inundadas e a venda dos produtos cerâmicos sofre queda em decorrência das chuvas que inviabilizam boa parte das construções. Em função disso, muitos oleiros também são pescadores, agricultores, peixeiros, vendedores ambulantes etc., ou seja, reinventam a vida de tempos em tempos buscando a sobrevivência.

O trabalho oleiro envolve várias atividades distintas e exige dos seus trabalhadores uma longa jornada que se inicia nas primeiras horas do dia e pode se estender noite a dentro, dependendo do nível de produtividade da indústria. É um trabalho que exige força física, agilidade e conhecimentos das propriedades dos recursos naturais usados, essencialmente, a argila e a madeira. Um dos trabalhadores entrevistados sintetiza o processo produtivo, destacando algumas dificuldades do passado que hoje estão sendo superadas pela inserção de algumas tecnologias:

o processo produtivo começava lá na argileira como uma equipe, uma turma, ou às vezes de forma individual, fazendo a carrada de barro como a gente falava na enxada, cortando o barro na enxada e pisando no pé e molhando com um balde, com um latão, com qualquer artefato que você tivesse na hora, uma cuiá, até em alguns casos, você molhava o barro com a água da chuva que ficava empossada ou de algum rio que encheu

próximo, que na vazante criou um reservatório de água. Então você molhava, cortava, manualmente. Você embarcava no batelão, naquela barcaça que se usou muito pelos ribeirinhos aqui, hoje se usa muito pouco, ou ainda quem fosse mais moderno naquela época embarcava no caminhão, você levava para a cerâmica e o processo era feito todo de forma manual, colocava a argila na máquina pé duro, se cortava o produto de forma manual, se transportava o tijolo para o forno, naquela época, caieira, no ombro, os mais modernos já transportavam no carrinho de mão e você ia queimar na caieira com o forneiro, ele mesmo partia a lenha e abastecia a caieira (Trabalhador oleiro, Pesquisa de Campo/2013).

Apesar de atualmente estarem sendo introduzidas algumas máquinas e técnicas mais modernas se comparados às citadas pelo entrevistado, ainda assim o processo produtivo não foi alterado profundamente. A indústria cerâmico-oleira no Amazonas ainda é bastante arcaica e emprega pouca tecnologia. D'Antona et al. (2007) revelam que a inserção tecnológica nas fábricas de cerâmica do Amazonas é ínfima, o que coloca as empresas numa posição de inferioridade pela concorrência dos grandes mercados. O material produzido no Estado é consumido internamente e, mesmo assim, a demanda ainda é bem maior que a oferta de produtos cerâmicos.

O processo produtivo cerâmico é composto por diferentes etapas, que abrangem desde a extração do barro e da madeira que ocorre na floresta, até mesmo a fabricação das peças que acontece dentro da olaria. Na atualidade, estas etapas são realizadas, na maioria das

vezes, por trabalhadores distintos e que também possuem diversas relações de trabalho na indústria cerâmico-oleira. Há os que possuem vínculo empregatício, mas também têm os que estão na informalidade.

No que concerne à extração dos recursos naturais empregados na produção, que é a fase inicial do processo produtivo, os oleiros necessitam de boas condições climáticas para a execução das tarefas: boa luminosidade e ausência de chuva. Os oleiros de Iranduba extraem os recursos (argila e madeira) e os estocam para garantir alguma produtividade no tempo da enchente e cheia. Durante a primeira etapa de produção, ocorre a coleta dos recursos naturais. Há trabalhadores que exploram o barro e outros responsáveis pela retirada de madeira. São trabalhos executados, na maior parte das vezes, por trabalhadores diferentes, fora do ambiente da fábrica. Os trabalhadores adentram na floresta em busca dos recursos naturais, objetivando providenciar os insumos necessários à produção cerâmica e, garantir assim o seu sustento e de sua família.

É comum que, tanto os que exploram a argila, como os que extraem a madeira, não tenham carteira assinada pelas fábricas em Iranduba. Aqueles que retiram a argila quase sempre trabalham por empreitada, ou seja, são pagos pela quantidade de argila que retiram ou pela quantidade de tempo que operam a retroescavadeira. Enquanto os que extraem a lenha, ganham com a venda do material para os proprietários das fábricas. São trabalhos periódicos, temporários.

As indústrias do município de Iraduba ainda usam majoritariamente a lenha e/ou o pó de serragem como material de queima nos fornos. Não há por enquanto nenhuma indústria adaptada ao uso do gás natural ou qualquer outra fonte de energia. Todavia, há no município um ponto de distribuição de gás natural, da rota do gasoduto Coari-Manaus, que poderia estar sendo utilizado para o abastecimentos dos fornos.

Em outros estados brasileiros, o gás natural é uma tecnologia bastante empregada para a produção cerâmica em larga escala e tem demonstrado enormes vantagens em relação ao uso de lenha e do pó de serragem, tais como: diminuição no desperdício na produção final devido produzir temperatura mais homogênea e constante; não requer espaço para estocagem; operação mais segura, desde que aplicadas as normas pertinentes; os riscos são bem menores de ser atingido pela falta de matéria-prima; maior controle no processo produtivo; produção mais limpa, pois o gás natural é uma substância que não produz óxidos de enxofre e reduz na ordem de 40% a emissão de óxidos de nitrogênio, responsáveis pela chuva ácida e destruição da camada de ozônio e diminui a emissão de CO₂, responsável pelo efeito estufa etc. (KAWAGUTI, 2004).

Ainda na primeira etapa do processo produtivo, após a extração dos recursos naturais, os mesmos são encaminhados para indústria cerâmica, onde ocorre o processo de estocagem destes recursos e a fabricação da cerâmica. A lenha tem uso mais imediato, principalmente se ela estiver seca, enquanto que o barro é posto para descansar por até 12 meses, dependendo de

sua qualidade, da produtividade da indústria e da disponibilidade da área para estoque. Nesse quesito, conta muito a experiência do trabalhador oleiro para avaliar em que momento o barro poderá ser utilizado. Os mais antigos analisam se o barro é bom através da observação de sua coloração, de sua umidade e de sua consistência: olham, tocam, apertam e, às vezes, até mordem o material.

Na instalação industrial propriamente dita, os trabalhadores se organizam em volta dos maquinários e dos fornos. A maromba (fig. 1) é o equipamento que recebe a argila, faz a mistura (com água ou óleo) e a moldagem no formato desejado, ou seja, em blocos de diferentes tamanhos, entre eles o tijolo de 8 furos: o mais vendido.



Figura 1 – Maromba usada na fabricação de tijolos em Iranduba
Fonte: PINHEIRO, Pesquisa de campo, 2013.

O forno (fig. 2) corresponde ao local de cozimento ou queima das peças. Há fornos de diferentes modelos. O da fig. 2 é do tipo semicontínuo com bocas de acendimento lateral. É possível ver próximo às bocas, restos de madeiras usadas para a queima.



Figura 2– Forno de uma olaria em Iranduba
Fonte: PINHEIRO, Pesquisa de campo, 2013.

O processo produtivo dentro da fábrica se inicia no caixão alimentador do maquinário, e dali o barro entra na esteira e é conduzido até a modelagem em formato de diferentes blocos cerâmicos, dependendo da fôrma introduzida na maromba.



Figura 3– Forno de uma olaria em Iranduba
Fonte: PINHEIRO, Pesquisa de campo, 2013.



Figura 4 – Processo de secagem natural
Fonte PINHEIRO, Pesquisa de campo, 2013.

No caso da telha, o processo produtivo ganha um procedimento a mais, após a modelagem, ela passa pela

prensagem. Já no caso dos blocos, após a modelagem, estes vão direto para o secador (fig. 3) ou são deixados ao ar livre para secagem natural (fig. 4).

Após a secagem, o tijolo é levado ao forno para cozimento ou queima. Este processo é mais lento e leva uma média de 72 horas, é uma etapa que exige acompanhamento direto, uma vez que o trabalhador precisará alimentar o forno várias vezes com material de queima (lenha, pó de serragem, resto de construção, etc.).

Depois da queima, é o momento de esperar as peças ficarem frias para retirá-las do forno. Algumas indústrias cerâmicas empregam o uso de grandes ventiladores industriais para diminuir o tempo de resfriamento, além de ser necessário o uso de luvas, botas, óculos e máscara para retirada do material do forno pelo trabalhador em segurança. Os fornos atingem temperaturas elevadíssimas para queimar as peças, bem acima de 1.000 graus Celsius, por isso demoram bastante para esfriar. Os desenformadores são os trabalhadores que fazem a retirada desse material do forno, um dos entrevistados desabafa afirmando que não gosta muito da função porque de vez em quando queima os dedos: “é um trabalho ruim, tem que pegar tijolo quente, isso é muito ruim” (Trabalhador Oleiro, Pesquisa de campo/2013).

A partir dessa fase, as peças já estão prontas para venda. Algumas fábricas, recentemente, começaram a embalar os seus produtos usando paletes como base e plástico transparente para lacrar as pilhas de blocos cerâmicos, outras apenas empilham um a um nas

carrocerias dos caminhões e/ou caçamba e trazem para a venda em Manaus, que é o principal consumidor dos produtos. O processo produtivo aqui descrito pode ser visualizado de forma simplificada na figura 5.

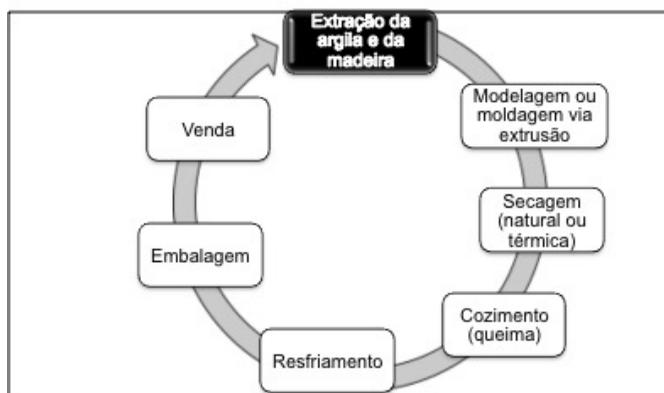


Figura 5 – Esquema do processo produtivo
Fonte: PINHEIRO, com base em visitas a olarias, Pesquisa de Campo, 2013.

Em Iranduba, o trabalho oleiro está entre as principais formas de trabalho disponíveis, desde muito cedo os jovens são levados, às vezes pelos próprios pais, para apreender o ofício nas fábricas.

Inserir o filho na indústria o quanto antes significa para muitas famílias empobrecidas a possibilidade de ampliar o orçamento familiar de forma mais imediata. Na pesquisa realizada encontramos casos de filhos que

aprenderam a função do pai e hoje estão os substituindo:

Eu comecei trabalhar tinha 12 anos [...], a gente enchia os fornos, que era caieira [...]. O velho [pai] tomava conta de uma coisa e agente de outra né, quando ele ia pescar, ele dizia: hoje eu vou pescar e vocês vão para o trabalho. Aí a gente tinha que fazer aquilo ali [...]. A gente chegava lá e fazia tudo direitinho (Trabalhador oleiro, pesquisa de campo/2013).

A inserção precoce nas fábricas não é coisa do passado. Durante a pesquisa, observamos a presença de filhos e filhas de trabalhadores que vão para as olarias ajudar no serviço e, com isso, ganhar um dinheiro extra para a família. Essa inserção precoce quase sempre se dá pela via da informalidade, até mesmo porque muitos jovens nem possuem idade para começar a trabalhar e nem mesmo documentação para tal.

Antunes (2007) entende que a informalidade é todo ou qualquer trabalho assalariado ou não prestado por membro da classe trabalhadora para pessoa física ou jurídica ou ainda realizado por conta própria, mas sem carteira assinada. A informalidade convive com formalidade nos diferentes ramos das indústrias em menor ou maior grau. No caso das indústrias cerâmico-oleiras em Iranduba, a informalidade é uma constante que pode ser facilmente observada nas mais diversas funções. Não são só os jovens que estão na informalidade, mas muitos homens e mulheres adultos e até idosos também.

Se a informalidade pode significar a aquisição de renda, por outro lado ela leva à precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. O depoimento de um dos entrevistados é muito representativo dos riscos à saúde, da falta de segurança e da instabilidade presente nas relações informais de trabalho que ocorrem em Iranduba:

o trabalho é praticamente avulso, algumas empresas não assinam a carteira de trabalho. Se não trabalhar pega a conta, e os acidentes são frequentes na olaria, alguns ficam afastados não podendo mais trabalhar. (Trabalhador oleiro, Pesquisa de campo, 2013).

Em Iranduba, os trabalhadores formais e informais se misturam nas diferentes etapas do processo produtivo oleiro, podendo até executar atividades idênticas na mesma indústria. Nem as constantes fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE nas fábricas do município de Iranduba são suficientes para inibir tal processo.

Nas olarias de Iranduba, identificamos ainda trabalhadores que dizem preferir a informalidade, isto é, realizar pequenos serviços popularmente chamados de ‘bicos’, com a justificativa de se sentirem mais livres. Um trabalhador entrevistado revela que trabalha atualmente sem carteira assinada por opção, diz ele: “já trabalhei com carteira assinada por 4 anos, pedi a conta porque o trabalho era puxado demais, ganhava pouco e o patrão era chato, agora que trabalho enchendo caminhão eu ganho mais, ganho na diária e acho bem

melhor” (Trabalhador Oleiro, Pesquisa de campo/2013).

Na realidade, ao analisarmos o depoimento do trabalhador, vimos que a opção de permanecer na informalidade não é uma livre escolha pura e simples, é na verdade um ato de rebeldia e insubordinação frente às difíceis e duras condições de trabalho e aos baixíssimos salários pagos pelo setor.

Nas conversas com os trabalhadores informais observamos que as principais alegações desses oleiros para permanecer na informalidade são: possibilidade de trabalhar cada dia em um lugar diferente; flexibilidade de dias e horários de trabalho; recebimento imediato por tarefa executada; recebimento sem descontos de INSS e sindicato; falta de documentos (Registro Geral – RG, Cadastro de Pessoa Física – CPF, Carteira de Trabalho) etc.

Muitos dos oleiros de Iranduba têm baixo nível de escolaridade e, por isso, acabam tendo possibilidades limitadas de mudar de trabalho. Nesse cenário, a informalidade é uma estratégia bastante usada para garantir o sustento. No ano de 2013, o piso salarial do trabalhador oleiro estava fixado em R\$ 700,00 para 44 horas de trabalho semanais, exatamente R\$ 22,00 (vinte e dois Reais) a mais que o salário mínimo da época que era de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito Reais).

A informalidade é um indicativo importante da precarização das relações de trabalho. Ela mascara os índices de desemprego no Brasil e no mundo e fragmenta a classe-que-vive-do trabalho, criando clivagens entre trabalhadores estáveis e precários. A

informalidade deve analisada com cautela. Lira (2008) avalia que “a insegurança social é uma das faces do custo social da informalidade, resultante das mudanças ocorridas no processo de acumulação do capital que, por sua vez, afetam as relações entre Estado, mercado e sociedade” (p.153).

As mudanças na relação entre Estado, mercado e sociedade, de que nos fala a autora, não afetam a base da sociedade capitalista de produção. Estas mudanças são decorrentes das políticas neoliberais que objetivam eliminar as formas de regulação do Estado na economia e na esfera do trabalho. É nesse movimento que se amplia o desemprego, o subemprego e a informalidade, e como consequência disso, agrava-se a situação de pobreza da classe trabalhadora.

Na visão de Lira (2008), a informalidade tem contornos sombrios justamente por abarcar um contingente silencioso de desempregados que tenta reagir em meio à deterioração de suas condições de vida. Entretanto, a informalidade, assim como o desemprego, é vital ao capital. Ela vem assumindo a imagem ilusória de mais uma opção de trabalho, associada muitas vezes à ideia de empreendedorismo. Vende-se ao trabalhador a imagem de autonomia, de independência e de certa facilidade em ser dono do seu próprio negócio, quando na verdade, o empreendedorismo no Brasil, principalmente em um cenário de crise, é um imenso desafio.

O trabalho informal configura-se como uma estratégia de sobrevivência adotada por quem não consegue adentrar no mercado formal de trabalho.

Também pode ser chamado de desemprego invisível, conforme denomina Pochmann (2001), uma vez que a condição de informal retira o trabalhador do desemprego aberto, ainda que momentaneamente. A informalidade é um processo que sempre ocorreu, mas a partir dos anos de 1990 tem se tornado cada vez mais significativo no Brasil, o que vem contribuindo para o aumento das desigualdades sociais entre a classe trabalhadora e a classe detentora do Capital.

É pertinente destacar que foi a partir da década de 1990 que os países da América Latina colocaram em prática as medidas de cunho neoliberal, as quais objetivam prioritariamente a redução dos gastos sociais do Estado e a flexibilização das relações de trabalho. Na onda neoliberal os direitos sociais e trabalhistas tornam-se cada vez mais restritos e o Estado mais enxuto. Ao analisar este cenário, Behring e Boschetti (2008) consideram que,

os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamentos das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência (p. 147).

Nessa conjuntura, as relações de trabalho foram e continuam sendo bastante flexibilizadas e, por outro lado, são fortalecidas estratégias de contratos temporários, de terceirização, redução da jornada de trabalho e salários etc. Estas estratégias precarizam as

relações de trabalho e têm graves consequências para as condições de vida da classe trabalhadora.

3. As condições de vida dos trabalhadores

A sociedade capitalista está assentada numa relação desigual entre classes sociais antagônicas: donos dos meios de produção versus trabalhadores. Todavia, mesmo defendendo interesses contraditórios, as classes possuem uma relação de dependência, na medida em que os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência e os donos dos meios de produção necessitam da força de trabalho para garantir e ampliar o capital (MARX, 2012).

Os trabalhadores das indústrias cerâmicas exercem atividades consideradas de baixo status socioeconômico, na grande maioria das vezes, são pessoas que tiveram poucos anos de estudo e pequena qualificação profissional. São trabalhadores que aprenderam na prática e que não possuem formação específica. São trabalhadores que se sujeitam aos ambientes insalubres e inseguros e aos baixos salários pela falta de melhores oportunidades para obtenção de renda para o sustento da casa. A indústria cerâmica é um setor que ainda absorve trabalhadores com pouca ou nenhuma formação educacional. Para muitos é a única opção de trabalho.

Pinheiro (2013) identificou que os moradores do Distrito Cacau Pirêra – local onde se concentra a maior parte das indústrias cerâmicas de Iranduba – praticam muito mais atividades consideradas modernas,

caracterizadas pelo recebimento de renda em dinheiro, sobretudo ligadas ao ramo cerâmico, que as atividades tradicionais de subsistência como a agricultura, o extrativismo vegetal e animal e a criação de animais.

Em Cacau Pirêra, as atividades tradicionais, quando são desenvolvidas, são tidas como forma de complementação da renda e, em alguns casos, as mesmas têm sido vistas como símbolo de atraso, uma espécie de retorno ao passado pelos moradores. Desse modo, a autora registra que muitos são os que preferem trabalhar nas olarias, ainda que de forma precária, sem vínculo empregatício e/ou garantias trabalhistas, que plantar, pescar e caçar.

No mundo do trabalho, os trabalhadores que exercem profissões consideradas mais qualificadas recebem melhores salários e, conseqüentemente, estão menos vulneráveis socialmente apesar de não estarem livres da condição de trabalhador explorado. Por outro lado, as funções mais especializadas também exigem um maior nível de instrução educacional e técnica do trabalhador. No caso dos trabalhadores oleiros do município de Iranduba, as atividades realizadas não requerem grandes especializações dos trabalhadores, até mesmo porque as fábricas utilizam maquinários bastante arcaicos e técnicas de produção bem antigas.

Os trabalhadores oleiros do município de Iranduba têm pouca qualificação e também recebem baixos salários, eles lidam cotidianamente com problemas de toda ordem, vivenciam dificuldades de acesso à saúde, à educação, à moradia, ao saneamento básico, à alimentação, dentre outras políticas públicas e/ou

serviços privados. Mesmo aqueles que estão em situação de trabalho formal, com direitos trabalhistas garantidos, passam dificuldades. Os baixos salários são impeditivos da garantia de uma vida digna e farta.

Na tentativa de tornar a vida menos difícil, é comum que os trabalhadores desenvolvam outras atividades para completar suas rendas ou realizem jornadas extras para garantir um salário melhor. O depoimento de um entrevistado é revelador nesse sentido: “Eu trabalhava de domingo a domingo serrando lenha, cheguei a operar moto serra até de noite no escuro, eu cheguei a passar mal e peguei esgotamento físico de tanto trabalhar” (Trabalhador oleiro, Pesquisa de campo/2013).

A vida do trabalhador oleiro não é fácil, além de trabalhar horas a fio numa atividade que exige muito empenho e bastante força física, a mesma não garante um salário capaz de proporcionar acesso às condições de uma vida confortável materialmente. Os trabalhadores estão sujeitos a um nível intenso de exploração, e é esta superexploração que os coloca em tais condições.

Na sociedade capitalista, o trabalho deixou de ter como principal finalidade a atividade humana criadora, ele se constitui enquanto meio para formar e ampliar o capital. Iamamoto (2007) dialogando com as ideias marxianas, considera que, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais se alienam as relações sociais de produção e se radicalizam as desigualdades sociais. Nesse movimento, a contínua valorização do Capital contribui para a banalização do ser humano e de suas

necessidades, o que, por sua vez, evidencia as múltiplas expressões da questão social como componente das condições de vida da classe trabalhadora.

A banalização do ser humano e de suas necessidades, que também é chamada de barbárie, faz com que os trabalhadores se mantenham em constante situação de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social é entendida por intermédio do pensamento de Sposati (2009), que considera a existência de diferentes níveis de vulnerabilidade. A vulnerabilidade não é puramente uma questão de possuir ou não uma renda em dinheiro, ela se espraia para além da esfera econômica e toma conta de outras dimensões da vida humana, tornando o homem mais suscetível a uma série de riscos, dificuldades e inacessibilidades. Para a autora: “numa sociedade complexa a vulnerabilidade social não é só econômica, ainda que os de menor renda sejam mais vulneráveis pelas dificuldades de acesso aos fatores e condições de enfrentamento a riscos e agressões sociais” (p. 34).

A vulnerabilidade vai além das problemáticas sociais, ela envolve perdas importantes na esfera cultural, educacional, política etc. A palavra vulnerabilidade foi apropriada da área biológica, onde é empregada para indicar a presença de fatores de riscos, ou seja, maior predisposição ao acometimento de doenças e/ou anomalias. Seguindo esta lógica, a vulnerabilidade social deve ser compreendida juntamente com o conceito de risco social, os quais juntos indicam situações de ausência ou dificuldades de acesso à proteção social. A vulnerabilidade e o risco

social são sinais reveladores da precarização das condições de vida (SPOSATI, 2009).

No cenário brasileiro contemporâneo, milhares de trabalhadores encontram-se em situação de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social está atrelada à pobreza. A condição de vida dos trabalhadores oleiros evidenciou que grande parte deles vive em situação de vulnerabilidade e risco social.

4. A indústria cerâmica e a questão ambiental

No Brasil, conforme nos informa Barreto (2001), a mineração com fins comerciais iniciou-se no período colonial, especialmente no século XVIII com a exploração do ouro. A mineração em solo brasileiro começa pelo ouro, mas avança entre o final do século XIX e início do XX para mineração de materiais metálicos e não metálicos.

O desenvolvimento da indústria cerâmica brasileira, ocorrido entre o final do século XIX e início do século XX, ocasionou o uso intenso da argila. Massei (2004) considera que é nesse contexto que a extração da argila assume uma postura devastadora do ambiente, a qual é conduzida pelas elites ou ocorre com a anuência delas. Por isso mesmo, na atualidade, o uso da argila precisa ser visto com mais cautela, tendo em vista que se trata de um mineral que não se recompõe rapidamente. A argila é um recurso natural esgotável e, mesmo diante da abundância em solo brasileiro, é preciso fazer uso racional, ou seja, usufruir sem desperdiçar.

O autor explica que a relação entre o Brasil e os países europeus, historicamente, tem sido marcada pela extração de recursos naturais de forma abusiva, predatória. Primeiramente, durante o “descobrimento” das terras brasileiras pelos portugueses, ocorreu a exploração intensa do pau-brasil e das especiarias. No século XVIII foi a extração do ouro e, logo depois, veio o café que foi explorado por quase todo o século XIX. Na contemporaneidade, a exploração gira em torno do que se pode chamar de colonização biotecnológica, isto é, a apropriação de saberes dos povos tradicionais e da biodiversidade dos ecossistemas.

A maior parte da produção brasileira de artefatos de cerâmica vermelha é consumida pelo mercado interno, as exportações são pequenas e não chegam a 30% da produção. Em 2009, por exemplo, das 152 mil toneladas de argila empregadas nas indústrias do segmento, 40 mil toneladas foram exportadas. No que concerne às importações, estas também são singelas, tendo ficado em 17,6 mil toneladas em 2009. (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2010).

A indústria cerâmica pertence ao setor de transformação de materiais não metálicos juntamente com as indústrias de cimento, revestimento, coloríficos, louças sanitárias, cal, gesso, refratários, abrasivos, louças de mesa e fertilizantes. Este complexo de indústrias é a base da construção civil, o qual é um importante setor da economia brasileira contribuindo com cerca de 5,1% do PIB no ano de 2009. Quando se trata de cerâmica vermelha, os principais produtos fabricados são os blocos de vedação, especialmente o tijolo de 8 furos, e os blocos estruturais, telhas naturais

e coloridas, elementos de enchimento, tubos e pisos (rústicos). (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2010).

Em relação à produtividade, no ano de 2009 as indústrias cerâmicas brasileiras fabricaram uma média de 15,8 mil peças/operário/mês, com variações regionais em decorrência do aporte tecnológico. Para o mesmo ano, o total de postos de trabalho diretos gerados era de 367 mil empregos. É claro que o nível tecnológico exerce influência sobre a média de produtividade, podendo modificá-la para mais ou para menos (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2010).

É importante compreender que a tecnologia envolve não só os maquinários e os equipamentos utilizados nas fábricas, mas também as formas de conhecimento que permeiam todo o processo produtivo, que vai desde a retirada da argila até o produto acabado embalado e posto à venda no mercado.

Conforme informações do Ministério de Minas e Energia (2010), um dos grandes entraves do setor é a base energética para cozimento dos produtos cerâmicos, haja vista que cerca de 50% das 7.400 indústrias registradas até o ano de 2009 usa a lenha nativa e, cerca de 40% emprega os resíduos de madeiras (cavaco, serragem, briquete etc.) em seus fornos.

Estes números revelam um cenário ambiental problemático gerado pelas indústrias cerâmicas na realidade brasileira. Em Iranduba, grande parte das fábricas ainda emprega a lenha de árvore nativa como principal fonte para a combustão nos fornos, apesar do

gasoduto Coari-Manaus, que transporta gás natural, passar pelo município. Até o momento, não houve qualquer incentivo para modificação do processo de queima.

O Ministério das Minas e Energia, por meio da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM e do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral – DTTM, tem operacionalizado e patrocinado cursos e treinamentos para melhorar o desempenho das indústrias do setor, além de ter dado apoio no triênio 2005-2008 à implementação de oito Arranjos Produtivos Locais – APL de Cerâmica vermelha em todo o Brasil. Foram oferecidos ainda 42 cursos para um universo de 1.122 empreendedores do segmento cerâmico (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2010).

Na ocasião, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) deu suporte para a realização de diagnóstico da situação das indústrias e do mercado consumidor de cerâmica vermelha no Brasil. Como resultado, foi observado que, em relação ao aparato tecnológico, ainda predomina uma tecnologia incipiente, apesar de também terem sido identificadas algumas indústrias com potencial tecnológico de maior qualidade. O estudo diagnóstico concluiu que os empresários ceramistas brasileiros, muito timidamente, estão passando a investir em máquinas mais modernas, em equipamentos de segurança individuais e coletivos e em mão de obra mais qualificada.

Nesse sentido, o Ministério das Minas e Energia (2010) identificou que nos últimos dois anos, 1% das indústrias do ramo foi certificada por ter apresentado melhorias significativas em seus processos produtivos e aumento na produtividade, outros 5% estão com processos de certificação em andamento.

Macedo et al. (2008) avaliam que, apesar do crescente aumento no faturamento, as indústrias cerâmicas brasileiras possuem máquinas, equipamentos e técnicas de fabricação com um atraso de pelo menos 50 anos, o que compromete diretamente a qualidade dos produtos e gera grandes perdas em todas as fases da produção. Estas dificuldades reduzem o potencial de competição entre os produtos cerâmicos brasileiros e os estrangeiros, além de representarem muitas barreiras para o atendimento das normas técnicas de controle da produção de qualidade.

Ferreira (2005), em estudo realizado no município de Iranduba, destaca que a base tecnológica das fábricas ainda é tradicional e arcaica. Em algumas fábricas, os processos produtivos são os mesmos empregados no ramo desde o século XIX. As máquinas e equipamentos apresentam-se desgastados em função dos muitos anos de uso e também pela ação do tempo.

De acordo com dados do Governo do Amazonas (2009), até os anos de 1970 as indústrias cerâmicas amazonenses fabricavam além do tijolo, blocos maciços, blocos vazados (combogó), telhas do tipo canal e Marselha, tubos e conexões de variadas polegadas. O aparecimento de tubos e conexões de plástico e o surgimento das telhas de amianto, com preços mais

baixos, contribuíram para restringir a diversidade de produtos fabricados nas olarias.

Nas duas últimas décadas, a cidade tem vivido uma expansão contínua no ramo da construção civil, principalmente no que diz respeito às edificações verticais. Ultimamente, a produção cerâmica de Iranduba e de Manacapuru é responsável por cerca de 95% do abastecimento da capital do Amazonas. Esta produção, segundo informação do Sindcer/AM (2012), chega a 12 milhões de peças por mês.

A construção civil tem sido um dos setores de melhor desempenho econômico da cidade, entretanto, de acordo com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (Sinduscom/AM, 2011), o Polo Cerâmico do Estado do Amazonas produz aquém da demanda e, por isso, várias construtoras têm fabricado blocos de cimento para substituir o tijolo de 8 furos.

O setor cerâmico tem apresentado dificuldades para acompanhar o ritmo de crescimento do mercado de materiais de construção no Amazonas. São problemas com licenciamentos das indústrias cerâmicas e das argileiras, dificuldades na área energética que envolvem desde o uso de lenha sem Documentação de Origem Florestal (DOF), alto custo e baixa qualidade da energia elétrica fornecida pela Eletrobrás Amazonas Energia, entre outros.

Entretanto, apesar de todas as dificuldades, a indústria cerâmica tem relevo na economia do Iranduba pela sua rentabilidade e geração de posto de trabalho, mas nem por isso, pode-se deixar de perceber os danos ambientais decorrentes deste ramo de produção. Os

danos ambientais são variados e marcam a paisagem do município: as escavações, a poeira, a fumaça, os gases poluentes, os cascalhos de cerâmica, o barulho das máquinas, etc.

A importância econômica e social da indústria cerâmica não a exime dos problemas ambientais. Na realidade, é justamente por isso que a mesma deve ser pensada à luz da perspectiva de sustentabilidade.

Já sabemos que a relação entre homem e natureza é a base da vida em sociedade. A natureza configura-se como ambiente de criação humana e local de onde o homem retira os recursos necessários para a manutenção da vida. Contudo, quando se trata da exploração comercial dos recursos naturais, as consequências podem assumir proporções desastrosas.

A amplitude dos impactos ambientais varia de acordo com a aplicação ou não de instrumentos que promovam o uso racional dos recursos naturais e/ou de ferramentas que reduzam os danos já criados. Apesar da existência de legislação ambiental para vários dos problemas ambientais provenientes da indústria cerâmica, os mesmos se colocam como um desafio para a sociedade.

A racionalidade econômica norteada pelas forças produtivas do capitalismo tem resultado em graves consequências ambientais. Sendo assim, é inconteste que a racionalidade produtivista defronta-se com a racionalidade ambiental. Como resultado disso, desde o século XIX, têm vindo à tona numerosos desastres ambientais, que afetam duramente a vida no Planeta,

entre os quais, vale mencionar: a chuva ácida, o efeito estufa, a erosão de solo e o desflorestamento.

Nas sociedades pré-capitalistas, diz o Leff (2009), a natureza era empregada como fonte de subsistência, suporte da riqueza material e imaterial. Já com o avanço do sistema capitalista de produção e o conseqüente processo de globalização, a relação entre homem e natureza passa a ser orientada pela degradação ecológica, desintegração cultural e iniquidade social. O mundo moderno é assombrado pela lógica perversa da acumulação incessante, onde cada vez mais recursos humanos e naturais são explorados para garantir o bem-estar de uma pequena parcela economicamente privilegiada.

O processo de acumulação do capital, na ânsia de produzir cada vez mais lucro, toma os recursos naturais exacerbadamente como elemento necessário para a produção de mercadoria. Esta dinâmica gera o que o Leff (2008) denomina de irracionalidade produtiva.

A irracionalidade produtiva ocasiona a degradação do potencial produtivo do ambiente em nome da maximização dos ganhos privados. Para pensar o avesso desta irracionalidade, o autor propõe a racionalidade ou saber ambiental, o qual é capaz de contribuir significativamente para a formação de uma consciência ecológica capaz de reorientar os processos econômicos e sociais. A racionalidade ambiental defende um novo conceito de democracia, fundamentado na apropriação coletiva e não privada dos recursos naturais, bem como na equidade social. Trata-se, como destaca o autor, de uma reapropriação social da natureza.

Leff (2008) alerta que o crescimento econômico não vem sendo acompanhado de um desenvolvimento social que se faz mais do que necessário na atualidade. Para o autor, o capitalismo contemporâneo marcado pela retórica neoliberal desenvolve formas mais sofisticadas, sutis e eficazes para a continuidade da exploração dos recursos naturais em demasia. Ademais, em meio à ameaça de esgotamento de diversos recursos naturais, a ideologia neoliberal reinterpreta a concepção de desenvolvimento sustentável e a emprego como forma de legitimar a degradação ambiental como necessária para o crescimento econômico da sociedade.

O resultado disso é que os conceitos de desenvolvimento sustentável e/ou de sustentabilidade estão sendo utilizados como bandeira para ações e projetos que, na maioria das vezes, não estão engajados com interesses sociais e ecológicos de proteção do ambiente.

5. Conclusão

A degradação do ambiente é uma consequência da compulsão pela grande produtividade e pelo consumismo tão presente nas economias capitalistas. A crise ecológica não é uma catástrofe natural, ela é um produto da racionalidade moderna sobre os recursos naturais. A crise ambiental é um efeito do conhecimento, conhecimento este que tem corroído a sustentabilidade da vida em escala planetária.

Nos dias de hoje, as evidências de uma crise ecológica, ou conforme Leff (2006) nos diz uma crise de civilização, impõem a necessidade urgente de

preservação e de conservação dos recursos naturais. Pensar de que forma podemos nos reapropriar socialmente da natureza sob outra lógica é, pois, o desafio da racionalidade ambiental.

No caso dos recursos naturais empregados na indústria cerâmica, essencialmente a argila e a madeira, há uma legislação ambiental bastante protetiva, que se cumprida for, pode assegurar o uso mais racional. A madeira, a médio e/ou longo prazo dependendo da espécie, pode ser reflorestada com êxito, caso haja planejamento e investimentos nessa direção. Todavia, a argila, sendo um recurso natural não renovável, ou seja, que cedo ou tarde vai se exaurir, é imprescindível não só o uso racional, mas também o desenvolvimento de formas produtivas alternativas.

Na realidade investigada, foi identificado que as indústrias cerâmicas são importantes para a economia do município de Iranduba e para vida dos trabalhadores oleiros. Contudo, foi observado que existe a necessidade de melhoria nas relações de trabalho e de proteção ao ambiente. A degradação do ambiente e superexploração da força de trabalho são parte da lógica macroeconômica, que pretendendo aumentar os lucros e restringir os direitos trabalhistas, reforça índices de pobreza, violência e destruição da natureza jamais vistos em épocas precedentes.

6. Referências

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

BARRETO, Maria Laura. Mineração e desenvolvimento sustentável: desafios para o Brasil. Rio de Janeiro: cetem/MCT, 2001.

BERHING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

D'ANTONA, Raimundo de Jesus Gato et al. Projeto materiais de construção na área Manacapuru-Iranduba-Manaus-Careiro (Domínio Baixo Solimões). Manaus: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2007.

FERREIRA, Elen Jane de Abreu. A empresa cerâmico-oleira no município de Iranduba. (monografia). Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas. UFAM, 2005.

GOVERNO DO AMAZONAS. Plano de Desenvolvimento Preliminar de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral Cerâmico-oleiro – Cidade Polo: Iranduba. Manaus, 2009. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1248263306.pdf. Acesso em 18 de julho de 2012.

KAWAGUTI, Wagner Mitio. Estudo do comportamento térmico de um forno intermitente tipo “paulistinha” utilizada na indústria de cerâmica vermelha (Dissertação). Programa de Pós Graduação em Engenharia Mecânica. UFSC, 2004.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

_____. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Tradução de Jorge E. Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LIRA, Izabel Cristina Dias. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo. 2ed. São Paulo: Cortez; São Luis: FAPEMA, 2008.

POCHMANN, Márcio. A metrópole do trabalho. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MACEDO, R.S.; MENEZES, R.R.; NEVES, G.A.; FERREIRA, H.C. Influência de aditivos na produção de blocos cerâmicos. Revista Cerâmica, 2008, no. 54. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ce/v54n331/a1754331.pdf>> Acesso em 04 de dezembro de 2012.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. 20ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, l. 1, v 1, 2012.

MASSEI, Roberto Carlos. O difícil trato da natureza: usos (e abusos) da argila. Anais do XVII Encontro Regional de História ANPUH/SP-UNICAMP. 2004. Disponível em: <www.anpuhsp.or.br> Acesso em 15 de novembro de 2012.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Anuário estatístico 2010: setor de transformação de não metálicos.

Brasília: Secretaria de Geologia Mineração e Transformação Mineral, 2010. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/noticias/ANUXRIO_DA_TRANSFORMAXO_DOS_NxO_METxLICOS_-_2010.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2012.

_____. Anuário estatístico 2014: setor de transformação de não metálicos. Brasília: Secretaria de Geologia Mineração e Transformação Mineral, 2014. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732813/Anuário+Estat%C3%ADstico+do+Setor+de+Transformação+de+Não-Metálicos+-+2014+-+ano+base+2013_PDF>. Acesso em: 2 de janeiro de 2014.

PINHEIRO, Hamida Assunção. Fronteiras da Vida: o tradicional e o moderno na Amazônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2013.

SINDCER/AM. Sindicato das Indústrias de Olarias do Estado do Amazonas. Olarias perdem 50% da produção com a cheia. Amazonas em Tempo. Manaus, 04 de maio de 2012. Caderno B-Economia, p. B3.

SINDUSCON/AM. Sindicato da Indústria da Construção Civil. Mercado está aquecido. A crítica. Manaus, 15 de dezembro de 2011. Caderno Especial, p. E6.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/183075por.pdf>>. Acesso em: 01 abril de 2013.

III. A construção fenomenológica do projeto migratório

*Aldair Oliveira de Andrade
Renan Albuquerque*

1. Introdução

Um grupo de autores advoga que o fenômeno migratório não é exclusivamente motivado por questões econômicas, tendo em vista que fatores de ordem familiar, social, corroboram nesse processo. Contudo, é inegável que este fenômeno traz consigo a possibilidade de mobilidade social para os sujeitos que enveredam por ele. Entre os autores que discutem o fenômeno, Durham (1973) defende que a decisão de migrar está amparada, de modo geral, na perspectiva de melhoria de vida, e que esta decisão não é somente fruto de uma racionalidade financeira, mas também resultante de uma racionalidade social, ou seja, somente partindo do lugar de origem ou de onde vive para outro lugar, é possível construir uma vida diferente da que se tem.

Segundo Schutz (1979), o passado é irrevogável e irremediável; o evento é visto como tendo ocorrido em retrospectiva, como fato do passado. É plausível, até mesmo, que os relatos migratórios, ao indicarem ter havido a construção de um projeto migratório no passado, sejam frutos de suas experiências após a migração.

O homem simples, invariavelmente, faz a crítica de sua própria realidade, o faz a partir dos instrumentais disponíveis, costumes, práticas, conhecimentos adquiridos na experiência de vida. No entanto, esses nem sempre são suficientes e dão cabo da totalidade complexa de sua realidade; mesmo sabendo disso, ele age no mundo, por um interesse eminentemente prático, com o objetivo de “dominá-lo e modificá-lo de forma a realizar os propósitos que busca dentro dele” (SCHUTZ, 1979, p. 73).

Sair do cotidiano impõe uma nova perspectiva, pois este é dominado e controlado minimamente. Instala-se o medo de perder-se ao confrontar-se com o novo, o estranho. A saída o coloca na condição de estrangeiro, onde desenvolve uma carência de sensibilidade e de distância, oscila entre afastamento e intimidade, hesita e desconfia de cada assunto que parece ser tão simples e descomplicado para aqueles que confiam na eficiência das receitas que deveriam ser simplesmente seguidas (SCHUTZ, 2010).

Há certa escassez bibliográfica sobre projeto migratório, assim, consideramos indispensável refletir sobre sua construção e os fatores que desencadeiam o processo. Ao utilizarmos a ideia de projeto migratório,

estamos assim entendendo o processo de ideação, de formação de uma concepção, da cogitação de hipóteses quanto à saída do local de origem e da projeção de possibilidades acerca do destino. Não se refere a um cálculo preciso, a um esquema milimetricamente elaborado, porque compreendemos que, mesmo por meio das dúvidas, ponderações e utopias, de algum modo a ideia de migrar se gestou e, a partir dela, o projeto migratório acabou por se desenhar.

2. A construção metodológica

Esta pesquisa foi realizada com noventa e três (93) industriários migrantes, originários de trinta e sete (37) municípios do Amazonas. Tivemos a colaboração de cinco (05) empresas do Polo Industrial de Manaus para identificar, selecionar e entrevistar os migrantes em suas dependências. Entrevistamos na própria residência alguns migrantes industriários que já haviam saído do PIM.

Para compreensão da construção do projeto migratório partimos de duas hipóteses: uma vinculada a elementos objetivos, deficitários na origem e almejados no destino, como possibilidades de emprego, maior número de escolas, melhor serviço na área de saúde; uma segunda em que questões subjetivas ou circunstanciais influenciam a decisão, tais como doença na família, separação dos pais, falta de oportunidades, etc.

As metas e propósitos para o destino tornam-se material sobre o qual se debruçaram os migrantes na esperança de que a experiência do outro (amigo,

conhecido, familiar) seja suficiente para o sucesso de seu projeto migratório. Os relatos daqueles com quem compartilhavam a vida, o mundo e a existência ganham valor de verdade. As narrativas sobre o destino se configuraram em suas consciências como os motivos a fim de – projetos a serem realizados futuramente – como construção da forma de ver e viver a existência futura (projeção).

Para Schutz (1979, p. 124), “o motivo quer dizer o estado de coisas, o fim, em função do qual a ação foi levada a cabo, o *‘motivo a fim de’*”. O autor faz a distinção entre *motivos a fim de* e *os motivos por que*, por achar que a sua distinção é frequentemente ignorada na linguagem comum, que permite que a maioria dos motivos a fim de seja expressa através de sentenças por que, embora o contrário não aconteça. Para o autor, parece haver uma dupla razão para isso, que se multiplica ainda em outros aspectos das implicações envolvidas no conceito de motivos, podendo o motivo ter um significado subjetivo e um significado objetivo.

Sinteticamente, podemos afirmar que *o motivo a fim de* se refere ao futuro, a algo que o migrante deseja que se concretize, e *o motivo por que* diz respeito ao presente, ao vivido, a uma reflexão feita sobre este presente, mesmo sem muita clareza (SCHUTZ, 1979).

Enquanto vive a ação em curso, ele não tem clareza dos motivos por que, mas somente quando a ação é realizada e se torna um ato. Nesse momento, ele pode voltar-se para a ação passada e, na condição de observador de seus próprios atos (retrospectiva), tem consciência efetiva dos motivos por que.

Os *motivos por que* estão vinculados às críticas sobre a vida no lugar de origem, às condições de subsistência, à falta de emprego, de educação, entre outras. Por outro lado, os *motivos a fim de*, ou seja, que se referem ao futuro, não ao projeto em si mesmo, mas ao ato projetado, são compostos de perspectivas para o futuro, forjados à luz do presente vivido. É nessa dupla relação que se forjaram os projetos migratórios.

Algumas hipóteses servem para sustentar e delinear a identificação dos elementos constituintes dos projetos migratórios, que em síntese os tipificariam: que a migração possibilita aos migrantes melhoria de vida significativa se comparada à vida na origem; a nova vida na cidade de destino assume características e configurações diversas da vida na origem; que o projeto migratório, construído na origem, assume outras características ou mesmo não se realiza no destino; que a busca de emprego seria um dos motivadores da migração; os migrantes rompem em definitivo com a origem após reconstruídas suas vidas no destino.

O critério basilar para construção da amostra dos participantes da pesquisa, definido o sujeito, foi a faixa etária, tendo em vista que este critério incluía ou excluía o migrante do rol deste estudo. Neste sentido, somente os migrantes com idade igual ou superior a dezoito (18) anos, no ano da migração, por entender que são capazes ou responsáveis pela construção de seus próprios projetos, além de que é a partir desta idade que os indivíduos respondem por si mesmos, sem intermédio dos pais e/ou responsáveis. Acreditando-se que a partir dessa idade o indivíduo toma, em tese, suas próprias decisões, tem consciência dos seus atos e

de sua realidade, como também a capacidade para refletir sobre ela, elaborando um projeto minimamente coerente; é capaz de relatar suas experiências do processo, a reconstrução possível é realizada indiretamente, *a posteriori* da ação vivida, e esta pode se configurar de duas formas basicamente: quando retorna à origem como visita, passeio ou de férias, preenche as lacunas do não-consciente do processo migratório ou, ainda, pela narrativa dos pais, parentes, amigos ou conhecidos, atores que, em maior ou menor grau, participaram do evento pretérito.

É pressuposto da fenomenologia que consciência é sempre consciência de alguma coisa, ou seja, é sempre intencionalidade. Segundo Lyotard (2008), dizer que a consciência é consciência de alguma coisa é dizer que não há *noese* (o que vivencia) sem *noema* (o que é vivenciado), ou seja, que o sujeito se encontra entrelaçado com o mundo, e a redução proposta pela fenomenologia – *epoché* (colocar entre parênteses, suspender qualquer juízo) – não significa a ruptura com este entrelaçamento, mas que este põe fora do circuito a alienação, pela qual me apreendo mundano e não transcendental.

As formas de consciência estão ligadas ao conteúdo das experiências, afirma Wagner (1979). Para ele, a experiência é atenção dirigida para objetos, reais ou imaginários, materiais ou ideais, sendo todos eles intencionados. Este processo “imane de toda experiência” é constituído de modo aperceptivo, como síntese de diferentes perspectivas das quais o objeto é de fato visto ou posteriormente lembrado de maneira tipificada. Este processo pode ser compreendido

reflexivamente e a fenomenologia é extraída dessa reflexão, que procede inicialmente se livrando de todas as noções preconcebidas com relação à natureza última desses objetos e dessa realidade que ocupa a consciência humana.

3. Resultados e Discussão

É partindo desses pressupostos que acreditamos que os migrantes elaboraram projetos de reconstrução de suas vidas, e a base para a crítica de sua condição social, política e econômica na origem.

Assim, migrar é sempre um ato com consciência, do sujeito particularmente ou de alguém que com ele partilha a vida. Sobre um ou outro estado, a rememoração é possível para o sujeito consciente, que remonta as circunstâncias, as aflições ou dramas do processo, salvo limitações particulares de cada indivíduo. De modo geral, é admissível, teoricamente, salvo os desdobramentos da memória, as transformações realizadas pelo tempo, na consciência e pela consciência, “descrever” um passado vivido, revivê-lo, reconstruí-lo. Assim, acreditamos que a conduta do migrante – a ação, nos termos de Schutz (1979) – é prevista, consciente, baseada em projeto preconcebido por ele. Sendo uma ação consciente aquela que é minimamente planejada – em que foram ponderados os prós e contras, bem como pesadas as variáveis – em suma, é uma ação desejosa de realização.

O ato projetado desperta a inquietação e aflição em seu espírito, colocou-o em condição de insegurança com a perda da sensação de controle, das rédeas das

circunstâncias. Um novo estado de espírito se impõe às possibilidades, o futuro, o que há por vir bate à porta, o migrante se aflige a imaginar: “E agora? Quando eu chegar no destino? E se eu não conseguir me adaptar? Se eu não conseguir trabalho, como é que eu vou viver na cidade?” (Zélia Tomás). O migrante encontra-se em uma situação biográfica determinada, como afirma Schutz (1979),

a essa situação pertencem, não só a minha posição no espaço, tempo e sociedade, mas também a minha experiência de que alguns elementos do meu *Lebenswelt* (mundo da vida) me são impostos, enquanto outros estão sob meu controle, ou podem ser postos sob meu controle, sendo portanto, modificáveis” (p. 137).

Contudo, nenhum indivíduo pode determinar o futuro, este é apenas possibilidade; qualquer juízo moral sobre ele é efetivamente precipitação, como diria Schutz (1979), o que pode ser antecipado no projeto é o ato futuro, não a ação futura.

A consciência do presente diz respeito a um posicionamento do sujeito diante, para e com o mundo. A consciência do presente não é a consciência do imediato, tão e somente do dado, do empiricamente observado, vai mais além. A consciência do presente passa necessariamente pelos sentidos, este é o alicerce onde se construirá a crítica destes como a imagem do futuro. A imagem construída para o futuro, os desafios a serem enfrentados, conduzem à revalorização do presente. “Porque, no interior [origem], eu sabia me virar, e na cidade eu achava que iria ser difícil, me

deparar, de repente, com uma dificuldade” (Zélia Tomás).

A imagem construída pelo migrante é o *modo futuriexacti*, onde de fato se consolida, pois neste os “horizontes estão em aberto, que somente serão preenchidos através da materialização do evento antecipado” (SCHUTZ, 1979, p. 139).

A vida na origem com seu próprio ritmo apresenta relativa segurança, contudo é dura e sofrida. Mesmo a despeito das incertezas, há ainda justificativa para deixá-la para trás. “Eu queria sair mais daquela vida. Mais porque a gente era na roça e só no meio do mato. Era um trabalho muito pesado” (Maria de Fátima).

Os estudos sobre migrações têm mais acentuadamente atribuído às condições socioeconômicas os motivos para se migrar, muito embora elementos subjetivos apareçam. Identificamos ambas as condições. “Eu tinha muita vontade de vir para cá [destino] porque também, como eu não conhecia o meu pai, me disseram que ele morava aqui, eu tinha muita vontade de conhecê-lo”, e reforça: “eu queria muito vir para cá”. Percebe-se que a motivação fundamental é afetiva, muito embora soubesse que “lá não tinha condições”, e como desejava “vencer na vida”, não era na origem que tal projeto se realizaria (Roberta Pinheiro).

Para Schutz (1979), é indubitável o fato da existência de uma consciência pessoal, o dado imediato, diz o autor, “é o eu, muito mais do que o pensamento, e o fato da existência da consciência universal não se traduz em ‘sentimentos e pensamentos existem’, mas

em ‘eu penso’ e ‘eu sinto’” (p. 57). Partimos da acepção de que ele, sujeito, pensa e sente, e é nessa condição que se torna protagonista de seu projeto migratório, como sujeito com intenção que experiencia e dá significado às coisas, que age no mundo.

O migrante tem consciência de si como existente, tem autoconsciência de sua existência, essa é fundante. Schutz (2008) argumenta que a consciência de si, efetivamente, só pode se dar por uma lembrança do passado. Somente a partir dessa condição de consciente, pode avançar e constituir uma consciência para si, entender-se a si mesmo, no mundo para o mundo; perceber-se como sujeito histórico, num tempo e num espaço. “Eu queria muito vir para cá. Era uma vontade minha [...] eu queria vir com alguma coisa certa [...] eu vim com duas finalidades, vencer na vida e conhecer o abençoado do meu pai” (Roberta Pinheiro).

A realização dos objetivos passou em alguns casos por uma batalha travada inicialmente dentro do próprio lar, como é o caso do migrante Arthur Vasconcelos, quando afirma: “Eu sempre pedindo do meu pai [para migrar], mas só que eu era o braço direito dele no roçado [...] até que chegou o ponto lá em que ele achou que eu merecia uma chance”.

A construção de uma consciência comum possibilita em sua relação com o outro a transformação de sua condição, construção possível, a partir da consciência de si e do mundo.

O projeto não nasce na consciência do sujeito a priori, e sim na relação com a experiência concreta com o mundo vivido. Sendo necessário, entretanto, que o

sujeito tenha consciência desse processo, implicando em dois elementos constitutivos fundamentais, a origem (presente) e o destino (futuro).

De modo geral, tanto a origem ou destino fazem parte da experiência vivida e sentida do migrante, e nessa condição bem mais confortável e reconfortante. Quando o destino é uma incógnita, existe apenas como possibilidade remota e variável sobre a qual não se garante minimamente qualquer possibilidade.

Para que seja exequível e alcance seus objetivos e metas, é necessário que o migrante obedeça a etapas constitutivas, evidência, problema, hipótese, objetivos, procedimentos claros, método adequado e síntese. A inexistência de todas as partes constituintes não inviabiliza ou mesmo impossibilita a sua construção ou realização; deixa-o, no entanto, mais vulnerável, potencializando o insucesso.

A escolha de partir nem sempre foi individual, em sua maioria compartilhada; a crítica à origem, elemento chave da construção do projeto, assume nova tonalidade à medida que o projeto precisa ser concretizado; os *motivos por que* nos remetem ao passado do migrante (origem), e as metas, *motivos a fim*, resgatam os anseios e desejos do que ele almejava para o futuro (presente).

De fato, o que os migrantes declaram como *motivos por que* ou *motivos a fim* são sínteses, arranjos elaborados pela memória para descrever de forma simples algo complexo. A decisão de deixar o lugar de origem, a terra, as raízes, os costumes, as práticas, em sua suma, a vida, esconde um emaranhado de emoções, de aflições, de esperança, de insegurança e medo quanto

ao futuro. Ao mesmo instante e não em menor intensidade, é um grito de denúncia das desigualdades sociais, econômicas, a falta de oportunidades, o descaso da gestão pública da saúde, educação e segurança. Além da denúncia, partir é um ato de revolta contra o descaso, um ato de rebeldia, é um não ao acaso fortuito, é dar um basta à indignidade e à subserviência ao mínimo, às necessidades básicas, a uma vida limitada ao trabalhar somente para manter-se vivo, sem puder usufruir do lazer, do descanso, dos direitos e da liberdade.

A complexidade de sua construção envolve o fato de que elementos em maior ou menor grau contribuem para sua construção. Na perspectiva micro, a família, o núcleo doméstico, a desagregação, a perda dos laços, potencializa a sensação de insegurança, a perda do aconchego do lar. Extrapolando o círculo mais próximo, tem-se a separação dos amigos, dos vizinhos, o abandono de um estilo e ritmo de vida, de práticas de trabalho e de lazer.

“Às vezes, eu ficava admirado das coisas bonitas que eu nunca tinha visto. Lá em Parintins [origem], ainda estava na lamparina. Aí, chegando aqui, via aqueles monstros prédios, aquelas coisas bonitas” (Antônio Felizardo).

Para aqueles que têm a opção de escolher partir nasce a perspectiva de um novo mundo, no qual as coisas possam ser diferentes, que a vida se afirme de outra forma; resta o alento de que é uma escolha possível. Para aqueles outros que o presente é insustentável e um futuro diferente improvável, o novo

mundo se abre como única esperança. “Falava que aqui [destino] tinha era emprego, muito emprego”, afirma José Arnóbio, que migrou sozinho aos vinte e seis anos de idade.

Nos termos de Ferrero (2006), há uma distinção básica entre a decisão forçada e a voluntária. Segundo o autor, na primeira, a parte emotiva fala mais forte, enquanto a voluntária é decidida de maneira mais reflexiva. Para Jubilit e Apolinário (2010), bem como para Black (2001), citado por Aydos (2009), as migrações são classificadas em forçadas (coerção) ou voluntárias (escolha), caracterizadas pelas condições em que se dá a migração e não pelo estado subjetivo dos sujeitos.

De fato, as classificações não dão conta de explicar a multiplicidade das condições a que o sujeito está submetido ou experiência para a tomada de decisão. É preciso compreender que não é somente o emprego da força, seja natural ou humana, impressa na coletividade, na família ou no indivíduo que caracteriza tal movimento como obrigatório. O estado psicológico do indivíduo, as condições objetivas de realizá-lo, e a ruptura das relações afetivas e, finalmente, o ato em si, são condicionantes que devem ser sempre consideradas.

Migrar não é uma decisão simples, implica em riscos e investimentos, permeados de incertezas e aflições. Mesmo em detrimento das circunstâncias em que se encontrava, quando decidiu migrar – a luta diária pela sobrevivência, a falta de perspectiva de um futuro melhor, o desemprego, as necessidades básicas

insatisfeitas –, a tomada de decisão não foi fácil, pelo contrário, cheia de pesar e de esperança.

Estabelecida tal distinção, como diria Schutz (1979), a ação considerada voluntária é o critério que definirá o comportamento significativo, e tal comportamento consistirá em apenas uma escolha, “Isso quer dizer que não só a ação é livre, mas também que os objetos do ato são conhecidos no momento da decisão; em suma, que existe uma escolha livre entre pelos menos dois objetivos” (p. 144).

Muitos migrantes se viram “forçados” a migrar, tendo em vista que as condições sociais, econômicas na origem não lhes permitiam vislumbrar um futuro melhor. A coerção não se deu nos termos explicitados pelos autores, por circunstâncias como guerras, tragédias, calamidades, dentre outras razões, mas, ainda assim, disseram sentirem-se compelidos a migrar.

As justificativas apontadas pelos migrantes podem ser classificadas nos termos propostos por Ferrero (2006), haja vista que as duas condições, emotivas e reflexivas dão a tônica nas decisões tomadas pelos migrantes sobre migrar.

As narrativas migrantes nos remetem a compreender a leitura que o grupo faz de seu lugar de origem. É somente na condição de consciente de si, para si e para o outro, é possível incluir na leitura uma reflexão crítica e propositiva (SARTRE, 1997).

A decisão de migrar é geralmente compartilhada, quase nunca é uma decisão individual, envolve outras pessoas, amigos, vizinhos, parentes de diversos níveis de proximidade. Migrar é um fato social. A

complexidade dessa decisão, as nuances que ela envolve, os tons e subtons que toma, retira um possível equívoco de sua simplicidade.

Os migrantes, de modo geral, compartilharam ou envolveram alguém na construção do projeto migratório. “Eu tive que convencer a minha mãe. Porque o meu pai já estava sabendo da situação, eu já tinha contado. O que pegou mesmo foi a mamãe, que ela não queria aceitar” (Raimundo Fontes).

Há casos em que detém a maioria civil, em contrapartida não detém independência financeira, é sustentado pelos pais. Em tais circunstâncias, a decisão é tomada por aqueles, deixando-os sem alternativas de permanecerem no lugar de origem, seja por questões estritamente financeiras, seja pela perda da referência familiar. “Como eu não aguentei ficar só, aí eu tive que vir. Porque eu não queria vir, eu queria ficar lá, porque eu gostava de lá. Era a minha vida lá. Só que eu vim quase forçado” (William Gomes). Migrar é sempre um investimento incerto.

Não é precipitado constatar que a crítica socioeconômica à origem é preponderante. Se vê como despossuído de oportunidades e possuidor de uma vida árdua e sem perspectivas de um futuro diferente. É sob um presente que o domina e o impossibilita de uma vida diferente a médio ou a longo prazo, que se vê “forçado” a decidir. “Lá não dá. Não tinha condições. Não tinha e não tem até agora” (Félix Pinto), o que é ratificado por Juarez Campos “no interior não tem trabalho”. E mais contundente afirma Neuza Teixeira, “(lá) não tem nada a oferecer para os jovens”.

O trabalho que existia era duro, exaustivo, de sol a sol, com hora para começar e sem hora para terminar. “Meu pai era pescador, saía para trabalhar à noite e voltava no outro dia quatro horas da tarde. Ele criava a gente através da pesca”, declara Antônio Douglas. Se submetia a qualquer atividade que lhe aliviasse a fome, com a esperança num futuro diferente da vida que levava.

As atividades econômicas desempenhadas pelos migrantes na zona urbana nem sempre foram de escolha livre, mas atreladas à necessidade de sobrevivência. “Eu trabalhava em casa de família, cuidando de um bebê, porque lá a vida é tão difícil. Qualquer coisa era bem-vinda”, comenta Selma Melo. Por sua vez, relata Felipe Nascimento: “Lá (origem), eu trabalhava avulso... trabalhava em várias coisas: juta, roça, auxiliar de pedreiro”.

Na zona rural, a vida tinha outro ritmo, a sobrevivência vinha dos recursos disponíveis e possíveis. Os serviços públicos de saneamento, água, esgoto e energia não faziam parte dessa realidade. Não havia tabernas, mercados ou mercearias, as fontes possíveis eram o rio, a mata e a terra. A sobrevivência tem uma relação íntima com a natureza, a caça, a pesca, o cultivar a terra.

A cada novo dia, uma nova jornada, e com ela certeza, que não seria fácil, não havia garantia do fruto do laborioso esforço despendido. “Tinha que plantar para colher, para se alimentar. Não tinha emprego. A cidade, na época, não tinha recurso”, (Fabrício Sales). “O trabalho lá era no cabo do machado, é no cabo da

enxada, é de seis às seis, de sol a sol, no cabo da enxada, é fazendo roçado, é plantando” (Emerson Taveira).

Relembra os migrantes a dureza de suas vidas na origem, as lembranças tristes, o passado sofrido e de privações. “Não tinha condição financeira nenhuma [...] o dinheiro só dava pra comer e mal se vestir” (Roberta Pinheiro). “A vida era dura [...] o estudo lá era muito fraco [...] a gente passava meio devagar”, afirma Arthur Vasconcelos.

A vida e sua manutenção no mundo da vida dependiam do trabalho. Os estudos, meios para construção de perspectivas de uma vida melhor, menos sofrida, eram de difícil acesso e nem sempre de qualidade.

Do presente não germinava esperança, a origem oferecia muito pouco, e “só aquilo não bastava” (Francisco Braga). A vida transcorria sem perspectivas, cada dia como cada dia, um futuro diferente era incerto e irrealizável na origem. Como salientou Sérgio Pessoa, referindo-se ao lugar de origem, “não tinha expectativa de vida lá”, pois lá “não tinha trabalho” (Vicente Celestino; Ronaldo Dantas; Iris Santos), o que tornava a “vida bastante difícil” (Ronaldo Castro).

O migrante utiliza dois termos para referir-se à atividade laboral: trabalho e emprego. Quando utiliza o primeiro refere-se à atividade propriamente dita; o segundo remete ao seu regime, ao trabalho formal de carteira assinada. Isso fica mais claro quando o migrante explica que, na origem, existia trabalho e não emprego, já que era “tudo avulso” (Cândido Soares). O emprego está associado à melhoria de vida, que

significava, entre outras coisas, salário, moradia, continuação ou início dos estudos, reunião da família, realização de sonho pessoal.

Os desejos não realizados na origem confluem para o destino, para a perspectiva quanto a emprego e estudo. Duas variáveis nem sempre são possíveis de realização; por mais que o trabalhador deseje conciliá-las no destino, nem sempre é possível. Não há certeza ao partir, não há garantia de que os projetos se realizarão num futuro. No entanto, tais anseios e possibilidades se tornam propulsores da decisão de migrar. Não é a certeza de realização dos sonhos e do projeto que o motiva fundamentalmente, pois essa nunca terá, mas a expectativa de fazê-lo.

Como afirma Schutz (2008, p. 40), “a situação biográfica determinada inclui certas possibilidades de atividades práticas e teóricas futuras”. Para aqueles cujo destino parecia ser temporário, apenas para formação e trabalho, acabou se tornando, com o tempo, o lugar de construção da vida. “Quando eu vim, a única coisa que eu queria era estudar e trabalhar para manter o estudo. Mas não tinha outra perspectiva de morar aqui. Não era meu plano ficar aqui. Mas aí eu fui ficando, ficando” (Nilcineia Peixe)

Aqueles que migraram, e deixaram na origem pais, filhos, parentes, desejavam retornar à origem, o projeto é de realização temporária. Aqueles que migraram com suas próprias famílias, migraram com perspectiva de se firmar em definitivo; não havia no planejamento a pretensão de retorno à origem.

Os planos para o destino estão relacionados ao contexto familiar do migrante. Os que deixaram familiares na origem pretendiam socorrer de alguma forma os que ficaram. “A gente também vem pensando em ajudar a família, porque lá eu trabalhava; o que eu ganhava, dava para o meu pai. Era sagrado. Todo mês eu mandava, ajudava a ele. Ainda mando, só não mando mais porque não dá. Já tenho família” (Antenor Rodrigues).

Não é incomum encontrar entre os migrantes aqueles que migraram com a expectativa de, no destino, ajudar a modificar a vida dos que ficaram na origem, geralmente por meio do envio de remessas financeiras. É fato, no entanto, que nem sempre isso é possível, pois muitas vezes a própria sobrevivência no destino não é algo fácil. Permanecer torna-se um grande feito, mesmo a despeito de tantas diversidades, visto que retornar seria vergonhoso, seria admitir um fracasso total do projeto. É inegável também que retornar nem sempre é plausível, tendo em vista os custos elevados.

O destino é sempre uma aposta, sempre possibilidade. Isso não quer dizer, todavia, que aquele que decide sair de sua terra, deixar para trás parte de sua história, esteja completamente ao sabor das circunstâncias. Tal afirmação seria leviana, pois há sempre um grau de certeza. Aquele que migra voluntariamente, invariavelmente, tem alguma espécie de referência quanto ao destino: amigos, parentes, conhecidos, ou ainda domina minimamente uma rede de relações que lhe permite situar-se.

A possibilidade de poder contar com alguém, ter uma referência, por mais superficial que possa ser, é significativa para aquele que migra. Tal possibilidade em seu espírito toma a tônica de uma garantia, espécie de esperança a que se agarrará se nada funcionar; é a ela que recorrerá.

Os migrantes utilizaram tal referência de diversas maneiras, como forma de se inserirem mais facilmente na vida da cidade, em seu ritmo, como mecanismo de inserção no mundo do trabalho, como segurança, moradia e proteção. Inúmeras vezes essa referência tem aspecto mais subjetivo que objetivo, levando-o por tentativa e erro a compreender as relações sociais, econômicas e políticas do novo espaço social.

Mesmo com todas as possíveis críticas às relações de parentesco no destino, a existência de tal vínculo é vital para aquele que decide migrar. Esta aparece como preponderante como justificativa final para a realização do projeto. “Eu tinha parente somente aqui [...] eu pedi do meu pai e da minha mãe, e eu liguei para minha tia, ela pagou a minha passagem, eu vim de avião”, afirma Zélia Tomás. “Aqui [destino] eu já tinha parente, já tinha tio”, diz Raimundo Fontes.

Não é raro que a presença dos familiares no destino seja, para 79% da amostra, decisiva na consolidação do projeto migratório, pelo apoio emocional ou financeiro, ou por ambos.

Como nos expressa Lee (1980), há “fatores do ato migratório” fundamentais na tomada de decisão, entres estes quatro elementos ganham preponderância, os associados à origem, ao destino, aos obstáculos

intervenientes e aos fatores pessoais. Fatores apresentam relevância na efetivação do projeto migratório. O destino, como uma dessas variáveis, aparece como sendo capital na decisão final, independente da situação na origem.

O destino apresenta maior grau de complexidade, e como maior risco, tendo em vista que nem sempre é viável retornar, seja pelo alto custo, seja por que, para migrar, teve que abdicar dos poucos bens que tinha na origem. Diríamos mesmo que, quanto ao destino, o migrante está sob o imponderável, onde tudo é possível.

A acessibilidade do futuro visado depende das condições materiais de existência e do estatuto social de cada indivíduo, ou seja, quanto mais fortalecido o projeto quanto às condições materiais e atributos individuais, condição financeira, moradia, relações de parentesco, trabalho e escolaridade, maiores são as chances de sucesso.

Além das condições objetivas terá que interpretar o mundo, e utilizar o estoque de conhecimento adquirido. Como diria Schutz (2008, p. 198), “a interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores dele, [...] que funcionam como um esquema de referência na forma de conhecimento à mão [Tradução nossa].”

Convém lembrar que as perspectivas sobre o futuro, elaboradas pelos migrantes em seus projetos migratórios, nem sempre são coerentes com sua real condição social, econômica, psicológica ou educacional. Isso não quer dizer que tais perspectivas sejam ruins, ou não devam ser construídas; pelo contrário, se um

projeto coerente estiver aliado às condições de exequibilidade e adequado às reais potencialidades individuais ou materiais, tem maior probabilidade de sucesso. As perspectivas, quando não construídas à luz de uma crítica real das condições, podem se tornar fonte de frustração e desencantamento.

O projeto migratório toma nova forma com o tempo, nunca se realiza *ipsis litteris*, como desejado e planejado. O que não depõe contra a necessidade de sua elaboração, até porque sua construção torna-se base fundamental para que os objetivos sejam alcançados, reelaborados ou mesmo superados.

Como afirma Schutz (1979, p.145), “o projeto em si é uma fantasia; é apenas a sombra de uma ação, uma reprodução antecipada ou, na terminologia de Husserl, uma ‘representação neutralizante’”. Assim, não é incomum que o futuro se efetive, em grande medida, totalmente adverso do projeto construído outrora, visto que as contingências da vida se impõem e determinam uma vida, diferindo completamente do planejado.

O migrante pressente isto, sabe que o destino reserva possibilidades de sucesso e de fracasso. A decisão tomada o põe a refletir e a ponderar sobre sua escolha. Há um processo de revalorização da origem mesmo com suas limitações. O que o futuro reserva, a imagem construída da cidade, o processo de adaptação, a incerteza de inserção no mercado de trabalho, a moradia, são aflições constantes, conjecturas sobre o imponderável, riscos compartilhados por aqueles que se dispõem a partir e a recomeçar uma nova vida.

Tais aflições dos migrantes vêm ao encontro da afirmação de Schutz (1979, p.153): “nenhuma das possibilidades em aberto tem qualquer peso, todas são igualmente possíveis [...] não há alternativa pré-constituída, ao contrário, dentro de um quadro geral, todas as especificações possíveis estão em aberto”.

Mesmo que as decisões estejam amparadas em objetivos claros – emprego, salário e estudo – estes, às vezes, são retomados e colocados em segundo plano, quando nasce uma ponta de dúvida, reorganizando e revalorizando o presente (origem). “No interior, eu sabia me virar, e na cidade eu achava que iria ser difícil me deparar, de repente, com uma dificuldade”. Continua e reafirma seu intento, “mas o meu desejo de vir era maior do que a preocupação com as dificuldades” (Zélia Tomás). Isso talvez porque o migrante, no fundo, por razão ou por intuição, sabe que “todo projeto de fazer alguma coisa traz consigo a contra possibilidade problemática de não fazê-la” (SCHUTZ, 1979, p. 153).

O conhecimento do destino pelos familiares, ou por vizinhos, o coloca em condição de responsabilidade, com relativa liberdade de dizer não ao projeto migratório. Levando-se em conta as circunstâncias, o ato de migrar é imperativo, adotado como medida que objetivava resolver as deficiências da origem.

As possibilidades e fatores relacionados à origem ou ao destino foram basilares na construção do projeto migratório. Estes nem sempre estavam claros, embora existindo a intenção firme de migrar. Como advogam Berger e Luckmann (2012, p. 37), há sempre uma intencionalidade no ato, “a consciência é sempre

intencional; sempre ‘tende para’ ou é dirigida para objetos”. Não há fase ou aspecto da consciência humana que surja de si e por si própria, consciência é sempre consciência de alguma coisa.

O conhecimento adquirido sobre o destino, as relações com os parentes e a análise de seu cotidiano possibilitaram a construção – na consciência do migrante – de um futuro possível, de seu projeto migratório. A escolha do lugar de destino e os dilemas vivenciados para a tomada da decisão de migrar indicaram as metas a serem alcançadas. Em Schutz (1972), citado por Lopez (2008), encontramos a afirmação de que as metas se referem ao futuro e são necessárias para sua realização, do qual, a ação é em si mesma um meio.

A busca por trabalho e educação são as principais justificativas para se deixar a origem. Os conhecidos, amigos e parentes partiram com esses objetivos. As condições de vida na origem eram difíceis, instáveis. Atividades econômicas estão submetidas à sazonalidade, principalmente a agricultura e a pesca. As estações de enchente, cheia, vazante e seca determinam sua possibilidade ou impossibilidade. O não cumprimento dessas determinações naturais implica em fracasso. Para obter sucesso em seu labor, necessita, entre outras coisas, obedecer ao ritmo da natureza, além de estar sujeito às intempéries, principalmente nas atividades relacionadas à agricultura. Os trabalhos de Witkoski (2007) e Andrade (2012), realizados com amazônidas, demonstram como o homem do campo na Amazônia está sujeito ao ritmo da natureza.

Os que não trabalhavam na terra, na pesca ou na caça, exerciam atividades informais ou estavam desempregados. A insatisfação quanto às atividades é notória, tanto em relação às atividades do campo (zona rural) ou da zona urbana, expressa com um desejo de um “melhor meio para trabalhar”, como também um trabalho melhor.

Associado à intenção de adquirir emprego fixo, trabalhar, estava também o desejo de estudar, seja pela falta de oferta na origem, ou ainda por conta de uma avaliação crítica em torno da formação deficitária na origem.

Para os migrantes, o ato de migrar é fruto de uma decisão consciente, nos termos preconizados por Schutz (1979, p.127), a ação é consciente quando o sujeito antes de realizá-la já tem em sua mente uma figura do que vai fazer, esta é retida diante do olho interior (retenção), ou de vez em quando é lembrada (reprodução). Os relatos nos remetem ao terceiro modo de conhecer a ação consciente ou evidência, ou seja, “o ato já foi executado e está sendo visto em retrospectiva”.

Decidir migrar implica se dispor a construir uma nova vida, nova história e, por que não dizer, uma nova identidade. Quando se lança à aventura, ao desconhecido, ao novo, vai se reconstruindo como sujeito no mundo, adota novos valores, constrói novas amizades, convive em novos espaços de sociabilidade, conhece outros mundos do trabalho.

Para Berger e Luckmann (2012), há dois tipos de socialização: a primária, que o indivíduo experimenta

na infância, tornando-se membro da sociedade; a secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. Sendo assim, para o autor, a identidade é objetivamente definida como localização em certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com este mundo, ou melhor, todas as identificações realizam-se em horizonte que implicam um mundo social específico(p. 169-171).

Para os autores, a socialização totalmente bem-sucedida é antropológicamente impossível, enquanto a socialização totalmente mal sucedida é, no mínimo, extremamente rara, limitada a casos de indivíduos em que não é obtida devido a graves condições patológicas orgânicas (IDEM, p. 210).

Assim, concluem que a identidade é então consideravelmente delineada, no sentido de representar plenamente a realidade objetiva na qual está localizada. A identidade é, portanto, um elemento-chave da realidade subjetiva, e, tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade, é formada por processos sociais. Por sua vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais (IBIDEM, p. 221-222).

Para Schutz (1979), o mundo da vida diária não é de forma alguma meu mundo privado, mas é, desde o início, um mundo intersubjetivo compartilhado com meus semelhantes, um mundo vivido por todos nós. A situação biográfica única em que me encontro dentro do mundo em qualquer momento da minha existência é

apenas, numa pequena escala muito pequena, feita por mim próprio. Continua o autor, à medida que ajo sobre os outros e sou afetado por eles, conheço esse relacionamento mútuo, e esse relacionamento implica que eles, os outros, vivenciam o mundo comum, essencialmente de um modo semelhante ao meu.

A identidade, como nos postula Bauman (2005), não é uma construção rígida, estática e imutável. Ao contrário, é fluida, líquida, passível de reconstrução, resultante de um processo complexo, no qual indivíduo, sociedade e espécie se correlacionam. Morin (2007) ensina que a identidade – como construção que se dá no tempo e no espaço – é fruto do entrelaçamento entre indivíduo, sociedade e espécie, ou seja, se edifica em nossas relações com outros indivíduos, com a natureza, com o cosmos. Nessa dinâmica, a identidade se modifica, se reconfigura, se desconstrói e se constrói mais uma vez. Somos seres em construção!

Bauman (2005) defende que, na era *líquido-moderna*, é necessário que pensemos a identidade como algo que “não tem a solidez de uma rocha”, porque pode ser reelaborada, negociada. Quem sabe seja por essa razão que o autor arrisca dizer que a identidade se configura como “algo a ser inventado, e não descoberto” (p. 21).

A migração do interior para a capital colocou os sujeitos num processo de reconstrução, de reelaboração de suas identidades. Fazê-lo foi e, para muitos, ainda é um grande desafio, porque a dinâmica rural tem nuances bem divergentes da vida urbana. Os valores não são os mesmos, os espaços de convivência são

outros, as relações de solidariedade são quase inexistentes.

É importante dizer que o interior do Estado do Amazonas é bem diferente da realidade de municípios do interior de outros estados da federação. No Estado do Amazonas, o acesso é difícil e caro. O acesso aos 62 municípios é, predominantemente, por transporte fluvial.

É fundamental que se entenda que há uma configuração significativamente diferenciada da realidade da capital, com a qual poucos têm ligação direta. Mesmo migrar da zona urbana de seus municípios para a capital, demanda acentuada mudança de rotina, de ritmo de vida, de assimilação de uma nova dinâmica cidadina.

Nos depoimentos dos migrantes acerca do seu lugar de origem encontramos com nitidez as referências às relações de solidariedade, à proximidade entre as pessoas, às atividades produtivas (agricultura, pesca, extrativismo vegetal, criação animal...), às condições ambientais, ao tamanho das comunidades, às poucas possibilidades de mobilidade social, à ideia de tranquilidade, dentre outras características que são muito próprias da dinâmica rural, ainda que eles estejam falando da vida em áreas urbanas dos pequenos municípios. É verdade também que muitas falas estão carregadas de poesia e nostalgia.

Assim relatam os migrantes ao comentarem sobre a vida em sua cidade de origem:

Eu já não falo tanto do futebol, das minhas amigas, da bicicleta, de poder andar de bicicleta, as festinhas. Você não precisava ter muito dinheiro para poder chegar em qualquer lugar, o custo de vida. O custo de vida no interior é bem mais baixo, não gasta tanto. Mas o sentimento é complicado, é grande demais, de saudade. O clima, você poder numa época dessa, de ano. Estamos em Março, é uma época cheia. Você vai e pega uma canoa, vai lá, joga uma vara de pesca, pula da ponte, é muito bom. Não tenho palavra para expressar esse sentimento, só saudades (Paula Figueira).

Lá, a gente dividia o peixe. Se tu tens um peixe, tu pegas e divides com o vizinho. É muito diferente. O choque cultural foi esse. As pessoas fazem as coisas muito mais rápido aqui, elas correm muito. A velocidade da vida é ruim. Parece que as pessoas não têm vida social. As pessoas vivem em função do trabalho (Luís Barroso).

O migrante vê-se diante de um mundo estranho, onde há uma densidade populacional muito superior à de seus municípios, um estranho entre estranhos. As possibilidades de trabalho são outras, atividades típicas de uma vida tradicional – plantar, pescar ou caçar – são pouco prováveis. O novo lugar tem novos ares, paira uma agitação coletiva, um corre-corre diuturno, a insegurança e a violência assume outros tons; nota-se um novo comportamento das pessoas (individualidade). No entanto, em meio a essas novas configurações, vislumbram-se mais opções de trabalho e estudo, e maior probabilidade de mobilidade social.

É por isso mesmo que o projeto migratório não é uma garantia, uma forma onde se deitará o futuro, muito menos uma receita padronizada de crítica da

origem; é, antes de tudo, uma promessa de que no futuro se realizarão no destino os desejos, sonhos e perspectivas, pouco prováveis de se concretizarem na origem. Para Schutz (1979), o conceito de tipo ideal de comportamento pode ser visto de duas maneiras. Pode significar o tipo ideal de outra pessoa, que está expressando ou, que se expressou, de certo modo (tipo ideal de pessoa), ou ainda, pode significar o tipo ideal do processo expressivo em si (tipo material ou de linha de ação).

4. Conclusão

Tipificando as ações dos migrantes, podemos afirmar que o projeto migratório foi construído como crítica à realidade social vivida. Suas metas estão vinculadas diretamente à superação de necessidades concretas, o que implicou deixar parte da vida e da história, na esperança de que um dia pudesse ser retomada. O migrante típico deseja transformar sua vida, não mais aceita as condições existenciais impostas, quer ardentemente transformar a sua própria realidade existencial, sofre ao deixar sua forma vida para trás, alimenta a expectativa de um dia retornar e retomá-la de onde parou.

5. Referências

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. A composição da vida no Beiradão do Rio Amazonas: memória e identidade ribeirinha. Tese de doutorado. Manaus: UFAM, 2012 (mimeo).

AYDOS, Mariana R. Migração Forçada: uma abordagem conceitual a partir do caso dos imigrantes angolanos no Brasil. VI Encontro Nacional sobre Migrações. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Belo Horizonte, MG. Agosto, 2009. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/S T3/MarianaAydos.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2012.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENTES, Rosalvo. A Zona Franca e o Processo Migratório para Manaus. Dissertação de Mestrado. Belém, 1983 (mimeo).

BERGER, L. Peter; LUCKMANN, Thomas. A Construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

DIAZ, Antonio Aja. La emigración cubana. Balance en el siglo XXI. Habana: Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, 2002. Em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/emig.pdf> >. Acessos em: 14 jan. 2014.

DURHAM, Eunice. R. A caminho da cidade: A vida rural e a migração pra São Paulo. São Paulo. Editora Perspectiva S. A., 1973.

ELIZAGA, Juan C. Migrações internas: evolução recente e situação atual dos estudos. In: MOURA, Hélio (Coord.) Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 539-575 (Série Estudos Econômicos e Sociais).

FERRERO, Liliana. El grupo de reflexión com migrantes: um modo de investigación em psicoanálises acerca de la experiência migratória. REMHU - Revista interdisciplinar de mobilidade humana, 2006, v.14 n.26/27. Disponível em: <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/issue/view/REMHU>. Acesso em: 01 dez. 2012.

JUBILUT, Lilina Lyra; APOLINÁRIO, Silvia Menicucci O.S. A Necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. São Paulo, SP. Jan -Jun, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v6n1/13.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2014.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio (Coord.) Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 89-114 (Série Estudos Econômicos e Sociais).

LOPEZ, Daniela Griselda. El problema de la subjetividad em la explicación sociológica: una mirada a partir del debate Schutz-Parsons. Revista de Estudios Sociales, n. 31, 2008. Disponível em: res.uniandes.edu.co/view.php/563/view.php. Acesso em: 23 fev. 2013.

LYOTARD, Jean-François. A Fenomenologia. Tradução de Armindo Rodrigues. Lisboa: Edições 70, 2008.

MADEIRA, João L; CASTRO, Mary G. Proposições de linhas de informações e pesquisas – área de migrações internas. Revista Brasileira de Estatística, v.39, n. 154. Rio de Janeiro: IBGE, 1978, p.125-300.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução, apresentação e notas: Jesus Raniere. SP: Boitempo, 2004.

MELO, Mário Lacerda de; MOURA, Hélio A (Orgs.). Migrações para Manaus. Recife: Editora Massangana, 1990.
MORIN, Edgar. O Método 5: a humanidade da humanidade. Tradução de Juremir Machado da Silva. 4 ed. Porto Alegre: Sullina, 2007.

REALE, Giovanni. História da filosofia: do Romantismo até nossos dias. São Paulo: Paulus, 1991.

SARTRE, Jean-Paul. A náusea. Tradução de Rita Braga. São Paulo: Círculo do livro, 1987.

SCHUTZ, Alfred. El problema de la realidad social. Escritos I. Tradução de: Néstormíguez. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.

_____. Textos escolhidos de Alfred Schutz. In: WAGNER, Helmut R. Fenomenologia e Relações sociais. Textos escolhidos de Alfred Schutz. Organização e introdução de Helmut R.Wagner. Tradução de Ângela Melin. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. O Estrangeiro – um ensaio sobre psicologia social. Revista Espaço Acadêmico. n 113, Outubro de 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11345>. Acesso: 14 jun. 2012.
THOMPSON, E. P.A Formação da Classe Operária Inglesa. Tradução de Denise Buttman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, v. III.

WAGNER, Helmut R (Org). Fenomenologia e Relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (Biblioteca de Ciências Sociais).

WITKOSKI, Antonio Carlos. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007 (Série: Amazônia: a terra e o homem).

IV. Levantamento socioambiental: uma proposta de extensão na comunidade Jardim Tropical

*Maria Auxiliadora Ferreira Barbosa
Laurisana Maria Branco Camargo*

1. Introdução

O estudo traz em seu bojo os resultados colhidos a partir da execução do projeto de extensão desenvolvido pelos docentes e discentes da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO. Esta ação teve por finalidade básica desenvolver estratégias que colaborem para uma aproximação sistematizada da Instituição de Ensino Superior aos espaços comunitários que compõem a sociedade manauara, além de incentivar seus docentes e discentes a uma ação mais intensiva no intuito de transpor o conhecimento tecido no âmbito acadêmico para a realidade social que permeia a sociedade.

Para este fim, elegeram-se no intervalo de dois anos (2013/2015) um levantamento sobre as condições

socioeconômica e ambiental no Jardim Tropical, bairro que está circunscrito no processo histórico da cidade de Manaus. Esta comunidade está situada em meio à área nobre na cidade de Manaus, na Chapada, rodeada por prédios frutos do desenvolvimento econômico, que ocorreu nas últimas décadas do século XX e se estendeu também por toda primeira década do século XXI. Esta constatação comparada às condições socioambientais desta comunidade hoje confirma uma ausência expressiva do poder público para atender as necessidades básicas da população manauara.

Este estudo tornou-se importante à medida que aproxima a faculdade dos problemas vividos pela sociedade, criando um espaço profícuo para pesquisa e intervenção, tão necessário para a formação profissional. Assim, o curso de Serviço Social, juntamente ao seu corpo discente e docente desenvolveu um projeto, tendo a finalidade de conhecer este espaço e planejar juntamente com sua comunidade estratégias que venham beneficiar através da extensão acadêmica esta população.

Entre seus objetivos destaca-se a necessidade de transpor o conhecimento tecido no âmbito acadêmico para a realidade social que permeia a sociedade manauara e incentivar os discentes do curso à prática da pesquisa, criando mecanismos que permitam no processo de formação uma leitura crítica e comprometida com a realidade. Para este fim elegeram-se a comunidade denominada Jardim Tropical, situada em meio à área nobre na cidade de Manaus, na Chapada.

A metodologia utilizada processou inicialmente com a escolha e abordagem do espaço, buscando suas lideranças, no sentido de promover uma articulação entre a comunidade e os pesquisadores, ressaltando a importância do projeto e a necessidade da participação social para o êxito do mesmo.

Concomitante a este reconhecimento foi realizado um estudo bibliográfico sobre a história desta comunidade e seu surgimento em meio aos rebatimentos sociais que são mensurados pelas expressões da questão social, observadas em campo. Entre os procedimentos utilizados destaca-se a pesquisa-ação como instrumento imprescindível a esta abordagem.

Quanto aos resultados observou-se que as condições sociais que se repetem são marcas explícitas da ausência do poder público em possibilitar condições básicas que são demarcadas pela Constituição Federal e que não se cumprem na realidade destas populações.

2. Os aspectos da questão social na comunidade Jardim Tropical em Manaus

As relações fincadas nas sociedades capitalistas são estritamente responsáveis pelo rápido crescimento econômico e populacional de Manaus. Este crescimento vem induzindo reflexos em distintos outros indicadores relacionados à sustentabilidade ambiental e de saúde.

Nesse sentido, assinalamos as pressões que resultam do aumento do consumo de energia elétrica, da frota de veículos e para a ocupação do espaço físico,

em que se configura um processo de espacialização das desigualdades socioambientais.

De acordo com o censo do IBGE (2010), sua população era de 12.672 (estimativa). No Amazonas, as cidades começam a desenvolver-se lentamente, ganhando seu primeiro grande impulso na época áurea da borracha. Urbanização é um processo que avança rapidamente na Amazônia. Em Manaus, o fenômeno causa às gestões municipais e estaduais um verdadeiro desafio para as políticas urbanas.

Com a economia favorável pela exploração e comercialização da borracha, os igarapés antes vistos como parte da morfologia natural da cidade, começavam a ser encarados como um empecilho ao desenvolvimento econômico da região. Inicia-se um processo de reestruturação urbana num período conhecido como Belle Époque, marcado pela modificação na morfologia de alguns igarapés como estratégia de modernização e “embelezamento” da cidade e a produção de uma nova sociedade recém-chegada ambientada em prédios arquitetônicos e ostentosos (MARREIRO, 2007).

As tradições culturais desencadeiam laços de dependência na relação entre autoridades e população, e essa relação se caracteriza pelo aumento da indigência que aflige a periferia da cidade, transfigurando-se com o crescimento das favelas e das ocupações urbanas irregulares.

Assim, ter uma moradia digna é o sonho de milhões de pessoas em todo mundo e um direito previsto na Declaração Universal dos Direitos

Humanos. No Brasil, a Constituição da República reconhece esse direito como social. Assim como a saúde, a educação e a justiça, a moradia é incontestável como essencial para a vida, até porque concretizar cada um desses direitos sem uma habitação confortável e salubre será mais complexo.

Sem uma moradia regularizada, o cidadão não tem direito nem mesmo a um endereço, ou seja, está fora do mapa, engrossando o número dos sem-teto.

O processo de esvaziamento da economia levou à concentração de uma massa de desempregados às margens dos igarapés que tangenciam o porto e o mercado, áreas que foram desprezadas pelos habitantes de alta renda. A saturação das áreas disponíveis ao assentamento residencial na periferia do núcleo urbano levou à construção de casas-palafitas, junto às margens dos cursos d'água. (PNUMA/MMA apud BENTES, 2005, p. 28).

Nesta perspectiva, diversos bairros e comunidades foram se originando, na cidade, sendo impulsionadas pelo processo intimamente ligado ao desenvolvimento econômico, criando nos espaços urbanos uma espécie de segregação urbana, onde as camadas que não se incluíram no processo de avanço capitalista são inseridas em locais isolados e escondidos em espaços que não apresentam infraestrutura que atenda as necessidades desta comunidade, colocando em xeque a própria ação do estado que se dá de forma cambiante sem eficiência ou eficácia.

O bairro da Chapada, onde se localiza o Jardim Tropical, é remanescente de um período de intenso fluxo migratório na cidade de Manaus, e acolheu sujeitos de diversas regiões do país em busca do suposto desenvolvimento primeiramente do período áureo da Borracha e posteriormente do avanço industrial em Manaus que ocorreu com a criação da Zona Franca de Manaus.

Historicamente, a Chapada caracteriza-se pela migração de um grupo de paraibanos, que logo após a II Guerra, veio para a Amazônia para trabalhar nos seringais abandonados depois de encerrado o primeiro ciclo da borracha, período esse que data de 1943 a 1947, sendo que o grupo procedente da Paraíba destaca-se no espaço pesquisa:

(...) a atitude desse novo tipo de imigrante, mesmo aventureiro, preferia ficar na cidade ao léu, com seu uniforme típico de "soldado da borracha": calça de mescla, chapéu de palha virado, blusa larga de algodão, mochila às costas, alpercata de rabicho, barba grande, a peixeira à ilharga. Andavam aos bandos a procura de emprego, da birosca para comer sua gororoba, do boteco para beber e esquecer os mal-ditos, e das festas e dos arrasta-pés dos bairros pobres, onde iam à procura de diversão; não raro, transformavam-nas em cenas de bebedeiras, de valentia e de pega-pracapar (BENCHIMOL, 1992, p. 229 apud NASCIMENTO, 1998, p. 7).

Estes sujeitos não eram bem quistos pela população local e, se acontecesse qualquer “desordem”,

os mesmos sempre ficavam com a culpa. Daí percebe-se o preconceito e o descaso sofridos, o que tornava mais penosa a sua condição, uma vez que foram arrastados pelo Estado brasileiro para as regiões amazônicas, alcunhados de soldados da borracha¹ e foram largados à mercê da sorte.

Esses imigrantes nem sempre encontravam guarida com facilidade e, ao aportarem em Manaus, dirigiam-se às regiões desabitadas, invadiam terras, construíam casebres com as famílias e começavam a constituir comunidades em vários locais². Essa realidade ainda é muito presente em Manaus. Scherer (2009, p. 2) sobre isso aponta que:

Manaus possui, em 1970, uma população de 311.622 e em 2000, 1.403.796 habitantes (Censo do IBGE, 2000). Ou seja, 30 anos após as transformações ocorridas no cenário urbano, o número de habitantes na cidade de Manaus cresceu em torno de 500%. Os dados oficiais indicam que Manaus foi a cidade que mais cresceu entre as 13 cidades brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes, com uma taxa de crescimento populacional de mais de 39% e, mais ainda, 90% de população do Manaus reside na área urbana.

1 Assim eram denominados seringueiros que trabalharam durante a Segunda Guerra Mundial na Região Amazônica, migrantes de outras regiões do País, ou naturais da própria região, relatado na obra do Escritor Márcio Sousa a Expressão Amazonense: Do colonialismo ao neocolonialismo.

2 Gaitano Antonaccio conta, na segunda edição do livro “Bairros de Manaus”, como surge o bairro da Chapada em Manaus, e a influência da migração nordestina neste espaço.

Um dos principais problemas do município é a falta de uma base econômica consistente, capaz de gerar oportunidades de emprego e mudar o quadro de pobreza que o caracteriza, mesmo considerando os empregos ofertados pelo Polo Industrial de Manaus - PIM. Já que o contingente de mão-de-obra ofertada é sempre maior do que a oferta de empregos no mercado de trabalho.

Em sua primeira expansão urbana, ocorrida nas últimas décadas do século XIX com o período áureo da borracha, Manaus reflete o pensamento geral brasileiro, apresentando-se como uma cidade apropriada para atender a demanda do capital internacional, advindo com a valorização da *hevea brasiliensis*³ e sua comercialização em nível mundial. Estes acontecimentos históricos criam aspectos revelados nas condições vividas pelos moradores da comunidade Jardim Tropical, que apresentam um quadro onde se observa a falta de tratamento sanitário, ruas que alagam no período de chuva, resultando inclusive acidentes, uma precária infraestrutura.

Mesmo o bairro estando circundado por estruturas que envolvem empreendimentos econômicos e serviços estatais, a comunidade não possui feiras, um mercado, supermercado, escolas, postos de saúde. Entretanto, o maior desafio enfrentado por esta comunidade nesses tempos de globalização é falta de geração de emprego que, segundo seu Líder Comunitário, propicia o

3 É uma planta de ciclo perene, de origem tropical, cultivada e utilizada de modo extrativo, com a finalidade de produção de borracha natural (CAMPELO JÚNIOR, 2000).

aumento da violência entre os jovens que representam um expressivo número.

Mas, nem tudo está perdido para a comunidade que busca a partir de seu próprio protagonismo social soluções para suas principais dificuldades. Durante o estudo realizado este foi um fato importante para apreciação da análise, pois mesmo em condições desfavoráveis os sujeitos ali envolvidos resistem as suas condições adversas. O bairro continua caminhando em busca de dias melhores.

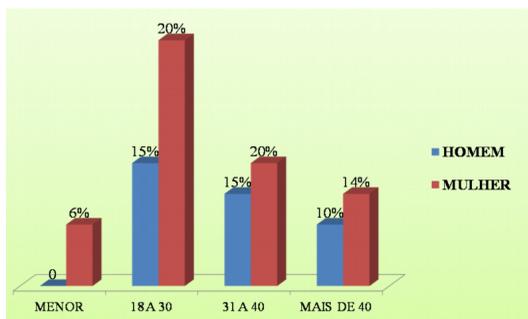
3. Os aspectos da questão social na Comunidade Jardim Tropical

A cidade constituiu-se, então, como um lugar importante para a materialização do capital e decisivo para as metamorfoses necessárias à consolidação e expansão do sistema capitalista; como também se tornou o lugar onde a habitação se transformava em uma mercadoria produzida sob as relações capitalistas e, portanto, destinada ao lucro. Villaça (2001 p. 26) argumenta que,

uma das características mais marcantes das metrópoles brasileiras é a segregação espacial das classes sociais em áreas distintas da cidade. Basta uma volta pela cidade – e nem precisa ser uma metrópole – para constatar a diferenciação entre os bairros, tanto no que diz respeito ao perfil da população, quanto às características urbanísticas, de infraestrutura, de conservação dos espaços e equipamentos públicos, etc.

Neste processo observa-se que mesmo estes sujeitos estando em espaços que comportam equipamentos do estado, tais como hospitais, escolas entre outros serviços disponíveis a população, estes sujeitos estão alijados de uma gama de serviços públicos, o que os segregam num ambiente entre acessos aos direitos que lhe devem ser garantidos e o descaso do Estado diante dos problemas vividos na comunidade.

A pesquisa vem revelar este abismo de contradição que pode ser mesurando observando alguns problemas enfrentados, neste espaço, entre estes ressalta-se um número expressivo de mulheres chefes de família, que precisam se dividir entre os cuidados com seus filhos, que se apresentam em grande números de crianças e adolescentes. Quanto aos homens que foram entrevistados apresentam entre outras características o desempregado, como uma condição que revela a vulnerabilidade diante dos fatores que expressão a questão social na cidade de Manaus. Os homens entrevistados declararam ser oriundos do distrito industrial, chegando aqui na década de 80, buscando melhorias de sua condição de vida, no entanto deparam-se com as com problemas que dificultam sua permanência, nestes espaços, sobretudo a falta de capacitação, além de não apresentarem escolaridade que atendesse ao apelo das empresas, tornando-os incapacitados para essa inserção no mercado de trabalho (Gráfico 1 – Gênero e Idade).



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quando observamos a faixa etária predominante nota-se que estes sujeitos encontram-se ainda na faixa produtiva para o mercado de trabalho, entretanto, não apresentam atrativos que interessem ao capital, principalmente pela baixa escolaridade e carência de qualificação profissional.

No levantamento detectou-se que 60% das 52 famílias entrevistadas são constituídas de pessoas adultas, 24% são crianças, 6% adolescentes. Observou-se que 3% do público adolescente ainda está no ensino fundamental ou não estão estudando. Também foi percebida a presença de deficientes e idosos. Quanto ao público idoso encontrados nas famílias visitadas, apresentam-se doentes e completamente dependentes dos familiares, os quais nem sempre podem dedicar tempo aos mesmos, pois travam a incessante jornada que caracteriza as sociedades que vivenciam na contemporaneidade e fazem de sua força de trabalho condição basilar de sua sobrevivência.

Esta realidade é reafirmada quando se observam as condições de escolaridade destes sujeitos, pois 30% sobrevivem da informalidade e têm apenas o ensino fundamental, e os que estão no ensino médio ou estão na informalidade ou não estão trabalhando, e este fato está atrelado a precarização ligada à relação destes sujeitos com a educação a qual são submetidos, pois são oriundos das escolas públicas ou supletivos, as quais não conferem aos mesmos um ensino com qualidade que garantam a estes sujeitos condição para se colocar diante das exigências e mudanças impostas pelo mercado de trabalho.

Quase todos os entrevistados dizem ter buscado avançar nos estudos, pois assim teriam condições de concorrer a empregos e ter mais oportunidades, o que não se verifica dada a condição na qual estão inseridos, ou seja, em condições sociais precarizadas e sem apoio social nem do Estado e muitas vezes da própria família.

Entretanto em meio a este grupo encontramos pessoas que ou estavam frequentando um curso superior ou já haviam cursado. E estes relatavam que mesmo nesta condição não conseguiam inserir-se numa condição melhor no mercado de trabalho.

Algumas famílias não informaram de forma clara o tipo de recurso, pois para alguns havia o temor sobre a real intenção da pesquisa. Outro aspecto evidenciado é que a bolsa família e o benefício de prestação continuada ainda são as principais fontes de renda destas famílias. Becker (2002, p. 59) afirma:

que cabe à sociedade, no que concerne ao futuro do planeta, identificar os custos do desenvolvimento para, a partir daí, tentar reduzi-los, ainda que o problema não resida na dimensão dos coeficientes de crescimento econômico, mas no modo de regulação da troca material entre natureza, indivíduo e sociedade.

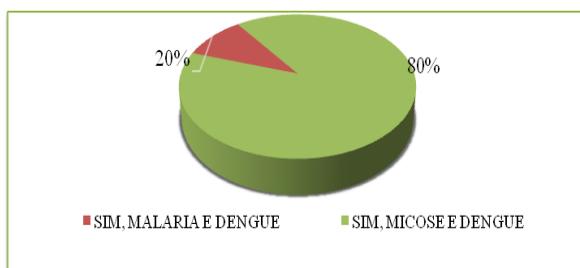
Nota-se nesta localidade um fenômeno muito comum nos bairros que surgem de uma ocupação irregular que é a presença de pessoas de outros Estados ou outros municípios, o que demonstra que Manaus constitui e sempre constituiu um atrativo para sujeitos que buscam uma melhor condição de vida.

E a pesquisa aponta dois grandes polos de migração que são o nordeste brasileiro com destaque à Paraíba e os interiores do Amazonas. Outros entrevistados afirmam sempre morarem ali. São os remanescentes dos primeiros a ocupar este local.

Neste aspecto observa-se que a ocupação irregular representa, portanto, um ato de busca da cidadania e da dignidade, embora que, por meios ilegais e muitas vezes violentos. Mas também reflete o desespero daqueles que são excluídos e que não encontram nas políticas públicas, principalmente as relacionadas à moradia, sustentação as suas necessidades.

Verifica-se que a maioria dos moradores, após obter a posse e, posteriormente, a documentação doada pelo Estado, sente-se motivada a construir suas casas de forma definitiva, utilizando materiais de melhor qualidade e/ou reformando as áreas já construídas.

Outro aspecto observado foram as condições de moradia da comunidade, a mesma esta localizada num espaço que recorta o igarapé caracterizando um ambiente que não apresenta condições favoráveis a habitação e que oferece riscos a vida e sua saúde. Além disso nota-se a ocorrência de doenças que apontam a falha do Estado em relação à vigilância epidemiológica⁴, onde podemos destacar a dengue e a malária, como observa-se no gráfico abaixo (Gráfico 2 - Doenças provocadas pelas condições do igarapé):



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Outros problemas de saúde presentes são micoses, estas características de locais sem saneamento básico, o que deixa a população exposta a condições de

4 Definida como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos” (Lei 8.080/90).

vulnerabilidade e à mercê de riscos que trazem sérias consequências à saúde, principalmente das crianças.

Outro ponto observado trata-se do temor quanto à aproximação de estranhos e, sobretudo de pessoas que, como os estudantes, chegam fazendo perguntas, principalmente que envolvem meio ambiente e locais de risco, pois a comunidade, mesmo afirmando sua propriedade neste espaço, está na contradição legal, pois mora em local que deveria ser de proteção ambiental, além de enfrentar diversos riscos, que envolvem a saúde, e a segurança pública. É importante esclarecer que,

A degradação ambiental não é resultado direto da pressão demográfica sobre a capacidade de carga dos ecossistemas, mas, das formas de apropriação e usufruto da natureza. A racionalidade econômica, ao maximizar os excedentes e benefícios econômicos no curto prazo, deixa a questão da equidade social e da sustentabilidade ecológica para as políticas distributivas de uma riqueza criada sobre a base da acumulação do capital que é intrinsecamente destruidora da natureza. Assim, desvaloriza-se o patrimônio de recursos naturais e culturais dos povos do Terceiro Mundo ao mesmo tempo em que se diluem as perspectivas de construção de um futuro sustentável (LEFF, 2009, p.108).

Tratando-se das condições ambientais, foi notado que nestes espaços o descarte do lixo no igarapé é uma situação usual, não havendo nenhum trabalho de sensibilização, nem da parte dos líderes da comunidade nem das estruturas do Estado. Ressalta-se que há uma

consciência de que este espaço não é adequado, entretanto, por não terem outras perspectivas se sujeitam a este tipo de habitação.

É muito preocupante a forma como o meio ambiente é tratado nesta comunidade. O lixo não tem uma coleta organizada, os coletores não entram na comunidade, ficando ao encargo dos próprios moradores a coleta diária e até mesmo a coleta seletiva. Mas não são todos que se preocupam com o descarte de seus resíduos sólidos e procuram os espaços adequados para depositá-los. A maioria dos entrevistados afirmou que constantemente flagram pessoas despejando materiais orgânicos ou sólidos como geladeira, cadeiras e outros no próprio igarapé, o que foi confirmado no dia da pesquisa, quando um morador atirou seus resíduos sólidos no igarapé.

A grande maioria das metrópoles brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Manaus, possui características comuns no processo de ocupação, ou seja, crescimento demográfico desordenado com condições básicas como saneamento (estrutura de sistema de tratamento de esgotos domésticos), água tratada, energia elétrica, postos de saúde e sistemas de educação não estão disponíveis a todos (MARICATO, 2000, p. 45).

Estas atitudes dos moradores e o descaso do poder público trazem riscos que atingem a todos, sobretudo as crianças, pois fato observado na comunidade foi um expressivo número de crianças na faixa etária de 2 a 10 anos com problemas respiratórios, além da incidência

de micoses, o que foi confirmado ao perguntarmos sobre as doenças mais comuns no local, ao que foram citadas: malária, dengue e micoses.

A capital do Amazonas vem indicando dificuldades no alcance das metas em torno da prevenção e assistência à saúde, além de um incipiente esforço intersetorial que não consegue lidar com a motricidade da doença inerente ao processo de ocupação populacional desordenada das áreas periféricas da cidade, onde ocorrem fatores importantes da proliferação do vetor e da disseminação da doença.

Em se tratando de esgotamento sanitário, o percentual de domicílios com instalação sanitária ligada à rede geral de esgotos (e/ou águas pluviais) era de 32,5% em 2000, apontando um sério déficit nesse sentido (IPEADATA, 2010). Porém, a disponibilidade de redes de esgoto na cidade é bastante restrita em termos espaciais.

Assim, percebe-se que o trabalho da pesquisa não pode apenas se fixar no levantamento de dados, mas, sobretudo, precisa sinalizar ações para atuar neste espaço, principalmente em relação à educação ambiental, pois a poluição não é um problema só dos comunitários do Jardim Tropical, mas de todos nós, uma vez que a poluição dos igarapés contribui para disseminação de doenças e ocorrência de inundações.

Desta forma, é fundamental frisar a importância do profissional de Serviço Social na contemporaneidade, enquanto agente crítico engajado nas lutas sociais, “afinado com a análise dos processos sociais, tanto em

suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas” (IAMAMOTO, 2007, p. 49).

Neste aspecto é possível afirmar que “as invasões são antigas formas” de protesto popular travadas pela população de baixa renda e alijadas, por não ter um teto para morar com dignidade, passam a habitar locais insalubres, surgindo assim, os loteamentos clandestinos, que podem ser considerados estratégias para as famílias que procuram um pedaço de terra para morar (GOHN, 1991).

4. A experiência da extensão do curso de Serviço Social da Faculdade Metropolitana de Manaus

A proposta do projeto apresentado pelo Curso de Serviço Social da IES tem por finalidade a extensão acadêmica e a investigação empírica. Extensão, por se tratar de uma demanda comunitária, em que os dados serão para subsidiar as discussões acadêmicas e possibilitar aos acadêmicos reflexões que embasem sua prática destinada a esse segmento.

O caráter da investigação por se tratar de um estudo científico necessita atender um processo metodológico que assimile os quesitos acadêmicos na sua aplicação. Tem como o objetivo conhecer a realidade de sujeitos sociais que vivenciam diversas condições socioeconômicas e ambientais.

Neste ponto, fica explícita a importância deste projeto de extensão, onde o Serviço Social pode contribuir com a comunidade escolhida, buscado dispor de informação sobre a rede de serviços oferecidas pelo Estado e pela própria FAMETRO que venham suprir

suas necessidades, objetivam alcançar parâmetros de equidade e inserção social, oportunizando a estes sujeitos a conquista de seus espaços articulando o exercício de seus direitos, garantidos pela Carta Magna de 1988 em seu Art. 6º.

A atividade de extensão desenvolvida no Jardim Tropical buscou incentivar seus docentes e discentes a uma ação mais intensiva no intuito de transpor o conhecimento tecido no âmbito acadêmico para a realidade social que permeia a sociedade amazonense.

A opção por esta comunidade ocorreu pela constante busca por serviços da Instituição de Ensino Superior – IES que se situa em suas adjacências, que revela diversos aspectos da questão social, essenciais à formação dos futuros assistentes sociais.

Este estudo torna-se importante à medida que aproxima a Faculdade dos problemas vividos pela sociedade, criando um espaço profícuo para pesquisa e intervenção, tão necessário para a formação profissional.

A partir da observação das experiências diárias, percebe-se que algumas vezes a extensão acaba suprimindo lacunas ou vácuos do Estado na execução de suas políticas públicas, mas para isso é necessário que a academia saia de seu isolamento, rompendo as muralhas que dividem saberes, e coloque-se diante da sociedade buscando realizar uma síntese entre saber e fazer popular.

Assim, o curso de Serviço Social, juntamente ao seu corpo discente e docente, desenvolveu um projeto, tendo a finalidade de conhecer este espaço e planejar

juntamente com sua comunidade estratégias que viessem beneficiar através do projeto de extensão esta população. Logo nos primeiros contatos observou-se com preocupação a forma como o meio ambiente é tratado nesta comunidade.

Para provocarmos a intervenção após a análise das condições da comunidade, organizou-se o evento denominado Serviço Social em Ação, que faz parte do projeto macro do curso intitulado Escritório Social: Assessoria e Consultoria, sendo que este teve a participação direta dos alunos das disciplinas Seminários Temáticos (5º e 6º períodos) e Pesquisa Social (7º período). O fazer traz consigo toda uma carga de saberes que precisa ser contabilizada. Entretanto, execução sem reflexão torna-se estéril, assim como o processo inverso. Desta forma, desenvolver esta ação exigiu uma reflexão aprofunda com discussões profícuas, buscando entender a realidade dos sujeitos da comunidade citada.

É válido salientar que esta atividade permeia articulação entre conhecimentos teóricos e desenvolvimento de habilidades em torno do eixo estruturante dos procedimentos para a investigação científica e a prática profissional, a qual proporciona domínio de instrumentos, estratégia de avaliação e intervenção, buscando adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação que demandam análise e atuação em processos psicossociais na promoção da qualidade de vida.

Uma das necessidades mais evidenciadas pela maioria dos entrevistados foi a criação de uma

associação de bairro. A Faculdade Metropolitana buscou, através de seus cursos, possibilitar condições para orientar estes sujeitos quanto aos procedimentos necessários para estas iniciativas.

A visita inicialmente ocorreu apenas para reconhecimento do espaço, onde mapeamos e buscamos uma aproximação com a comunidade. Neste processo procuramos reconhecer a liderança deste espaço e encontrar um lugar adequado para dar continuidade às atividades de extensão, o que não foi fácil, pois a comunidade não possui áreas de lazer, escolas ou um centro comunitário. No princípio definiu-se a sede da Pastoral da Família, situada na comunidade supracitada para desenvolver a intervenção, o que não foi possível devido algumas divergências existentes entre os líderes comunitários e os representantes da pastoral

Esta atividade estimulou muito aos acadêmicos, que se sentiram agraciados com a aproximação mais direta com a realidade estudada pelo Serviço Social, onde se objetivou contrastar o conteúdo teórico com o empírico que envolve a questão social.

Com base no levantamento realizado, iniciou-se o planejamento para realização de uma atividade interventiva levando em conta as principais necessidades da comunidade. Após a tabulação de dados realizada pelos acadêmicos orientados pelos professores, passamos para o segundo passo que se substanciou em uma aproximação sistematizada junto à comunidade agora para definir entre o público estudado os grupos que participarão do atendimento do projeto “Escritório Social 1”.

Os acadêmicos prepararam-se com informações envolvendo a seguridade social, colocando posteriormente em prática na comunidade, levando informações a estes sujeitos, sendo que os temas foram propostos pelas necessidades observadas e reveladas no momento da pesquisa que, entre outros, se destacam assistência social, saúde e previdência.

Neste processo foram exercitadas a visita domiciliar – instrumento técnico-operativo do assistente social – a escuta qualificada e a entrevista social, utilizando formulários padronizados, buscando reconhecer a realidade onde seria desenvolvida a intervenção.

Na visita também foi definido local na comunidade para realização do evento que passou a ser denominado de “Serviço Social em Ação na Comunidade”. Neste ponto também exercitamos junto com os acadêmicos a articulação de parcerias junto às lideranças locais. Isso foi considerado um ponto fundamental para realização da atividade, pois a Fametro ainda não possui uma base para desenvolver projetos de extensão.

Assim, tem-se hoje como princípio que, para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá que enfrentar (NOGUEIRA, 2000, p. 120).

Realizamos serviços como aferição de pressão, um dos serviços muito bem aceitos pela comunidade, onde

tivemos 35 pessoas atendidas, principalmente idosos; o corte de cabelo contou com a participação de voluntários, que atenderam mais de 15 pessoas durante o evento. Foram propostos outros serviços, como expedição de documentação, que infelizmente não foi possível devido à morosidade das instituições em dar retorno às solicitações. Desta forma, recorreremos ao Escritório Sociojurídico da Faculdade Metropolitana de Manaus que nos atendeu previamente, mas apenas para orientação. Aproveitamos, no entanto, a oportunidade e divulgamos os serviços oferecidos à comunidade pela Fametro, destacando a clínica de Nutrição, o atendimento psicológico e da fisioterapia que oferecem à comunidade atendimento gratuito, a partir dos projetos de extensão.

Para atender a demanda concernente à questão ambiental, definiu-se inicialmente realizar palestra sobre a questão dos resíduos sólidos, observando problemas legítimos vividos pela comunidade. Os acadêmicos envolveram-se por mais de uma semana nas atividades que se concretizaram, abrindo novas possibilidades para trabalharmos o projeto de extensão nesta e em outras comunidades. Pensando no quantitativo de crianças presentes, também se organizou atividades lúdicas que culminaram com a entrega de livros diversos à comunidade, em especial para as crianças que acompanhavam os pais.

5. Considerações finais

A realização desta atividade de extensão possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada

vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

A promoção da atividade foi exitosa, sobretudo dada a participação dos acadêmicos junto a seus professores, observando a realidade e trazendo com isso várias reflexões que colaboram com o ensino.

Entre os objetivos alcançados estão o reconhecimento dos problemas enfrentados pelas camadas mais pobres da população e a constatação de que aqueles com menos recursos são justamente os que gastam mais com o transporte diário, que têm mais problemas de saúde por conta da falta de infraestrutura e acesso aos serviços públicos, que são penalizadas por escolas de baixa qualidade, e assim por diante. A própria segregação constitui-se não apenas reflexo de uma condição social, mas um fator que contribui para tornar as diferenças ainda mais profundas.

Para os acadêmicos que participaram do levantamento destas informações, este espaço foi visto como um extenso laboratório, onde constatarem diversas conjunturas tratadas no espaço acadêmico e que naquele momento podiam ser observadas, numa realidade mais sensorial, o que provocou torrentes de questionamento e que para os docentes que os acompanhavam constituiu-se no alcance dos objetivos pretendidos na elaboração do projeto. E até mesmo, salienta-se que a ação transcendeu as expectativas, possibilitando o êxito esperado na primeira atividade de extensão proposta pelo curso de Serviços Social da Fametro.

6. Referências

BECKER, Dinizar F. (org). Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? 4 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da Batalha da Borracha. Manaus, Imprensa Oficial, 1992. CABRAL, Francisco Pinto. Um Batalhão da FEB no Monte Castelo. São Paulo, Tese, Mimeog., FFLCH/USP, 1992.

BENTES, N. Manaus: realidade e contrastes sociais. Manaus: Editora Valer, Cáritas Arquidiocesana de Manaus, 2005.

CABRAL, Francisco Pinto. Um Batalhão da FEB no Monte Castelo. São Paulo, Tese, Mimeog., FFLCH/USP, 1992. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 06 fev. 2016.

CAMPELO JÚNIOR, J.H. Estimativa da transpiração em seringueira. Revista Brasileira de Agrometeorologia, Santa Maria, v.8, n.1, p. 35-42, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos e lutas pela moradia. São Paulo: Loyola, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche; capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. Censo Demográfico 2000 – Características Gerais da População. Resultados da Amostra. IBGE, 2003. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_populacao.shtm. Acesso em: 02 maio 2011.

IPEADATA. Base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 29 jun. 2016.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura. A territorialização da racionalidade ambiental. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MACHADO, Paulo A. L. Direito ambiental brasileiro. 12 Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília (org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARREIRO, P. História e ação social: moradia e ameaça urbana. Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. v.1 – n.1 – jan./dez.2007. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações nordestinas para a Amazônia. Revista de educação, cultura e meio ambiente - Dez.-Nº 12, Vol II, 1998. In: BENCHIMOL, Samuel. Romanceiro da Batalha da Borracha. Manaus, Imprensa Oficial, 1992.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel(org.). Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas Belo Horizonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas/ UFMG, 2000. 193 p.

SCHERER, Elenise. Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: O avesso do progresso. In: SCHERER, Elenise (Org.). Questão Social na Amazônia. Manaus: EDUA, 2009.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

SOBRE OS AUTORES

ALDAIR OLIVEIRA DE ANDRADE

(aldairandrade@yahoo.com.br)

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, Professor de Filosofia do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Campus Parintins) da Universidade Federal do Amazonas, Pesquisador do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas) do Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

ALICE ALVES MENEZES PONCE DE LEÃO NONATO

(allicyponce@hotmail.com)

Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, Professora do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Campus Parintins) da Universidade Federal do Amazonas, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS) do Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

ANA PAULA FERREIRA CARVALHO

(anapaulacarvalho@yahoo.com.br)

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Especialização em Residência Multiprofissional em Saúde Neurofuncional pelo Hospital Universitário Getúlio Vargas e Universidade

Federal do Amazonas. Membro da Comissão de Ética e Direitos Humanos do Conselho Regional de Serviço Social CRESS 15ª Região AM/RR – Gestão 2017-2020. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas) e Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia do Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CAMILA CECÍLIA MASCARENHAS GIBBS

(mila.social@hotmail.com)

Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas.

EDIELLE SOUZA DA PALMA

(edielle_palma@hotmail.com)

Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, integrante do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas) do Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

ETYANNE UHLMANN DE LIMA

(etyannelima@gmail.com)

Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, integrante do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas) do Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

HAMIDA ASSUNÇÃO PINHEIRO

(hamida.assuncao@gmail.com)

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (2015)

pela Ufam, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (2006) pela Ufam, especialista em Fundamentos Metodológicos da Pesquisa (2004) pela Ufam e graduada em Serviço Social (2003) também pela Ufam. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas).

ISTEICE NOGUEIRA DE LIMA

(steycenogueira100@hotmail.com)

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas.

JOSIARA REIS PEREIRA

(josiarapereira@gmail.com)

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Integra o Grupo de Estudo e Pesquisa de Políticas Sociais e Seguridade na Amazônia (GEPSSAM/CNPQ).

KÁTIA DE ARAÚJO LIMA VALLINA

(katiavallina@hotmail.com)

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas) do Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

LAURISANA MARIA BRANCO CAMARGO

(camargo.branco@hotmail.com)

Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Integra o Grupo de

Pesquisa Questão Social e Assistência Social no Amazonas (Ufam), é Especialista em Metodologia da Pesquisa (Ufam) e professora do Curso de Serviço Social na Faculdade Metropolitana de Manaus.

LURIANNY ASSUNÇÃO BARÃO

(luriannyassuncao@gmail.com)

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas.

MARCELO MARIO VALLINA

(mmvallina@gmail.com)

Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas e pesquisador do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas).

MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA

(auxiliadorafferreira@hotmail.com)

Mestra em Ciências Florestais e Ambientais pela Faculdade de Ciências Agrárias da Ufam. Coordenadora do curso de Serviço Social da Faculdade Metropolitana de Manaus, assistente social da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas e pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Inter-Ação).

MARIA GRACILEIDE ALBERTO LOPES

(asgracilopes@hotmail.com)

Assistente Social, mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/Ufam, integrante do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas) do Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

MAYZA LORENA BARBOSA DA SILVA NORONHA

(maylorenasilva@gmail.com)

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas e mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia também pela Ufam. Integra o Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas) do Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

NATHANNE ANDREANE ROSA COSTA

(nathannerosa@gmail.com)

Assistente Social, pós-graduanda em Políticas Sociais Integradas no Centro Universitário Estácio da Amazônia.

RENAN ALBUQUERQUE

(renanalbuquerque@hotmail.com)

Professor Adjunto III da Ufam. Realizou estágio pós-doutoral em Antropologia pela PUC-SP. É doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Ufam. É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, ambos da Ufam. Lidera o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam/CNPq) e o Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (Leda/Ufam).

ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE

(roberta_ufam@yahoo.com.br)

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. É coordenadora do

Curso de Graduação em Serviço Social da citada universidade e líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas) do Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

SABRINA MORAES FERREIRA

(sabrina.antonelly@hotmail.com)

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. É mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), da Universidade Federal do Amazonas. Pesquisa principalmente os seguintes temas: políticas urbanas e política habitacional.

TEREZA RAQUEL N. DO NASCIMENTO COSTA

(raquelcosta83@hotmail.com)

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas, integrante do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS).

THAYNARA REIS DO NASCIMENTO CRUZ

(thaynaranascimento20@gmail.com)

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (2017) e mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Integra o Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas).

VIVIANNE BATISTA RIKER DE SOUSA

(vivianneriker@gmail.com)

Graduada em Serviço Social pela Ufam e pós-graduanda lato sensu em Serviço Social na área sociojurídica na Uninorte. Integra o Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas).

YOSHIKO SASSAKI

(sassakiyo@uol.com.br)

Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, com atuação nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e Sociedade e Cultura na Amazônia.

Este livro foi composto em fontes Bell MT,
Century, Bodoni MT Condensed e Segoe Print.
A editoração ocorreu no meses de agosto
e setembro de 2017.